

I N S I G H T

INTELIGÊNCIA

ANO XXIII • Nº 91 • OUTUBRO/NOVEMBRO/DEZEMBRO 2020


ISSN 1517-6940

NEOLIBERALISMO NO BRASIL

* UMA LONGA JORNADA NOITE ADENTRO

APUD EUGENE O'NEILL

E MAIS: LUIZ EDUARDO SOARES INVADE A FESTA DAS MILÍCIAS PÁG 50



**SOMOS UMA EMPRESA
DE ALIMENTOS COM
ORGULHO EM FAZER
PARTE DA REFEIÇÃO DE
MILHÕES DE FAMÍLIAS
NO MUNDO TODO.**

SOMOS A JBS. UMA EMPRESA QUE COMBINA INOVAÇÃO, EFICIÊNCIA E SUSTENTABILIDADE PARA CRIAR, EM ESCALA GLOBAL, SOLUÇÕES E PRODUTOS DA MAIS ALTA QUALIDADE GERANDO OPORTUNIDADES PARA MILHARES DE COLABORADORES, CLIENTES, FORNECEDORES E INVESTIDORES.

SOMOS UM TIME FORMADO POR 230 MIL PESSOAS INSPIRADO PELO DESAFIO DE FAZER O MELHOR A CADA DIA. PARA ISSO, ACORDAMOS CEDO TODOS OS DIAS COM UM ÚNICO OBJETIVO: LEVAR O MELHOR PARA VOCÊ.

JBS. O MELHOR VEM DE CADA DIA.



www.jbs.com.br

DIRETOR

LUIZ CESAR FARO

EDITOR

CHRISTIAN EDWARD CYRIL LYNCH

EDITOR EXECUTIVO

CLAUDIO FERNANDEZ

PROJETO GRÁFICO

ANTÔNIO CALEGARI

PRODUÇÃO GRÁFICA

RUY SÁRAIVA

ARTE

PAULA BARRENNE DE ARTAGÃO

REVISÃO

GERALDO RODRIGUES PEREIRA

REDAÇÃO E PUBLICIDADE

INSIGHT COMUNICAÇÃO

RUA SETE DE SETEMBRO, 99 / 14º ANDAR

RIO DE JANEIRO, RJ • CEP 20050-005

TEL: (21) 2509-5399

E-MAIL: contato@insightnet.com.br

www.insightnet.com.br

Os textos da **INSIGHT INTELIGÊNCIA** poderão ser encontrados na home page da publicação:

insightinteligencia.com.br

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

OUT/NOV/DEZ 2020

COPYRIGHT BY INSIGHT

Todos os ensaios editados nesta publicação poderão ser livremente transcritos desde que seja citada a fonte das informações.

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião da revista.

Insight Inteligência se reserva o direito de alteração dos títulos dos artigos em razão da eventual necessidade de adequação ao conceito editorial.

Impressão: Grafitto

ACORDO DE COOPERAÇÃO

BRICS Policy Center - Centro de Estudos e Pesquisas - BRICS

FSC**CONSELHO EDITORIAL**

ADALBERTO CARDOSO

ANTÔNIO DIAS LEITE JÚNIOR †

CORIOLANO GATTO

EDSON NUNES

JOÃO SAYAD

JOAQUIM FALCÃO

JOSÉ LUÍS FIORI

LUIZ CESAR TELLES FARO

LUIZ ORENSTEIN

LUIZ ROBERTO CUNHA

MARCIA NEDER

MARCO ANTONIO BOLOGNA

MÁRIO MACHADO

MÁRIO POSSAS

NÉLSON EIZIRIK

PAULO GUEDES

RENÊ GARCIA

RICARDO LOBO TORRES †

RODRIGO DE ALMEIDA

SULAMIS DAIN

VICENTE BARRETO

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS †

CONSELHO CONSULTIVO

ALOÍSIO ARAÚJO

ANTÔNIO BARROS DE CASTRO †

ANTÔNIO CARLOS PORTO GONÇALVES

ANTONIO DELFIM NETTO

ARMANDO GUERRA

ARTHUR CANDAL †

CARLOS EDUARDO BULHÕES PEDREIRA

CARLOS IVAN SIMONSEN LEAL

CARLOS LESSA †

CARLOS SALLES

CARLOS THADEU DE FREITAS GOMES

CELSO CASTRO

CÉSAR MAIA

CEZAR MEDEIROS

DANIEL DANTAS

DÉCIO CLEMENTE

EDISON VAZ MUSA

ELIEZER BATISTA †

FRANK GEYER ABUBAKIR

HÉLIO PORTOCARRERO

HENRIQUE LUZ

HENRIQUE NEVES

JACQUES BERLINER

JOÃO LUIZ MASCOLO

JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO †

JOEL KORN

JOSÉ LUIZ BULHÕES PEDREIRA †

JOSÉ DE FREITAS MASCARENHAS

LUÍS FERNANDO CIRNE LIMA

LUIZ ANTÔNIO ANDRADE GONÇALVES

LUIZ ANTÔNIO VIANA

LUIZ CARLOS BRESSER PEREIRA

LUIZ FELIPE DENUCCI MARTINS

LUIZ GONZAGA BELLUZZO

LUIS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA

MÁRCIO SCALERCIO

MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES

MARIA SILVIA BASTOS MARQUES

MAURÍCIO DIAS

MIGUEL ETHEL

OLAVO MONTEIRO DE CARVALHO

PAULO HADDAD

RAPHAEL DE ALMEIDA MAGALHÃES †

RICARDO CRAVO ALBIN

ROBERTO CAMPOS †

ROBERTO CASTELLO BRANCO

ROBERTO DO VALLE

ROBERTO PAULO CEZAR DE ANDRADE

SÉRGIO QUINTELLA

SÉRGIO RIBEIRO DA COSTA WERLANG

Inovação Sustentabilidade Vida



 **INSIGHT**
BIOMA

Pensando o futuro

insightbioma.com.br

INSIGHT INTELIGÊNCIA

As pinturas de Lesley Oldaker dialogam com a incapacidade de comunicação e o silêncio da depressão. São imagens que partilham o tétrico, o gótico e o bizarro. Falam dos nossos dias.

Inteligência e seus patrocinadores convidam os leitores para um passeio pela galeria dos quadros da pintora. Trata-se de uma experiência rara de estranheza estética e emocional.



















Neste momento de novos e grandes desafios em todo o mundo, agir com rapidez e tomar as decisões corretas faz toda a diferença.

Estamos trabalhando em home office mantendo nossos serviços com a mesma eficiência de sempre e garantindo a segurança de todos.

Banco BOCOM BBM,
preparado para o futuro



www.bocombbm.com.br





**“NADA DE NOVO SOB O SOL”:
TEORIA E PRÁTICA DO
NEOLIBERALISMO BRASILEIRO**

Christian Lynch
É aquela velha história...

16

**MILÍCIAS: UM DESAFIO
PARA A DEMOCRACIA
BRASILEIRA**

Luiz Eduardo Soares
O partido que mais cresce
no país

50

MILÍCIAS



**INFLEXÕES À BEIRA DO
ABISMO – O AJUSTE FISCAL
NÃO TEM SOMENTE UMA
ÚNICA SOLUÇÃO**

Luiz Cesar Faro
Paulo Guedes poderia ler
três vezes no original

36



**A HAUS DER KUNST E O
PROJETO ARQUITETÔNICO
DO TERCEIRO REICH**

Luis Felipe Brito Herdy
Todos os traços do totalitarismo

78



**MELOPEIAS DO PADRE
JOSÉ MAURÍCIO**

Mário Marques Trilha
Entre modinhas, solfejos e
fantazias

86

**A MÚSICA QUE
MERECE SER OUVIDA**

Luis Carlos Fridman
Dá para escutar a voz de
Caetano ao fundo. Ou não.

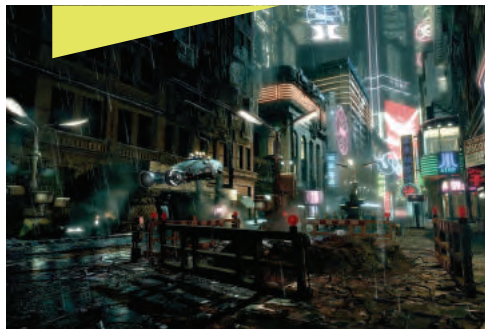
100

SUMÁRIO

INSIGHT

INTELIGÊNCIA

nº 91 outubro/novembro/dezembro 2020



SOBRE TECNOLOGIAS E HUMANOS NO MUNDO DIGITAL – AVANT LA DÉMOCRATIE!

Fernando Filgueiras

Blockchain acima de tudo, algoritmo acima de todos!

112

AS PALAVRAS E AS COISAS

José Vicente Santos de Mendonça

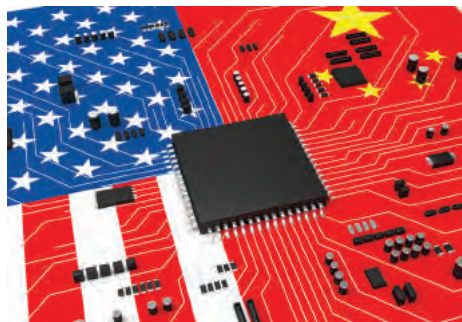
A poesia está nas notas do autor

122

A DISPUTA ENTRE CHINA E EUA PELA LIDERANÇA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL – O MAIOR ESPETÁCULO DA TERRA

Carlos Augusto de Lima e Leonardo Braga Martins
Não deixa de ser uma corrida espacial

126



TRÊS ELEIÇÕES SEM FINANCIAMENTO EMPRESARIAL: NOVO MODELO, NOVOS PROBLEMAS

Guilherme France e Michael Freitas Mohallem

Quando a corrupção apenas muda de endereço

140



“NADA DE NOVO SOB O SOL”

TEORIA E PRÁTICA DO NEOLIBERALISMO BRASILEIRO

CHRISTIAN LYNCH

Cientista político e jurista

INTRODUÇÃO

O tema do neoliberalismo está em voga há cerca de quarenta anos, desde que a crise da socialdemocracia europeia trouxe a crítica do planejamento econômico pelo Estado e a defesa do liberalismo econômico como fórmula capaz de superar a estagnação. O sucesso dos governos conservadores de Reagan e Thatcher na retomada do crescimento econômico foi atribuído às receitas veiculadas pela Escola Austríaca de Ludwig von Mises e Friedrich Hayek. Nos últimos dez anos, seu prestígio cresceu e seus partidários aderiram à chamada “nova direita”, parte da qual viria no Brasil a apoiar a agenda de um neoliberal convicto que se tornou ministro da Economia de Jair Bolsonaro: Paulo Guedes. No mais, não há unanimidade sobre o conceito de *liberalismo* no debate público. No campo do próprio “liberalismo”, embora integrando uma

coalizão de governo de vocação abertamente autoritária e reacionária, os neoliberais insistem em apresentar-se como “liberais” ou “autênticos liberais”. Eles enfrentam a oposição vigorosa de outros “liberais”, que sustentam a incompatibilidade entre liberalismo e conservadorismo, ou autoritarismo político.

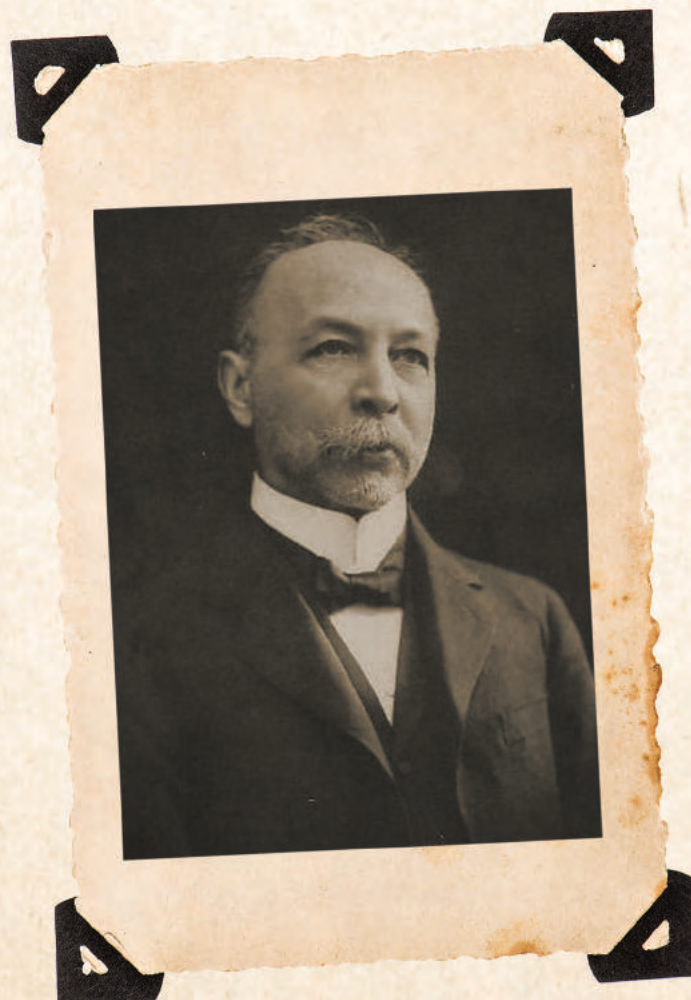
A “querela dos liberais” gira essencialmente em torno de duas concepções diversas de liberalismo. A primeira é inimiga do autoritarismo político e mantém historicamente relações pragmáticas com a economia. A segunda defende a dependência da liberdade política frente à econômica e descreve o autoritarismo como produto da intervenção do Estado na economia. No campo socialista, por sua vez, o conceito de “liberalismo” é unívoco. A partir de uma perspectiva tão materialista ou economicista quanto a neoliberal, os socialistas apagam a diferença entre “liberais” e “neoliberais”. São todos qualificados como “neoliberais”, entendidos como “liberais ressurgentes”, e definidos genericamente por seus supostos compromissos oligárquicos e plutocráticos. Os socialistas assim preservam sua tradicional crítica do “liberalismo” como ideologia comprometida com os interesses da classe burguesa, assegurando para si o monopólio da etiqueta “progressista”. Já o campo conservador reconhece positividade apenas ao “liberalismo” sinônimo de “neoliberalismo”. O “liberalismo” aberto à participação democrática e à emancipação das minorias é descartado pelos atuais conservadores como “socialdemocrata” ou parte integrante do “esquerdismo”.

O presente artigo aborda a questão do neoliberalismo no Brasil, se esforçando por deixar de lado as estereótipos disputas puramente abstratas, filosóficas, ideológicas e partidárias, do debate atual. Para tanto, combinarei aqui duas abordagens. A primeira delas é fornecida pela história do pensamento político, empregando-se a metodologia de Michael Freeden. A partir da história dos conceitos de Reinhart Koselleck, ela entende as ideologias como discursos estruturados a partir de conceitos (“liberdade”, “igualdade”, “autoridade” etc.), cujos significados elas disputam entre si. A segunda abordagem passa por deslocar o foco dos autores estrangeiros para os nacionais. O objetivo é oferecer uma imagem mais precisa e concreta do nosso próprio neoliberalismo, explicando-o a partir da doutrina e da prática de seus adeptos ao longo da história. A *teoria e a prática do neoliberalismo brasileiro* serão apresentadas pelas vozes de seus mais abalizados representantes históricos: o jurista João Alberto Sales (1857-1904), principal doutrinário do Partido Republicano Paulista e divulgador da doutrina de Herbert Spencer; seu irmão Manuel Ferraz

de Campos Sales (1841-1913), que foi deputado, senador, governador de São Paulo e presidente da República; seu ministro da Fazenda, o banqueiro e financista Joaquim Murinho (1848-1911); o engenheiro e economista Eugênio Gudin (1886-1986), ministro da Fazenda do presidente Café Filho e primeiro divulgador da obra de Mises no Brasil; seu êmulo Henrique Orciuoli (1896-?), que foi jurista e escritor; o economista e diplomata Roberto Campos (1917-2001), ministro do Planejamento do governo Castelo Branco e primeiro grande difusor do pensamento de Hayek; o diplomata José Osvaldo Meira Penna (1917-2017), que se tornou o principal arauto da doutrina depois da morte de Campos, adquirindo notoriedade nos meios intelectuais conservadores; e o economista Paulo Roberto Guedes (1949-), atual ministro da Economia do governo Bolsonaro. Ao final, o artigo descreve sucintamente algumas contendas históricas entre “liberais democratas” e “neoliberais”, no intuito de compreender as diferenças entre eles.

1. LIBERALISMO E NEOLIBERALISMO NA HISTÓRIA DO PENSAMENTO POLÍTICO

O advento da democracia a partir de 1870, com a ampliação progressiva do eleitorado empurrada pelos



movimentos de pressão da classe trabalhadora, obrigou liberais britânicos, franceses e norte-americanos a reconhecer que um mínimo de igualdade social era indispensável à ampliação da liberdade ao maior número; que se impunha algum grau de intervenção do Estado no domínio socioeconômico para que a massa trabalhadora pudesse gozar efetivamente dos direitos fundamentais consagrados por lei. O liberalismo que renunciou ao fundamentalismo do mercado, que será referido aqui como *liberalismo democrático*, foi conhecido na França como *solidarismo* ou *radicalismo* (de que forma representantes Léon Bourgeois, Émile Durkheim); na Grã-Bretanha, como *novo liberalismo* (herdeiros de Stuart Mill, como William Gladstone e Thomas Green); e nos Estados Unidos, como *progressismo* (de que foram expoentes autores como Woodrow Wilson e John Dewey).

A variante conservadora do liberalismo chamada *libertarianismo econômico* ou "*neoliberalismo*" surgiu à mesma época na forma de uma dissidência, contrária àquele processo de adaptação do liberalismo à democracia. Ela redefiniu a doutrina política do liberalismo, privilegiando a preservação da completa liberdade de mercado e deixando em segundo plano as preocupações democráticas, relativas aos problemas do governo oligárquico e plutocrático. Do ponto de vista formal, o neoliberalismo pode ser assim compreendido como um híbrido de liberalismo e de conservadorismo porque, se por um lado apresenta características liberais, como o individualismo, por outro eleva o mercado à condição de organizador último da vida social, intangível porque produto de forças extra-humanas – no caso, uma suposta "ordem espontânea" do universo. Seu primeiro grande formulador foi o filósofo britânico Herbert Spencer que, a título de preservar a dimensão oligárquica do liberalismo, desenvolveu em escritos como *O indivíduo contra o Estado* (1884) uma versão "científica" da doutrina, destinada à preservação do Estado mínimo e do governo das elites. O "evolucionismo" spenceriano, também conhecido como "darwinismo social", foi seguido por muitos conservadores da Belle Époque, como Gustave Le Bon e Georges Lapouge. Ele fazia uma defesa radical do individualismo e da propriedade privada como formas de organização "natural" da sociedade, que deveriam ser protegidos pelo Estado sob pena de destruir os fundamentos do progresso social. Spencer já sustentava o mote de que ele é seus seguidores seriam os "autênticos liberais", ao passo que Stuart Mill e William Gladstone não estavam favorecendo o advento



da democracia, e sim o do "socialismo", entendido como uma ressurreição moderna do antigo absolutismo.

Depois da Primeira Guerra Mundial, o neoliberalismo ou libertarianismo econômico foi renovado pela chamada "Escola Austríaca" de Ludwig von Mises e Friedrich Hayek, cujos livros mais populares foram, respectivamente, *O liberalismo segundo a tradição clássica* (1927) e *O caminho da servidão* (1944). Ambos reciclaram a doutrina de Spencer, substituindo a agora anacrônica ênfase na evolução da espécie como seu fundamento por outra, centrada tão somente na autonomia do mercado. Permanecia, todavia, a ideia do mercado como produtor uma ordem espontânea, cujas leis naturais seriam as grandes responsáveis pelo progresso e pela riqueza da "civilização ocidental". Elas não poderiam ser modificadas pela "vontade arbitrária do homem", sob pena de condenar a humanidade a retroagir para formas mais primitivas e autoritárias de existência. Uma vez que o liberalismo econômico e o político seriam indissociáveis, o destino da "democracia", compreendida



quase exclusivamente como um regime de total liberdade econômica, dependeria acima de tudo da vitória dos princípios de livre iniciativa sobre todas as formas de dirigismo econômico.

Em síntese, liberalismo democrático e neoliberalismo são troncos diferentes de uma mesma macroideologia, na qual o liberalismo democrático constitui o veio principal e orgânico, e o neoliberal, o veio secundário e mais dogmático que, não obstante, se reclama “autêntico”. O liberalismo democrático, de Stuart Mill a Rawls, se caracteriza por uma relação de maior contingência com o liberalismo econômico, tendo admitido mesmo formas moderadas de planejamento econômico. Este não é o caso do neoliberalismo que, ao contrário, mantém relações de maior contingência com o regime democrático. Vejamos agora como a doutrina se percebe e ao Brasil, examinando os escritos deixados pelos neoliberais brasileiros.

2. O COSMOPOLITISMO NEOLIBERAL COMO SINÔNIMO DE CAPITALISMO E INTEGRAÇÃO MUNDIAL DE MERCADOS.

Ao contrário do liberalismo democrático, que acredita no esclarecimento progressivo do homem pela razão e

em sua capacidade de empregá-la para a criação de uma ordem política mais livre e justa, o neoliberalismo acredita que a civilização se deve quase exclusivamente ao livre funcionamento do mercado, de acordo com determinadas leis naturais do mundo econômico-político, insuscetíveis de alteração pelos seres humanos. Os neoliberais compreendem o “capitalismo” como um sistema econômico natural criador de uma realidade objetiva e espontânea, conforme explicava Joaquim Murinho no final do século XIX: “O crescimento de cada nação está sujeito a leis naturais: como todos os seres vivos, os povos precisam de um tempo determinado por uma série de circunstâncias para seu crescimento” (Murinho, 1897:39). Nada poderia regular esse movimento: “Nenhum poder humano pode alterar as leis naturais” (Murinho, 1980:151). O capitalismo é tomado como sinônimo da própria civilização; uma força moderna, criativa e libertadora que, segundo Paulo Guedes, detestaria “o patriarcado, o patrimonialismo, a aristocracia e o cartório. Por essa razão, constantemente fustiga privilégios e está sempre promovendo novas oportunidades”. Para Guedes, “o liberal é tudo, menos um conservador, um aristocrata. Um liberal de verdade é profundamente revolucionário, quase anárquico; ele está sempre olhando para o futuro, nunca para o passado” (Guedes, 2019:197).

O cosmopolitismo neoliberal também se caracteriza menos por uma concepção política liberal, referida a uma sociedade internacional compartilhando valores universais de liberdade, dignidade e democracia, do que como um mercado mundial sustentado pela livre circulação de empresários, consumidores e mercadorias: “Para a filosofia (neo)liberal”, explica Eugênio Gudín, “o ideal é o mercado em livre concorrência e a mobilidade de fatores de produção; é a produção regulada pelo sufrágio ininterrupto de preços traduzindo a demanda efetiva de mercadorias e serviços” (Gudín, 1970:51). Daí não haver para Joaquim Murinho possibilidade de conciliar liberalismo político e intervenção do Estado no domínio econômico: “Todas as liberdades se ligam umas às outras; destruindo uma delas, comprometemos a existência das outras” (Murinho, 1897:61). Por conseguinte, para os neoliberais, haveria apenas dois caminhos: o do neoliberalismo como fórmula de civilização e o do totalitarismo como meio de regressão à barbarie. As alternativas eram definidas paradigmaticamente por Gudín: “O do capitalismo de Estado com regime totalitário e supressão da propriedade privada dos meios de produção ou o da democracia política e da economia

liberal” (Gudin & Simonsen, 2010:79). Também Roberto Campos denunciaria depois de Gudin “a mistura ilusória de liberalismo político e intervencionismo econômico”, na medida em que a verdadeira oposição política era aquela que oporia “economia de mercado” à “economia de comando” (Campos, 2018:106-107). No agregado, o automatismo do mercado produzia uma sociedade mais rica, que favorecia o maior número de seres humanos. No final do século XX, Meira Penna resumiria as esperanças ideológicas do neoliberalismo brasileiro:

Não podemos saber o que será o mundo do século XX. Contudo, é lícito antecipar que as forças de transformação mais enérgicas da época contemporânea conduzem a um universo cosmopolita, multirracial, ecumênico, pluralista, de interdependência cultural, integração política democrática e economia de mercado dominada pelas grandes corporações multinacionais. A ideologia do Estado-nação soberano deve ser superada. Tudo indica que o modelo de desenvolvimento experimentado na área do Atlântico Norte (com uma sucursal no Extremo Oriente) é o modelo do futuro – precisamente porque é o modelo mais liberal, mais polêmico, mas dinâmico, mais imprevisível, mais contraditório. Diante da “sociedade exemplar” ocidental, o Terceiro Mundo é o resquício folclórico do passado autoritário pré-moderno, a imagem pré-histórica da Idade da Pedra, o último vagão de carga de um trem da história cuja locomotiva trafega em algum lugar entre Milão e Londres, entre Nova York e Los Angeles, entre Tóquio e Singapura (Penna, 1988:3).

3. A LIBERDADE ECONÔMICA COMO PRINCÍPIO ORGANIZADOR DO MUNDO POLÍTICO.

O conceito de liberdade é interpretado pelos neoliberais principalmente como um regime de “liberdade econômica”, que remete à soberania dos indivíduos exercida antes no âmbito do mercado do que na sociedade civil. O indivíduo não é definido prioritariamente como cidadão, mas como produtor econômico, consumidor e contribuinte. O regular funcionamento da democracia dependeria da prévia existência de economia pautada pelo respeito aos princípios de propriedade particular e da livre iniciativa, encarada como “solução de todos os problemas, sociais, políticos ou econômicos” (Sales, 1902:5). Para Alberto Sales, eram esses princípios que organizavam naturalmente o mundo social, regido pela “lei fatal da concorrência, que só faz com que triunfem os mais fortes e os mais competentes”; lei que seria “o único critério que decidiria em última instância

da sorte dos pretendentes, na luta travada por todos pela posse das funções públicas” (Sales, 1965:45-46). O ser humano possuiria uma natureza egoísta incontornável e o progresso passava pela sua maximização controlada: “O egoísmo é um forte elemento de resistência; e assim como pode ser um obstáculo à realização de uma reforma, também pode ser causa de uma revolução. É nele que residem, em última análise, os verdadeiros propulsores da civilização” (Sales, 1983:56). Também Henrique Orcioli acreditava que “o único elemento de grandeza humana e que ilumina o pensamento da criatura, com vontade de progredir e de subir, paulatinamente, dentro do espírito de iniciativa, é exatamente a liberdade, a independência das forças malélicas, da opressão do Estado dirigente” (Orcioli, 1961:46-47).

Para o neoliberalismo, a plena liberdade econômica beneficiaria indistintamente empresários e empregados: “Ambos lucram, porque de um lado o operário, movido pelo natural interesse e egoísmo, procura desenvolver maior e melhor atividade, para produzir mais e melhor” (Orcioli, 1961:36). A justiça social é considerada um produto natural das leis do mercado. Para Roberto Campos, uma ordem pública estabelecida por empresários criativos e empregados tecnicamente qualificados geraria riqueza pública, graças aos sucessivos ganhos de produtividade que dela decorreriam: “As conquistas sociais verdadeiras não são as impostas por lei, mas as negociadas no mercado, em função da produtividade e do crescimento econômico” (Campos, 2018:243). Porque garantia a instalação e a prática desse sistema, só o neoliberalismo, para Meira Penna, era capaz de institucionalizar “a liberdade dentro da ordem” (Penna, 1988:3).

4. O EMPRESARIADO COMO CLASSE UNIVERSAL (“O POVO”).

Para os liberais democráticos, a “classe universal”, entendida como a única capaz de liderar o povo no caminho de uma ordem social justa, é a classe média identificada com a “sociedade civil”. Para os neoliberais, todavia, a “classe universal” é composta acima de tudo pelo patronato, composto por empresários, financeiros e profissionais liberais bem-sucedidos. Para Joaquim Murinho, não havia força social mais justa e eficiente do que aquela produzida pela “ação de milhares de homens de negócios, que, impelidos pela grande força do interesse individual, esclarecidos por longos anos de prática, dividem a solução de um problema em milhares de problemas parciais a que

cada um pode, pela competência adquirida, pelo estudo e experiência de muitos anos em uma esfera determinada, dar a melhor solução possível” (Murtinho, 1897:20). De acordo com Eugênio Gudín, as funções de governo deveriam naturalmente recair sobre “o grande advogado”, “o grande médico”, “o engenheiro ou o empresário ilustre”, que teriam desbravado “seu caminho na vida à custa de muito esforço próprio, nas duras trilhas da concorrência e da luta, onde forjam seu caráter e a personalidade” (Gudín, 1978:40). Os empresários não eram movidos apenas pelo lucro, mas também por outras aspirações, como “a satisfação de realizar e vencer, o prestígio social, muitas vezes o imperativo de progredir e a impossibilidade de estagnar sob pena de sucumbir, são outras tantas motivações dos empreendedores”, cujos investimentos beneficiavam “as classes médias ou pobres muito mais do que as ricas” (Gudín, 1970:179-180).

Cidadão por excelência do neoliberalismo, o empresário ou “empreendedor” brasileiro é sempre apresentado como uma pobre vítima, espremida entre o peso brutal de um Estado fiscalista, dominado por burocratas incapazes e

industriais protecionistas, e por sindicatos de trabalhadores esquerdistas e preguiçosos: “O peso excessivo dos impostos emperra o funcionamento da livre iniciativa. Ser empreendedor é um inferno. Precisam sobreviver a surtos inflacionários, a maxidesvalorizações, a competições com órgãos públicos que não pagam impostos, ausência de crédito, achaques fiscais, juros elevadíssimos” (Guedes, 2019: 200). Roberto Campos reclamava que o empresário brasileiro perdia dois terços de seu tempo resolvendo pendengas burocráticas e financeiras, arriscando seu dinheiro em ambiente hostil e enfrentando “a angústia da competição” (Campos, 2018:133-134). Segundo Orciuoli, a proteção dos empregados pelo direito trabalhista prejudicava “os cidadãos, tirando-lhes o poder diretor de suas empresas, a faculdade administrativa do centro de seus negócios” (Orciuoli, 1961:18). O Estado cobria o empregado de regalias e destratava “o patrão que é o capital, levando-o à rua da amargura” (Orciuoli, 1961: 45). Roberto Campos advertia aqueles que, ao longo da Constituinte de 1987-1988, buscavam realizar o ideal de justiça social de forma voluntarista: “São os empresários e não os constituintes que têm de criar oportunidades para os desempregados e gerar empregos” (Campos, 2018:215).

A soberania do povo no neoliberalismo brasileiro remete assim à prevalência da vontade dos agentes econômicos, entendidos como “classe universal” responsável pela preservação dos princípios sociais de ordem, liberdade e justiça. Daí a distinção estabelecida por Roberto Campos entre democracia de democratie: “Democracia é a livre escolha do indivíduo, abrangendo um leque de opções: opções políticas, opções sociais, opções econômicas. Democratie é a ênfase sobre os direitos e garantias políticas, com descaso pela defesa do indivíduo contra imposições governamentais no plano econômico, cultural e social” (Campos, 2018:239). Também Paulo Guedes identificava “um paradoxo interessante entre a democracia e a liberdade”, razão pela qual “antes de ser um democrata eu sou um liberal. Democracia é um método político; o liberalismo é uma doutrina e não apenas um método” (Guedes, 2019:198). O neoliberalismo se orienta assim por uma concepção esvaziada da política, destituída de esfera deliberativa, e por isso mesmo traduzida por Campos Sales como “pura administração” (Sales, 1983). Uma vez que a política verdadeira – a científica – seria apenas aquela de caráter técnico, explicada pela economia neoliberal, tudo fora dela passa a ser encarado como um caudal de irracio-





nalidades, conforme explicava Meira Penna: “A política é o terreno eminente das paixões, dos mitos e do carisma quando pouco se pensa. É o reino maravilhoso do irracional, do emocional e do imprevisível. Nela não se pensa, senão na oportunidade. Nela, a força atuante é a dos interesses e do instinto de poder, da vontade de domínio” (Penna, 1988:132-133).

Se o mercado é o modelo natural de funcionamento da sociedade, a função essencial do direito é o de protegê-lo contra “a mania de legislar” do Estado. Ignorantes das leis econômicas, políticos profissionais estavam mais interessados em angariar votos com promessas igualitaristas, impossíveis de serem realizadas. Neoliberais como os irmãos Sales criticavam os excessos da atividade parlamentar, repetindo à exaustão o mantra de Spencer segundo o qual, ignorantes das leis da divisão econômica do trabalho, os legisladores “desconhecem completamente a mútua dependência que naturalmente existe entre as diversas partes do organismo social” (Sales, 1882:118). Eugênio Gudín insistia na tese de que a função das instituições não era a de fomentar civismo ou associativismo, e sim a

de servir de anteparos à propriedade privada: “O segredo do desenvolvimento econômico reside muito menos em novos elementos de trabalho e capital do que na sabedoria dos governantes em não praticar despautérios, um após outro” (Gudín, 1965:85). Para os neoliberais, constituições democráticas só poderiam vingar se encontrassem uma cultura comunitária previamente conformada por uma ordem econômica, na qual o mercado funcionasse como alocador natural de recursos. Por essa razão, eles veem com reservas redobradas momentos de refundação do pacto social, identificados com assembleias constituintes. Ministro da Justiça do governo provisório da República, Campos Sales propôs aos colegas evitar a reunião de uma constituinte, pela outorga pura e simples do projeto de constituição elaborado por sua comissão de juristas. Também Roberto Campos acreditava que, movidos irracionalmente pela “esperança ingênua de reformar o mundo”, os constituintes cometiam tolices em série em nome da “soberania do povo” (Campos, 2018: 115).

5. OS INIMIGOS DO NEOLIBERALISMO (A): O “SOCIALISMO”.

O primeiro grande inimigo dos neoliberais são os “socialistas comunistas”. Joaquim Murinho explicava que, partidários do regime de “escravidão primitiva” (Murinho, 1897:38), os “socialistas” pretendiam engrandecer o Estado para liquidar a propriedade privada: “A ideia socialista está se infiltrando de um modo insidioso; não temos partido socialista arrematado, mas o socialismo está invadindo o espírito dos homens públicos do nosso país” (Murinho, 1897:47). Também Campos Sales amaldiçoava o “socialismo de Estado”, sinônimo para ele de revolução comunista: “Apoiada sobre o coletivismo, que é a sua base fundamental, ela aspira à desorganização social, pela destruição total de todos os princípios de moral, de direito, de ordem e de justiça” (In: Sales Jr, 1944:102-106). Ao intervir na ordem socioeconômica, acrescentava Orciuoli, o socialismo retirava dos empregados o estímulo egoísta de que careciam para progredir: “Quer o socialismo de Estado, quer o corporativismo, quer o comunismo, são males que desfibraram o homem, tirando-lhe o que há de mais soberbo e humano: o incentivo à luta, o espírito de colaboração e cooperação, oferecendo-lhe as luzes para as invenções, para o progresso técnico, que só se descobre, quando não lhe é ensinado em escolas adequadas, mas quando há liberdade e harmonia ajustadora entre os dois elementos” (Orciuoli,

1961:46). O Estado se tornava “o interventor absoluto, o brutamente que destrói a tradição nacional, que rasga contratos privados, que tira a fixidez contratual” (Orcioli, 1961:26). A legislação social criada depois da Revolução de 1930 pelo trabalhismo de Getúlio Vargas resultaria de “uma política puramente demagógica, porque só se exigem direitos para o trabalhador. Se exigimos direitos, devemos, também, exigir deveres. A todo direito deve corresponder um dever” (Orcioli, 1961:29). Também Roberto Campos reclamava que os trabalhadores sindicalizados só queriam saber de “liberdade sem responsabilidade” (Campos, 2018:176). Para os neoliberais, a “ideologia” são sempre os outros: enquanto o neoliberalismo espelharia a realidade; o socialismo não passava de sua demoníaca falsificação: “Um [o neoliberalismo] é um sistema econômico que apenas pretende ser o mais propício ao desenvolvimento econômico e à melhoria do padrão de vida das populações humanas; não é uma ideologia. O outro é mais do que uma ideologia; é uma mística que quer ser internacional (de classes) e acabou sendo nacional” (Gudin, 1970:28).

6. OS INIMIGOS DO NEOLIBERALISMO (B): A “BUROCRACIA”.

O segundo inimigo do neoliberalismo é a “burocracia”, isto é, os servidores públicos, referidos invariavelmente como esbanjadores e parasitários. Joaquim Murtinho equiparava a uma espécie de dependência química a suposta tendência do brasileiro para o funcionalismo: “O serviço público, como a morfina e outros venenos, produz com uma intoxicação crônica uma verdadeira mania; dir-se-ia que há buromaníacos como há morfínomaniacos” (Murtinho, 1897:55). As diferenças entre o serviço público e o privado são encaradas como privilégios: os servidores deveriam estar no mesmo regime previdenciário que os trabalhadores comuns – ou seja, nenhum, eis que a seguridade social ainda não existia em seu tempo. Também Eugênio Gudin maldizia a burocracia como “uma máquina ronqueira, cujos membros, em regra mal selecionados, confiam no amparo político e na diluição da responsabilidade, mais do que no valor da iniciativa e do esforço pessoais” (Gudin & Simonsen, 2010:81). Os direitos sociais e trabalhistas são vistos pelos neoliberais brasileiros como empecilhos para o desenvolvimento da economia e uma cruz a mais para o empresário carregar, que sempre geram efeitos opostos aos pretendidos por seus defensores, como mais pobreza e

desemprego: “Se nos tribunais trabalhistas ou no Ministério do Trabalho os empregados sempre têm razão, impossibilitando a indispensável disciplina, o capital foge” (Gudin & Simonsen, 2010:109). Também para Roberto Campos, a burocracia constituía um “Estado profundo”, um “*big government*”, que resistia à redução de sua participação na renda nacional, apoiada por empresas públicas, militares e socialistas. As imperfeições dos mercados eram “muito menores e mais autocorrigíveis que as imperfeições do burocrata”, já que o serviço público se compunha essencialmente de “burocratas safados e políticos fisiológicos” (Campos, 2018: 92 e 137). Haja vista que “o Estado deve ser cada vez menos empresário” para implantar um regime de “fundamentais liberdades econômicas”, era preciso “eliminar-se a tirania do burocrata” e “libertar as energias do empresário” (Campos, 2018:99). Em síntese, o Brasil não precisava proteger-se do “capitalismo selvagem”, e sim livrar-se do “cartorialismo selvagem” e do “progressismo improdutivo” (Campos, 2018:172).

7. OS INIMIGOS DO NEOLIBERALISMO (C): O “NACIONALISMO INDUSTRIALISTA” E “OS INTELCTUAIS”.

O terceiro inimigo dos neoliberais brasileiros são os “interesses reacionários” dos *industrialistas*, que desejavam a proteção para manter monopólios e preservar o *status quo*. De acordo com Alberto Sales, querer industrializar um país de agricultura ainda rudimentar importava “desconhecer de uma maneira lamentável a lei geral da evolução social” (1882:135). O protecionismo era “um grave erro econômico, atentatório da própria índole do comércio” (Sales, 1882:134). Joaquim Murtinho também era agrarista e via grandes vantagens no desenvolvimento retardado do país: “O nosso crescimento será lento e gradual, mas será um verdadeiro crescimento orgânico” (Murtinho, 1897:40). Também Eugênio Gudin protestava por um desenvolvimento mais equilibrado entre agricultura e indústria, opondo-se às “restrições nacionalistas e estúpidas” do planejamento econômico, acusando o Brasil de ser o país mais fechado e menos capitalista do mundo (Gudin & Simonsen, 2010:76). O culpado desse insulamento era o nacionalismo, “já agora encampado e dominado pelos comunistas de parceria com a burrice” (Gudin, 1965:95). Os neoliberais brasileiros tendem assim a se opor a todo incentivo industrial, salvo alguns casos pontuais e desde que auxiliados pelo capital estrangeiro. O grosso da atenção do governo deveria recair sobre a

agricultura, onde havia mais chances de obter saltos tecnológicos e menos riscos de greves ou distúrbios sociais. Além dos sindicatos, dos burocratas e dos protecionistas, os “intelectuais” também são considerados inimigos do neoliberalismo por favorecerem políticas socialistas. Em busca de fama, notoriedade e admiração, orientados por um idealismo utópico, original e imaginativo, jornalistas, bacharéis e cientistas sociais desejavam influenciar o rumo dos acontecimentos, sem arcarem com o custo de pegar no pesado, conhecendo as leis econômicas e adquirindo prática dos negócios. Para Eugênio Gudín, os “intelectuais” que protestavam por democracia durante o regime militar não passavam de “literatos”, incapazes de ligar ideias com um mínimo de coerência e lógica (Gudin, 1970:23-24). Eram generalistas desprovidos de “realismo” político, tipo de conhecimento privativo de especialistas oriundos da economia e de ciências exatas, profissionais liberais bem sucedidos e empresários. Meira Penna destacaria também o papel dos “intelectuais de esquerda” que, embora se dissessem “progressistas”, eram “os maiores inimigos

das transformações que o mundo moderno nos propõe” (Penna, 1988:1).

8. O PROGRAMA POLÍTICO NEOLIBERAL: O ESTADO MÍNIMO.

A política neoliberal entende a ordem pública como decorrente do equilíbrio natural produzido pelo conjunto dos contratos celebrados entre particulares no âmbito do mercado. Enquanto os liberais democráticos apontam como a expressão típica da ação coletiva a associação para fins cívicos, os neoliberais preferem assim a livre empresa. Para Alberto Sales, o Estado deveria “garantir de maneira a mais positiva possível a liberdade de trabalho e de associação, facilitando a formação de companhias anônimas e fornecendo aos capitais todos os ensejos para que se congreguem e se reproduzam, com a maior liberdade possível” (Sales, 1882:484). Também Joaquim Murinho entendia que o papel do Estado se resumia a garantir “a ordem por meio da liberdade, mantendo a paz em todo o transe e fazendo desaparecer todas as peias regulamentares que entorpecem os movimentos da liberdade individual” (Murinho, 1897:27). Eugênio Gudín glosava seus antecessores quando definia a doutrina (neo)liberal como “a de abstenção do Estado de toda atividade econômica que possa ser realizada pela iniciativa privada, inclusive os serviços de utilidade pública em regime de concessão e as indústrias de base” (Gudin, 1965: 366). Em suma, o Estado neoliberal não tem por missão promover, nem justiça social, nem industrialização, nem desenvolvimento. Sua função central é a de intervir apenas para propiciar condições de livre funcionamento do mercado, preservando as assimetrias sociais por ele produzidas, porque naturalmente justas.

O intervencionismo no domínio socioeconômico é percebido pelo neoliberalismo como a ressurreição do mercantilismo absolutista, cujo equivalente no século XX teria sido o totalitarismo, fascista e bolchevista. Para Eugênio Gudín, a “mística da planificação” do Estado seria uma “derivada genética da experiência fracassada e abandonada do *New Deal* americano, das ditaduras italiana e alemã que levaram o mundo à catástrofe e dos planos quinquenais da Rússia, que nenhuma aplicação podem ter em outros países” (Simonsen & Gudín, 2010:74). E repetia o mantra neoliberal de Mises e Hayek, segundo o qual “a extensão do poder econômico do Estado conduz fatalmente à onipotência política. As liberdades passam a ser controladas pelas rédeas poderosas do irresistível domínio econômico do Estado sobre o indivíduo” (Gudin, 1965: 366). Não passava de disparte grosseiro a ideia de





que o Estado pudesse perseguir o ideal de justiça social por qualquer outro meio, que não educação e incentivos ao aumento de produtividade: “O que valoriza o trabalho humano é a sua produtividade. Nem a livre iniciativa nem o Estado podem ‘valorizar’ o trabalho pagando salários superiores à sua produtividade” (Gudin, 1970:75). Ao político, caberia exclusivamente “criar as condições necessárias e favoráveis à eclosão e expansão das iniciativas dos empreendedores e os capitalistas” (Gudin, 1965: 158).

Quando encaram o problema da organização das instituições políticas, os neoliberais partem de duas diretrizes gerais. A primeira exige pulverizar o Estado o tanto quanto possível, a fim de incapacitá-lo para qualquer outra função que não seja preservar a ordem capitalista. Daí a defesa da descentralização política e administrativa em prol de Estados e municípios; da desregulamentação e da desestatização, destinadas a favorecer a fortalecer o setor privado da economia, além de um Banco Central independente. Campos Sales já confessava: “Nunca houve em política o que mais me apavorasse o espírito do que a centralização do poder” (Sales, 1902:58). Seu irmão Alberto enxergava

o federalismo como a contraparte geográfica da divisão social do trabalho, que favorecia o livre desenvolvimento das forças do mercado (a “iniciativa particular”) e prevenia os males da centralização política, que conduzia “à apoplexia do centro e à paralisia das extremidades” (Sales, 1882:145). Também para Roberto Campos o Estado deveria se guiar pelos princípios da subsidiariedade, que tornariam a atuação do governo federal “supletiva, excepcional e temporária” (Campos, 2018:108). Parecia-lhe urgente “fortalecer a Federação e combater o centralismo dirigista”, transferindo da União para os estados a propriedade do subsolo, a definição da política industrial e a política educacional, “até mesmo para preservar pluralismo ideológico” (Campos, 2018:127). O melhor exemplo de bom funcionamento do federalismo seria o Estado de São Paulo. O governo nacional desperdiçaria o dinheiro paulista com os Estados nordestinos, ignorantes da “lei fatal da concorrência, que só faz com que triunfem os mais fortes e os mais competentes” (Sales, 1882:388; 1983:46).

A segunda diretriz dos neoliberais brasileiros em matéria de organização institucional passava por estabelecer poderes executivos fortes, capazes de reprimir as tentativas de subversão do Estado mínimo. Daí a tendência – também aqui diversa do liberalismo democrático – de condenação do parlamentarismo como fraco e anticientífico. Joaquim Murinho era enfático: “Em um país em que a rapidez do desenvolvimento acarreta uma grande instabilidade social, a ação de um governo forte é condição essencial de ordem, de paz e de prosperidade” (Murinho, 1980:298). A preferência pelo presidencialismo era compartilhada por Eugênio Gudin, tendo em vista a incapacidade dos parlamentos, partidários e clientelistas, de resistirem ao populismo e ao estatismo, limitando-se a exercer funções técnicas e especializadas. Seu ideal tecnocrático continuava sendo o de um governo presidencialista forte, invulnerável à “demagogia” e dominado por especialistas no campo econômico e financeiro. Diante da eventualidade de governantes dispostos a ampliar intervenção do Estado, todavia, os neoliberais podem mudar de opinião. Assim, diante da possibilidade de uma presidência de Brizola ou Lula, Roberto Campos admitiria o sistema parlamentarista, desde que com voto distrital e fidelidade partidária. Ainda assim, ele não deixaria de expor suas dúvidas, tendo em vista as tradicionais críticas dos neoliberais à má qualidade

da representação parlamentar, permanentemente exposta à ignorância, à ingenuidade, à demagogia ou ao socialismo (Campos, 2018:155).

9. O PAPEL DA EDUCAÇÃO E DA INSTRUÇÃO: A BUSCA DA RESTAURAÇÃO MORAL E DA COMPETITIVIDADE.

Para os neoliberais, o destino de um país depende de uma política econômica libertária e da educação moral e instrução técnica da população. Joaquim Murinho acreditava que só a dura disciplina da livre concorrência remediaria os defeitos morais da população brasileira: “A imprevidência, o amor à ociosidade e a dissipação são vícios que só podem ser curados pelos males e sofrimentos que eles acarretam” (Murinho, 1980:151). Meira Penna também clamava por uma “forte autoridade moral que, sobre o alicerce das virtudes privadas e a consciência da responsabilidade, possa erguer o majestoso edifício da liberdade individual” (Penna, 1988:11). A restauração da Ordem (assim, com maiúscula) dependia do combate aos “festivals de rock, aberrações antinômicas, contestação geral, greves, avalanche pornográfica e o esplendor da Esquerda festiva”, que controlava “as universidades, os meios de comunicação de massa e a Esquerdigreja” (Penna, 1988:11). A instrução popular deveria difundir os valores capitalistas necessários à melhoria do ambiente de negócios. A população é percebida pelos neoliberais como força de trabalho que deveria estar bem qualificada para ajudar os empresários a promoverem níveis crescentes de produtividade econômica. Para Henrique Orciuoli, a difusão de escolas técnicas profissionais “daria ao Brasil o nervo ativo de sua produção básica, melhorando qualitativa e quantitativamente, chegando ao que os modernos economistas chamam de produtividade” (Orciuoli, 1961:31). Entretanto, o Estado ficaria encarregado tão somente de difundir a instrução primária. O restante do sistema público de instrução ficaria à cargo da iniciativa privada. Alberto Sales insistia na necessidade de “deixar o ensino superior completamente entregue à iniciativa particular, subordinado apenas à lei geral da concorrência” (1882:132). O excesso de regulamentação estatal coibia a liberdade de cátedra, subtraía os professores do processo de “seleção natural” de docentes e favorecia doutrinas intervencionistas: “A liberdade de ensino deve ser um corolário da liberdade de aprender” (1882:131).

10. HISTORIOGRAFIA NEOLIBERAL: A NOSTALGIA DO REGIME OLIGÁRQUICO.

A historiografia neoliberal divide a história brasileira em duas fases separadas pela Revolução de 1930. A monarquia constitucional e a Primeira República teriam sido excelentes regimes, governados por políticos abastados e educados, respeitadores da autonomia do mercado. Para Eugênio Gudín, durante a República Velha, “o presidente governava com o apoio das oligarquias estaduais, algumas delas, seja dito, de muito bom quilate” (Gudín, 1965: 170). Orciuoli também suspirava pelo extinto regime oligárquico, quando “havia elegância no discutir: linguagem apurada, clara, correta e respeitosa” (Orciuoli, 1961:200). Entendiam que a política brasileira funcionava bem porque o voto era restrito e facultativo. Depois, o alargamento da participação e a intervenção do Estado na economia teriam transformado o Brasil em um “Estado demagógico”, corrupto e autoritário. Para Meira Penna, o “democratismo populista” mergulhara o país “num estado permanente de agitação e



indefinição política” (Penna, 1988: 134). Os únicos governantes posteriores à Revolução de 1930 elogiados pelos neoliberais são os marechais Dutra e Castelo Branco. Para Henrique Orciuoli, a má qualidade da democracia brasileira decorria do sufrágio universal, da obrigatoriedade eleitoral e do voto do analfabeto: “Foi a demagogia, estabelecendo que todos devem ser eleitores, e que todos têm o direito de votar e ser votados – inclusive os analfabetos –, que deu, como não podia deixar de ser, nessa Babel parlamentar” (Orciuoli, 1961:147). Também Roberto Campos lamentava que o advento da democracia houvesse provocado no Brasil “uma baixa do nível de racionalidade e um afrouxamento do padrão ético do patriciado político” (Campos, 1969:249-257). O trabalhismo de Getúlio Vargas e João Goulart é virulentamente condenado pelo neoliberalismo brasileiro como um “autoritarismo positivista e personalista” (Penna, 1988:148) que, inspirado no fascismo italiano, agigantara o funcionalismo e corrompera os trabalhadores com uma série de benesses para eternizar-se no poder: “E o proletariado, com oitenta a noventa por cento de analfabetos, aplaudia comovidamente, delirantemente, acreditando que havia encontrado o novo Messias que se esgoelava todas as tardes, na hora sagrada do jantar” (Orciuoli, 1961: 129).

11. A INTERPRETAÇÃO NEOLIBERAL DO BRASIL (A): ANTI-IBERISMO E DEMOFOBIA.

O neoliberalismo radicaliza o diagnóstico liberal que tradicionalmente rebaixa o Brasil como uma nacionalidade periférica e atrasada, sempre carente de civilização por parte dos países cêntricos (“o Ocidente”), por meio de intercâmbios comerciais, tecnológicos e financeiros. Daí o horror de Roberto Campos ao nacionalismo, que nos mantinha no nível civilizacional das repúblicas bananeiras e africanas, onde não havia “o mais remoto odor de civilização” (Campos, 2018:216). Conforme pregava Eugênio Gudin, o Brasil deveria abandonar suas aspirações de autonomia cultural e deixar-se encharcar exclusivamente pelos chamados *valores ocidentais*: “Os países da América Latina não precisam criar uma civilização. Ela já foi criada na Europa nos últimos quatro séculos. Cabe-nos é assimilar essa civilização” (Gudin, 1965:95). O neoliberalismo brasileiro faz a apologia da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, considerados grandes baluartes da “civilização ocidental” encarregados de, por meio de um transplante cultural, “civilizar os países do Terceiro Mundo” (Gudin, 1980). Um

choque de capitalismo vindo do exterior era indispensável para que o Brasil modificasse o ambiente de preguiça, patrimonialismo e estatismo herdado da colonização ibérica. O cosmopolitismo neoliberal difundiria virtudes morais desconhecidas pela população, como a previdência, o amor ao trabalho e à poupança. Joaquim Murtinho lamentava que, ao contrário dos norte-americanos, os brasileiros não possuísem “as aptidões superiores de sua raça, força que representa o papel principal no progresso industrial desse grande país” (Murtinho, 1897:28). Semelhantes “vícios” de dissipação, preguiça e imprevidência só poderiam ser curados pela “escola dura e às vezes cruel” da concorrência, que a seu juízo era o único “agente natural e eficaz de regeneração” (Murtinho, 1897: 32).

A interpretação neoliberal do Brasil cruza elementos de duas interpretações preexistentes: a conservadora e a liberal. De um lado, ela se apropria da denúncia conservadora do “idealismo utópico” para repelir posições progressistas como inadequadas ao meio brasileiro; de outro, radicaliza a interpretação anti-iberista dos liberais para explicar o seu estado de extremo atraso cultural. Embora a ignorância e o desequilíbrio não fossem exclusivos da América Latina, Eugênio Gudin reconhecia que a origem ibérica era “sem dúvida um caldo de cultura favorável ao desabrocho dessa espécie” (Gudin, 1970:119). A ausência de uma educação calvinista e o alheamento ao ideário iluminista também são apontados por Meira Penna como responsáveis “pela mingua em nosso caráter nacional das virtudes racionais de operosidade, organização, poupança, seriedade, obediência à lei, disciplina intelectual e moral e ‘boa consciência econômica’” (Penna, 1988:129-130). Levados pelo amor das fórmulas constitucionais e pelo espírito do romantismo, mais emocionais do que racionais, mais utópicos e irrefletidos do que pragmáticos, os brasileiros jamais teriam ao longo de sua história encarado com objetividade suas realidades. O Brasil precisava entrar logo na “idade da razão” identificada com o pensamento neoliberal, abandonando o jeitoinho, o maquiavelismo político, a demagogia populista, a “ideologia” (isto é, o “esquerdismo”) e o “esbanjamento perdulário do Estado patrimonialista, empreguista e mercantilista” (Penna, 1988:117). Mais uma vez, apenas São Paulo é apontado como exemplo de sucesso no Brasil, porque lograra escapar do patrimonialismo ibérico: “Representa a Pauliceia o grande triunfo da iniciativa privada e da indústria capitalista” (Penna, 1988:127).

Como não poderia deixar de ser, o diagnóstico negativo dos neoliberais sobre a situação do Brasil deságua numa perspectiva demofóbica, desconfiada da participação po-



lítica ampliada como potencialmente subversiva. Alberto Sales advertia que a desordem igualitarista batia às portas: “O princípio da hierarquia, base de toda organização social e política, já quase não existe, atacado em enfraquecido todos os dias, pela fúria incandescente de uma louca propaganda emancipadora, que tudo tenta nivelar, muito embora nos arraste fatalmente para o charco da mediocridade e da inércia” (Sales: 1981[1904]:78). A demofobia neoliberal se expressa pelo perigo permanente da desordem provocada pela expansão da política para o âmbito das multidões: “A restauração da ordem, eis a grave questão suprema para todos aqueles que se dizem amigos da ordem e do progresso e que fazem o máximo empenho em salvar, da ruína que as ameaçam, as brilhantes conquistas da civilização”. Era preciso armar o governo “para resistir aos golpes inclementes das multidões que se revoltam” (Sales: 1981[1904]: 92). Também para Eugênio Gudín “o grande problema que a civilização ocidental tem hoje de enfrentar é o de um imperialismo ideológico de âmbito

universal, que tenta implantar-se pela força indireta da infiltração, da surpresa, da subversão e das guerrilhas” (Gudín, 1970:136). O “espírito do imediatismo”, a “erosão da autoridade paterna” e “o sentimento de inconformidade” ameaçavam a estabilidade e o progresso da “civilização cristã ocidental” (Gudín, 1970:180). A suposta ausência de preconceito ou racismo, resultante da miscigenação e da escravidão “suavizada” dos portugueses, era a única vantagem da colonização ibérica: “Benditos portugueses, que nos legaram esse patrimônio social” (Gudín, 1970:40).

12. A INTERPRETAÇÃO NEOLIBERAL DO BRASIL (B): RELATIVIDADE DA DEMOCRACIA E TENDÊNCIA AO AUTORITARISMO POLÍTICO.

Da demofobia neoliberal deflui seu descompromisso com o regime democrático, que só encontrava condições de pleno funcionamento nos países nórdicos, anglófonos e germânicos. Ele enfrentava percalços em todos os países latinos, inclusive a França. Embora a democracia fosse em tese o melhor dos governos, Orciuoli ressaltava que nem por isso seu extrato governante poderia “se constituir de elementos sem a necessária cultura, inteligência e capacidade moral e intelectual” (Orciuoli, 1961:147). Para Eugênio Gudín, um povo despreparado para a democracia se tornava um empecilho ao seu próprio desenvolvimento: “A democracia pode não ser o regime mais adequado ao progresso de um país e à felicidade de seu povo. Porque, para bem funcionar, ela requer um grau de educação cívica e política acima do primário” (Gudín, 1965a: 141). Esse não era o caso dos países latino-americanos, descendentes de povos atrasados como o português e o espanhol: “A evolução política da maior parte dos países deste continente é intermediária entre a posição africana e a dos países politicamente evoluídos, como a Suécia, a Holanda, a Suíça e poucos mais” (Gudín, 1970:88). Em uma sociedade como a brasileira, a carência generalizada de atributos educacionais e morais a tornava presa fácil do socialismo: “Povo sem amadurecimento, sem instrução sequer primária; sem cultura técnica e muito menos científica; sem saúde; sem a compreensão necessária dos empreendimentos a ele confiados, não pode saber respeitar o direito alheio” (Orciuoli, 1961:30). A democracia no Brasil só poderia ser uma realidade no futuro distante, depois de resolvido o problema da falta de educação moral e instrução profissional, do descontrole de natalidade e da improdutividade econômica.

Os neoliberais brasileiros historicamente desprezam todas as constituições que, como as de 1946 e 1988, consagram a intervenção do Estado no domínio socioeconômico a título de promover “justiça social”. Ela são consideradas produtos da ignorância e da utopia de “intelectuais”, que não resolviam os “verdadeiros” problemas do país apontados por empresários e técnicos (Gudin, 1979; Campos, 2018:79). Os brasileiros buscavam inutilmente, por meio de textos legais, “aquilo que só a evolução e o progresso dos costumes e da educação podem proporcionar” (Gudin, 1970:120). Como não era possível civilizar países atrasados ou selvagens como o Brasil sem um receituário de medidas amargas, a virtude suprema do estadista reside para os neoliberais na coragem de resistir às pressões políticas das forças demagógicas identificadas com a burocracia, o industrialismo, os sindicatos, os intelectuais e as “massas”. O estadista verdadeiro deixava de lado preocupações eleitorais para focalizar unicamente nas questões financeiras e econômicas. Era o que recomendava Campos Sales, que se apresentava por conta disso como um governante modelar: “Que o governo não se detenha diante da resistência, se ele tem patriotismo e se tem a coragem moral precisa para fazer o que julga ser o bem de sua pátria, com sacrifício embora de sua popularidade” (Sales, 1983:137). Joaquim Murinho também elogiava o chefe e a si mesmo por terem preferido “o encanto doce e elevado de uma consciência patriótica à baixa sedução da popularidade do momento” (Murinho, 1980:214).

A urgência de um choque libertário justificava métodos excepcionais, que rasgassem a ingênua fantasia da democracia no Brasil e adotassem um sistema autoritário ou oligárquico, capaz de produzir progresso econômico e o aumento da produtividade. Somente estes poderiam no longo prazo fazer cessar a “imaturidade do povo”. Eugênio Gudin aconselhava a restauração do governo oligárquico, na qual vigorasse “alguma modalidade de censo alto, em que por exemplo o curso ginasial e a contribuição para o imposto de renda constituíssem exigências mínimas para a qualificação eleitoral” (Gudin, 1970:110). Uma boa constituição deveria também consagrar, para esse tempo excepcional de transição, a eleição indireta para presidente da República e governadores dos Estados; a redução do sistema partidário a três ou quatro partidos e a exigência de “ficha limpa” para os políticos. Todo aquele que pretendesse se candidatar a cargo público deveria ter um currículo “asseado e irreprochável, incluindo predicados

morais e cívicos” (Gudin, 1970:112). Na impossibilidade de restauração legal de um governo oligárquico, a tutela militar se impunha para brevar a ameaça socialista: “Enquanto os padrões de educação cívica não atingem o nível necessário para o regular funcionamento das instituições democrático-representativas, é às Forças Armadas que deve caber no Brasil a herança do poder moderador, exercido com a superioridade moral que o país tem o direito de esperar” (Gudin, 1965: 122). Daí o apoio dos neoliberais brasileiros ao Regime Militar: “O objetivo principal da Revolução foi o da restauração da Ordem: ordem social, ordem militar, ordem econômica” (Gudin, 1969:84). Para Roberto Campos, o problema político maior do Brasil residia na necessidade de adaptar a democracia à economia de mercado. Por isso mesmo, em sua opinião, o Regime Militar teria sido um “autoritarismo de transição”, sempre preferível ao “fanatismo messiânico dos regimes autoritários de esquerda” (Campos, 2018:86). Eugênio Gudin repetia que a ditadura era legítima, desde que se tratasse de um expediente transitório, destinado a empregar a força para civilizar o país por meio de reformas neoliberais:



Ninguém nega que a ditadura que se substituiu ao caos, quando exercida por homens de capacidade, livres de peias partidárias e injunções políticas inerentes às democracias, confere aos detentores do poder, durante certo período, uma liberdade de ação excepcional que, inteligentemente utilizada, facilita o restabelecimento da ordem e a realização de uma obra proveitosa de governo. A ditadura, dizia eu alhures, é um acordo tácito entre um homem e um povo, em que este abdica, por certo tempo, de suas liberdades e prerrogativas, em troca da promessa de um grande governo (Gudin & Simonsen, 2000:72)

13. POLÍTICA EXTERNA: ALINHAMENTO COM OS ESTADOS UNIDOS E OS ORGANISMOS FINANCEIROS INTERNACIONAIS.

Diversamente do que ocorre com os liberais democráticos, que apostam em matéria de política externa em foros internacionais como a ONU ou a OEA, os neoliberais prestigiam especialmente organismos financeiros, como o FMI, o BIRD, bem como o conjunto de bancos e empresas multinacionais. Só o “evangelho modernizante” do cosmopolitismo neoliberal permitiria ao Brasil se livrar do “populismo, estatismo, estruturalismo, protecionismo e nacionalismo” (Campos, 2018:261). Organismos financeiros internacionais são geralmente vistos como beneméritos, porque contribuiriam para a produção de riqueza e a transferência de tecnologia para regiões subdesenvolvidas do mundo. De fato, em todos os conflitos de interesse entre o Brasil e os representantes da “civilização”, os neoliberais tenderam a dar razão aos credores e aos governos estrangeiros. Campos Sales nutria as melhores impressões dos banqueiros ingleses e atribuía as dificuldades do Brasil aos erros e trapalhadas de seus antecessores (Sales, 1983:102). Para Eugênio Gudin, o predomínio britânico teria surtido efeitos altamente benéficos para a economia brasileira: “O vulto de seu benefício [para os investidores estrangeiros] foi mínimo, quando comparado ao valor do impulso de desenvolvimento econômico que recebemos” (Gudin, 1970: 55). Também Roberto Campos negava a eventual responsabilidade dos organismos internacionais pelas mazelas brasileiras: era o Brasil que fabricava suas recessões (Campos, 2018:148). Paulo Guedes vai pelo mesmo caminho: “A culpa é nossa e não do Império, do Consenso de Washington e outras demonologias [...]. A saída é sempre endógena. Botar a culpa nos outros nunca foi solução para a mudança de inanição econômica. O que muda é a direção correta e muito trabalho” (Guedes, 2019:206). Os neoliberais também preconizam o abandono

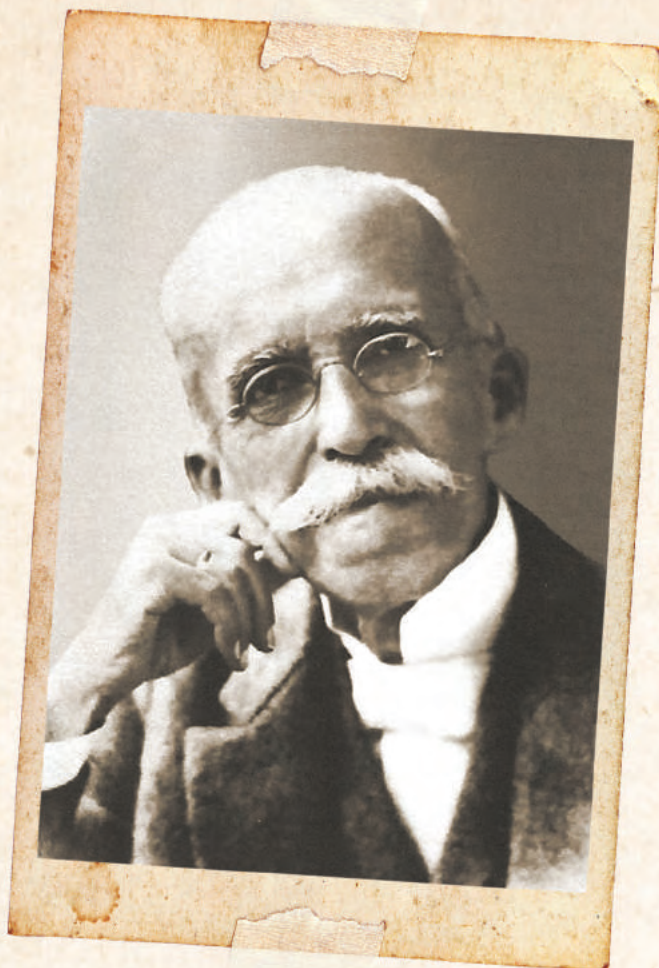
de qualquer sonho nacionalista de aproximar o Brasil das potências do mundo, porque envolveriam a necessidade de um Estado forte. Joaquim Murinho não tinha dúvidas: “Eu prefiro sem hesitar para a minha pátria a felicidade da Suíça à grandeza da Rússia ou da Alemanha” (Murinho, 1897:38).

Por todo o exposto, o neoliberalismo brasileiro tende a advogar o alinhamento automático com os Estados Unidos em matéria de política externa, devido à sua posição de epicentro cultural da modernidade capitalista e de principal obstáculo aos avanços do comunismo, associado geograficamente ao Leste ou ao Oriente: “Todos os que, no Brasil e alhures, quiserem compreender qualquer coisa da conjuntura econômica, precisam se compenetrar deste postulado: ‘Estados Unidos bem, o mundo bem; Estados Unidos mal, o mundo mal’” (Gudin & Simonsen, 2010:67). Eugênio Gudin apresentava os norte-americanos como desinteressados e valorosos defensores “de uma civilização, cristã e socrática, contra uma nova forma de vida, marxista e totalitária, que tenta se impor pela força e pela violência” (Gudin, 1970:149). Era o que reconhecia igualmente o chanceler de Dutra, Raul Fernandes - um sobrevivente dos quadros oligárquicos da República Velha. Uma vez que, por “desígnio da Providência”, depois da Segunda Guerra Mundial, se deslocara da Europa para os Estados Unidos o “baluarte da civilização ocidental”, todos os países americanos estavam no seu entender obrigados a “cerrar fileiras dentro do continente em torno do irmão mais velho e mais forte. Ele assumiu nobres e graves responsabilidades na política mundial para a preservação da paz, da justiça e da liberdade; se não triunfarem estes ideais, e, com eles, a causa da democracia, a noite da civilização baixará sobre os homens” (Fernandes, 1967, p. 239). Também o chanceler de Castelo Branco, Juraci Magalhães, reconhecia nos Estados Unidos “o líder do mundo livre e o principal guardião dos valores fundamentais da nossa civilização” (Magalhães, 1966). E repetia: “O que bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil” (In: Gueiros, 1996: 325). A política externa independente de liberais como Afonso Arinos e trabalhistas como San Tiago Dantas era descartada por Roberto Campos como um “terceiro-mundismo”, que condenava a diplomacia brasileira ao círculo deprimente do “Clube Internacional dos Ressentidos” (Campos, 2018:225). Eugênio Gudin era ainda mais assertivo, quando afirmava que o multilateralismo não passava de uma política disfarçada de aproximação “com a Cortina de Ferro, totalitária e ditatorial” (Gudin, 1970:131).

CONCLUSÃO: “LIBERALISMO” E “NEOLIBERALISMO” NO BRASIL

Conforme referido na introdução, os neoliberais brasileiros timbram em se apresentar como os “verdadeiros”, “genuínos” ou “puros” liberais contra personagens como Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Afonso Arinos, Carlos Lacerda e Fernando Henrique Cardoso, referidos como liberais “falsos”, “românticos” ou “demagógicos”; espécie de socialdemocratas encapotados, que acreditavam na dissociação pragmática entre liberalismo político e econômico (Campos, 2018:139; Gudín, 1970:135; Guedes, 2019). Essa postura sugere a existência de diferenças dentro do campo liberal e a possibilidade de clarificá-las, pela recuperação das polêmicas em que estiveram envolvidos ao longo da história. Um dos sintomas típicos dessa diferença entre os dois ramos da família liberal brasileira reside na antipatia duradoura dos neoliberais ao patrono do liberalismo brasileiro, Rui Barbosa. Campos Sales considerava-o um opositor crônico, “a negação formal de todas as qualidades de homem de governo”. Ele percebia o ativismo liberal democrático de Rui como uma incitação permanente à desordem, que fazia do senador baiano “um revolucionário de sangue. Onde aparece uma conspiração, ou uma revolta, lá está ele. Assim tem sido sempre” (In: Debes, 1978, II: 591-593). Seu ministro da Fazenda, Joaquim Murinho, também criticava a gestão industrialista de Rui à frente daquela pasta, devido ao “prurido das reformas e o delírio de grandezas” (Murinho, 1980:231). Na década de 1960 seria a vez de Eugênio Gudín censurar Rui Barbosa por sua insistente luta pela democracia durante a Primeira República, quando ainda lhe parecia evidente que o regime democrático era impraticável em um país atrasado e ignorante como o Brasil, meio século depois. Ao seu juízo, o senador baiano teria sido “um jurista mais do que um homem político, no sentido elevado do vocábulo. Pouca vivência teve de governo. Éramos mais uma república de bacharéis e de fenianos armados de lança em riste para a defesa das liberdades públicas” (Gudín, 1970:117).

Mas o liberalismo democrático de Rui Barbosa também vergastava o neoliberalismo de Campos Sales e Joaquim Murinho, combatido como uma pseudociência dogmática: “O princípio da seleção natural se aplica a tudo, nessa construção administrativa, verdadeiro monólito, obra inteiriça de metafísica abstrata, a que o rótulo de ‘leis naturais’ imprime a pompa de uma falsa verdade” (Barbosa, 1976:90). O governo Campos Sales somente favorecia o capital internacional e as ambições geopolíticas das



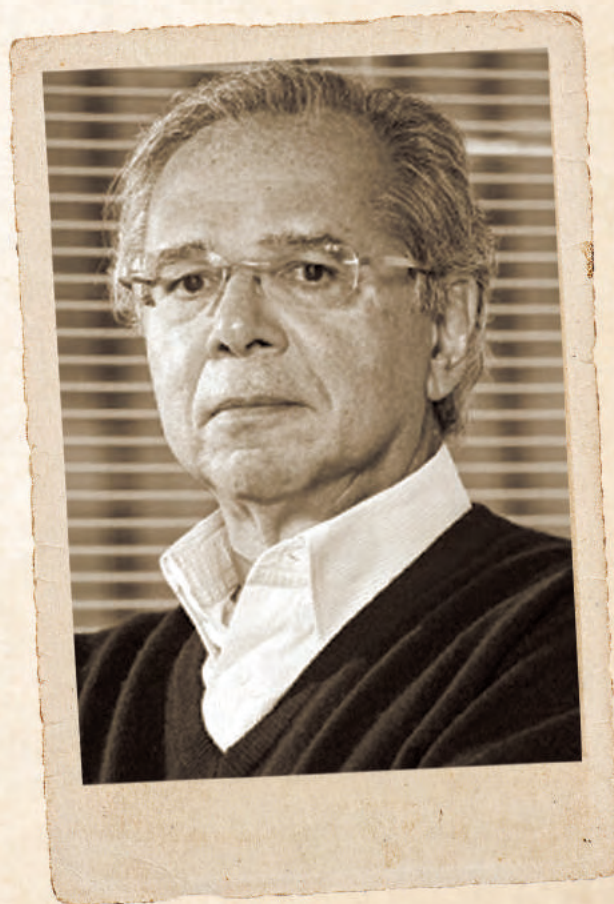
grandes potências, com seus empréstimos estrangeiros, suas privatizações e desdém pelos interesses nacionais: “Prorrogação do *funding* [loan] aí vem, a Estrada de Ferro Central se vai, e o grande banco fica aí, recheado pelos bocadinhos preciosos, que o estrangeiro já vai cevando. E depois vamos ao Prata fazer a paz americana com as mil metralhadoras novas do Chile, enquanto a Bolívia vende o Acre aos Estados Unidos. Futuro, só como esse” (Barbosa, 1976:165). Rui não compreendia como neoliberais como Campos Sales, que haviam sido tão radicais na oposição ao regime monárquico-parlamentar, podiam se revelar tão reacionários na situação republicana: “Na oposição, não eram liberais: eram libertários; levavam o liberalismo até a licença, até a utopia. Senhores do governo, vão de recuões sucessivos até a reação mais desenfreada, mais crua, de que nessa terra há lembrança. Todas as suas reformas tendem à preparação da ditadura” (Barbosa, 1947:160). Também em matéria de liberdade de ensino, Rui Barbosa

seguia antes a opinião de Stuart Mill do que aquela de Spencer. Ele descartava o argumento economicista de Alberto Sales para consagrar a prioridade do ensino público sobre o particular: “Não se pode admitir sem numerosas exceções e restrições a regra de que o consumidor é o melhor juiz da mercadoria” (Barbosa, 1947:106). A ditadura do marechal Floriano e a intervenção estrangeira norte-americana, apoiadas pelos neoliberais no começo da República, também eram condenadas como deletérias à soberania nacional brasileira: “Há incapacidades que um país não pode confessar, repudiando seus progressos na liberdade política, sem arriscar a própria existência. Não é grande a distância que vai da menoridade constitucional à menoridade internacional” (Barbosa, 1932:73).

As diferenças entre liberais democráticos e neoliberais voltariam a se manifestar por ocasião do Regime Militar. Afonso Arinos de Melo Franco e outros deputados da União Democrática Nacional acreditavam na “perfeita compatibilidade entre a técnica de liberdade política, coração da democracia, e um maciço antiliberalismo econômico, que parece ser o traço marcante do nosso tempo” (Franco, 1961:124). Quando o general Costa e Silva impôs ao país a Constituição de 1967, Arinos queixou-se de que ela continha “excessivo liberalismo econômico em contraste com o autoritarismo político”. Roberto Campos redarguiu, queixando-se da tradição de intervenção do Estado e justificando o fortalecimento do Executivo pela necessidade de passar as reformas econômicas neoliberais (Campos, 1994:794). Também Carlos Lacerda condenaria o neoliberalismo do governo Castelo Branco, cuja figura de proa era justamente Roberto Campos, qualificado como uma “política de tecnocratas, abraçados a uma concepção neocolonialista de Brasil” (Lacerda, 1965:15). E lembrava muito a propósito a diferença entre Rui Barbosa e Joaquim Murinho, tomando partido do primeiro em detrimento do segundo: “Rui teve a intuição genial do sopro de progresso que poderia ter feito o Brasil dar um salto com a República, enquanto o Murinho, no Governo Campos Sales, aplicou a política que, no afã de liquidar os excessos do Encilhamento, por timidez acadêmica, reduziu o desenvolvimento brasileiro” (Lacerda, 1965:29). Quando os liberais democráticos voltaram a valorizar aspectos do liberalismo econômico, durante a década de 1990, Roberto Campos lamentaria suas ácidas polêmicas com Afonso Arinos e Carlos Lacerda: “Foi tudo um grande desencontro...” (Campos, 1994:840).

Mas o diplomata estava errado. Embora aparentadas do ponto de vista “macroideológico”, já está claro que o liberalismo democrático o “neoliberalismo” são ideologias distintas. Ao contrário do que os neoliberais sustentam, o

tronco principal da linhagem sempre foi aquele dos liberais democráticos, que renunciaram a aspectos secundários da doutrina, como o voto censitário e o liberalismo econômico, para ajudarem na tarefa de criar a moderna democracia de massas. O neoliberalismo, ao contrário, representa uma dissidência que aspirava a preservar a dimensão oligárquica e plutocrática do Estado de direito no novo ambiente democrático, concentrando-se na defesa do Estado mínimo e relegando para a periferia de suas preocupações o problema da participação política. A diferença essencial pode ser resumida numa única sentença: onde os liberais veem “democracia”, os neoliberais só enxergam “socialismo”. Tudo somado, a polêmica adesão de Paulo Guedes e do Partido Novo ao extremismo reacionário do governo Bolsonaro não deve nos surpreender. Ela representa a manifestação contemporânea do gene plutocrático e oligárquico do neoliberalismo, responsável por sua adesão no passado a outras propostas autoritárias e oligárquicas, como foram as ditaduras dos marechais Deodoro e Floriano, a República Velha e o Regime Militar. Nessa matéria, é conforme reza o Eclesiastes: não há nada de novo sob o sol...



BIBLIOGRAFIA

- BARBOSA, Rui (1976) [1900]. *A imprensa*. Obras completas de Rui Barbosa, vol. XXVII. 1900. Tomo VI. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.
- BARBOSA, Rui (1932). *Comentários à Constituição Federal Brasileira*. Coligidos e ordenados por Homero Pires. Volume I. São Paulo: Saraiva.
- BARBOSA, Rui (1947) [1883]. *Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública*. Obras completas de Rui Barbosa, vol. X 1883. Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde.
- CAMPOS, Roberto (1969). *Temas e sistemas*. Rio de Janeiro: Apec.
- CAMPOS, Roberto (1994) *A lanterna na popa: memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- CAMPOS, Roberto (2018). *A constituição contra o Brasil: ensaios de Roberto Campos sobre a Constituinte e a Constituição de 1988*. Organização de Paulo Roberto de Almeida. São Paulo: LVM.
- DEBES, Célio (1978). *Campos Sales: perfil de um estadista*. Volume II. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.
- FERNANDES, Raul (1967). *Nonagésimo aniversário: conferências e trabalhos esparsos*. v. 1. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores.
- GUDIN, Eugênio (1952). *O caso das nações subdesenvolvidas*. Revista Brasileira de Economia, setembro de 1952.
- GUDIN, Eugênio (1965). *Análise dos problemas brasileiros*. Rio de Janeiro: Agir.
- GUDIN, Eugênio (1969). *Por um Brasil melhor*. Rio de Janeiro: APEC.
- GUDIN, Eugênio (1978a). *Reflexões e comentários*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- GUDIN, Eugênio (1978). *O pensamento de Eugênio Gudin*. Rio de Janeiro: FGV.
- GUDIN, Eugênio (1979b). *As memórias de Gudin*. O Globo, edição de 14/10/1979.
- GUDIN, Eugênio (1980). *O estadista McNamara deixa a presidência do Banco Mundial*. O Globo, 03/11/1980.
- GUDIN, Eugênio & SIMONSEN, Roberto (2010) [1946]. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. Brasília: IPEA.
- GUEDES, Paulo (2019). A síndrome de Judas Escariotes (vulgo social-democracia). Depoimento. In: Luiz Cesar Faro e Coriolano Gatto (editores). *No calor das ideias: breviário do bem-pensar*. Volume I. Rio de Janeiro: Insight Comunicação.
- GUEIROS, J. A. (1996). *O Último Tenente*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Record.
- LACERDA, Carlos (1965). *Brasil entre a verdade e a mentira*. Rio: Bloch Editores.
- MAGALHÃES, Juracy (1966). *Discurso de posse no Ministério das Relações Exteriores*. In: <https://www.funag.gov.br/chdd/index.php/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/61-ministros-das-relacoes-exteriores/148-juracy-montenegro-magalhaes>.
- MURTINHO, Joaquim (1897). *Relatório do Exmo. Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- MURTINHO, Joaquim (1980). *Ideias econômicas de Joaquim Murinho*. Organização de Nícia Villela Luz. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.
- PENNA, José Osvaldo de Meira (1988). *O dinossauro: uma pesquisa sobre o Estado, o patrimonialismo selvagem e a nova classe de intelectuais e burocratas*. São Paulo: A. T. Queiroz.
- ORCIUOLI, Henrique Alberto (1961). *O Estado demagógico: retrato de uma época*. Rio de Janeiro: Editora Aurora.
- SALLES, João Alberto (1882). *Política republicana*. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger.
- SALLES, João Alberto (1885). *Ensaio sobre o conceito moderno de direito*. São Paulo: Tipografia da Província.
- SALLES, João Alberto (1981) [1888]. *A pátria paulista*. Brasília: UnB.
- SALLES, João Alberto (1891). *Ciência Política*. São Paulo: Teixeira & Irmão.
- SALLES, João Alberto (1981) [1904]. Governo popular. In: Paim, Antonio (org). *Plataforma política do positivismo ilustrado*. Brasília: UnB.
- SALES, Manuel Ferraz de Campos (1894). *Cartas da Europa*. Rio de Janeiro: Leuzinger.
- SALLES, Manuel Ferraz de Campos (1902a). *Discursos*. Volume I: Na propaganda. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- SALLES, Manuel Ferraz de Campos (1902b). *Discursos*. Volume II: Na República. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- SALLES, Manuel Ferraz de Campos (1983) [1907]. *Da propaganda à presidência*. Brasília: UnB.

INFLE XÕES

À BEIRA
DO

ABISMO

Luiz Cesar
FARO
Jornalista



O ajuste fiscal não tem somente uma única solução



Passados mais de dez meses de pandemia, o país permanece enredado nos mesmos quesitos da política econômica. São eles: a indecisão sobre o ajuste fiscal, cujas soluções estruturais são fundamentais, mas encontram-se espremidas entre os rochedos da intransigência do Executivo e as ondas de incompreensão do Legislativo; a ausência de políticas de incentivo ao crescimento; e um PIB à espera de algum investimento público que puxe o investimento privado. Em meio ao vácuo de decisões emergenciais, corre, em paralelo, a expectativa pavorosa de uma segunda onda da pandemia, que, dependendo da extensão, exigiria a renovação do estado de calamidade e uma nova rodada de auxílio emergencial, ou mesmo, conforme os dizeres de Paulo Guedes, a “criação de um mecanismo permanente para acomodar novos episódios de ataque epidemiológico agressivo”.

Em um cenário abundante de problemas e rarefeito de soluções, as inquisições fundamentais permanecem as mesmas:

- A viabilidade da EC 95 – do teto dos gastos –, e sua contradição de servir, simultaneamente, como âncora fiscal e estímulo ao crescimento;
- O tempo, o tamanho e a fórmula do auxílio emergencial, quer seja para ser adotado em uma segunda onda da pandemia, quer seja posteriormente à crise sanitária;
- A questão do crescimento do PIB, verdadeira pedra filosofal brasileira, para onde deságuam todas as soluções da nossa macroeconomia;
- O crescimento exponencial da dívida pública bruta, devido aos gastos excessivos com ações sanitárias e assistenciais em função da pandemia;
- A dificuldade para a aprovação das reformas estruturais, que foram anunciadas antes mesmo do presidente Bolsonaro tomar posse.

Atreladas a essas cinco variáveis dominantes seguem outras complementares e não menos relevantes:

- Abertura de um espaço no orçamento para gastos com obras públicas (FBKF);

- Agilização das privatizações, concessões e PPPs – Parcerias Público-Privadas;
- Aprovação dos marcos regulatórios, de forma a facilitar o investimento privado (a lei que cria a autonomia do BC está há mais de uma década no Congresso);
- A manutenção do tripé macroeconômico, ou seja, o controle dos índices inflacionários, através da manutenção de taxas de juros, de forma concomitante ao regime de câmbio flutuante e controle de gastos;
- A necessidade imperiosa de aumentar a geração de empregos, sem os quais as necessidades econômicas e sociais permanecerão impondo ao país um futuro de mediocridade.

UM TETO FEITO PARA SER DESCUMPRIDO

O teto de gastos permanece como a mais polêmica das variáveis nesse 2021 que se inicia. A medida foi implementada na gestão de Henrique Meirelles, no Ministério da Fazenda – leia-se governo Michel Temer. Sua radicalidade visou reverter as expectativas provocadas pelo estrago fiscal do governo Dilma Rousseff, criando uma amarra de aço nas contas públicas. O cinturão fiscal tinha que ser drástico o suficiente para também fazer esquecer o insucesso da Lei da Responsabilidade Fiscal, que, depois que começou a ser alterada, nunca mais parou de sofrer modificações.

Com a chegada de Paulo Guedes, foi como se o teto se movesse para baixo. O ministro aumentou a responsabilidade e a importância da resiliência da emenda constitucional. A EC 95 foi criada para durar 20 anos, podendo ser revisada a partir do décimo ano de vigência. Só que a sua fórmula cria insegurança permanente em relação a sua sobrevivência, com o infundável debate sobre o cumprimento do ditame constitucional. Há dúvidas constantes se o colchão curto das despesas suportará a pressão natural dos gastos e a armadilha inflacionária do modelo do teto de gastos.

COM A CHEGADA DE PAULO GUEDES, FOI COMO SE O TETO SE MOVESSE PARA BAIXO

A aceleração da inflação, neste final de ano, já antecipou o descumprimento do teto de gastos em 2021. O descasamento ocorre devido ao fato das despesas estarem travadas em 2,13%. Batem cabeça na fórmula do teto, o INPC e o IPCA. O primeiro é o indexador para correção do salário mínimo no início do ano que vem, e, em consequência, da revisão da metade dos gastos da União (benefícios previdenciários e assistenciais). O teto, por sua vez, é corrigido pelo IPCA, que terá uma variação menor do que o INPC, devido ao impacto diferenciado da alta de preços sobre os indicadores. Foi-se o teto para o espaço. Não é por outro motivo que o ministro da Economia quer desindexar o salário mínimo e as aposentadorias e pensões por dois anos.



O teto somente considera a contenção linear dos gastos orçamentários. Se o governo arrecadou mais do que o previsto, esse adicional não se refletirá em aumento das despesas públicas necessárias – sob a forma de investimento, por exemplo –, mas sim na esterilização do passivo mobiliário do governo. Não há um teto para essas transferências. Os gastos para o desenvolvimento da atividade produtiva, por sua vez, estão contidos em um percentual exíguo do orçamento da União. Faz sentido, sim, o pleito de Paulo Guedes sobre a desvinculação das contas orçamentárias.

Noves fora a arquitetura torta, a maior crítica é que o teto inviabiliza o investimento público devido à pequena sobra de despesas discricionárias em relação às obrigatórias (4% em relação a 96% desta última), resultante de um engessamento das despesas que merece ser corrigido. O teto do gasto, por essa ótica, é um aparador do crescimento. Uma proposta que deve ser considerada é a criação de uma regra que olhe o PPA (Plano Plurianual), e seja revista a cada quatro anos. A sugestão é da economista Tereza Campelo, que faz o adendo da separação dos gastos sociais. “Eles não necessariamente devem caber no teto.”

UM TETO DENTRO DO TETO

Na mão inversa, os apologistas maiores da EC 95 pregam que seriam suficientes três reformas para resolver o problema: a emergencial, do pacto federativo e a administrativa. A emergencial, que cria um gatilho para que o governo corte na carne e, no limite, adote uma suspensão total de pagamentos. É a mais autoritária medida econômica cogitada desde a ditadura militar. É um teto dentro do teto, pois cria um gatilho de crescimento do gasto orçamentário, a partir do qual a emenda constitucional emergencial seria colocada em marcha.

A iniciativa é considerada o mais eficiente “salva-teto”. Porém, com essa finalidade, cria o maior elenco de anulações de direitos adquiridos desde a abertura democrática. Destaque-se o congelamento ou diminuição dos salários da classe dos servidores públicos (retira, portanto, a responsabilidade do gestor no equívoco da política fiscal e enterra de vez um dos símbolos da Regra de Ouro). Trata-se de uma

medida que vai contra o art. 7º da Constituição Federal; ou seja, por tratar-se de direitos sociais, tem o mesmo peso dos direitos fundamentais – nenhuma outra norma pode contrariá-lo, mesmo que por emenda à Constituição.

A questão subjacente é que nem a PEC 186 – reforma emergencial – e a PEC 188 – do Pacto Federativo, segundo a área técnica do Congresso Nacional, são suficientes para abrir espaço no teto, permitindo a ampliação de investimentos ou a criação de novos programas sociais, a exemplo do projeto do Renda Brasil. As PECs das reformas somente resolveriam os futuros desajustes fiscais *intrateto*.

Já a reforma administrativa, que arrumaria algum espaço no orçamento para os investimentos, se justifica, prioritariamente, em função do gigantismo da parcela do funcionalismo público no total dos gastos governamentais. Segundo pesquisa da Confederação Nacional do Comércio (CNC), o Brasil é o sexto país que mais gasta com funcionalismo, em uma amostragem de 70 países. Vem depois de Arábia Saudita, Dinamarca, África do Sul, Noruega e Islândia, nessa ordem.

Entretanto, há um desequilíbrio latente na reforma administrativa: se, por um lado, ela somente é aplicável aos novos funcionários públicos, preservando direitos – o que é correto –; por outro, ela cria uma casta – os funcionários anteriores permanecem agraciados com suas remunerações diferenciadas e prebendas.

Cabe a pergunta: a reforma administrativa teria impacto no aumento da disponibilidade orçamentária, mesmo sendo feita a conta-gotas? Sim. O impacto seria expressivo? Não. Segundo o Centro de Liderança Pública (CLP), a economia com aprovação da reforma administrativa até 2034 será de R\$ 400 bilhões. Anualizados, significariam um aumento de receita discricionária média da ordem de R\$ 30,7 bilhões. Atualmente, o governo apoia uma jabuticaba, ou seja, a PEC das PECs. É um embrulho contendo todas as três propostas, o que torna ainda mais difícil a aprovação das reformas.

Há dados convincentes em relação ao efeito multiplicador do investimento público e o seu retorno em relação

ao problema fiscal. É aí que o teto engasga. Segundo pesquisas conduzidas com acadêmicos e burocratas do G-20, os gastos em infraestrutura de energia limpa – intensiva em trabalho – “tem altos retornos, frequentemente ultrapassando os 100%”; “O FMI concluiu que investimentos públicos têm multiplicador fiscal” (quanto de R\$ 1 de gasto público gera de consumo em outros setores) de 0,8 no primeiro ano e de mais de 2 no horizonte de longo prazo; um choque de 1% no PIB nos investimentos poderia aumentar em 0,9 a 1,5% o emprego em dois anos; e seu multiplicador seria superior a dois anos após esse período. Em 2017, segundo o Observatório de Política Fiscal do IBRE/FGV, todo o investimento público em proporção ao PIB foi reduzido a 1,8% em 2017, ou seja, o menor percentual desde o início da série histórica, em 1947.

O jornalista José Roberto Campos conclui com um fecho de ouro: “Há um impasse dramático. Um governo de Estado quase quebrado não tem dinheiro, ou vontade, para investir, e aposta que, se nada fizer, o setor privado o fará, enquanto o setor privado, reticente, não investe. Ficamos, então, sem nada.” Um bom ponto é que investir é diferente de gastar. E não é panaceia. Exige qualidade dos projetos, boa gestão e atenção quanto aos surtos de corrupção. Baixa o Pano. Voltemos ao teto dos gastos.

A EMENDA FICOU PIOR DO QUE O SONETO

O fato é que a Emenda Constitucional 95 do gasto está em permanente contestação. Trata-se de um modelo que foi criado para funcionar como âncora fiscal e garantir aos mercados o bom comportamento dos gastos públicos e alguma sobra para reduzir a dívida interna bruta. Ocorre que ela simplesmente não funciona como amortizador das expectativas negativas em relação ao seu próprio cumprimento. Pelo contrário, está em modo de permanente dúvida sobre sua manutenção.

Até mesmo as instituições financeiras, as maiores defensoras do teto, colocam em dúvida a sua permanência. O “mercado” recentemente foi consultado pela XP Corretora. Em uma pesquisa que busca projetar o ano de 2021, feita junto a uma amostragem expressiva de

72 investidores, foram obtidas as seguintes respostas: somente 33% das despesas ficarão contidas no teto de gastos, e 53% serão alterados ou burlados para permitir despesas adicionais.

É constante a discussão sobre a permanência do teto e da importância vital das reformas. Tudo em vão. Talvez a “mãe de todas as reformas” fosse uma mudança de papéis e atribuições. A pauta das reformas caberia ao Executivo, mas a produção do documento final, ao Legislativo. Em última instância, o Congresso faria a reforma, em um tempo de tramitação máximo (a ser ou não) determinado constitucionalmente. Como está hoje, o Executivo apresenta a reforma, o Congresso discute, não aprova, não apresenta alternativa em tempo hábil e com isso as mudanças ficam no limbo, à espera de um acordo político, que não raras vezes exigirá alguma chantagem de verba, cargo ou mudança regulatória. É melhor dar tratos à máxima do senador Antônio Carlos Magalhães: “O Congresso aprova o que quer e quando quer.” Um exemplo singelo da facilitação do novo modelo é a reforma tributária, que foi engenhada pela Câmara dos Deputados. Está prontinha há tempos e dormita lá sem que nada seja feito. Cabe um tempo limite para aprovação.

A impressão que se tem é que já passou da hora do teto de gastos ser substituído pelo regime de metas do resultado primário, que permite a realização do gasto público acima de determinado percentual de receita menos despesa proposto pelo Executivo e aprovado pelo Congresso. Ele deveria ainda responsabilizar firmemente os gestores pelo descumprimento dos objetivos fiscais, preocupação que está contida na Regra de Ouro. A ideia tem o apoio do ex-presidente do BC, Armínio Fraga, que sugere o retorno à meta do primário como âncora fiscal, “já que o teto do gasto levaria cinco anos para colocar o país em uma situação de equilíbrio das contas públicas”.

Fraga considera que cinco anos é tempo demais para conviver com um estado de desarranjo fiscal. Ele propõe uma colher de chá para o teto em seu modelo e “um ajuste de seis pontos percentuais do PIB nos próximos quatro anos, pelo qual o déficit primário de 3% do PIB de 2024 se converta em superávit primário de 3% do PIB em 2029. Essa segunda âncora fiscal nos serviu bem por 15 anos



e deveria ser relançada” (Valor Econômico, 30/10/2020).

Na visão do economista, a EC 95 receberia um alívio de 1% de inflação a mais na correção do orçamento. A medida viabilizaria a colaboração do teto como “âncora mais leve”, permitindo o gasto maior em políticas de emprego e na redução das desigualdades. A verdade é que, depois do teto dos gastos, o regime de metas do resultado primário tornou-se desimportante para o governo, a ponto de ele se esquecer da necessidade de associar o valor mencionado na LDO (Lei das Diretrizes Orçamentárias) de 2021, aos mecanismos que garantam seu cumprimento. O vacilo foi devidamente corrigido, diga-se de passagem.

Em setembro, o déficit primário do governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central – excluída a despesa com juros) foi de R\$ 76 bilhões. Um rombo decorrente dos gastos com a pandemia. Trata-se do registro mais estratosférico desde o início da série histórica, em 1997 (a despeito de uma parcela alta de recursos autorizados para o gasto permanecer empoçada). Como se disse, é o primário que tem de ser mirado, pois ele permite não só

EM SETEMBRO, O
DÉFICIT PRIMÁRIO
DO GOVERNO
CENTRAL FOI DE
R\$ 76 BILHÕES. UM

ROMBO

DECORRENTE DOS
GASTOS COM A
PANDEMIA.

o ajuste fiscal, o gasto público redentor, na hipótese de receita excedente. E há, sim, como buscar receitas novas na atual conjuntura.

O MERCADO E SUAS TARAS

A questão é que os mercados fetichizaram tanto o ministro Paulo Guedes quanto a EC 95. Deixemos o ministro da Economia de lado e tratemos do teto. Para o mercado, supressão da emenda implicaria o terremoto da volta da inflação, juros altos e câmbio ameaçador. O ex-presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, alerta para o risco da instituição ser obrigada a adotar medidas de restrição à livre movimentação de capitais, de forma a se proteger de um ataque especulativo contra as reservas cambiais.

Já vimos outros fetiches nessas longas décadas de uma economia em transe. Mas é fato que a simples retirada do teto e sua substituição pelas metas do primário pode, sim, na primeira hora, provocar um abalo sísmico. Por isso, a recomendação é que se reduza o risco da percepção de insolvência. Para gerar recursos a fim de abater a dívida, existe a fórmula clássica de aumento da arrecadação tributária. Ela pode ser feita também através da ampliação da base de contribuintes (CPMF), redução de incentivos e novos impostos – a exemplo do aumento de alíquotas nas faixas de rendas mais altas –, sem esquecer a desmobilização de ativos da União, entre outras medidas.

São todas de difícil apoio político. Mas que devem ser consideradas, não obstante serem insuficientes para mudarem a percepção de inadimplência devido ao gigantesco estoque e velocidade de crescimento da dívida bruta interna. No cardápio das medidas passíveis de redução do temor de insolvência, estão ainda as privatizações, concessões e PPPs, que precisariam ser colocadas em regime de forte aceleração – hipótese no mínimo complexa. É possível enxergar outro destino para os ativos do governo. Lembrai-vos de Paulo Guedes, quando insistia em colocar na roda os ativos totais da União, de R\$ 2,4 trilhões, para sanar parcela da dívida bruta interna.

A ideia aqui sugerida leva em consideração a premissa de que os mercados não mais consideram o Tesouro Nacional capaz de garantir seu dever fiduciário ou seu poder de alienação fiduciária, devido ao terror da perspectiva de insolvência, em função da elevada relação dívida bruta/PIB. Não há métrica para isso, somente o feeling do mercado. O economista André Lara Resende tem brigado quase isoladamente contra essa síndrome da moratória. São palavras dele: “No sistema monetário fiduciário contemporâneo, tanto o papel-moeda como as reservas excedentes se tornaram irrelevantes e tendem a desaparecer. Em breve, o único passivo não remunerado do governo consolidado (Tesouro mais o Banco Central) serão as reservas compulsórias. A definição de que parte do passivo financeiro do governo é considerada moeda sempre foi arbitrária.”

Ainda de acordo com Lara Resende: “Com o sistema financeiro desenvolvido e o Banco Central sempre pronto a fornecer reservas em operações de recompra, os títulos públicos são quase perfeitamente líquidos. Todo passivo do governo é remunerado e líquido. Não faz sentido distinguir o que seria ‘moeda’ dos demais papéis da dívida. A moeda sempre foi um título da dívida do governo como qualquer outro, que só se distinguiu por não pagar juros e ser emitida pelo Banco Central.”

Prosseguindo com o raciocínio do economista: “Hoje, o Banco Central só ‘emite’ reservas remuneradas e de forma passiva, de acordo com as demandas do sistema bancário para atender a obrigação de reservas compulsórias. A separação entre Tesouro e Banco Central é uma forma de organização institucional que dificulta a compreensão de que não há diferença entre moeda e os demais títulos do passivo financeiro do governo. Num sistema de moeda puramente fiduciária, a moeda é apenas mais um título da dívida pública cujo valor unitário de face serve como unidade de conta universal da economia. A separação entre Tesouro e Banco Central, embora faça sentido operacional, dado que as duas agências têm funções muito distintas, dificulta o entendimento de que o governo não tem restrição financeira.”

Lara Resende participa de um debate altamente ideologizado, no qual ele permanece visto como o construtor de um biombo para que a dívida pública cresça indefinidamente. É uma injustiça, pois ele não desconsidera a necessidade de equilíbrio das contas públicas – assim como a qualidade de alocação dos gastos de governo – como exigências da higidez na política econômica.

SÓ FALTA O NAPALM

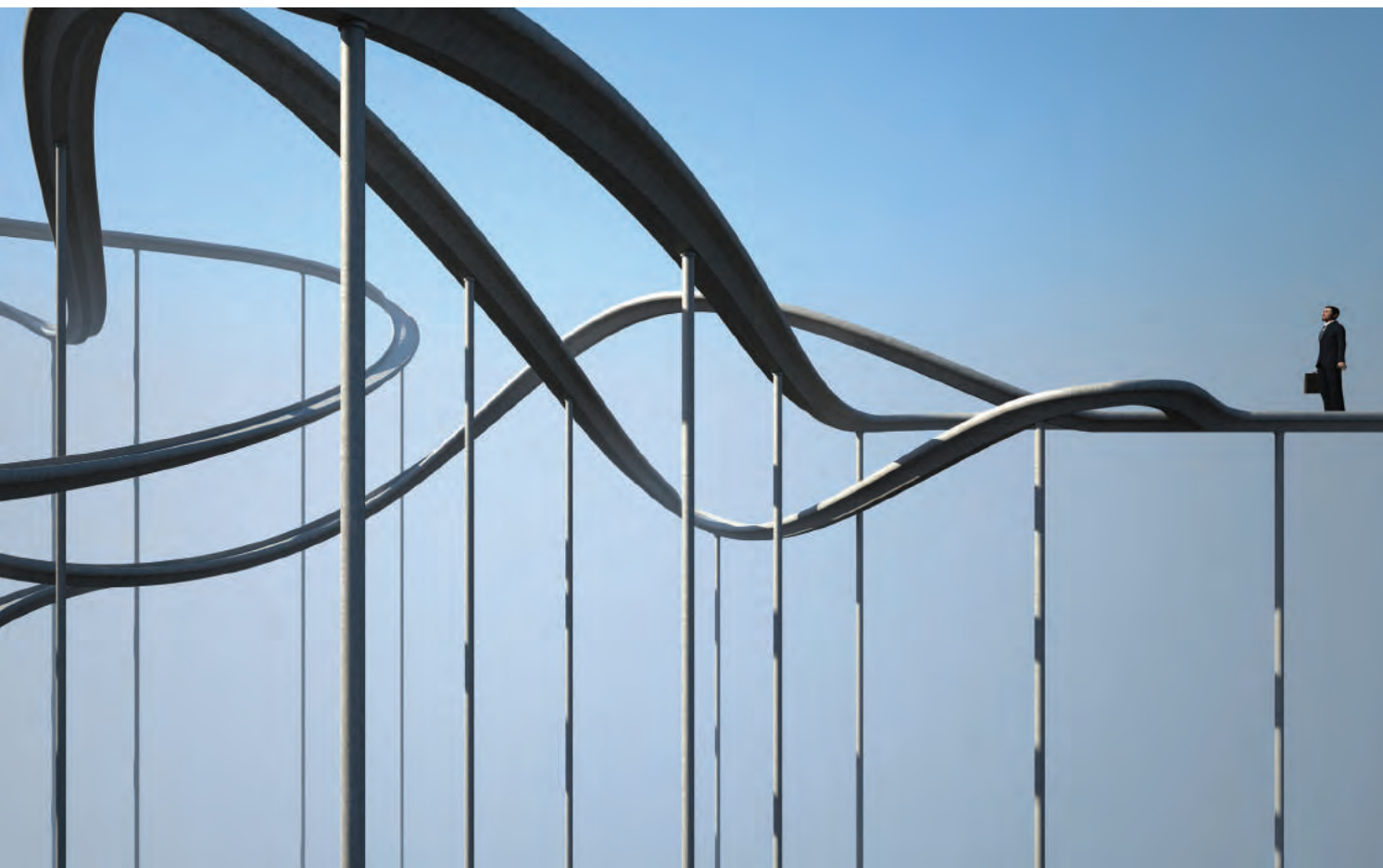
Não falta quem coloque nitroglicerina na simples alusão à mudança do teto de gastos. Os economistas Cláudio Frischtak e Marco Bonomo afirmam “que estamos à beira do abismo. A sustentabilidade fiscal, medida pelas trajetórias futuras da relação dívida/PIB, precisa ser reforçada e o teto de gastos mantido. Se não enfrentarmos a realidade das contas públicas, teremos consequências dramáticas para a sociedade, em particular para as camadas mais frágeis da população. Não haverá recursos para o Estado se desincumbir adequadamente de suas funções essenciais, como saúde, saneamento e segurança. Mais ainda, faltarão recursos para transferência de renda no âmbito previdenciário e por meio de programas sociais”. É o “apocalipse teto now”.

Já os economistas Pedro Cavalcanti e Renato Fragelli (FGV) detonam o exercício teórico de Lara Resende: “Obviamente falta definir o que seja calote –, já que na nova teoria monetária não há, a priori, limite para o gasto. A menos que se viva em um mundo paralelo, mais cedo ou mais tarde – geralmente mais cedo – o financiamento via gasto de criação de moeda implicará inflação. Esta, por corroer o valor de compra da moeda retida pela população, nada mais é do que um calote. As despesas públicas sem indexação à inflação e sem reajustes automáticos (sua maioria hoje em dia) perderiam valor real, bem como parcela da dívida pública, que não está atrelada ao IPCA. Os mais pobres, justamente aqueles que têm mais dificuldade para se proteger da inflação, seriam os mais prejudicados com a perda do valor de seus salários e poupança duramente acumuladas.”

Acabar com o teto e instituir um novo regime de controle dos gastos fiscais não será simples. Isto porque o déficit primário e a dívida bruta, conforme foi dito, cresceram em montante assustador com a pandemia. Para se ter uma ideia, depois de um déficit público de 15%, no último ano, deveremos ter, em 2021, um déficit público de 7% do PIB. Nunca se viu algo assim. Com relação à dívida interna – em setembro batemos 90,6% do PIB –, o endividamento do governo chegou a R\$ 6,5 trilhões, o maior patamar da série, que começa em 2005.

A previsão do governo é que ela alcance 91% neste ano. Nos departamentos financeiros dos bancos e nas instituições de pesquisa não faltam apologistas de que o passivo alcançará 100% do PIB, logo à frente. Esse é um número cabalístico que o mercado criou como régua de insolvência do país. Pois bem, esse número mágico e trágico da dívida bruta perduraria até 2028. E neste ano, com a pressão dos gastos sanitários, sociais e de apoio à economia, ficaria acima de países como Índia (89%), África do Sul (92,8%), Colômbia (62%) e México (51,5%) – a média para o grupo de países emergentes é uma dívida de 65,5% do PIB, enquanto a dos países avançados é de 125% do PIB.

A irrefutável dificuldade da rolagem da dívida (o BC está empurrando o vencimento dos títulos para 12 meses), associada à enorme probabilidade de que o capital estrangeiro não vir a não ser para bicar a bolsa de valores e comprar contas do fundo de agricultura (laranja para a compra de terras), de que o estrago no meio ambiente tenha se tornado quase crônico; que o crescimento surpreendente da economia (a queda de -4% do PIB, quem diria, merece ser brindada) seja apenas um voo de galinha; e a expectativa de que o presidente da República permaneça “estruturalmente” dando suas declarações desastrosas reforçam a importância da EC 95 como salvadora da tragédia anunciada. Nesse cenário, simplesmente revogar o teto é imprudente. É preciso cimentar a mudança com medidas adicionais.



A SUPRESSÃO DA EC 95 SOMENTE SERÁ POSSÍVEL COM INICIATIVAS QUE AMPLIEM A PERCEPÇÃO DE SOLVÊNCIA

UMA SOLUÇÃO PARA A EC 95

A supressão da EC 95 somente será possível – sem uma enorme tensão nos mercados – com iniciativas que ampliem a percepção de solvência, indo além da promessa do corte de gastos, que é necessário, mas permanentemente desacreditado pelo próprio governo. A ideia é que seja criado um fundo garantidor da dívida bruta com os dividendos das empresas públicas e das privadas, fechadas e abertas. Seria um lastro para o passivo interno, negociado em mercado e, portanto, com liquidez, que diminuiria a percepção de fragilidade do Brasil nos seus pagamentos.

Nesse fundo ou título seriam aportados uma montanha de recursos. Sabe-se que as estatais transferiram para a União um total de 27,3 bilhões, em 2019. Os proventos pagos pelas companhias abertas para seus acionistas atingiram R\$ 118 bilhões, em 2019, o maior valor nomi-

nal em 10 anos. Quanto às companhias fechadas, não foi possível obter uma estimativa para a distribuição de lucros. A medida poderia precipitar uma ação que dorme na CVM desde a gestão de Roberto Teixeira da Costa, há 26 anos; qual seja: promover obrigatoriamente a abertura de capital das companhias fechadas por critérios a serem definidos a partir do tamanho do lucro, número de empregos e patrimônio.

A ideia de criação de um instrumento garantidor da dívida permitiria um lastreamento do passivo interno bruto do PIB de 96% (projeção deste ano) para, digamos, 80% do PIB, pouco mais, pouco menos, em uma só tacada. O fundo teria capitalização permanente, na medida em que o pagamento da parcela dos dividendos ao instrumento de lastro se repetiria anualmente. E teria um significado redistributivo, a exemplo de um imposto sobre os mais ricos. O profissional responsável pela gestão do fundo deveria ser independente, de forma a não se tornar refém das decisões políticas do governo, e sabatinado pelo Congresso, a exemplo do presidente do Banco Central.

Só para lembrar o tamanho do problema, em 2019, a dívida bruta fechou o ano em um valor da ordem de R\$ 4,2 trilhões. Neste ano, vai chegar perto de R\$ 7 trilhões. O estímulo à abertura de capital de empresas altamente eficientes, que não podem dispor da via de capitalização através do mercado de valores, contribuiria para o aumento de dividendos pagos ao fundo garantidor. São exemplos de empresas que podem ser capitalizadas no mercado a Embrapa, a Fiocruz e o Instituto Butantã, somente para dar o exemplo das mais votadas na atual conjuntura.

O lastro da dívida mobiliária colaboraria com as políticas monetária e fiscal, reduzindo o preço cobrado pelos títulos, o prazo da rolagem da dívida, com impacto positivo natural sobre o câmbio. De certa forma, Paulo Guedes tateou a medida quando pensou em formas de criar fundos com ativos do governo. Mas trouxe para o palco ativos sem liquidez em mercado e difíceis de serem negociados,

a exemplo das terras da União e os chamados “ativos icônicos”, tais como o prédio em que funcionou a Rádio Nacional, na Praça Mauá, e a antiga RFFSA, prédio de 13 pavimentos ao lado da Central do Brasil. Vendê-los é uma boa ideia no tempo. Mas, por enquanto, trata-se de medida perfunctória. E é difícil concretizar essa desmobilização.

Se o critério de medição do passivo interno fosse a dívida líquida, e se fosse computado o título de lastreamento na sua base de cálculo, a relação dívida líquida/PIB desceria de 55% do PIB para cerca de 40%. A conta já leva em consideração o acréscimo de R\$ 1,5 trilhão das reservas cambiais. Em outros idos, economistas ortodoxos, como Afonso Celso Pastore e Ilan Goldfajn, defenderam a dívida líquida como a medida adequada de medição do endividamento público. A ideia se tornou “líquida”, mas no contexto do pensamento de Zigmunt Bauman, de que as ideias se tornam derretidas ou passadiças quase imediatamente.

Por esses e por outros motivos, a proposta de lastreamento está voltada para a dívida interna bruta, que é uma das variáveis estratégicas para a retomada do crescimento econômico. A sugestão central é a criação de uma “superâncora fiscal com recursos dos mais ricos”, com a mudança concomitante do regime do teto de gastos para o resultado primário. O fundamental é que é preciso desenrolar a amarra do endividamento bruto do crescimento do PIB. O seu desempenho é parte do processo de ajuste fiscal. “O ponto é que a discussão econômica se tornou binária em torno do teto de gastos, algo que equivocadamente tem sido estimulado pelo próprio ministro da Economia. É um tudo ou nada que já está cobrando o seu preço” (*Valor Econômico*, 13/10/2020). A afirmação resume tudo. ●

**As previsões contidas no texto foram apuradas até a data de fechamento da revista, podendo, portanto, terem sido mudados alguns números até a data de circulação.*

O autor é sócio da Insight Comunicação
luiz.faro@insightnet.com.br

JHSF

TODOS OS
 EMPREENDIMENTOS
 JHSF REAL ESTATE
 REUNIDOS
 NA MELHOR
 LOCALIZAÇÃO:
 A PALMA
 DA SUA MÃO.



**BAIXE O APP JHSF REAL
 ESTATE SALES E LEVE SUA
 CABEÇA PARA PASSEAR.**



Conheça os inovadores projetos JHSF Real Estate Sales.

As melhores localizações em empreendimentos de campo e residências, com plantas integrando arquitetura e paisagismo, pensadas para renovar o seu dia, todos os dias.

JHSF

NO PARANÁ, INTELIGÊNCIA TAMBÉM SE VÊ NOS NÚMEROS.

O GOVERNO FAZ
INVESTIMENTOS
ESTRATÉGICOS PARA
O ESTADO CRESCER.

FONTES: PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL, IBGE (OUT/2019 A SET/2020); VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DE 2019, DIVULGADO EM 2020 PELA SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO; CAGED (JAN A SET/2020) E JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ (JAN A OUT/2020).

R\$4 BI EM OBRAS
PARA
INFRAESTRUTURA



CRESCIMENTO
NA INDÚSTRIA
ALIMENTÍCIA DE

9,4%

136 MIL

EMPRESAS
ABERTAS
EM 2020



FATURAMENTO
RECORDE DE PRODUÇÃO
AGROPECUÁRIA COM

R\$98 BI

II
I
S

UM **DESAFIO** PARA
A DEMOCRACIA

LUIZ EDUARDO SOARES

Antropólogo e cientista político

DEPOIMENTO A FRANCISCO OURIQUE
E MARCIO SCALERCIO

Temos diante de nós mais do que um tema, um desafio que nos angustia, nos mobiliza. É fundamental compreendermos o que significam as milícias, para que seja possível de alguma maneira definir políticas públicas, iniciativas e terapias para essa patologia tão dramática e com efeitos de fato degradantes para a sociedade, para a democracia.

É sabido que essas categorias variam historicamente e têm outras raízes, outras significações. Seguindo a trilha da história, recuo até os anos 60 ou talvez até meados dos anos 50 e, evidentemente, partindo de alguns pressupostos indispensáveis, levando em conta de que país estamos falando.

Nosso país é profundamente desigual e marcado pelo racismo estrutural. Um país cuja história tem sido muito dura e violenta. Portanto, os episódios, esses eventos, as circunstâncias e dinâmicas são profundamente violentos e, nesse sentido, compatíveis com as características da nossa sociedade. Sendo assim, dificilmente seriam possíveis em outros contextos.

MILÍCIAS

Pistoleiros

Em meados dos anos 50 o chefe da polícia do Rio de Janeiro – esse episódio é narrado pelo professor Michel Misse – constituiu um grupo de policiais cuja função era executar supostos criminosos, os suspeitos para sermos mais precisos, e fazê-lo clandestinamente. Acentue-se a importância desse advérbio, clandestinamente, que evidentemente tem implicações. Nos anos 60, a partir de uma série de circunstâncias, que são inclusive bastante conhecidas, porque sempre aludidas pelos relatos, inclusive os relatos relativos à segurança pública ou à insegurança do Rio de Janeiro no início dos anos 60, formaram-se as “escuderias”, particularmente a “Scuderie Detetive Le Cocq”. Tratava-se de uma associação, um grupo de policiais inicialmente reunidos em torno de uma missão: vingar um colega, o detetive Mariel Mariscot, que havia sido morto por um criminoso.

A “Scuderie Detetive Le Cocq” se autocompreendia e se autodefinia como um grupo de justiceiros. Entretanto, cumprida essa missão mórbida, sinistra, o grupo não se desconstituía, seguiria adiante atribuindo-se sempre novas missões, e todas elas orientadas por esse tipo de valor que lhes cabia, o de executar supostos criminosos. Ao longo dos anos 60, com desdobramentos diversos que não vêm ao caso, esse grupo original acabou se desdobrando tentacularmente, gestando um conjunto de coletivos ou de grupamentos policiais que então adquiriram um outro nome (esquadrões da morte), e que ainda eram orientados e atuavam sobretudo na Baixada Fluminense.

O professor José Claudio de Sousa estudou com profundidade única esse fenômeno, principalmente na Baixada, onde se realizava o mesmo tipo de tarefa, a execução de supostos criminosos. Esse tipo de prática depois alcançou outras vítimas. Se, inicialmente, a ideia era de que os suspeitos fossem executados, na sequência, esses grupos se converteram em pistoleiros a soldo, atendendo a demandas ad hoc no varejo do cotidiano e das políticas locais. Muitas vezes por motivos comerciais e econômicos; em outras, por motivos puramente pessoais ou políticos, executavam como profissionais do crime, profissionais do que se dizia, à época, da pistolagem. Atuaram não somente no Rio de Janeiro, pois isso foi um fenômeno conhecido Brasil afora. O Espírito Santo foi muito marcado por essa história também, assim como Minas Gerais, Norte e Nordeste. Há também episódios em São Paulo e no Sul.

Portanto, estamos diante não apenas daqueles grupos que foram gerados a partir da incubadora criminal que havia sido aquela Scuderie, inspirada já nas iniciativas dos anos 50, mas também tivemos a adoção da mesma prática e da mesma metodologia por grupos distintos de policiais Brasil afora. Os grupos aqui se converteram inclusive em protagonistas de manchetes na mídia.

POLICIAIS FORA DE FUNÇÃO, O REGIME MILITAR E OS BICHEIROS

Vários policiais foram, a partir de um certo momento, aliciados pela repressão da ditadura inaugurada em 1964 e, uma vez recrutados e treinados, serviram às práticas de tortura e de assassinato de opositores políticos do regime militar. Eles, entretanto, nunca deixaram efetivamente de estar organicamente vinculados às suas instituições policiais de origem. Com o declínio da ditadura e início do processo de transição, dedicaram-se integralmente às instituições das quais jamais deixaram de fazer parte.

Muitos deles foram perscrutando o mercado, encontraram nichos favoráveis e foram “adotados” pelos bicheiros, que eram os “capos”, os chefes no crime organizado na Baixada Fluminense e na capital do Rio de Janeiro, atuando também para além dessas fronteiras. Eles serviram aos bicheiros não apenas como seguranças. Em algumas vezes, disputaram com os chefes e acabaram ocupando um lugar entre os barões do bicho. O caso mais conhecido é o do Capitão Guimarães (Aílton Guimarães Jorge).

São figuras híbridas, fruto dessa história heterogênea, irregular, descontínua, em que se passava sucessivamente da instituição policial para a atuação na repressão política, dali para o crime organizado diretamente e para um empreendimento econômico criminoso, finalmente. Alguns retornaram e foram absorvidos mais de uma vez por suas corporações. Essa história é muito importante porque ela é reveladora em alguns aspectos. Vamos suspendê-la, por ora, para nos concentrarmos na transição política.

AS MAZELAS DA TRANSIÇÃO POLÍTICA - MUDAR PARA QUE TUDO FIQUE COMO ANTES

A referência é um processo que se conclui, que culmina, em 1988, com a promulgação da nossa primeira Constituição efetivamente democrática. Evidente que isso não significa que ela tenha sido aplicada plenamente ou que tenha correspondido à realização substantiva da democracia tal como configurada formalmente nos seus termos normativos. No entanto, do ponto de vista formal, era efetivamente um documento importante e único em nossa história. Correspondia a uma conquista extremamente significativa. Entretanto, nós sabemos que as transições no Brasil, mesmo aquelas que envolvem algum nível de ruptura, se deram por negociações entre as elites, que acabaram sempre se recompondo. O Brasil é marcado pela modernização conservadora, pela via prussiana, se envolvendo com o capitalismo, pelas revoluções passivas, enfim pelo capitalismo intrinsecamente autoritário, que exclui a participação das massas, das classes subalternas e que acaba se reproduzindo, a despeito de suas mutações, por seu dinamismo, sempre a partir de rearranjos e novas coalizões que vão se formando entre representantes, líderes e as elites políticas, econômicas e sociais.

Isso não foi diferente em 1988, e a nossa transição foi negociada. Nós saltamos do momento da verdade – para usar aquela distinção sugerida pelo Nelson Mandela e pelo

caso da África do Sul, entre o momento de verdade e o momento de reconciliação –, e passamos diretamente para a reconciliação varrendo as cinzas do passado, as feridas, os cadáveres, as brutalidades, a barbárie toda, para debaixo do tapete e passamos imediatamente para o novo regime que se inaugurava com a promulgação da Constituição de 1988.

A negociação dessa passagem envolvia evidentemente os representantes do regime anterior, da ditadura militar, que ainda dispunham de alguma influência, e as demais forças políticas estabelecidas, sendo que o ambiente proporcionava aos representantes do antigo regime um poder de decisão razoável. Eles se interpuseram em alguns casos, e firmaram um pé em torno de algumas exigências; uma delas, entre outras, muito relevante para nós, aqui para nossa reflexão. Eles impuseram uma reserva na área da segurança pública. O campo institucional da segurança pública, quiçá em alguma medida, a justiça criminal, mais particularmente da segurança pública. E as estruturas organizacionais forjadas pela ditadura nos foram, portanto, legadas.

Na democracia herdamos as instituições sem qualquer reorganização, sem qualquer reestruturação. É claro que nos novos tempos, novos ares, novas referências legais, muitos procedimentos foram alterados. Mas percebiam que, quando uma estrutura organizacional é preservada, é conservada, ela traz consigo seres humanos, indivíduos, homens e mulheres de carne e osso, com seus valores, suas crenças e suas disposições afetivas. Protocolos de ação, protocolos práticos, que estavam presentes na socialização, são absorvidos, incorporados, e mantidos de tal maneira que nós podemos dizer que essa reserva da área de segurança pública que, portanto, não foi atingida, não foi tocada, não foi atravessada pelo tsunami transformador da democracia, essa reserva acabou suscitando a inauguração, a instauração, de uma dupla temporalidade, se me permitem a imagem.

De um lado nós tivemos o tempo fluente, vivo, da democracia: avanços, mobilizações, ampliação da experiência da cidadania, redução da pobreza bastante significativa ao longo das décadas subsequentes, maior participação; enfim, um conjunto muito significativo de avanço de conquistas, com limites, com contradições, evidentemente. Por outro lado, a consagração dessa outra temporalidade, uma temporalidade cristalizada, congelada, que remete aos tempos imemoriais, à nossa história mais funda, que é a história da escravidão, da brutalidade, do racismo estrutural, das desigualdades.

jus. vin

Essa história que marcou todo o percurso das instituições policiais ao longo do tempo esteve presente na reorganização ali forjada das instituições policiais. E essa história concentrada, temperada pela ditadura, nos foi legada. Portanto, é esse passado congelado, refratário às mudanças, ao dinamismo da democracia, é esse passado que convive, com todo o seu peso, sua espessura e sua resistência com a vibração democrática da sociedade brasileira, sem idealizações, guardadas aqui todas as limitações já referidas.

Vejam que desenho paradoxal, uma dicotomia, uma dualidade, uma contradição. As corporações policiais não podem ser objeto de nenhuma descrição genérica, superficial, que sintetize toda uma complexidade em duas ou três palavras e qualificativos, mas não é equivocado dizer que depois da observação dessas últimas três décadas, no período democrático, está bastante patente que os segmentos mais numerosos desses quase 800 mil homens e mulheres que compõem as nossas instituições policiais, a maioria de fato continua ligada a uma cultura corporativa, cujos valores foram aqueles apurados, maturados, que levedaram nos tempos do nosso passado mais remoto e que foram, digamos, atualizados durante a ditadura.

Ainda são aqueles que justificam execuções extrajudiciais, que confundem justiça com vingança e que são absolutamente refratários ao poder civil, à legitimidade republicana e à autoridade política. Imaginem então, homens

e mulheres em armas, essa que é uma função crucial para qualquer estado democrático de direito. O estado democrático de direito não pode prescindir da força. O Estado é detentor monopolista do uso dos meios de coerção, do uso legítimo de coerção, e os aparatos policiais são aparatos fundamentais portanto, e lhes compete no limite o exercício comedido, moderado da força, seguindo evidentemente parâmetros legais, constitucionais, observando tratados internacionais de direitos humanos etc.

Essa é uma função preciosa, fundamental, em que se joga o jogo da vida e da morte. Portanto, nós estamos falando de instituições extremamente importantes, pois elas foram relegadas ao segundo plano, e toda nossa história republicana democrática recente se dá às expensas delas, como se elas permanecessem à sombra, à margem da vitalidade transformadora reformista. E o Brasil como nação conseguiu, então, conviver com o genocídio de jovens negros e de jovens pobres nos territórios mais vulneráveis, com a brutalidade policial letal sem paralelo entre os países que oferecem dados mínimos a esse respeito, com um nível de violência endereçada sempre, claro, predominantemente aos negros, aos mais pobres e residentes dessas áreas mais vulneráveis, sistematicamente, independentemente de governos, inclusive de suas orientações políticas ideológicas.

Essa temporalidade cristalizada, congelada, refratária aos princípios democráticos, esse enclave institucional

gança tiça

que as polícias representam, mostrava inúmeras vezes que era refratária à democracia, repelindo a autoridade política republicana civil. Como se fazia isso? Impedindo que os governadores de fato comandassem essas polícias. É um fato que é preciso reconhecer: os governadores não comandam, salvo excepcionalmente, mas de fato não comandam as suas polícias.

Os Ministérios Públicos, que são responsáveis constitucionalmente pelo controle externo das atividades policiais, a despeito de seus esforços admiráveis, infelizmente ainda são diminutos, insuficientes, minoritários. E a Justiça abençoa a cumplicidade, a que na prática nós verificamos em uma outra parte do Ministério Público, com a reprodução desse tempo congelado que é o passado redivivo que nos acompanha como uma sombra, como uma espécie de fantasma de um outro país a nos assombrar, um outro país que é o reverso, o avesso, que é o oposto daquilo que a nossa Constituição define como sendo o nosso regime constitucional legal.

Isso se dá em função da natureza da nossa transição e das dificuldades extraordinárias que o poder civil teve ao longo de todos esses anos para lidar com essa questão, de elaborá-la, de compreendê-la, de compreender sua gravidade extraordinária.

Temos agora um fenômeno diante de nós que nos impõe a reflexão e a ação. Não é mais possível o silêncio negligente, a omissão cúmplice; não é mais possível

pretender ignorar o que representam as polícias como instrumentos repressivos, com bases e com vieses que são inadmissíveis, cuja exibição ostensiva, cuja explicitação em alguns países, mesmo caracterizados pela violência crucial, como os Estados Unidos, provocam revoltas, insurreições que inundam a nação. Aqui nós temos episódios que são lá excepcionais, diariamente rotinizados, naturalizados. Isso não se daria, caso segmentos numerosos da sociedade não fossem coniventes, ou de alguma maneira compartilhassem também esses valores, e isso é extremamente interessante, é fascinante do ponto de vista sociológico, antropológico e histórico, mas é dramático para nós como brasileiras e brasileiros.

O Brasil convive com essa duplicidade, o enclave dessa força que resiste à democracia e convive com ela, com a anuência de instituições republicanas aceitando o inaceitável e aplausos da sociedade por conta do fato de que a cultura dessas corporações, que é uma cultura que tem traços fascistas, é uma cultura racista, misógina, homofóbica, brutal, que justifica o linchamento etc. Os seres humanos não são apenas isso ou aquilo, frequentemente são isso e aquilo e sociedades mais ainda. Pode haver – no caso brasileiro é evidente – empatia, compaixão, disposição afetiva e solidária e ao mesmo tempo a brutalidade mais atroz, a crueldade reiterada, e nós convivemos com isso, sendo simultaneamente o nosso passado e a antecipação de um futuro idealizado que nunca se realiza.

Open Studio

NOÉ

O QUE SÃO MILÍCIAS?

Não haveria isso que chamamos milícias, que são grupos compostos por policiais e ex-policiais civis e militares e alguns bombeiros e agregados que são recrutados e aceitos, além de, cada vez mais crescentemente, por traficantes de drogas que são cooptados para as novas coalizões, que hoje tem se estendido, tem se replicado. Por que foi possível chegar a esse ponto, em que temos 57% da população da capital do nosso estado sob o domínio seja de milícias seja de facções do tráfico, sendo a grande parte de milicianos? Nós temos hoje muito mais milicianos dominando a população do que traficantes. São quase 4 milhões de pessoas sob o domínio de grupos armados criminosos, milicianos ou traficantes, sobretudo milicianos, que é o poder que mais cresce e que se aliou ao Terceiro Comando puro, se opondo apenas ao Comando Vermelho, que é uma espécie de ilha de resistência do velho modelo. Como é possível que isso tenha ocorrido? E vejam: isso significa a negação do estado democrático de direito, porque é a negação do próprio Estado, que, ao deixar de ser monopolista dos meios de força legítimos, deixa de se apresentar propriamente como o Estado.

Isso foi possível por conta da nossa história, da natureza da nossa transição, cuja expressão mais imediata é uma política de segurança, por assim dizer, que, com exceções, com raras honrosas exceções ao longo de nossa história recente, se traduziram nessas chamadas políticas de segurança e autorizações para execuções extrajudiciais em confrontos criptobélicos ou protobélicos em áreas de favela e periferia, em territórios vulneráveis, com implicações dantescas e sem que houvesse a produ-

ção de qualquer êxito, de qualquer resultado razoável de interesse da sociedade, ou que estivesse minimamente em acordo com a legalidade constitucional.

Por que a nossa história concorreu fortemente para a formação das milícias? Porque é uma história de autonomização, de nichos policiais que passam a agir com essa duplicidade de registro de referência, por isso eu falei dos esquadrões da morte, da Scuderie Le Cocq etc. São núcleos que permanecem na polícia, mas agem ilegalmente e clandestinamente. O leitor se recorda que logo no início foi dito para guardar esse advérbio; é relevante, porque isso não se converteu em padrão instituído, legalizado. Mesmo na ditadura, quando havia pena de morte, se requeria o julgamento. Mas o que está a se falar aqui é do linchamento, da execução extrajudicial, e, por favor, não confundam execução com legítima defesa, que é evidentemente autorizada pela Constituição e por todas as constituições democráticas e pelos tratados dos direitos humanos evidentemente.

Assim temos uma história de autorização tácita para a autonomização de nichos, de grupos que agem à margem da lei, permanecendo vinculados organicamente às instituições policiais. Esse modelo, na medida em que nós herdamos essa tradição acriticamente no momento inaugural da democracia que foi a transição, em que nós recebemos esse legado dessas estruturas organizacionais com essas práticas, elas trouxeram consigo os seus vícios que eram vícios intrínsecos às suas dinâmicas internas de funcionamento, e isso tudo é hipertrofiado e sublinhado pelas políticas que autorizam e recomendam as execuções extrajudiciais.

O QUE É MÁLIGNO? SÃO AS AÇÕES E INICIATIVAS DAQUELES POLICIAIS CORROMPIDOS QUE GERAM INSEGURANÇA PARA VENDER SEGURANÇA

Por quê? Porque quando se concede ao policial na ponta a liberdade para matar, se lhe concede tacitamente também o direito de não fazê-lo; portanto, de negociar a sobrevivência e a vida, que é uma moeda extraordinária que está sempre se inflacionando. É uma fonte de recursos inesgotável. O que se paga para sobreviver? Tudo que se tem e mais alguma coisa. Atribuindo-lhe o direito de matar sem qualquer custo, sem qualquer condicionante, torna-se de fato o passaporte para a negociação da sobrevivência, e isso se estruturou, se organizou ao longo dos anos porque as economias acabam se compondo, se articulando segundo dinâmicas racionais.

Há uma tendência à racionalização, imperativos do cálculo etc., o que fez com que se passasse daqueles momentos iniciais de confrontos e debates no varejo, do comércio da vida no varejo, para uma situação mais estável, estruturada, que é a do “arrego”, para usar a expressão carioca, ou seja, do contrato, do acordo, do pacto, enfim, da sociedade entre polícia e tráfico. E essa sociedade fez com que se tornasse indissociáveis as histórias – a história institucional e a história do tráfico de drogas – cuja relevância no Rio não pode ser subestimada. Por mais que nós salientemos a importância desse fato, ainda estaremos salientando insuficientemente, porque isso foi decisivo ao longo de tantos e tantos anos, sobretudo quando associadas ao tráfico de armas, e isso tudo não se deu sem a participação e o protagonismo policial.

O “GATO ORÇAMENTÁRIO”

Durante a transição, as políticas que autorizam execuções, facultando aos policiais da ponta fazê-las, o que havia de novo? A autonomização, a constituição nesses nichos. E a isso vem se somar, e agora nos aproximamos da conclusão, um terceiro vetor nessa rápida genealogia, que é a segurança privada informal e ilegal. É preciso compreender isso. O orçamento público na área de segurança é gigantesco, não só no Rio de Janeiro. Contudo, é insuficiente para o pagamento de salários dignos, justos, à grande massa policial, porque são dezenas de milhares, sobretudo se nós incorporarmos os inativos. Desse modo, qualquer alteração tem um grande impacto. Esse orçamento irreal se torna real, ou seja, ele é viabilizado por um arranjo ilegal que eu chamo de “gato orçamentário”, e só os cariocas e as cariocas me entenderão. Existe o “gato net”, que são conexões entre o legal e o ilegal, que se dão de forma improvisada. Aqui nós temos o “gato orça-

Poder Paralelo

mentário”, que é essa conexão entre o legal e o ilegal. De que maneira isso se dá? Que ilegalidade é essa?

Todos os governos estaduais, não só do Rio de Janeiro, sabem que os seus policiais vão para o segundo emprego, para o bico, a fim de completar a renda, porque os salários são insuficientes. E o fazem em que área? Como todos fazemos: na área de nossa expertise, da nossa competência. Ora, os governos sabem perfeitamente que milhares de policiais vão para a segurança privada informal e ilegal. Por quê? Porque é ilegal que o policial servidor público atue na segurança privada, pois se trata de óbvio conflito de interesse. Quanto melhor for a segurança pública, pior será a segurança privada.

É evidente que há uma divergência, e o que torna ilegal é essa conexão com a segurança privada informal e ilegal. Apesar disso, os governos olham para o lado e dizem que essa é uma responsabilidade da Polícia Federal e, efetivamente, pelo ponto de vista legal, é verdade. Mas a Polícia Federal não tem contingente, nem recursos, nem tempo, e nenhum interesse em meter a mão nesse vespeiro, sabendo que lá vai encontrar não só a

arraia miúda, para usar a expressão popular, mas também oficiais, delegados e autoridades das instituições policiais.

Assim, não estão na segurança privada apenas aqueles que buscam sobreviver com um pouquinho mais de dignidade, que tentam completar sua renda, honesta, perfeitamente compreensível e, digamos, até benigna, por suas motivações, embora ilegais. Temos ainda aqueles que são empreendedores e que aproveitam essa oportunidade, que não estão precisando disso para se alimentar, e estão buscando lucros em outra escala. E o fato é que, quando o governo não olha de forma consciente e negligencia como uma estratégia para viabilizar o seu orçamento, deixando que os policiais complementem sua renda desse modo, não se dá então combate ao aspecto maligno do problema. E o que é maligno? São as ações e iniciativas daqueles policiais corrompidos que geram insegurança para vender segurança. E finalmente, existem aqueles que se organizam a partir da experiência no tráfico, compreendendo que podem ir muito além das quadrilhas, e aí formam de fato as milícias, com bases em alguma experiência local etc.

E quais desses policiais querem ir muito além do tráfi-

FOI
ASSA
SSI
UNADO.

co? Trata-se de homens mais velhos, mais maduros, mais experientes. São profissionais que observam o quadro, analisam a situação e averiguam se há possibilidade do domínio territorial e do controle sobre uma comunidade por grupos armados. E, em vez de apenas negociar substâncias ilícitas no varejo, uma vez assumindo o controle territorial, passam a taxar de forma arbitrária e evidentemente discricionária todas as atividades econômicas e custos dessa comunidade, inclusive o acesso à terra.

Desse modo, constituem-se como verdadeiros barões feudais. E esses espaços insulados vão conformar uma geopolítica com uma configuração, uma espécie de um grande arquipélago que tomou boa parte da cidade, na capital do estado do Rio de Janeiro e áreas da Baixada Fluminense, e ainda mais, avançando o estado adentro.

O PRIMEIRO COMBATE CONTRA AS MILÍCIAS

Chegamos à política. Esses grupos experimentados de homens mais velhos perceberam que não havia sentido, como os traficantes faziam, de simplesmente alugar acesso a candidatos. Os candidatos na hora da eleição querem ter acesso para fazer campanha, os traficantes escolhiam um ou outro, de acordo com pagamentos, e permitiam esse acesso. Os milicianos pensam com mais ambição e deduzem que eles mesmos podem se candidatar e ocupar espaço no Estado, na esfera política. E isso tem acontecido sistematicamente de tal maneira que eles, agora, não só utilizam a polícia para ajudá-los a conquistar espaços, a manter seus domínios, ao submetem a polícia aos seus interesses, permanecendo a salvo, excepcionalmente incólumes, como também ocupam espaços de poder, espaços políticos nos Parlamentos e nos Executivos na Baixada Fluminense. Converteram-se no grande desafio, não só para a segurança pública do Rio de Janeiro, pois esse é um problema que tem aqui o seu coração, mas que se irradia para todo o país, isto é, mais um o problema para a democracia brasileira.

Notemos que esse é um tipo de poder paralelo em ascensão. Diga-se de passagem, essa categoria, “milícia”, passou a ser aplicada, a partir de 2006, graças à jornalista Vera Araújo, do O Globo, aos grupos que dominam territórios em comunidades aqui no Rio de Janeiro, grupos formados sobretudo por policiais. Até então nós nos referíamos a esses grupos como “polícia mineira”, ou “polícias mineiras”. Mineiras porque garimpavam, mineiravam, agiam para se beneficiar ilegalmente etc. E Vera Araújo passou a usar o termo milícia, que em seguida foi

adotado porque cabia muito bem para a definição dessas máfias locais por assim dizer.

E nós tivemos, a partir de janeiro de 2007, o privilégio de contar com um delegado muito corajoso, audacioso, que tinha naquele momento o suporte da Secretaria de Segurança; Cláudio Ferraz, titular da DRACO (Delegacia de Repressão ao Crime Organizado). De 2007 a 2010, Ferraz prendeu quase 500 milicianos. Até então os milicianos não eram presos. Houve apenas um ou dois casos antes. Por quê? Porque, segundo as autoridades, sequer existiam, não se percebia isso; ou algumas outras autoridades se referiam à autodefesa comunitária, porque evidentemente essas milícias nasceram vendendo segurança privada, vendendo manutenção da ordem nas comunidades.

Vejam um caso: o do irmão do deputado Marcelo Freixo, Renato Freixo, que se tornou um personagem relevante nessa história. Em 2006, foi eleito síndico do seu condomínio em Niterói e resolveu compreender que história era aquela, onde estavam os contratos, de quem era a empresa que oferecia, afinal de contas, segurança? Qual a legalidade daquilo? Foi assassinado.

Isso é um sintoma, uma demonstração muito triste, mas muito evidente e ilustrativa do que nós acompanhamos. As autoridades políticas, às quais convinha o silêncio, até porque tinham apoio nessas áreas que se convertiam em verdadeiros currais eleitorais em seu benefício, essas autoridades silenciavam ou negavam a existência das milícias ou apenas se referiam à autodefesa comunitária.

Naquele mesmo ano, Vera Araújo produziu algumas matérias importantes no O Globo, muito críticas, chamando atenção para a dimensão criminosa dessas organizações. Já em 2007, no início da nova legislatura estadual, o recém-eleito deputado estadual Marcelo Freixo apresentou, no primeiro dia, logo na primeira semana da nova legislatura, um pedido de abertura de uma CPI sobre as milícias. O presidente da Alerj, Jorge Picciani, negou e engavetou o pedido.

O delegado Cláudio Ferraz começou a realizar o seu trabalho, e as matérias se reproduziram. No primeiro semestre do ano seguinte, em 2008, houve um episódio que se tornou muito conhecido no Rio de Janeiro e muito triste, em que uma jornalista, um motorista e um fotógrafo do jornal O Dia foram feitos reféns, torturados e quase executados na favela do Batan, já sob o controle das milícias. Eles faziam uma reportagem sobre esses grupos. Foram salvos porque vazou a notícia, e os milicianos os libertaram. Mas o impacto sobre a vida deles foi trágico. Isso veio à tona, ocupou as manchetes da mídia na época,

e a sociedade se sentiu de fato tocada e sensibilizada. O presidente da Alerj foi obrigado a desengavetar o pedido da CPI das milícias, e o deputado Marcelo Freixo se tornou o relator da CPI, que cumpriu um papel muito importante.

A CPI conduzida por Freixo indiciou mais de 250 indivíduos — policiais —, alguns inclusive com cargos eletivos. O trabalho de Claudio Ferraz permitiu muitas prisões e repressão qualificada. Depois desse período, o nosso colega Ignácio Cano, com a nossa colega Thais Duarte, realizaram uma pesquisa importante, que mostrava que, a partir dessa repressão, as milícias, de uma maneira geral, tinham alterado seus comportamentos, suas táticas. E elas, em vez dos tormentos públicos, das torturas e dos assassinatos públicos que eram usados como didática para assinalar o seu poder como forma de coação, passaram a criar cemitérios clandestinos e agir, como se diz popularmente, no “sapatinho”, termo que inclusive é o título do relatório da pesquisa dos colegas Cano e Thais.

Dessa forma, houve uma alteração, um recuo, um refluxo e uma mudança de atitude. Os milicianos não se tornaram pacíficos e ordeiros, mas passaram a matar e a brutalizar de outra forma, com outros métodos. Daí se inaugurou um período muito longo, em que tiveram de novo a possibilidade de recomposição, se articulando com a política, obtendo apoios, promovendo um novo crescimento desses grupos. É claro que, quando nós temos na Presidência da República alguém como Bolsonaro, que defende a flexibilização de acesso às armas, que defende a violência policial e o faz ostensivamente elegendo um torturador como o seu herói, logicamente esses grupos se sentem estimulados, incensados, e a brutalidade recebe assim um combustível importante. Os nossos tempos são bicudos, são tempos dramáticos, difíceis.

Outro aspecto a ser enunciado é a situação dos policiais honestos. Isso não é simples, porque vamos nos colocar na posição de um policial honesto — e há milhares e milhares deles. Esses policiais honestos sabem perfeitamente o que seus colegas fazem. Mas quem de nós ousaria confrontar esses colegas criminosos, que gozam de prestígio, que sabem qual é o nosso endereço, conhecem a nossa casa, onde nossa família mora, os quais são capazes de qualquer violência? Os policiais individualmente se sentem acuados é claro. Que força externa seria capaz de, com independência, fazer face às milícias?

INTERVENÇÃO MILITAR: O LABORATÓRIO FRACASSADO

O estado do Rio de Janeiro já teve um laboratório.

Em 2018, tivemos a intervenção federal. Era um grande laboratório. Era um momento para que nós verificássemos se as Forças Armadas, ou Exército pelo menos, seria essa força capaz de, com independência, enfrentar esse desafio decisivo, de vida ou morte para democracia brasileira, não só para o Rio de Janeiro. Era um grande teste para verificar se haveria alguma competência para lidar com a questão. Mas não houve nem competência nem interesse, e se havia independência ela não se manifestou na prática, e nós então continuamos assim, salvo um ou outro episódio eventual.

O assassinato de Marielle e Anderson é o sinal mais terrível da insubordinação, da arrogância das milícias. Então nos perguntamos: de onde virão essas forças? Quais serão as instituições? Por que o Ministério Público se cala com a violência policial e não age com o protagonismo, com as iniciativas que nós desejaríamos? Não compreendem as milícias como sendo um desvio ainda associado profundamente às próprias instituições cujo controle externo lhe compete. O Ministério Público não tem sido esse ator, e a Justiça muito menos; o que podem querer dizer é que abençoam a situação tal como está.

GOVERNADORES E CHANTAGEM: O PROBLEMA DOS DOSSIÊS

E os governos? Os governos, e eu acompanhei isso ao longo de muitos anos, se tornam presas fáceis dos grupos corruptos nas polícias. Tais grupos são muito hábeis na elaboração de dossiês e, nos primeiros dias do governo, apresentam aos governadores materiais que os incriminam. A partir dessa chantagem, os governadores se sentem acuados. Essa é uma prática reiterada.

Independentemente disso, o governador ou os governadores contam com as polícias. E as polícias são justamente as incubadoras das milícias, são a fonte do nosso problema. É um dilema extraordinariamente relevante, que tem de ser encarado pelo país inteiro e tem de ser da democracia. Deve mobilizar o que nos restar de oxigenação democrática para que, juntos, nós concebamos alternativas. Mas a prática política usual aponta na direção de envolvimento crescentes. O fato é que não é possível ser muito otimista nesse momento.

Há um complemento que deve ser feito quanto aos dossiês. Inteligência hoje tem outros significados. Inteligência está associada à provisão de informações, sofisticação de diagnósticos, provisão de dados e evidências e de instrumentos metodológicos de análise. Inteligência é uma área efetivamente rica na articulação

MA RI ELLE

e na disponibilização do conhecimento produzido. Então é uma área muito interessante, que nada tem a ver com espionagem e com aqueles torneios turbulentos, arbitrários, aquelas tramas de cinema. Tem muito mais a ver com o trabalho nosso de pesquisa, universidade etc., a que coloca à disposição de gestores e de operadores, o que se conhece a respeito de questões relevantes da sociedade. Os agentes da área trabalham de outra maneira e têm uma longa tradição na ditadura; e aqui, de novo, estamos falando do que significou a continuidade ao longo da transição democrática nessa área. Essa é uma área reservada, não tangida, não transformada pela dinâmica da democratização.

Quem ouve conversa telefônica entre duas pessoas com autorização judicial ouve o que quer e o que não quer. Ouve o que busca e o que não busca, mas nem

por isso deixa de ter algum interesse, se o propósito é a chantagem.

Então imaginem um político e um empresário conversando. Surgem não só informações atinentes a um caso específico objeto da autorização, do mandado judicial, como também surgem eventualmente conversas sobre amantes, sobre situações que podem ser até mais delicadas para os interlocutores do que propriamente o tema da investigação. Nos países democráticos com alguma tradição de mínimo respeito às regras do jogo, tudo aquilo que é sobra, que é excesso e que não diz respeito diretamente ao tema autorizado tende a ser destruído. No nosso caso se tornou muito comum criar bancos de dados com as sobras, com os retalhos das conversas, os retalhos da arapongagem, que poderiam ser eventualmente úteis.

Percebe-se uma conexão interessante, miúda, provin-

ciana, rasteira, primitiva, primária; entretanto, fundamental entre uma história da repressão da ditadura treinando operadores para um trabalho sujo e a aplicação do trabalho sujo na democracia como instrumento de coação, de constrangimento sobre autoridades.

Tais práticas têm esses impactos e explicam em parte a timidez de tantos de nossos Poderes Executivos estarem acuados por intimidações oriundas dos métodos dos porões.

MILÍCIAS E LUCRATIVIDADE

Quanto à lucratividade das milícias, claro que esse é um obstáculo à contenção do seu crescimento. É muito atrativo, sobretudo no momento de crise, quando policiais veem seus colegas comprando carros do ano, casas, enfim enriquecendo. E quando não há uma formação ética e um comprometimento institucional muito vigoroso, isso acaba se impondo. E como nós temos instituições estilhaçadas, despedaçadas, por conta desse atrito entre as suas culturas corporativas e a institucionalidade republicana. Elas são estilhaçadas porque vivem um enclave. Aquilo que justifica o descumprimento da Constituição nas execuções extrajudiciais, justifica também a corrupção.

Esses grupos se retroalimentam, porque, no fim das contas, são justiceiros ou assim se pensam inicialmente; depois, nem eles próprios conseguem manter o discurso desse tipo. Mas vocês percebiam como o desajuste, esse desarranjo, essa torção que gera o enclave refratário à democracia, gera de fato uma área de sombra que proporciona a gestação não só de práticas de violência, mas também de práticas de corrupção, corroendo os valores republicanos. Grupos muito numerosos, que têm inspiração efetivamente fascista, não acreditam e não valorizam a política, isso que chamam de sistema, constituição e leis. Engana-se quem imagina que esses policiais violentos são apaixonados pela legalidade e mantêm o que fazem por amor ardoroso às leis, sendo mais rigorosos do que o próprio rigor. Não tem nada a ver com qualquer tipo de comprometimento com a legalidade.

A lucratividade, assim, é parasitária e depende do dinamismo econômico das comunidades, e a criatividade é grande: são as vans, o gato net, o controle sobre os bares e restaurantes e o pequeno negócio. Passa-se também ao gás, o monopólio da venda de gás, cobrando-se mais caro do que a concorrência, mas impondo aquele consumo. Depois, o controle de terras públicas, a sua privatização selvagem, a apropriação e expropriação de conjuntos

habitacionais, a expulsão de moradores originais, caso não sucumbam às imposições, revenda de apartamentos que são produzidos com dinheiro público e por aí vai. Construções ilegais, tais como vimos na Muzema, em cujo desastre morreram 24 pessoas, e os negócios, que vão aumentando, os transportes etc. São muitas as articulações.

É claro que um impedimento importante para reduzir a atratividade das milícias e, por consequência, reduzir a velocidade de sua reprodução e intensidade seria a criação de modos de proteção aos operadores da economia local, comerciantes, entre outros. Se as polícias honestas atuassem nesses territórios como atuam em Copacabana, no Leme, Ipanema ou Leblon, por exemplo, ficaria difícil para esses grupos coagir e impor a cobrança de taxas. Mas como esperar que isso se realize se de fato a cabeça política do estado e as lideranças institucionais não estão dispostas a esse enfrentamento por múltiplas razões?

Quanto ao envolvimento de milícias com igrejas, aqui não há o que dizer de muito específico. O que existe são trabalhos de pesquisadores, em geral com as referências conhecidas, sobre as relações entre facções do tráfico e igrejas em algumas denominações neopentecostais. Isso é muito conhecido. Nós temos traficantes religiosos que aderem de fato a esses pastores e a esses núcleos locais, que por sua vez se articulam com o tráfico de drogas e com milícias igualmente. Até que ponto servem também para a lavagem de dinheiro? Há muitas especulações nesse sentido, inclusive dentro da polícia honesta sobre essas possibilidades.

RIO DE JANEIRO EM COMPARAÇÃO A SÃO PAULO: MODELOS DE ORGANIZAÇÃO DO CRIME

São as milícias um fenômeno eminentemente carioca? Essa é uma pergunta difícil. Nós encontramos modalidades de nichos compostos por policiais, sobretudo que se autonomizam e que se convertem em novos personagens do universo criminal no Brasil todo. Mas nessa escala e com essa metodologia de controle territorial, não. É um fenômeno especialmente fluminense, mais do que carioca, que reproduz um arranjo inventado e inaugurado pelo tráfico de substâncias ilícitas, que é do controle territorial e de domínio sobre comunidades.

As diferenças entre o tráfico no Rio e o PCC foram muito bem estudadas. Há etnografias preciosas sobre o PCC e sobre o tráfico. Conhece-se bastante bem o tema por meio desses retratos oriundos de tantas boas

SÃO JUSTICEIROS OU ASSIM SE PENSAM

pesquisas e há uma analogia possível ao que é proposta por mim em artigo publicado no livro organizado por Gabriel Feltran, que é um desses importantes estudiosos do PCC. No artigo em questão, sugere-se alguma associação entre a economia, a sociedade paulista e o PCC e a economia, a política fluminense e o tráfico, tal como nós o conhecemos. E é bastante interessante pensar nisso.

Para usar simplificações grosseiras e caricaturais num desenho ligeiro e superficial, temos em São Paulo uma sociedade que foi fortemente industrial, com movimento popular intenso e dinamizado pelo sindicalismo, uma sociedade orgânica, estruturada em torno da divisão social do trabalho de ponta do capitalismo brasileiro. Já no Rio de Janeiro, o declínio do que havia de indústria, a decadência do setor industrial, predomínio dos serviços, a degradação econômica, o deslocamento da capital do país com uma série de implicações e uma sociedade marcada pela informalidade; por aquilo que o velho Marx chamava lumpesinato, que era um nome no fundo para designar a inorganicidade. Nós vivemos num país da inorganicidade, e organizar é uma tarefa quase inglória. Então quem é que organiza no Rio de Janeiro? Agora são as igrejas populares evangélicas que organizam na base – antes eram as igrejas católicas progressistas. Se nós não pensarmos nas igrejas, o que mais organiza?

Não temos propriamente organizações numa sociedade inorgânica, mas agregações em torno de lideranças carismáticas, como foi, por exemplo, o fenômeno Brizola. Há, neste momento, a possibilidade de endosso a uma liderança messiânica ou carismática, mesmo fascista ou pró-fascista como Bolsonaro. São agregações, ad hoc, circunstanciais, em torno de certos discursos de valores mobilizados e de certas negociações mais ou menos com esse propósito. O resto na política é também o varejão, a informalidade e a inorganicidade também num mundo partidário. Vejam o que foram o PT de São Paulo e o do Rio em termos de impacto sobre a sociedade, inclusive brasileira. Aqui as negociações ad hoc, negociações locais que a chamamos de fisiológicas para resolver problemas imediatos.

Acompanhando o raciocínio, o tráfico tal como se organiza no Rio, é absolutamente antieconômico e irracional, não tendo como sobreviver. Só pode sobreviver enquanto a decadência do Rio persistir. Por quê? Quando se iniciaram as experiências das UPPs, dei uma entrevista para o O Globo dizendo que não acreditava naquilo, porque não era uma política pública; era um programa visando basicamente propósitos mais políticos, cosméticos, porque não havia reforma da polícia, e com essas polícias aquilo seria insustentável.

Enfim, se desse certo e onde desse certo, significaria um grande salto de qualidade de racionalidade para o tráfico. O tráfico iria se modernizar, iria renascer porque teria de abandonar esse modelo de domínio territorial. Isso porque é necessário um pequeno exército fortemente armado, correndo risco de vida, inviabilizando a fluxo do que se quer conseguir, tendo de comprar a adesão, a cumplicidade policial sempre por preços superiores, numa situação instável, sobre risco permanente, para negociar substâncias ilícitas que no mundo inteiro são negociadas num método errante, nômade, com trânsito em algumas áreas da cidade.

Já para a milícia, o domínio territorial é rentável porque se trata de impor a cobrança sobre todas as atividades econômicas, mas para o tráfico não faz nenhum sentido. O tráfico em São Paulo adota um modelo empresarial descentralizado, hiperflexível, com delegação de autonomia na ponta. É um modelo de negócio que funciona, prospera com menos atrito com a polícia, menos problema, menos custo, menos risco e que corresponde a uma dinâmica econômica mais desenvolvida.

O ponto é que as milícias acompanham modelos criminais e societários, econômicos e políticos, numa sociedade inorgânica onde se torna possível criar uma geopolítica com base em baronatos feudais, entre aspas, nesse arquipélago. Isso é impossível em São Paulo. E o Rio é a capital das milícias por conta também da história das nossas polícias, da brutalidade das nossas polícias desde a época da capital do país, com a centralização, a hiperpolitização que isso implicava. Então há elementos históricos que tornaram as polícias do Rio muito mais poderosas, politizadas, incontroláveis e menos sensíveis a apelos constitucionais, menos encantadas pela simbologia republicana democrática.

Acerca das conexões internacionais existentes, o tráfico fez isso. Primeiro foi o Fernandinho Beira Mar, que substituiu aquelas mulas, os sujeitos que vinham trazer aqui as drogas das fontes colombianas, peruanas e tal, mas sobretudo colombianas. O Fernandinho Beira Mar organizou isso, e quem conta muito bem essa história são Camila Dias e o Bruno Paes Manso num livro sobre a guerra de disputa nas conexões internacionais sobretudo o PCC, mas também o Comando Vermelho mais e mais. As milícias vão ter de se internacionalizar na medida em que estão entrando no mercado das drogas com força.

DOMÍNIO TERRITORIAL RENTÁVEL

OPINION

PRIORIDADES DO ESTADO

É possível o Estado controlar as milícias? Bem, até agora o estado não foi capaz, nem se dispôs a fazê-lo. E mais: a agenda pública não impôs aos tripulantes do Estado, que são os governos, a definição do combate às milícias como prioridade. Há um exemplo anedótico que é bem expressivo disso. Eu estava em São Paulo em 2010, o filme “Tropa de elite 2” tinha feito um grande sucesso. Quem o assistiu sabe que o foco são as milícias. Subitamente aquilo ganhou uma projeção muito grande e uma projeção negativa para as milícias. Eu estava em um seminário em São Paulo e recebo um telefonema do Zé Padilha, diretor do “Tropa” dizendo: “Luiz você viu o que aconteceu? Tão fazendo ‘Tropa 3’”. “Que isso, Zé, como assim? Quem tá fazendo?” Era o início da invasão do Alemão, filmada em tempo real como se fosse efetivamente dramaturgia, ao vivo e em cores, com narradores no local e com cobertura em tempo real e as emoções todas. E qual foi o enquadramento midiático e político conferido àquela intervenção? De um lado o bem, do outro, o mal. Quem fazia o papel do mal? Eram os traficantes lá do Alemão, que fugiam pelo alto, sandália de dedo ou descalços, sem camisa, carregando algum fuzil. Esses eram a personificação do mal. Do outro lado, o Estado brasileiro, as Forças Armadas e as polícias representando o bem.

A questão das milícias, que é demanda das polícias, foi para o espaço, e a agenda sofreu uma reflexão imediata. Ora, aquilo tudo se deu com essa intenção? Não, claro que não. Mas esse foi um dos resultados. Quando naquele momento parecia que nós trazíamos para o centro da agenda a questão miliciana, surge uma situação que desloca de novo o tema, e nós retornamos à velha polaridade polícia vs. tráfico, que é um engano, um engodo total, porque não há tráfico sem polícia, e o problema nosso é justamente a degradação das ações policiais, o que não significa uma acusação aos policiais e seu conjunto, ou as instituições em que há milhares deles que pagam um preço altíssimo e são honestos e honrados, arriscando a sua própria vida com salários indignos tantas vezes.

Vamos reunir o que há de vivo, de inteligente, nas polícias, fora dela e na sociedade para pensar passo a passo. As milícias não terão mais sossego e as polícias vão começar de novo. Como é que nós começamos de novo? Há muitas propostas, mas isso se resolve daqui há 2 anos? Não. Mas em algum momento tem de ser iniciada essa transformação.

Existe ainda outro ponto a ser destacado. São Paulo

SU BOR- DI- NA- ÇÃO

assistiu a um declínio espantoso dos homicídios, e o governo nadou de braçada e se apresentava jubiloso em triunfo, como responsável por domar a criminalidade sobretudo letal etc. E nós sabemos, pois as pesquisas são fartas nesse sentido, que depois daquela crise de 2006 o PCC, que detém o controle monopolista, não pleno, não é monopólio absoluto pleno, mas lidera o universo criminal em São Paulo, embora com muita flexibilidade de centralização, mas lidera.

O PCC, que tem uma cabeça muito mais empresarial do que a dos líderes do tráfico no Rio de Janeiro, decidiu que não se mataria mais, a não ser a partir de autorização da cúpula por mediações burocráticas específicas, a partir de critérios definidos de uma maneira sólida e consistente. Claro que há falhas e decisões que se impõem e que são perdoadas ou toleradas, mas se constituiu um mecanismo interno de controle porque não interessa criar essa violência e chamar a atenção da sociedade e acabar jogando a pressão da sociedade e das polícias contra os negócios.

Isso não ajuda os negócios do crime. Então houve um refluxo, e isso foi a principal razão da queda do número de homicídios no Brasil. Houve um plano nacional, uma queda entre... não me lembro se 2015 ou 2016 até 2017. Houve dois ou três anos de queda, que se deveu também a reajustes no mundo criminal. Nós não sabemos exatamente, isso requer mais pesquisas, mas essa é uma hipótese forte, associada à mudança no perfil demográfico e algumas outras variáveis possíveis.

ZONAS DE SIMBOSE E ATRITO ENTRE MILÍCIAS E POLÍCIAS

Na Zona Oeste da cidade do Rio, o crescimento das milícias importou em menos mortes, como observo num artigo que escrevi há muitos anos sobre o que é segurança pública. A gente fala muito disso, mas poucas vezes se define efetivamente. Eu definia como estabilização de expectativas favoráveis relativamente à cooperação social, estabilização de expectativas e sua generalização. Estabilização favorável à cooperação, e eu procurava justificar com base lá nos argumentos que vêm do século XVII, da

filosofia política, mostrando que simplesmente não há alternativa de entendimento, porque, se nós definimos segurança com ausência de crime, nós teríamos que reconhecer que os totalitarismos então é que garantem segurança pública, e nós não podemos confundir segurança pública com a paz nos cemitérios, com o império do medo e da coerção.

Segurança pública só pode ser um tema plausível no estado democrático de direito, senão nós podemos trocar a morte e o crime pela operação brutal do Estado. Nesse sentido, essa queda de crimes da Zona Oeste não representa um aumento da segurança pública no Rio de Janeiro. Não pode ser assim definida, pois quando o governador afastado Wilson Witzel dizia que houve uma queda no número de crimes no Rio de Janeiro, eu lhe perguntava se ele estava computando entre os crimes – ele se referia aos roubos –, se ele estava computando entre os roubos as apropriações indébitas operadas cotidianamente pelas milícias em todo o estado.

Como a polícia se beneficia da milícia enquanto corporação? Sem dúvida, dessa forma há um resultado que interessa sobretudo aos comandantes e àqueles que se beneficiam com premiações ou algum reconhecimento institucional, que provém da redução de casos, mas o que há muito é o benefício na direção contrária. As milícias se beneficiam das polícias apontando áreas que devem ser objetos de incursões, para eliminação de competidores, para liquidação eventual de traficantes e depois a subordinação dos sobreviventes. São cooptados para tarefas terceirizadas do tráfico, para ameaças, para armamento etc. As polícias abastecem e fornecem instrumentos e mecanismos para as milícias. E esses acordos vão tomando conta e degradando a instituição.

Quais as zonas de simbiose e de atrito entre polícias e milícias? Essa é a última questão e talvez a decisiva e mais difícil. Zonas de simbiose são aquelas de cooperação. A cooperação pode se dar por benefício ou por redução de dano. Benefício quando há um escambo, uma distribuição do butim; há uma partilha do que é fruto do esbulho, a partir dessas operações criminosas todas, sistemáticas. Isso acontece frequentemente, e a redução de danos se dá quando a alternativa é pior. Por exemplo, como um policial poderia se dedicar a combater seus colegas milicianos se sabe que eles não têm limites, são violentos, assassinos e conhecem o seu endereço? A sobrevivência, a paz, a tranquilidade é um benefício nesse caso diante de tantos riscos que se apresentam aos policiais.

O atrito se dá com uma contraface da redução de danos, de ameaça patente. E também o atrito se dá quando existe confronto efetivamente nos setores que resolvem enfrentar problema. Cláudio Ferraz, o delegado titular da DRACO, que foi campeão em prisões de milicianos até pouco tempo atrás, acho que até hoje, ele não citava, mas ainda conta com segurança, carros de segurança etc. O Marcelo Freixo só anda assim também. Há um preço alto a pagar. Eu mesmo tive que sair do país, de passar anos fora do Rio de Janeiro, também no período de enfrentamento. Os atritos são constantes.

ELEIÇÕES 2020 E SENSÇÃO DE CERCO

Quanto ao papel das milícias nas eleições de 2020, eu diria que há um movimento robusto em andamento e com muito sucesso. Não vou citar nomes aqui, evidentemente, mas na Baixada Fluminense é ostensivo; e aqui no Rio de Janeiro, quem conhece os sobrenomes e conhece as histórias sabe a quantidade de candidatos que representam as milícias direta e indiretamente, cada vez mais, e ocupando cargos importantes que lhes facultam acesso às informações, que são ferramentas de poder e de influência muito significativas.

Isso lhes aumenta o poder de chantagem, que não é nada de soft power, não é o poder suave, é um poder que pode se tornar cruento e brutal; de tal modo que podemos imaginar uma pessoa paranoica hoje no Rio de Janeiro, se ela trabalha nessa área e pensa sobre isso e é militante de direitos humanos. Ela, usando a razão com absoluta lucidez, sente-se definitivamente ameaçada. Entendo como justificado que pessoas se sintam sob cerco. Em artigo publicado na revista Piauí de setembro deste ano, eu dizia que vivo numa cidade sitiada, em um estado sob cerco. E o que impede o assassinato?

Nós diríamos que a visibilidade e os custos que o crime implica. E a Marielle? O motorista Anderson acabou morrendo tragicamente nessa situação, mas ela tinha toda a visibilidade, e isso não foi o bastante para protegê-la. No processo eleitoral passado, houve quem quebrassem a sua placa em público, no palanque em que estava o futuro governador do estado do Rio de Janeiro. Isso significa o segundo assassinato de Marielle. Escrevi sobre isso no meu livro “Desmilitarizar”, publicado em 2019. Chamei o ato de segundo assassinato de Marielle, porque era uma profanação.

Nós sabemos, os gregos nos ensinaram isso, que a verdadeira morte é o esquecimento. Não há pior condena-

ção do que o esquecimento; ou seja, não há pior sentença do que a proibição de sepultamento; daí, na tragédia de Sófocles, toda a dedicação de Antígona para enterrar o irmão. Sepultar significa dar-lhe destino e constituir ali um marco que vai impedir a amnésia, vai lhe dar vida eterna em algum sentido na memória das gerações subsequentes, das gerações futuras. Quando se quebra a placa que é uma alusão à memória, que é a consagração da memória; quando se quebra o nome ao meio, e assim o símbolo mesmo da permanência, isso constitui uma profanação; mata-se pela segunda vez, porque se condena ao esquecimento simbolicamente. Evidente que isso não logrará êxito, ela não será esquecida, mas era esse propósito.

Mas isso é apenas o eco da homenagem a um torturador, violador, assassino, o Brilhante Ustra, por parte do presidente da República. Então, se o discurso e a postura são esses, como nós podemos imaginar que autoridades e lideranças se comovam sequer com ameaça à democracia e à civilidade, com o ataque à Constituição, se eles são perpetradores, profanadores. Dessa forma, nós não temos, de um lado, as instituições e, de outro, o crime. Essa é a nossa tragédia.

DESMILITARIZAÇÃO DA POLÍCIA, UM CAMINHO?

O tema da desmilitarização me é muito caro, e dediquei ao assunto um livro em 2019, cujo título é “Desmilitarizar”. Isso não é uma panaceia. Mas observem que nós temos nas milícias tanto policiais militares quanto policiais civis. A brutalidade policial letal não é um monopólio militar, nós encontramos envolvimento também de policiais civis. Aliás, me parece um contrassenso, até do ponto de vista constitucional, manter unidades bélicas ou protobélicas, unidades de ação de combate, como o Acori, que é um fac-símile do BOPE na Polícia Civil. Então quando nós discutimos a desmilitarização, nós não podemos nos iludir. Entendo que isso é imprescindível de resolver, mas está longe de solucionar nosso problema. É um passo necessário entre muitos outros.

Propus contribuir para a elaboração de uma Proposta de Emenda Constitucional, que foi apresentada pelo então senador Lindbergh Faria ao Senado Federal, em 2013, a PEC 51, em que nós elencamos um conjunto de medidas que funcionariam como uma verdadeira refundação das polícias brasileiras. Isso tudo realizado com pleno respeito aos direitos adquiridos dos trabalhadores policiais etc. Felizmente, um movimento importante, embora diminuto numericamente, dos policiais antifascismo tem na PEC 51 uma de suas principais bandeiras.

Hoje há pelo menos um discurso, uma proposta sobre a mesa para ser discutida para quem considere necessário refundar as nossas instituições na área de segurança. A PEC 51 envolve a desmilitarização como um dos pontos fundamentais. Quem tiver interesse, sugiro dar uma olhada no livro “Desmilitarizar” ou no meu site, no qual há muitas matérias e artigos meus, entrevistas em vídeo, áudio sobre desmilitarização e temas análogos. O site tem o meu nome: luizeduardosoares.com.

ELEIÇÕES DE 2020

Quanto às eleições de 2020, se serão as mais milicianas de todas? É muito difícil saber, pois teríamos de ter a ficha corrida de todos os candidatos dos pleitos anteriores para ter uma ideia precisa. Eu sinto que há esse avanço do milicianato, pelas razões todas elencadas, e seria natural. Essa é uma hipótese apenas, de que tivéssemos mais ambições políticas por parte de milicianos agora do que anteriormente.

Imagine só uma figura como esse rapaz, o Adriano da Nóbrega, miliciano e ex-capitão do BOPE do Rio de Janeiro, que foi morto pela polícia na Bahia. Ele era procurado pela polícia, foi membro do escritório do crime, um grupo de pistoleiros a soldo, herdeiros da velha tradição dos esquadrões da morte. Nesse caso, sem nenhuma pretensão de se venderem como justiceiros, eles eram efetivamente pistoleiros a soldo. Ele trabalhou para um e outro bicheiro, envolveu-se em confrontos entre máfias e estava ligado ao escritório do crime, do qual participavam outras figuras. E o que ele recebeu das mais elevadas autoridades da República no passado, quando já acusado de assassinato? Aliás, era uma das acusações na Cidade de Deus ao lado do Queiroz, outra figura conhecida. Esse rapaz, o Adriano, recebeu condecorações, espaços de reconhecimento; então vejam, como a situação é mesmo calamitosa.

CORREGEDORIA

Já acerca dos policiais corretos e sobre corregedoria, infelizmente a Corregedoria não funciona. E isso é histórico em todas as polícias, umas mais e outras menos. Mas como a influência do corporativismo é muito grande, nem o Ministério Público atua, quanto mais os controles internos. Não se pode generalizar porque há esforços aqui e ali, mas o controle interno numa instituição que está atravessada por atritos dessa monta não pode funcionar.

Eu criei, quando estive no governo, a Ouvidoria da

TOR
TU
RA
DOR
VIO
LADOR
ASSA
SSI
NO

ma falalo

Polícia. Nós tivemos uma pessoa maravilhosa, corajosa e de grande dignidade, a juíza Julita Lemgruber, como a nossa ouvidora. Mas essa atividade acabou desativada. Nós tínhamos, entre vários inimigos que combatemos naquele tempo, dois que se tornaram protagonistas de tragédias posteriores. Uma dessas figuras que nós combatemos se chama Ronnie Lessa, que hoje está preso, acusado de ter sido o assassino de Marielle e Anderson. O outro é o tenente coronel Claudio Luiz Oliveira, que está preso pelo assassinato da Juíza Patrícia Acioli em 2011. Os dois faziam parte da equipe que atuava em um batalhão, conhecido por “batalhão da morte”. Nós enfrentamos, com todas as denúncias em mãos, mobilizando instituições, e aquilo nos tomou parte das nossas vidas. Mas acabamos derrotados, e eu tive que fugir do país. Eles venceram: um assassino de Marielle e outro assassino da juíza Patrícia Acioli.

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DA PM

Mas, sobre policiais corretos, que são milhares, e para vocês terem uma ideia do que eles sofrem e passam, porque estamos aqui falando desses horrores todos, e não estamos demonstrando nenhuma empatia com os trabalhadores cidadãos policiais, e pelo seu padecimento. Eles são vítimas também, milhares e milhares deles. Uma promotora muito corajosa, honrada no Rio de Janeiro, resolveu apresentar um TAC ao governo do estado há poucos anos. TAC é um termo de ajuste de conduta, um instrumento legal, cuja utilização eu defendia ao longo de anos em palestras no Brasil inteiro para membros do Ministério Público, como uma ferramenta a ser aplicada, porque ações penais acabam embaraçadas pela política e condenadas a postergações sucessivas, enquanto o TAC é mais ágil, é um termo de ajuste, propõe correções a partir de diagnósticos, mobiliza a sociedade em instâncias independentes para acompanhar as correções, negocia e oferece alternativas e possibilidades de reajustes etc.

Então essa promotora ousou em elaborar um TAC, ouvindo as denúncias de policiais contra as suas próprias instituições, particularmente a Polícia Militar, e montou a versão do seu relatório final dizendo

cêntrico chista

o seguinte: “Visitei policiais militares nas UPPs A, B, C, D, e os encontrei trabalhando em condições análogas à escravidão. Eles estavam em contêineres a 50 graus à sombra, e os equipamentos de ar refrigerado evidentemente não funcionavam, sem manutenção, sem energia. Não tinham banheiros, fazendo as necessidades no mato, sem água e sem alimentação, tendo de contar com a boa vontade das biroskas e da comunidade, se sentindo absolutamente vulneráveis com coletes à prova de bala vencidos, sem treinamento e, o pior, trabalhando em condições em regimes de tempo, em jornadas que ultrapassavam inclusive aquelas previstas para momentos absolutamente excepcionais e críticos”.

Quando ela preparou essa primeira versão do relatório, me pediu que levasse alguns oficiais da PM para uma conversa informal. Eram três coronéis amigos, grandes figuras que lutam até hoje, mas que já estão fora da corporação. Eles leram comigo essa primeira versão e, quando se depararam com esse parágrafo, eles se entreolharam, nos olharam e perguntaram: “Vocês sabem por que isso acontece? Porque eles são militares. Se eles fossem civis, jamais admitiriam esse nível de exploração, de espoliação, porque eles disporiam, senão de sindicatos, mas de organizações, de associações, a justiça trabalhista interviria. Porque isso é absolutamente desumano, mas eles não podem hesitar, eles não podem dizer um ai, não podem questionar, muito menos descumprir a ordem, sob pena de prisão administrativa, sem direito à defesa, sob pena de mácula em sua carreira, irremovível e indelével”. Esse é o quadro do tratamento dos policiais da base. O que nós podemos esperar?

INCERTEZAS QUANTO AO PORVIR

Não basta impedir a eleição dos milicianos. É preciso muito mais do que isso, porque eles não chegaram aonde estão por eles próprios. Aliás, é curioso que estou usando o masculino, mas aqui de propósito, porque só há miliciano homem. Há uma questão da violência com o patriarcalismo, machista, falocêntrico, e há uma questão das milícias com esses exercícios despóticos de poder com masculinidade, objeto de uma indagação à parte muito importante. Mas enfim, os milicianos não chegaram onde estão por eles próprios. Eles dependeram da anuência de tantas e tantas cum-

TRAVE LITIGANTE

plicidades, de tantos apoios, de tanta pusilanimidade, com tanta covardia e tanta corrupção, no sentido mais amplo da palavra, não naquele sentido menor e falta de compromisso democrático institucional, falta de capacidade de definir agendas com base em prioridades e urgências, e isso tudo remete de volta à sociedade, que não impôs isso aos seus representantes.

Então vamos lá: primeiro ponto, estamos cientes que lidamos com uma questão vital para a história do Brasil, a democracia brasileira, que não é uma questão de segurança pública apenas, é uma questão multidimensional. Foram feitas alusões genealógicas a circunstâncias de décadas anteriores, da natureza da nossa transição, a segurança privada, o modo de estruturação de organização das polícias que nós herdamos da ditadura e nunca reformamos, nunca atualizamos, independentemente dos governos que tivemos. Falamos do racismo estrutural e das desigualdades, do capitalismo autoritário sem os quais não haveria endosso, apoio à brutalidade policial que foi alimento e instrumento, mecanismo que proporcionou a autonomização desses nichos criminosos que acabaram

redundando nas milícias. Enfim, desenhamos um quadro necessariamente multidimensional. Portanto, a resposta, a nossa reação, a nossa disposição de resistência tem de ser multidimensional. Nós vamos ter de atuar em múltiplas esferas e em muitas dimensões. Na sociedade deve-se discutir todos os demais aspectos, desde a questão da política de drogas, do encarceramento em massa, temas de que trato sempre com muita intensidade e que, por falta de tempo, não chegaram a ser tratados aqui.

Nós vamos ter que lidar com uma multiplicidade grande de temas. Mas acho que há um princípio a seguir: reconhecer a gravidade do que está diante de nós. Um presidente fascista, que não consegue impor o regime totalitário, mas é motivado por valores de natureza fascista, que encontra audiência fragmentada, digamos heterogênea, mas que também se apoia numa base sólida, ainda que pequena, mas sólida, e encontra respaldo da história brasileira autoritária, o que significa dizer que estamos diante de uma situação grave, de uma ameaça à democracia.

E as milícias são, no Rio de Janeiro, demonstrações ostensivas de que há agentes operando no mundo do crime, dilapidando instituições fundamentais para a democracia e, portanto, corroendo as bases da democracia.

Nós estamos diante de uma situação grave e urgente. É inadmissível e não faz nenhum sentido, que um conjunto de atores políticos, a maioria deles de persuasão democrática e progressista, continue lidando com essa realidade como se nós vivêssemos uma situação trivial, normal, comum, tratando do seu quintal, da sua carreira, do seu projeto, e os partidos tratando dos seus quintais, da sua própria reprodução, dos seus próprios projetos.

Assim como parece inconcebível, como no caso desta pandemia, que alguém que tenha consciência da gravidade do que enfrentamos não tenha parado tudo, suspenso todas as dinâmicas e lógicas e compromissos anteriores, que são absolutamente razoáveis, justificáveis, mas que agora deveriam ser suspensos, para que todos nós nos uníssemos em

torno da salvação das vidas durante a pandemia, também é igualmente grave que não se mobilizem os setores responsáveis para enfrentar a ameaça à vida face às ações genocidas das políticas de segurança e da justiça criminal, encarceradora voraz. Tal enfrentamento é vital, essencialmente para a própria democracia brasileira. Todos os que se irmanam nesse sentimento, nessa percepção, não teriam por que estar divididos em torno do que quer que fosse, por mais significativas que sejam as divergências. Elas não poderiam se sobrepor à união estabelecida pelo reconhecimento da gravidade desse problema e por nossa disposição de defesa da democracia.

Então, sinceramente, não consigo entender como faltam para o nosso país os estadistas, grandes lideranças com coragem de cortar na carne, de sacrificar seus partidos e seus projetos, de falarem francamente, de deixarem os jogos todos de lado. E cá estamos no Rio de Janeiro, caminhando para esse festival inacreditável de pulverizações pela cidade, numa eleição municipal em que os democratas com sensibilidade social estão totalmente divididos, cada um tratando o lado da sua própria linha, como se nós estivéssemos numa situação democrata normal.

Estamos diante de uma pandemia que vem sendo gerenciada de forma criminosa, e também diante dos crimes perpetrados pelas instituições da ordem, que geram o genocídio, e nós continuamos com as mãos sujas de sangue ao assistir tal espetáculo, que no fundo é uma manifestação do velho racismo estrutural, das desigualdades, mas agora em escala hipertrofiada, devorando o que resta de vida civilizada e democrática. Caso eu esteja errado, que bom, tomara. Está tudo normal, tranquilo; foi só um engasgo, um susto. Mas caso eu esteja certo, então nós estamos nos afastando de qualquer possibilidade de solução, porque ninguém tem a solução no bolso; até porque, para construí-la, precisamos de um trabalho coletivo e de grande mobilização da sociedade, e isso tem de partir dessa disposição de dialogar, de superar essas divergências e de esquecer, por ora, 2022, pois talvez não haja 2022, talvez nós não cheguemos lá em condições efetivamente democráticas. Vejam o que aconteceu na Hungria e o que está acontecendo na Polônia. Temos o exemplo da Bolívia próximo de nós, com outra metodologia. Nós vimos o que aconteceu nos EUA e vamos ver qual vai ser o nosso desfecho. ●

understudio@understudio.com.br



RECADO

Desde a posse do presidente Bolsonaro, foram cometidos mais crimes de responsabilidade do que nos 30 anos anteriores de democracia. Ao contrário, a classe política permanece anestesiada, indiferente, incapaz de se mover – nada similar ao que ocorreu às épocas de Collor e de Dilma, cujos delitos foram verdadeiros pastéis de vento comparados aos atuais. Depois de anos de desmoralização institucional, e exaurida pelo esforço de fugir dos juízes “justiceiros”, mas também de garantir seus privilégios, o grosso da classe política prefere aguentar tudo o que não aguentou durante três décadas. Parte não desprezível do povo também parece disposta a tolerar bovinamente os golpes que Bolsonaro diariamente lhe desfere no lombo. Essa atitude recorda aquela recomendada pelos monarcas absolutistas, que sustentavam a origem divina do seu poder. Alegavam que o direito de resistência, deposição ou execução dos reis tiranos contrariava as

leis divinas. Seus escribas sustentavam não só que um mau governante era sempre melhor do que a guerra civil, como a convicção de que era o próprio Deus quem os enviava à Terra, para punir os povos por seus pecados mais recentes. Se essa tese nos for aplicável, se poderia crer que, para a classe política, tolerar os desmandos de Bolsonaro seria menos custoso do que promover seu impeachment, tendo em vista a possível resistência (“a guerra civil”). E que aguentar calado os desmandos presidenciais seria o preço que o eleitorado brasileiro deveria pagar para expiar todos os “pecados políticos” por ele cometidos de 2013 para cá, a saber: o apoio ao judicialismo subversivo da Lava Jato; o impeachment legal, mas ilegítimo, de Dilma Rousseff e, por fim, a eleição de Bolsonaro, a personificação quase caricata do aspirante a tirano. Corre-se o risco de o Todo Poderoso acabar matando aquele a quem pretendia tão apenas punir...



A HAUS DER KUNST

E O PROJETO
ARQUITETÔNICO
DO TERCEIRO
REICH

PRIMEIRAS COISAS PRIMEIRO

Compreender o nefasto projeto nazista constitui-se de um dos mais importantes exercícios para o almejo de um próspero futuro. O nazismo, componente fundamental do período que o historiador Eric Hobsbawm chama de Era dos Extremos, encontra sua parte na história política das sociedades como uma clara demonstração dos perigos que permeiam as possibilidades humanas. Dentre as inúmeras opções analíticas para tal compreensão, a que observa as particularidades arquitetônicas do Terceiro Reich merece destaque. Valendo-se dela, este artigo pretende evidenciar a utilização da arquitetura pelo regime nazista. Para tanto, um dos elementos de análise utilizados será a Haus der Kunst. Com o estudo em questão, objetiva-se explorar os reflexos arquitetônicos na construção e projeção de poder de Adolf Hitler. Almeja-se ainda investigar os componentes arquitetônicos presentes no âmago do projeto nazista, bem como as suas particularidades.

De início, a relação entre Hitler e a arquitetura é eminentemente pessoal. Antes de tornar-se o líder político do Terceiro Reich e genocida, o jovem Adolf aspirava tornar-se um artista. Frustrado pela incapacidade de conquistar uma vida seguindo a profissão, Hitler atendeu ao chamado das armas, preferindo alistar-se no Exército Alemão, não obstante ser um súdito austríaco, combatendo com alguma distinção na Primeira Guerra Mundial. Com o fim da luta, tornou-se ativista político, e seus

sucessos posteriormente levaram-no ao poder. Suas aptidões artísticas eram, francamente, medíocres. Seu gosto pelo tema, por outro lado, era titânico. Não à toa, os prédios públicos foram destino da verdadeira paixão de Hitler (EVANS, 2012, p. 212). Interessado por pintura e arquitetura em sua juventude, a utilização das obras públicas pela Alemanha nazista entende-se, portanto, duplamente realçada.

Duplamente, pois, além das particularidades de Hitler, a arquitetura em si fundamentalmente constitui-se como um instrumento de poder. Rene Galesi (2016, p.75) demonstra a durabilidade de tal fato ao, por exemplo, relatar a produção de edificações helênicas como símbolo do poder macedônico. O nazismo, enquanto projeto de pujança totalizante (isto é, atuante em campos diversos como a cultura, a política, a economia etc.), evidentemente se apropriaria de instrumentos arquitetônicos de dominação e poder, independentemente dos interesses juvenis de Hitler. Pode-se, inclusive, considerar que a utilização da arquitetura como elemento de poder político seja tão vetusta quanto a própria política.

PODER, POLÍTICA E ARQUITETURA

Richard J. Evans (2010, p.187), autor de uma série de livros sobre o Terceiro Reich, corrobora a relação entre o totalitarismo e a arquitetura. Segundo ele, “desde o começo, os prédios interessaram Hitler principalmente como afirmações de poder”. Evans considera, ainda, que, possivelmente acima de todas as outras coisas, a cultura nazista glorificava o poder, mais obviamente expresso na arquitetura (2012, p.242). A utilização da arquitetura por regimes totalitários elucidada escuda-se, também, em Cristian González (2015, p.13): “A utilização e a manifestação de poder eram muito importantes, e é precisamente através da arquitetura e do urbanismo como se expressa o poder da maneira mais evidente”. A esse respeito, ainda compreende:

O sonho do Führer era dominar o mundo, e pretendia fazer isso por meio do exército e da política. Mas também a arquitetura seria um meio de complacência, glorificação de sua figura, doutrinação social e reivindicação de seu nacionalismo. O anseio por construir edifícios que despertem admiração e temor é atemporal e universal. (op. cit., p.14)

Fundamentalmente, a construção imagética de poder compreende pilares de todo e qualquer projeto político. Absolutamente natural, senão automático, é lembrarmos de anfiteatros ao pensar em Roma, pirâmides em Egito, templos em Grécia Antiga etc. Aspirações históricas ambiciosas, como a de Hitler (afinal de contas, um Reich eterno não é uma tarefa exatamente fácil), ou dos romanos antes dele, envolvem instrumentos imagéticos equivalentes à conquista desejada. Assim, caso visem-se objetivos abundantes, igualmente abundantes devem ser os meios empregados para alcançá-los.

Para que pudesse aproximar-se de seus objetivos peçonhentos, Hitler minuciosamente explorou elementos arquitetônicos. Para tanto, rejeitou o modernismo de todas as maneiras possíveis, conforme expressa Evans (2012, p.196). Em vez dele, os novos prédios públicos do Terceiro Reich foram concebidos por meio de um estilo clássico maciço e monumental (op. cit., p. 211). A escolha pelo clássico merece atenção. Alusões ao poderio imperial romano, que usufruiu do estilo em questão, eram proficuas para a retórica revolucionária de volta ao passado (por mais irônica que possa parecer essa constatação) empregada pelo nazifascismo, em geral. Entretanto, a ligação entre a arte alemã (muito antes dos faniquitos e caprichos de Hitler como Führer) e a arte clássica entrelaça-se em uma duradoura tradição presente na Alemanha, como entende González (2015, p.16).

Hobsbawm, quanto ao uso da arquitetura na Era dos Extremos, afirma:

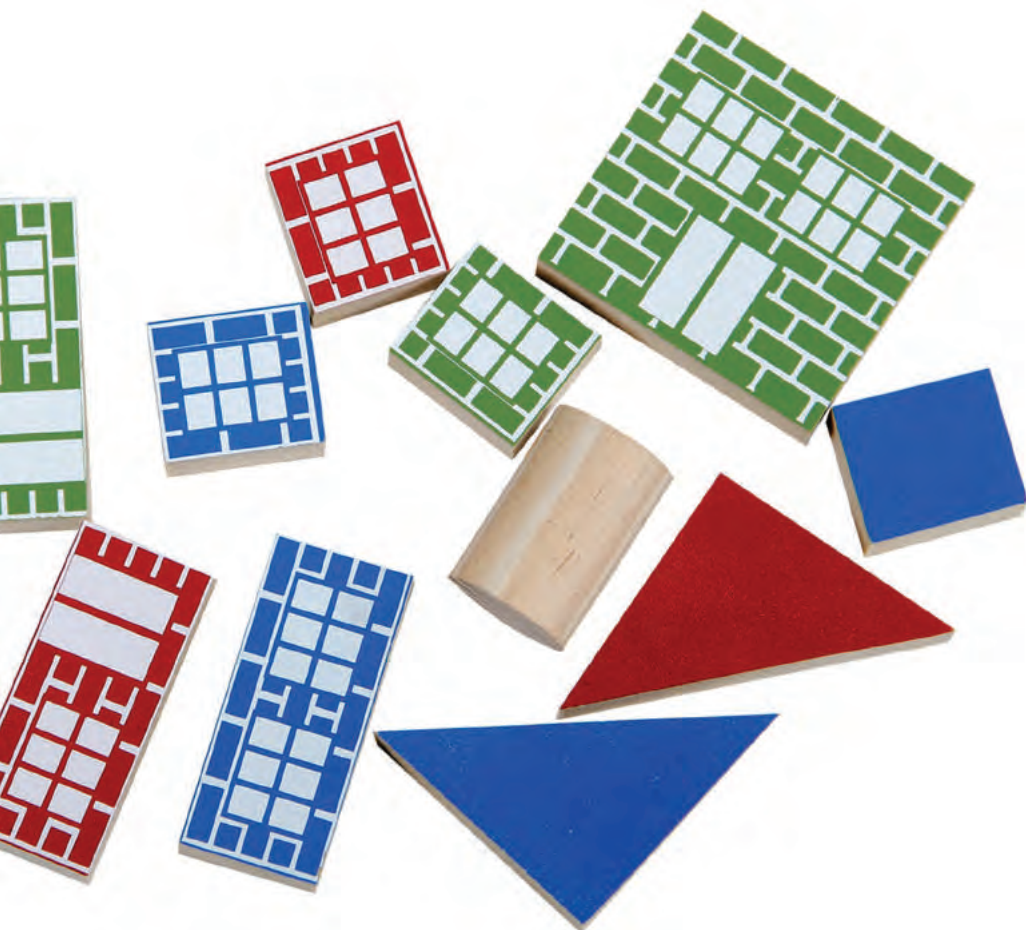
Com a parcial exceção do fascismo italiano influenciado pelo futurismo, os novos regimes autoritários da direita e da esquerda preferiam prédios e vistas monumentais, anacrônicos e gigantescos, representações edificantes na pintura e na escultura, elaboradas interpretações dos clássicos no palco e ideologia aceitável em literatura. (1995, p.187)

Percebe-se, destarte, o monumentalismo enquanto projeto arquitetônico comum ao autoritarismo, observado tanto no Terceiro Reich quanto na União Soviética, como veremos adiante. A extensão de poder representada pelo viés arquitetônico empregado na Alemanha nazista, com fortes tendências ao (neo) clássico, é arrebatadora. Além da simbologia característica da suástica, a própria disseminação de projetos megalomaniacos no espaço físico alemão contribuiu para a construção de poder associado ao regime. Esse processo, contudo, exige uma análise histórica.

DA UNIFICAÇÃO À AUTOCRÍTICA

Após emergir como uma potência revisionista (dos termos do Concerto Europeu) em sua reunificação, a Alemanha guilhermina já envolvia-se em projeções audaciosas. A realpolitik dos tempos de Bismarck evitou a conflagração de uma guerra total por algum tempo (buscando fortalecer a Alemanha), mas a adoção de uma postura mais agressiva após a morte do chanceler alemão aligeirou, enfim, o que a história conhece por Primeira Guerra Mundial. Com a derrota alemã e os rigorosos termos impostos em Versalhes, a ascensão de um movimento autoritário era uma questão de tempo (KEYNES, 2002).

O tempo não foi longo. Poucos anos após Versalhes, Hitler alcançava o poder na então República de Weimar. A obsessão nazista por uma urgente construção de poder deriva-se exatamente da necessidade, entendida por Hitler, de assegurar a ascensão da “raça ariana” e da Alemanha como potência. Evans, combinando a megalomania nazista com a urgência citada, afirma:



ROMA, TARANTINO E O URBANISMO NAZISTA

De fato, o gigantismo de todos esses projetos, com conclusão planejada para o início da década de 1950 – um espaço de tempo notavelmente curto – pretendia significar a chegada da Alemanha naquela época não só à condição de superpotência, mas de potência dominante no mundo. (2012, p. 213)

O regime que se instituiu na Alemanha hitlerista era, como todo regime totalitário, profundamente autocrático. O autoritarismo, com isso, marca-se pela concentração de poder nas mãos de um líder, que no fascismo habitualmente combina elementos de carisma e repressão. Assim o foi com Mussolini, na Itália, Stálin, na União Soviética, e Hitler, na Alemanha.

Joachim Fest (2017, p.720), um dos mais renomados biógrafos de Adolf Hitler, habilmente percebe que “as arquiteturas do megalômano Terceiro Reich aliavam a busca infantil do recorde à tradicional presunção faraônica dos ditadores ambiciosos que aspiram compensar pela força dos edifícios a fragilidade de um poder fundado em uma só pessoa”. A busca por projeção da Alemanha na condição de superpotência empolgava Hitler no campo da arquitetura, que “se entusiasmava cada vez quando ouvia um arquiteto dizer que, graças aos planos de alguma edificação, ele havia superado as proporções de determinado monumento célebre na história” (op. cit.).

Entende-se, com isso, uma dupla natureza de desejo e necessidade. Por um lado, a necessidade citada por Fest de sustentar um regime autocrático por projeções imagéticas como a arquitetura. Por outro, o desejo (fálico) de Hitler por construções exuberantes e magníficas. A abordagem de sustentação da autocracia merece atenção. Ao mesmo tempo em que exerce papel de projetor de poder na ordem externa (exercendo influência), a arquitetura é também elemento constituinte da ordem interna.

Os impactos sociais de projetos como o adotado pelo Terceiro Reich são, portanto, centrais e decisivos. Não apenas é reforçada a imagem do Führer como uma espécie de semideus, uma vez que a megalomania arquitetônica é componente do poder de Hitler, como também, pela mesma razão, entrelaça-se a estética nazista, que encaminha consigo a ideologia, com o restante da sociedade, envolta nos espaços modificados.

Assim como o Império Romano demonstrara atenção ao seu projeto urbanístico (GALESI, 2016, p.104), a Alemanha de Hitler também o fizera. A preocupação nazista em projetar poder e assegurar as suas ambições por meio da arquitetura pode ser facilmente percebida no filme *Bastardos Inglórios*, de Quentin Tarantino.

Na obra (fictícia), um cinema francês é escolhido para sediar a exibição de um filme sobre um herói de guerra alemão. Goebbels pessoalmente garante a adequabilidade do local para tal ato, que reuniria toda a cúpula nazista. O tamanho reduzido do cinema é visto como um problema (afinal de contas, a megalomania hitlerista deve ser considerada), mas superado pela possível exclusividade proporcionada. Uma vez escolhido, o cinema passa por inúmeras adequações estéticas (incluindo muitas suásticas), para que possa servir aos propósitos do partido. A necessidade de projeção de poder através das artes (e da cultura) é constantemente presente na obra.



O cuidado em relação aos edifícios construídos (ou, no caso do filme de Tarantino, adaptados) elucidam-se em um trecho reunido por Fest (2017):

Porque acreditamos na eternidade do Reich, estas obras devem ser eternas, isto é, (...) não devem ser concebidas para 1940, nem mesmo para o ano 2000; como as catedrais de nosso passado, deverão se erigir para os séculos futuros. E se Deus faz hoje combatentes de poetas e cantores, também lhes dá, aos combatentes, arquitetos que cuidarão para que nossa vitória encontre a marca imperecível nos vestígios de uma grande arte, única na história. Este estado não deve ser uma potência sem cultura, uma força sem beleza. (p.720)

Assim, em acordo, Evans (2012, p.212) infere que “não apenas Munique, mas outras cidades também deveriam ser transformadas em imponentes declarações em pedra do poder e permanência do Terceiro Reich”. Esta transformação do espaço conquistado teria sido, provavelmente, de proporções inéditas na história humana.

O projeto de construção de Germânia, que substituiria o espaço físico de Berlim e se tornaria capital do Terceiro Reich, parece indicar o teor urbanístico que seria adotado pela Alemanha nazista após o fim da Segunda Guerra Mundial. Se assim o fosse, as manifestações da arquitetura nazista provavelmente se exportariam para as demais áreas conquistadas ou influenciadas.

Em aderência à afinidade entre o monumentalismo (megalomaniaco) arquitetônico e o autoritarismo político, o caso soviético, especialmente durante o stalinismo, fornece-nos uma esclarecedora semelhança. Segundo Stephen Kotkin (1995), a União Soviética incorpora considerável dimensão de sua megalomania nas construções públicas associadas à imagem de “ferro e aço” como símbolo da determinação bolchevique.

E se Hitler buscava fazer da Germânia representação da eloquência nazista, semelhante projeto fora almejado por Stalin: “Ao lado da siderúrgica na Montanha Magnética, uma nova cidade deveria ser construída que, não menos que a fábrica, era entendida como um símbolo da nova civilização” (KOTKIN, 1995, p.33, tradução nossa). Assim, “a cidade socialista, portanto, não era simplesmente um local em que uma população urbana estava localizada, mas um mecanismo para inculcar um novo conjunto de atitudes, bem como um novo conjunto de comportamentos em seus ambientes urbanizados, criando socialistas” (Ibid., p. 34, tradução nossa).

O reordenamento de Berlim, por Hitler, assemelha-se também com o próprio empreendimento de Stalin em relação à Moscou. Da mesma forma que o artista frustrado, o líder soviético almejou inúmeras modificações urbanísticas e arquitetônicas no espaço físico de sua capital. O Palácio dos Sovietes, imponente projeto minuciosamente observado por Stalin (que, inclusive, sugeriu torres mais altas para melhor representar a grandeza soviética), é uma das muitas demonstrações da relação direta entre a arquitetura mobilizada enquanto projeto de poder (SUDJIC, 2020). Assim como a Germânia nazista, a Moscou soviética não foi concluída.

Felizmente, Hitler, Goebbels, Himmler e os demais líderes nazistas foram derrotados na Segunda Guerra Mundial. Com os eventos que culminaram no suicídio de Hitler (e o fim da guerra), especialmente por conta dos bombardeios e demais conflitos em território alemão, poucas obras construídas durante o Terceiro Reich restaram. A Haus der Kunst (Casa de Arte Alemã) é uma delas.



ENFIM, HAUS DER KUNST

Construída dois anos antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial, em Munique, a Haus der Kunst (1937) apresenta-se como um modelo de entendimento da arquitetura nazista. Segundo González (2015, p.29-30), “poderia ser considerada outro exemplo de arquitetura oficial devido à sua importância para o Führer, pois reafirmava seus princípios culturais através de exposições de artistas alemães ou pertencentes ao regime”. Ela sediou a Grande Exposição de Arte Alemã de 1937 a 1944. A construção serviu para demonstrar a cultura política nazista e tornou-se a principal instituição artística do partido.

A Grande Exposição de Arte Alemã foi abrigada em um museu construído com essa finalidade, projetado no estilo de um templo antigo pelo arquiteto Paul Ludwig Troost. [...] Como outros prédios nazistas, era antes de mais nada uma afirmação de poder. A Casa de Arte Alemã foi um do grande número de projetos prestigiosos aos quais Hitler deu início tão logo assumiu o poder em 1933. (EVANS, 2012, p. 211)

Além de nitidamente demonstrar a presença da arte, a Haus der Kunst revela ainda uma nova faceta: as diferenças entre a arquitetura neoclássica (pura) e a sua representação totalitária. Evans (op. cit.) realça o fato de que “suas colunas pesadas e angulosas avançando diante do sólido bloco retangular do prédio estavam muito distantes da delicada e sutil arquitetura neoclássica que Troost almejava imitar”.

A peculiaridade em questão, facilmente perceptível na construção citada, demonstra o fato de que as características ofensivas do totalitarismo, que promovem fagocitoses em diversos aspectos da existência, inevitavelmente encontrariam as suas singularidades na arquitetura. A megalomania, aqui tão explorada, de Hitler e seu regime sobrepujava, inclusive, elementos arquitetônicos pertencentes a determinados estilos. Nem sequer a admirada arquitetura dos romanos, portanto, seria capaz de demonstrar claramente o esplendor do Reich. Para tanto, ela teria de ser “harmonizada” e engrandecida.

VESTÍGIOS E LAMENTOS

Portanto, entende-se a afinidade entre a arquitetura, como instrumento de projeção de poder, e o totalitarismo, autoritarismo e nazifascismo. A estética nazista, aqui exemplificada pela Haus der Kunst, assume formas inéditas, que “harmonizam” elementos arquitetônicos com o projeto de Hitler.

A ideologia nazista, assim, apropria-se da arquitetura fazendo-a elemento assegurador e incentivador de seu Reich, que felizmente não durou mais do que vinte anos. A busca por prestígio e glória de Hitler englobava até mesmo conquistas de ordem arquitetônica, o que parcialmente justifica a megalomania nazista. Por outro lado, esta é explicada pela autocracia imposta em regimes totalitários.

Por fim, lamentavelmente não são apenas algumas obras arquitetônicas os vestígios da insanidade nazista. Ao redor do mundo, a ideologia nazifascista ganha aderência, seja através de grupos autoneoados neonazistas, seja através de manifestações mais sutis. A História é, nesse sentido, libertadora. Seu estudo, como buscou-se aqui através de uma análise da arquitetura, é a arma que deve combater disparates do tipo no mundo contemporâneo. ●

lfherdy@hotmail.com

BIBLIOGRAFIA

- EVANS, Richard J. A chegada do Terceiro Reich. São Paulo: Planeta, 2010.
- _____. O Terceiro Reich no poder. São Paulo: Planeta, 2012.
- FEST, Joachim. Hitler. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.
- GALES, Rene. História da Arte e da Arquitetura I. Rio de Janeiro: Estácio, 2016.
- GONZÁLEZ, Cristian. La arquitectura como símbolo de poder em el régimen nazi. Universidad de La Laguna, 2015. Disponível em: < <https://riull.ull.es/xmlui/bitstream/handle/915/864/LA+ARQUITECTURA+COMO+SIMBOL+O+DE+PODER+EN+EL+REGIMEN+NAZI..pdf;jsessionid=CE0AC19AC96EE28AF24D3EC5502E4669?sequence=1> >. Acesso em: 22/11/2019.
- HICKLEY, Catherine. Should Munich contemporary art museum reveal or obscure its Nazi history? The Art Newspaper, 2017. Disponível em: < <https://www.theartnewspaper.com/news/should-munich-contemporary-art-museum-reveal-or-obscure-its-nazi-history> >. Acesso em 23/11/2019.
- HOBSBAWN, Eric. A era dos extremos: o breve século XX. 1941-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- <<https://hausderkunst.de/en/history>>. Acesso em 11 de nov. de 2020.
- KEYNES, John Maynard. As consequências econômicas da paz. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- KOTKIN, Stephen. Magnetic Mountain: Stalinism as a Civilization. Berkeley: University of California Press, 1995.
- SUDJIC, Dejan. Eastern promise: How Stalin rebuilt Moscow in his own image. CNN. Disponível em: < <https://edition.cnn.com/style/article/stalin-moscow-architecture/index.html> >. Acesso em: 11 de nov. de 2020.
- <<https://hausderkunst.de/en/history>>. Acesso em 11 de nov. de 2020.

EUFONIAS

DE GALA



MÁRIO MARQUES TRILHA

Musicista

MELOPEIAS

DO PADRE JOSÉ MAURÍCIO

A música para tecla do Padre José Maurício Nunes Garcia está entre o repertório mais antigo de música para tecla no Brasil, que chegou até os nossos dias. Os antecessores conhecidos, até o presente momento, são os *Os dez motivos* para pianoforte,¹ a marcha em fá maior² e muito provavelmente um minueto a quatro mãos³ de Marcos Portugal (1762-1831), compostas no Rio de Janeiro, entre 1811 e 1816, no âmbito das suas obrigações como Mestre de Música de Suas Altezas. Estas peças são as primeiras obras para tecla de autor identificado, compostas no Brasil, as obras de Sigmund Neukomm (1778-1858) compostas no Rio de Janeiro, entre 1817 e 1821, como a *Marche funèbre sur la mort du Comte da Barca* (1817)⁴ ou o adagio *Les Adieux de Neukomm à ses amis à Rio de Janeiro*,⁵ e as transcrições de melodias populares brasileiras, adicionadas de um acompanhamento de piano, feitas por Johann Baptist Von Spix (1781-1826) e Carl Friederich Philip Von Martius (1794-1868), compiladas e arranjadas entre 1817 e 1820, tendo sido publicadas, em 1823, na obra *Reise in Brasilien*.⁶ O *corpus* de música para tecla do Padre Nunes Garcia, que chegou até nós, embora de dimensão relativamente reduzida, é bastante significativo como representante da produção destinada à tecla nos seus primórdios no Brasil. Constitue-se do método de pianoforte, sete solfejos e três modinhas para canto e acompanhamento de pianoforte, e uma peça para piano. Infelizmente, nenhuma das obras supracitadas chegaram até nós em manuscritos autográficos, sendo cópias e edições posteriores ao falecimento do compositor.





JOSÉ MAURÍCIO COMO INSTRUMENTISTA DE TECLA

A excelência do Padre José Maurício Nunes Garcia como instrumentista de tecla é ressaltada em duas fontes coevas: “O Padre José Maurício”, do Visconde de Taunay (1843-1899), e nos “Apontamentos sobre a vida e as obras do Padre José Maurício Nunes Garcia”, de Manuel de Araújo Porto-Alegre (1806-1879).

Taunay resalta a familiaridade de Nunes Garcia com os instrumentos de tecla desde dos primórdios de sua instrução musical: “Consta que, do mesmo modo e desde os mais verdes annos, (José Maurício) improvisava no cravo e no piano” (TAUNAY, 1880). Relata ainda um fato ocorrido na Quinta da Boa Vista, contado em 1870, por “pessoa contemporânea, digna de todo o conceito”, que forneceu detalhes sobre o pedido de D. Carlota Joaquina (1775-1830) para que Marcos Portugal avaliasse o valor musical de José Maurício “é notável na música, mas quero o seu juízo”. Marcos Portugal, aproveitando-se de um evento no palácio, em presença dos príncipes e da corte, escolhe então uma sonata de Franz Joseph Haydn (1732-1809), para que seja feito um exame de leitura à primeira vista. Para espanto geral, José Maurício executa a obra à perfeição e Marcos Portugal abraça-o, declarando ter no padre carioca “um irmão na arte”. Talvez o fato do episódio ter ocorrido seis décadas antes de ter sido contado ao Visconde de Taunay contribua para uma certa mistificação do episódio, de toda a forma corrobora a qualidade de Nunes Garcia como instrumentista:

Obedeceu o artista, e aos primeiros acordes feridos fez-se completo silencio. Começou a Sonata. A principio José Maurício se não claudicou, pelo menos mostrou tibieza e frouxidão na execução. A pouco e pouco, porém, foi-lhe voltando a salvadora calma. Concentrou-se chamou a si toda a energia e, reagindo contra o abalo que lhe escurecia a vista e lhe prendia os dedos, foi levando de vencida todas as dificuldades d’aquella primorosa obra, já esquecido da côrte e das misérias do mundo, e entregue de corpo e alma ás maravilhosas deduções do insigne allemão, cujas paginas interpretava com expressão e facilidade cada vez mais pronunciadas. D’ahi a instantes também pertenciam elle exclusivamente á grandeza da concepção que ia vivificando de modo todo seu, fazendo tanger dos seus dedos



de novo escravos submissos da inteligência e do sentimento, jorrar bellezas sem conta que em todos os ouvintes infundiã pasmo e indizível enleio. Muitos, voltados para Marcos Portugal, liam na physionomia do orgulhoso musico a sucessão das impressões que o estavam gradualmente avassalando, physionomia no começo fria, desdenhosa, ironica, logo depois attenta, surpresa e por fim cheia d'esse entusiasmo expansivo que a alma verdadeiramente artistica não pôde occultar e que irrompe com força incoercível na lealdade dos seus arrebatamentos. José Maurício, porém, nada via. Estava todo com Haydn. No andante deu tal melancolia ao thema dominante, fez por tal forma realçar a phrase melodica que nas composições de Haydn perpassa uma insistente, como indecisa chamma, por sobre torrentes de harmonias encadeadas, arrancou do piano taes vezes tão plangentes e novas – as lágrimas de que fala Mozart – que por toda a sala e contra as regras da etiqueta circulou um sentido bravo. Continha-se, porém, o arbitro supremo de quem tudo dependia, mas quando José Maurício atacou o presto final e, sem discrepar

uma nota, com a nitidez de magistral execução, destrinçou os motivos que aos quatro e cinco se travam intimamente n'aquelle estylo fugado de pasmosa riqueza e exuberancia. Marcos Portugal não teve mais mão em si, pôz-se talvez mão grado seu, de pé, e ao morrerem as ultimas e vigorosas notas da sonata, precipitou-se para aquelle que de repente se constituiu seu igual e no meio dos applausos dos principes e da côrte apertou-o nos braços com immensa effusão. – Bellissimo! bradou elle, bellissimo! E's meu irmão na arte; com certeza serás para mim um amigo. (TAUNAY, 1880, p.60)

Manuel de Araújo Porto-Alegre relata que Sigmund Neukomm, valendo-se da sua autoridade de discípulo de Haydn, avalia José Maurício Nunes Garcia como o "maior improvisador do mundo", louvou igualmente a sua capacidade de acompanhador ao piano e o talento para reduzir partituras de orquestra e coro ao teclado:

"O celebre Neukomm, discípulo de Haydn, que veio para esta côrte como lente de musica quando veio a colonia artistica dirigida por Lebreton para fundar a Academia das Bellas Artes, e que foi victima da parcialidade que

invectivava José Mauricio, me disse, em Paris, a proposito do mestre brasileiro, que elle era o primeiro improvisador do mundo. Lamentou a sorte do artista no Brazil, louvou o seu character, e apreciou as agonias do autor da famosa missa de Requiem; e a proposito narrou-se o seguinte facto, que no meu regresso á patria foi confirmado pelo cantor Fasciotti, que o testemunhara igualmente. “Em uma d’aquellas reuniões que se faziam em casa do marquez de Santo Amaro, fizemos prova de algumas musicas que me chegaram da Europa. Todas as vezes que se tratava de cantar, cedia o piano ao padre-mestre, porque melhor do que elle nunca vi acompanhar. Entre varias phantasias, Fasciotti cantou uma barcarola que foi freneticamente applaudida e repetida. José Mauricio, que estava no piano, como que para descansar, começou a variar sobre o motivo, e com os nossos applausos a crescer e multiplicar-se em fonnosas novidades. Suspensos, e interrompendo

a nossa admiração com ovações continuas, ali ficamos até que o toque da alvorada nos viesse surprehender. Ah! os Brasileiros nunca souberam o valor do homem que tinham, valor tanto mais precioso pois que era todo fructo dos seus proprios recursos! E como o saberiam? Eu, o discipulo favorito de Haydn, o que completou por ordem sua as obras que deixara incompletas, escrevi no Rio de Janeiro uma missa, que foi entregue á censura de uma commissão composta d’aquelle pobre Mazzotti e do irmão de Marcos Portugal, missa que nunca se executou, porque não era d’elles. “Alguns tempos depois, entrando eu na capella real por acaso, ouvi tocar no órgão umas harmonias que me não eram estranhas; pouco a pouco, fui reconhecendo pedaços da minha desgraçada missa; subi ao coro, e dou com José Mauricio, tendo á vista a minha partitura, e a transpola de improviso para o seu órgão”. (PORTO-ALEGRE, 1856, p.361)

TABELA 1

FONTES DA MÚSICA ORIGINAL PARA TECLA DE JOSÉ MAURÍCIO NUNES GARCIA

| TÍTULO DA PEÇA | DATA DA CÓPIA OU DE IMPRESSÃO | ATUAL LUGAR DE DEPÓSITO | DEDICATÓRIA E COTA |
|--|---|--|--|
| Compendio de Musica & Methodo de Pianoforte. Do Sr Padre Mestre Jozé Mauricio Nunes Garcia Expressamente escrito para o Dr Jozé Mauricio e seu irmão Apolinario em 1821. | 1864 Copista não identificado | Biblioteca Alberto Nepomuceno. Rio de Janeiro. UFRJ. RJ | BR-RJan 2609. Para José Apolinário (posteriormente conhecido como Dr José Mauricio Nunes Garcia Jr) e Apolinário José. |
| Peça para Piano | Final do século XIX? Copista não identificado. Pertencente ao Visconde de Taunay. | Instituto do Piano Brasileiro. Brasília. DF | Sem dedicatória Sem cota |
| Beijo a mão que me condena | 1837 Editado por Imprensa de Música de P. Laforge | Biblioteca Nacional do Brasil | BR-RJn mas255423 |
| No momento da partida, meu coração t'entreguei | 1837 Editada por Imprensa de Música de P. Laforge | Biblioteca Nacional do Brasil | BR-RJn mas559144 |
| Marília si me não amas. | 1840 Editada por Imprensa de Música de P. Laforge | Biblioteca Nacional de España in Collecção De Modinhas Brasileiras:Com Acompanhamento De Piano | E- Mn Mimo0000690029 |

Além desses relatos biográficos, a figura do Padre Nunes Garcia também foi retratada em outras expressões artísticas, como na pintura, ainda que de forma algo fantasiosa e alegórica por Henrique Bernardelli (1858-1936), no quadro, “D. João VI ouvindo o Padre José Maurício ao Cravo”,⁷ ou por discreta alusão, no caso da literatura, no extraordinário conto “Um Homem Célebre” de Machado de Assis (1839-1908).

Despiu-se, enfiou uma camisola, e foi para a sala dos fundos. Quando o preto acendeu o gás da sala, Pestana sorriu e, dentro d'alma, cumprimentou uns dez retratos que pendiam da parede. Um só era a óleo, o de um padre, que o educara, que lhe ensinara latim e música, e que, segundo os ociosos, era o próprio pai do Pestana. Certo é que lhe deixou em herança aquela casa velha, e os velhos trastes, ainda do tempo de Pedro I. Compusera alguns motetes o padre, era doudo por música, sacra ou profana, cujo gosto incutiu no moço, ou também lhe transmitiu no sangue, se é que tinham razão as bocas

vadias, cousa de que se não ocupa a minha história, como ides ver. (MACHADO DE ASSIS, 1959, p.497)

O MÉTODO DE PIANOFORTE CPM 236⁸

É o primeiro método para teclado, de que se tem registro, composto no Brasil. O título da obra⁹ nos informa ter sido escrita para os estudos dos filhos de Nunes Garcia, José Maurício e Apolinário. Também fornece o ano da composição: 1821. O manuscrito, atualmente depositado na Biblioteca Alberto Nepomuceno da Escola de Música da UFRJ, é uma cópia tardia, data, muito provavelmente, de 1864, pois apresenta esta data assinalada na página 22, e se refere ao filho mais velho como “Dr. Jozé Maurício”. Antecede ao método de Pianoforte um pequeno compêndio de música, com teoria musical básica, ornamentação e sete solfejos com acompanhamento escrito em oposição à tradição napolitana do acompanhamento com baixo contínuo. A tradição do acompanhamento utilizando o baixo contínuo

TABELA 2

SOLFEJOS COM ACOMPANHAMENTO DO MÉTODO DE PIANOFORTE

| TONALIDADE | FÓRMULA DE COMPASSO | ACOMPANHAMENTO | PARTE VOCAL |
|----------------|---------------------|---|---|
| Dó maior | C | m.e: oitavas e graus conjuntos. md: acordes, sextas e terças. | Graus conjuntos em grupos de quatro notas, percorrendo uma décima, desde da fundamental até a terça, ascendente e decendente. |
| Dó maior | 3/4 | m.e:oitavas,graus conjuntos e arpejos md: acordes, sextas e terças. | Saltos, graus conjuntos e arpejos, percorrendo uma décima primeira, desde da fundamental até a quarta, ascendente e decendente. |
| Si bemol maior | 3/4 | m.e: graus conjuntos e oitavas. md: acordes | Tercinas em graus conjuntos e arpejos |
| Dó maior | C | m.e: progressões de terças em tempos fortes. m.d: acordes em tempos fracos | Escalas e arpejos em ritmo sincopado |
| Sol maior | 2/4 | m.e. em arpejos simples m.d em acordes quebrados em sextinas | Sextinas em graus conjuntos e arpejos |
| Dó maior | C | m.e: em graus conjuntos saltando a oitava m.d: acordes | Escalas em fusas |
| Sol maior | 2/2 | m.e: em seminimas com cromatismos m:d:acordes,harmonias cromáticas | Movimento por graus conjuntos com muitos cromatismos. |

está em franco recrudescimento na segunda década do século XIX, fenômeno análogo é igualmente observado em Portugal nos *25 Solfeggi Variati Per Esercitare la Voce a Vocalizzare, de Girolamo Crescentini* (1762-1846),¹⁰ muito provavelmente compostos com acompanhamento de baixo contínuo, e que na década de 1840 tiveram uma parte de acompanhamento de piano acrescentada por um certo “E.J.” à serviço da Lithografia e Armazem de Musica de Valentim Ziegler (fl.1840), em Lisboa. O próprio filho de Nunes Garcia, o Doutor José Mauricio Nunes Garcia Júnior (1808-1884), nos dá um testemunho da utilidade da instrução musical que recebeu de seu pai, especialmente no que concerne ao canto, narrando uma disputa musical com o castrato Giovanni Francesco Fasciotti (17-?-1840):

Tendo meu Pai aula publica de muzica, como creança atirei-me a estudar a artinha q’ elle escreveu e cujo original possuo ainda . O celebre cantor Faciotti ouviu-me huma vez (era eu o 1º soprano d’aula) cantar o Stabat Mater de Hayden, cujo Quando Corpus he d’uma afinação difficilima e n’aula não havia instrumento algum pa sustentar as vozes: afogou-me mto, e quis apostar comigo qm daria huma nota mais aguda. Fizemos ambos escala, passei-lhe 3 notas, e com isto dediquei-me todo á muzica como gre cantor, esquecendo-me da minha educação intellectual, ufano de haver ganho a hum castrado!... Religiozamente educado pelo lado moral, doq’ meu Pai não se descuidava, eu o tive por preceptor e com mais afinco, desde q’ o N° D João VI retirou-se pa Portugal, qdo elle ficou então mais cazeiro e socegado ou descansado. He sem duvida pr tal beneficio, q’ ganhei o habito de rezignar-me facilmete dos revezes da sorte, sem desesperar doq’ Deus póde. (GARCIA, 1950, p.4)

O acompanhamento escrito por Nunes Garcia para esses solfejos não é destinado a principiantes ao teclado, os dois primeiros solfejos, em dó maior apresentam oitavas na mão esquerda e acordes e terças paralelas na mão direita. O terceiro, em si bemol maior, tem dificuldades análogas. O quarto, em dó maior, acordes na mão direita em contratempo. O quinto, em sol maior, é o que possui o acompanhamento mais interessante, a harmonia em acordes quebrados em sextinas na mão direita. O sexto, em dó maior, apresenta as mesmas dificuldades dos três primeiros. O sétimo, em sol maior, apresenta as mesmas dificuldades do precedente, acrescidas de saltos no baixo e harmonias cromáticas na mão direita.

O método está dividido em duas partes, cada uma apresentando 12 lições. Nas seis primeiras lições da primeira parte encontram-se as peças mais elementares, apresentando apenas a tonalidade de dó maior. Na seis últimas lições da primeira parte, além de dó maior, também há uma lição em dó menor, duas em ré maior e uma em ré menor. As lições da segunda parte são mais exigentes do ponto de vista técnico, e bem mais variadas na abordagem das tonalidades, apresentando todas as tonalidades maiores. Ao final das 24 lições encontram-se seis Fantasias (que abordam distintas formas musicais; Rondó, Ária da Capo e tema e variações) que finalizam o método. Nunes Garcia citou obras de sua autoria, também de Franz Joseph Haydn (1732-1809) e Giacomo Rossini (1792-1868) no material temático das lições. O sistema de dedilhado por ele apresentado é análogo ao utilizado em Portugal, por autores como Francisco Ignácio Solano (ca.1720-1800), João Domingos Bomtempo (1775-1842) e Marcos e Simão Portugal (1774-ca.1842). O sistema apresenta a particularidade de numerar a mão esquerda de forma idêntica à mão direita, como se fosse uma imagem refletida; no entanto, partindo de dedos diferentes, a referência na mão esquerda é o dedo mínimo como primeiro, e na mão direita, o polegar. Essa maneira “invertida” de numerar os dedos¹¹ pode ser observada no “Novo tratado de musica metrica, e rythmica” (Lisboa, 1779), de Solano; nos “Elementos de Musica e Methodo de Fortepiano”,¹² de Bomtempo; e nos dedilhados originais de Marcos Portugal, especialmente nos já mencionados motivos. Quanto ao dedilhado das escalas, observamos a manutenção de uma velha tradição ibérica que remonta ao século XVI, e permanecerá em utilização no nosso universo luso-brasileiro até, pelo menos, as primeiras décadas do século XIX, que é a utilização na mão esquerda do seguinte padrão: **4 3 2 1** Ascendente e **1 2 3 4** Descendente, e na mão direita **1 2 3 4** Ascendente. Esse padrão é descrito por Juan Bermurdo (c. 1510-c. 1565), na “Declaracion de Instrumentos Musicales” (1555, fol LXI) e é mencionado por Correa de Arauxo, na “Facultad Organica” (1626, p.62-64), como a terceira possibilidade de dedilhado de uma escala, intitulada “Carrera extraordinaria”. Esse dedilhado, para se tocar as escalas, é o mesmo fornecido por Solano, Bomtempo e José Mauricio Nunes Garcia. Curiosamente, os dois primeiros livros de música para tecla impressos em Portugal, “Arte Novamente Inventada pera Täger”

(Lisboa, 1540) de Gonçalo de Baena (ca. 1480 – posterior a 1540), e “Flores de Música” (Lisboa, 1620), de Manoel Rodrigues Coelho (ca. 1555–1635), não apresentam dedilhados, nem para a escala ou qualquer outra passagem. No entanto, ambos se referem ao fato de ser necessária uma boa postura das mãos no teclado. Gonzalo de Baena salienta que:

*El poner de los dedos se hace segun necesidad: y la verdad es que assi sean acostumbrados que todos siruan cada uno en sus lugares porque no se pierda lo que pueden servir. y que no anden vnos altos e otros baxos: dando cada qual muy igual: porque sean los puntos muy conformes: y que toda la melodia suene tanto en vno como en otro. Es de considerar que no deuen los dedos estar mas assentados en sus teclas de quanto a cada vna de las letras conuiene: ni menos. Porque si luego ante de su tiempo se alçan: faltaria el sonido de la consonancia. Y si mas de su tiempo quedaren/sobrarían.*¹³

Rodrigues Coelho afirma, no prólogo, na sua primeira advertência: “O primeiro que advirto he que se hão de trazer as mãos bem sobre as teclas, por ser assi mais fermoso o tanger: & de maneira se hão de trazer sobre ellas, que quasi se não se não vejam debaixo das mãos.”¹⁴

O método para pianoforte de Nunes Garcia, extremamente bem concebido do ponto de vista técnico e musical, é um marco inaugural do gênero no Brasil; malgrado sua importância, ainda carece de maior divulgação e contextualização com a sua produção similar nas Américas e Europa.

As seis lições iniciais da primeira parte do método estão na mesma tonalidade, dó maior, e apresentam distintos problemas técnicos: na primeira tratam-se de terças e acordes na mão esquerda e acordes quebrados na mão direita; na segunda, acordes quebrados em ambas as mãos; na terceira e quarta lições o problema técnico é o mesmo: melodia acompanhada, na quinta lição terças paralelas na mão direita e esquerda; na sexta lição sextas paralelas. Os problemas técnicos abordados no bloco inicial não são propriamente destinados a principiantes absolutos, já sendo requerido um contato prévio com a escrita para tecla. A sétima lição é a primeira do método a apresentar uma outra tonalidade: ré maior, fazendo uso da tópica de marcha, com melodia na mão direita e acordes na esquerda, forma **A B A**. Na oitava lição a tonalidade de dó maior regressa, no

entanto, é uma peça de dimensão muito maior que as anteriormente apresentadas, melodia acompanhada em *stilo cantabile*, com uma estrutura de rondó: há um tema em dó maior de oito compassos que será repetido três vezes no decorrer da peça, a segunda seção em lá menor com transição para voltar a dó maior, segue-se uma terceira seção em fá maior (com mudança de armadura indicada), em que o acompanhamento tipo baixo de Alberti dá lugar a acordes quebrados, sugerindo uma valsa lenta; embora o *stilo cantabile* não seja abandonado, surge aqui quase um pequeno noturno romântico neste rondó de fatura clássica. Após nova transição, a peça se conclui com o tema inicial, apresentando, assim, a forma **A B A C A**. A nona lição, a primeira em modo menor, é uma autocitação do *Agnus Dei* da missa de *Requiem* de 1816, no entanto, a tonalidade é alterada em relação ao original, que está em ré menor, e na lição em dó menor. Apenas os 23





compassos iniciais são uma redução da missa original. Na versão para tecla o procedimento para a modulação ao relativo maior é distinta da missa, pois no original a seção maior é de apenas oito compassos, ilustrando musicalmente o texto *Dona eis Requiem*, e na versão para tecla é de doze compassos. No original não ocorre a reexposição da seção **A** em tonalidade menor, na versão para tecla toda a seção **A** é resposta e acrescida de uma outra seção **B** em menor acrescida de Coda. É uma nova versão bastante engenhosa do *Agnus Dei*, que altera a forma original **A B** e coda, sobre um pedal de dominante, como transição para o *Comunio*, transformando-a em uma peça autônoma e conclusiva em forma **A B A B'** e coda. Resta ainda a indagação da mudança de tonalidade, qual teria sido o propósito didático da alteração? Possivelmente um ligeiro incremento da dificuldade técnica, posto que dó menor e o relativo maior, mi bemol, são tonalidades mais exigentes, do ponto de vista técnico,

que ré menor e o relativo maior fá, sobretudo para executantes em formação, como eram os filhos do Padre José Maurício em 1821, Apolinário José contava com 14 anos e José Apolinário¹⁵ com 13 anos. A julgar pela idade de ambos, e também pela escrita das peças no método, não eram iniciantes em matéria musical, mas sim jovens músicos em processo de aperfeiçoamento na arte.

A décima lição apresenta, claramente, a tópica de marcha,¹⁶ regressando à tonalidade de dó maior. Novamente apresenta a forma **A B A**. Sendo o **A** em dó maior e a seção **B** em lá menor, lembrando muito a *Aria da Capo*. Cleofe Person Mattos (1913-2002) acreditou encontrar nessa lição o tema do Hino Nacional do Brasil, uma associação que beira a licença poética, pois as semelhanças se limitam ao uso de alguns grupetos na melodia marcial.

Vemos então como se conjugam, em JM, o compositor e o professor. Êsses trechos, concebidos com bom gosto, são fragmentos de peças suas ou motivos extraídos de compositores de sua preferência. Assim é que vamos encontrar: Rossini, Haydn, Mozart. E podemos, até, deparar com trechos do nosso Hino Nacional, o que não é estranhável, pois aparece em diversas obras suas. (MATTOS, 1970, p. 335).

Essa lição nos permite aventar a hipótese de ser uma transcrição/adaptação de uma marcha para instrumentos de sopro, quiçá do próprio Nunes Garcia. Infelizmente, boa parte da sua música instrumental desapareceu, talvez a marcha em questão fizesse parte dos *Doze Divertimentos para instrumentos de sopro* de 1817, lamentavelmente desaparecidos. O procedimento de transcrever, para piano, marchas originalmente compostas para sopros ou instrumentos de banda não era novidade no Rio de Janeiro Joanino, Neukomm e Marcos Portugal se utilizaram deste procedimento.¹⁷

Encerram a primeira parte do método as lições décima primeira e décima segunda, ambas são, novamente, autocitação do *Lux Aeterna* da missa de *Requiem* de 1816. A primeira alterando o modo, que na missa é de ré menor, para ré maior, e a segunda conservando o modo menor original. As duas lições são bastante semelhantes, apresentam forma **A B A**, divergindo, além do modo, na dimensão da coda, que na décima primeira é de oito compassos e na décima segunda de 22 compassos, talvez a maior dimensão desta coda resida no fato de que as tonalidades menores permitem maior utilização de acordes diminutos e outras dissonâncias.

Podemos observar uma progressiva aceleração dos andamentos ao longo das lições, do Moderato, nas seis lições iniciais, até atingir o Allegretto, nas três últimas.

Outra particularidade, encontrada apenas na primeira parte do método, é a presença de lições em tonalidade menor. Das trinta peças do método, apenas duas são em modo menor, e não por casualidade autocitações da missa de *Requiem* de 1816. As duas lições em modo menor são as únicas, entre as 24 lições, a apresentarem indicação de dinâmica: forte e pianíssimo.

Na obra para tecla de Marcos Portugal, concebida maioritariamente com prósposito didáticos, só encontramos peças em tonalidades maiores.

Na segunda parte do método, igualmente constituída por doze lições, foram abordadas todas as tonalidades maiores, dó, ré, mi, fá, sol, lá, si, ré bemol, mi bemol, sol bemol, lá bemol e si bemol. Todas as lições são em forma **A B A**. A primeira lição apresenta uma melodia com acompanhamento, arpejos e acordes na mão esquerda, alguns embelezamentos cromáticos na

melodia na seção **B**, em lá menor. A segunda lição, em ré menor, apresenta características semelhantes à lição precedente. A terceira lição, em mi maior, apresentada uma melodia cantabile com acompanhamento de baixo de Alberti. A quarta lição, em fá maior, apresenta um desenho melódico de cariz Haydniano, que guarda alguma semelhança com a ária *Nun beut die Flur* do oratório *Die Schöpfung*, composto entre 1796-98. Essa grande obra de Haydn era muito bem conhecida por Nunes Garcia, que a citou algumas vezes em obras suas, como no *Laudate Pueri Dominum arrajado sobre alguns motivos da grande obra da Creação do Mundo do immortal Haydn* CPM 79.

A quinta lição, em sol maior, é uma citação de Rossini, evocando na seção **A** um dos temas da abertura do *Aureliano in Palmira*,¹⁹ estreada no Teatro alla Scala, Milão, em 26 de dezembro de 1813 e novamente encenada no Rio de Janeiro em 13 de maio de 1820, no Real Theatro de São João,²⁰ para a comemoração do aniversário de D. João VI. A sexta lição, em lá maior,

TABELA 3
DOZE LIÇÕES DA PRIMEIRA PARTE DO MÉTODO DE PIANOFORTE

| TONALIDADE | INDICAÇÃO DE ANDAMENTO | FÓRMULA DE COMPASSO | PROBLEMA TÉCNICO |
|--------------|------------------------|---------------------|---|
| 1. Dó maior | Moderato | C | Terças e acordes na mão esquerda, melodia arpejada na mão direita. |
| 2. Dó maior | Moderato | $\frac{3}{4}$ | Acordes quebrados em ambas as mãos. |
| 3. Dó maior | Moderato | $\frac{2}{4}$ | Terças e acordes na mão esquerda, melodia na mão direita. |
| 4. Dó maior | Moderato | $\frac{2}{2}$ | Acordes na mão esquerda, melodia na mão direita. |
| 5. Dó maior | Moderato | $\frac{3}{4}$ | Terças paralelas |
| 6. Dó maior | Larghetto | C | Sextas paralelas |
| 7. Ré maior | Sem indicação | C | Acordes na mão esquerda, melodia na mão direita. |
| 8. Dó maior | Andante | $\frac{3}{8}$ | Baixo de Alberti na mão esquerda e melodia cantabile na mão direita. |
| 9. Dó menor | Andantino | $\frac{3}{8}$ | Acordes e arpejos na mão esquerda, figuração rápida e oitavas na mão direita. |
| 10. Dó maior | Allegretto | $\frac{2}{2}$ | Acordes na mão esquerda, melodia e grupettos na mão direita. |
| 11. Ré maior | Allegretto | $\frac{3}{8}$ | Tromellbass e acordes na mão esquerda. Notas repetidas acordes e figurações melódicas rápidas na mão direita. |
| 12. Ré menor | Allegretto | $\frac{3}{8}$ | Tromellbass e acordes na mão esquerda. Notas repetidas acordes e figurações melódicas rápidas na mão direita. |

é um grande *Andante Cantabile*, com baixo de Alberti na mão esquerda e melodia na mão direita. A sétima lição, em si maior, é uma citação da sinfonia *Surpresa* de Haydn, no entanto, o caráter é alterado, mudando a tópica original de *Opera Buffa* para *Stilo Cantabile*. A oitava lição, em ré bemol maior, apresenta figurações melódicas em arpejos, lembrando o primeiro tema do primeiro movimento da sonata Op 2 nº 1 de Ludwig Van Beethoven (1770-1827)²¹ e, igualmente, o primeiro tema do primeiro movimento da sonata em dó menor KV 457 de Wolfgang Amadeus Mozart (1756-1791).²² A nona lição, mi bemol maior, apresenta a tópica de caça na seção A e terças paralelas em ritmo de bolero na seção B. A décima lição, em sol bemol maior, inicia com um *exordium* apresentando um *schema* dó-ré-mi, com o seu contraponto dó-si-dó, passando para uma melodia acompanhada por acordes quebrados. A lição décima primeira apresenta figurações de tercinas em movimento contínuo na mão direita, fazendo lembrar a seção A do *Impromptu* Opus 90, D 899 Nº 2 de Franz Schubert

(1798-1828).²³ A última lição, em si bemol maior, apresenta na seção A uma melodia ornamentada por grupetos e diminuída em semicolcheias, acompanhada por acordes na mão esquerda. A seção B, em sol menor, apresenta a tópica da *Marcia Turca*,²⁴ com bastante utilização de cromatismos.

A terceira, e última parte do método, apresenta peças intituladas *Fantazias*, são seis peças, todas em tonalidades maiores: dó, fá, sol, dó, ré e dó. A primeira e segunda fantasias, respectivamente em dó e fá maior, estão concebidas na forma *Aria da Capo*. A terceira fantasia, em sol maior, é uma breve peça com melodia repleta de embelezamentos cromáticos, novamente remetendo ao gosto Rossiniano. A quarta fantasia é um rondó **A B A C A**, com o **A** em dó maior, **B** em sol maior e **C** em lá menor. A quarta fantasia em ré maior, é novamente uma peça breve, alterna as dinâmicas forte e piano evocando passagens *solí* e *tutti*, esta fantasia e a segunda são as únicas que apresentam indicação de dinâmica. A sexta fantasia é descrita pelo autor como

TABELA 4
DOZE LIÇÕES DA SEGUNDA PARTE DO MÉTODO DE PIANOFORTE

| TONALIDADE | INDICAÇÃO DE ANDAMENTO | FÓRMULA DE COMPASSO | PROBLEMA TÉCNICO |
|---------------------|------------------------|---------------------|---|
| 1. Dó maior | Moderato | 2/2 | Arpejos e acordes na mão esquerda, melodia na mão direita. |
| 2. Ré maior | Allegretto | 2/2 | Terças e acordes na mão esquerda, melodia na mão direita. |
| 3. Mi maior | Andantino Moderato | C | Baixo de Alberti na mão esquerda e melodia cantabile na mão direita. |
| 4. Fá maior | Andantino | 6/8 | Acordes na mão esquerda, melodia na mão direita. |
| 5. Sol maior | Allegretto | C | Acordes na mão esquerda, melodia na mão direita. |
| 6. Lá maior | Allegro Maestoso | C | Baixo de Alberti na mão esquerda e melodia cantabile na mão direita. |
| 7. Si maior | Moderato | C | Baixo de Alberti na mão esquerda e melodia cantabile em oitavas na mão direita. |
| 8. Ré bemol maior | Allegretto Moderato | C | Acordes na mão esquerda, melodia na mão direita. |
| 9. Mi bemol maior | Allegretto Moderato | C | Acordes e arpejos na mão esquerda, figuração rápida e oitavas na mão direita. |
| 10. Sol bemol maior | Allegretto Moderato | C | Acordes na mão esquerda, melodia em sextas e terças paralelas na mão direita. |
| 11. Lá bemol maior | Allegretto | ¾ | Acordes na mão esquerda. Figurações melódicas rápidas na mão direita. |
| 12. Si bemol maior | Allegretto Moderato | 2/4 | Acordes na mão esquerda, melodia na mão direita. |

Thema e 5 Variações, no entanto, a forma é um Rondó **A B A C A D A E A**, o **A** em dó maior, o **B** em mi menor, o **C** em lá menor, o **D** em fá maior e o **E** em sol maior. A utilização de várias tonalidades e alterações são quase um resumo das dificuldades técnicas apresentadas ao longo do método. A ambiguidade formal entre tema com variações e rondó apresenta semelhança com as *Six Variations sur la Danse d'Hutin*, composta pelo irmão de Marcos Portugal, Simão Vitorino Portugal, editadas em Lisboa, em 1804, única obra para piano solo impressa em Portugal na primeira década do século XIX.²⁵

PEÇA PARA PIANO CPM 235

O manuscrito não possui data, segundo Cleofe Person de Mattos remonta ao final do século XIX, e seria pertencente ao acervo da família Taunay. Já o pianista e pesquisador Alexandre Dias, fundador e diretor do Instituto do Piano Brasileiro, afirma que esta fonte estava na posse do musicólogo Aloysio de Alencar Pinto (1911-2007), e foi doada ao IPB por Georges Mirault (filho de Aloysio). A divergência da informação talvez se explique pela rivalidade entre os dois musicólogos. Alencar Pinto reivindicou, em entrevista concedida ao

TABELA 5
FANTAZIAS

| TONALIDADE | INDICAÇÃO DE ANDAMENTO | FÓRMULA DE COMPASSO | PROBLEMA TÉCNICO |
|--------------|------------------------|--|--|
| 1. Dó maior | Moderato | C | Arpejos e acordes na mão esquerda, melodia em oitavas na mão direita. |
| 2. Fá maior | Moderato | C | Terças e acordes na mão esquerda, Acordes e melodia na mão direita. |
| 3. Sol maior | Moderato | C | Acordes esquerda e melodia cantabile na mão direita. |
| 4. Dó maior | Moderato | Sem indicação (No entanto a divisão dos compassos é 2/4) | Acordes na mão esquerda, Figurações rápidas na mão direita. |
| 5. Ré maior | Allegretto | C | Acordes e terçasna mão esquerda, melodia e notas duplas na mão direita |
| 6. Dó maior | Allegro Maestoso | 2/4 | Baixo de Alberti na mão esquerda e melodia cantabile na mão direita |

TABELA 6
MODINHAS

| TÍTULO, DATA DE PUBLICAÇÃO E TONALIDADE | INDICAÇÃO DE ANDAMENTO | FÓRMULA DE COMPASSO | PROBLEMA TÉCNICO DO ACOMPANHAMENTO |
|--|--|---|--|
| 1. Beijo a mão que me condena. (1837) Fá maior | Sem indicação na primeira seção. Allegro na segunda seção | 2/4 na primeira seção 3/4 na segunda seção | Tercinas e acordes na mão direita direita. cantabile na mão esquerda |
| 2. No momento da partida, meu coração t'entreguei. (1837). Si bemol maior | Sem indicação de andamento | 6/8 | Acordes na mão direita e oitavas na mão esquerda |
| 3. Marília, si me não amas. (1840) Ré menor | Andante | 2/4 | Oitavas, acordes e grupetos na mão direita. Terças paralelas, acordes e oitavas na mão esquerda. |



Correio da Manhã, em 4 julho de 1961, a “redescoberta” do manuscrito do “Compêndio de Música e Método de Piano-forte”, de Nunes Garcia,²⁶ pois embora tivesse sido mencionado na catalogação de Guilherme de Mello (1867-1932), publicada na *Ilustração Musical* de 1930, por ocasião da comemoração do centenário da morte de Nunes Garcia, não teria chamado a atenção de nenhum pesquisador antes do próprio Alencar Pinto. A peça em questão, em mi bemol maior, apresenta a indicação de andamento Moderato, em compasso ternário. Seguramente não é um original de Nunes Garcia, tendo, muito possivelmente, sido composta décadas após o falecimento do mesmo. Person de Mattos enxergava aqui “algumas constâncias do compositor” e atribuía uma possível dúvida ao “conceito de autenticidade” a eventuais falhas de memória do Visconde de Taunay, que executava essa peça “de ouvido”, igualmente imputava à “imprecisão de correções” a suspeita de não se tratar de um original do Padre Mestre. A despeito da generosa opinião de Person de Mattos, a dúvida não resiste a uma execução ou escuta da obra, se algo guarda da música de Nunes Garcia é uma certa inspiração melódica,²⁷ estando mais próxima de um *noturno* ou *intermezzo* para piano da segunda metade do século XIX.

Modinhas: *Beijo a mão que me condena* CPM 236, *No momento da partida, meu coração t’entreguei* CPM 238 e *Marília si me não amas* CPM 239.

A primeira obra impressa de Nunes Garcia foi a modinha *Beijo a mão que me condena*, em fá maior, editada por Pierre Laforge (1791-1853?), em 1837. Nesse caso, embora a autoria tenha sido contestada antes do catálogo de Person de Mattos, a escrita melódica e sobretudo o acompanhamento do piano, tão semelhante à escrita dos solfejos com acompanhamento do método de piano-forte, permitem uma relativa certeza da autoria. A modinha apresenta uma estrutura próxima da Cavatina; forma **A B**, sendo a primeira parte na dominante, sem indicação de andamento, em compasso ternário, e a segunda parte na tônica, em compasso binário, com indicação de Allegro. De toda a forma, na edição de Laforge foi estampado o nome completo do compositor, precedido pelas iniciais: R.S.P.M.²⁹ Person de Mattos atribuiu a questão da dúvida à “pouca qualidade da peça”, bem como uma possível atribuição da modinha ao Dr. Nunes Garcia Jr.

Ao Dr. Nunes Garcia, autor da poesia (Trovador, 1876 vol III, p. 81), também já foi atribuída a composição dessa modinha. Na verdade, nada justificaria a dúvida, a não ser a qualidade da peça, que acusa pouco a feitura do Padre Mestre, bem mais “seresteiro” em momentos outros de sua música religiosa (MATTOS, 1970, p. 323).

A modinha *No momento da partida, meu coração t’entreguei*, em si bemol maior, igualmente impressa em 1837, apresenta grandes acordes na mão direita e

oitavas na mão esquerda, com uma escrita pianística um pouco distinta da encontrada nos solfejos com acompanhamento do método, no entanto ainda é possível considerá-la como original. Como a modinha precedente é uma forma **A B**, no entanto, sem mudança de fórmula de compasso e alteração de andamento.

A última modinha impressa por Pierre Laforge, em 1840, *Marília si me não amas* apresenta um acompanhamento distinto das anteriores e pouco semelhante aos acompanhamentos e peças do método, como terças paralelas e oitavas acentuadas na mão direita em tempo fraco; ainda que a lição Nº 5 da primeira parte do método de pianoforte aborde esse problema técnico, a escrita aqui não é exatamente a mesma, talvez indicando uma contribuição ou *aggiornamento* ao gosto da década de 1840, possivelmente tendo sido o acompanhamento realizado por outro músico, possivelmente o Dr. Nunes Garcia Jr. Está estruturada em duas estrofes e estribilho sem seção contraste em outra tonalidade, permanecendo sempre na tônica de ré menor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pequeno *corpus* de música para tecla de Nunes Garcia, conservado atualmente, nos permite, a despeito da sua relativa exiguidade, constatar a grande inteligência didática e musical do Padre Mestre. As citações e autocitações, especialmente as que apresentam uma resignificação do original citado, constituem um campo aberto para a pesquisa da utilização das tópicas em Nunes Garcia. A utilização da tradição ibérica de dedilhados inscreve Nunes Garcia numa linha de pertença estética e histórica da música para tecla da península, o conhecimento e utilização de influências italianas e alemãs demonstram o profundo conhecimento do Padre Mestre da produção europeia de seu tempo. Estas 40 breves peças, além de excelente música para propósitos didáticos e artísticos, nos fornecem um microcosmos da produção mauriciana e dos anos iniciais da música para piano no Brasil. ●

O autor é professor da Universidade do Estado do Amazonas mariotrilha@gmail.com

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Maria João Durães. *A Edição Musical em Portugal (1750-1834)*. Lisboa: Imprensa Nacional e Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2006.
- BAENA, Gonzalo de. 1540. *Arte novamente inventada pera aprender a Tanger*. Lisboa: German Galharde.
- BERMUDO, Juan. 1555. *Declaración de Instrumentos Musicales*. Osuna: Taller de Juan de León.
- BOMTEMPO, Domingos. *Elementos de Musica e Methodo de Tocar Pianoforte* Manuscrito (anterior a 1816) P-Ln C.I.C 5.
- CARDOSO, Lino de Almeida. *O Som Social – Música, poder e sociedade no Brasil* (Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX). São Paulo: edição do autor, 2011.
- COELHO, Manoel Rodrigues. *Flores de Música para o Instrumento de Tecla e Harpa*. Na oficina de Pedro Craesbeeck. Lisboa, 1620.
- CORREIO DA MANHÃ. 4 de junho de 1961. Rio de Janeiro. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07.
- FAGERLANDE, Marcelo. *O Método de Pianoforte de José Maurício Nunes Garcia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- FIGUEIREDO, Carlos Alberto. *José Maurício Nunes Garcia*. Verbete do Dicionário Biográfico Caravelas Núcleo de Estudos da História da Música Luso-Brasileira, 2012.
- GARCIA JR, José Maurício Nunes. *Apontamentos para a notícia biographica do membro correspondente do Instituto Historico e Geographico do Brazil Dr. Jozé Mauricio Nunes Garcia* in LANGE, Francisco Curt. *Estúdios Brasileños*, 1. Revista de Estúdios Musicales, Mendoza, Universidade Nacional de Cuyo, n. 1-3, p. 176-91, abr. 1950.
- GAZETA EXTRAORDINARIA DO RIO DE JANEIRO. 15 de março de 1820. Rio de Janeiro. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/gazeta_rj/gazeta_rj_1820/gazeta_rj_extra_182_0_005.pdf
- KUHL, Paulo Mugayar. *Cronologia da Ópera no Brasil-Século XIX*. Rio de Janeiro. CEPAB-IA. Unicamp, 2003.
- LEME, Mônica. *Impressão musical no Rio de Janeiro (SÉC. XIX): modinhas e Lundus para “Iaiás” E “Ioiós* (pp. 506-513). ANPPOM – Décimo Quinto Congresso/2005.
- MACHADO DE ASSIS, Joaquim Manuel Maria. *Obra Completa*. Volume II. Editora José Aguilar, Rio de Janeiro, 1962.
- MATTOS, Cleofe Person de. *Catálogo temático das obras do padre José Maurício Nunes Garcia*. Rio de Janeiro: MEC – Conselho Federal de Cultura, 1970.
- MIRKA, Danuta (org) *The Oxford Handbook of Topic Theory*. OXFORD University Press. New York, 2014.
- PORTO-ALEGRE, Manoel de Araújo. *Apontamentos sobre a vida e a obra do padre José Maurício Nunes Garcia*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, XIX, 1856 (354-369)].
- SANCTA MARIA, Tomás de. 1565. *Libro llamado Arte de tañer Fantasia assi para Tecla como Vihuela*. Valladolid. Edição Fac-similada Denis Stevens, Gregg International Publishers Limited New York, 1972.
- SOLANO, Francisco Inácio. *Novo tratado de musica metrica, e rythmica, o qual ensina a acompanhar no cravo, órgão, ou outro qualquer instrumento...e tratão-se também algumas cousas parciaes do contraponto, e da composição* por seu author Francisco Ignacio Solano. Na Regia Officina Typografica. Lisboa, 1779.
- TAUNAY, Alfredo d’Escragnoille, Visconde de. *O Padre José Maurício Nunes Garcia*. Revista Musical e de Belas Artes, 1880.
- TRILHA, Mário Marques, *Música para tecla de Marcos Portugal* in *O cravo na atualidade: ensino, pesquisa e prática O cravo na atualidade: ensino, pesquisa e prática* (pp. 57-78) [Organizadora, Edite Rocha]. Escola Música – UFMG Belo Horizonte, 2016.

SIGLAS³⁰

BR-RJn Brasil, Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, Divisão de Música e Arquivo Sonoro.

BR-RJan Brasil, Rio de Janeiro, Biblioteca Alberto Nepomuceno, Escola de Música da UFRJ.

E-Mn Espanha, Madrid. Biblioteca Nacional.

F-Pn França, Paris, Bibliothèque Nationale de France.

P-Ln Portugal, Lisboa, Biblioteca Nacional, Centro de Estudos Musicológicos.

P-Ln C.I.C. Coleção Ivo Cruz, Portugal, Lisboa, Biblioteca Nacional, Centro de Estudos Musicológicos.

P-Ln FCR Fundo do Conde de Redondo Portugal, Lisboa, Biblioteca Nacional, Centro de Estudos Musicológicos.

P-Ln FCN Fundo do Conservatório Nacional. Portugal, Lisboa, Biblioteca Nacional,

Centro de Estudos Musicológicos.

NOTAS DE RODAPÉ

1. Estas breves peças encontram-se atualmente depositadas na Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa: *Motivos* (P-Ln FCR 168.42 . P-Ln FCR 168.43 (aut). P-Ln FCR 168.44 (aut). P-Ln FCR 168.45 (aut) P-Ln FCR 168.46 (aut) P-Ln FCR 168.47 (aut) P-Ln FCR 168.48 (aut) P-Ln FCR 168.49 (aut) P-Ln FCR 168.50 (aut) e P-Ln FCR 168.51 (aut)).

2. P-Ln MM 245/12.

3. P-Ln MM 4807.

4. F-Pn Ms 13234.

5. Edição de N. Simrock, Bonn e Colônia. 1822.

6. Spix & Martius: 1823-1831 Reise in Brasilien auf Befehl Sr. Majestät Maximilian Joseph I. König von Baiern in den Jahren 1817-1820 gemacht und beschrieben. 3 Bde und 1 Atlas - Verlag M. Lindauer, München. 1388pp. (Bd. II und III bearb. und hrsg. von C.F.Ph. v. Martius).

7. D. João VI ouvindo o Padre José Maurício ao Cravo (sic). Henrique Bernardelli (1858-1932). Segunda metade do século XIX. Pintura, 41 x 51 cm. Óleo sobre madeira. Museu Histórico Nacional (Rio de Janeiro-RJ). A cena é algo fantasiosa, embora o título atribuído pelo Museu mencione um cravo, o instrumento retratado é muito mais semelhante a um piano-forte.

8. Esta abreviatura refere-se ao trabalho de catalogação feito por Cleofe Person Mattos. *Catálogo Temático das Obras do Padre José Maurício Nunes Garcia*. Ministério da Educação e Cultura, 1970.

9. *Br-Rjan* 2609. Compendio de Musica & Methodo de Piano-forte. Do Sr Padre Mestre Jozé Maurício Nunes Garcia Expressamente escrito para o Dr Jozé Maurício e seu irmão Apolinário em 1821.

10. Célebre castrato italiano, que chegou a ser diretor do Teatro de São Carlos, em Lisboa, no início do século XIX.

11. Desconheço a utilização dessa particularidade fora do repertório luso-brasileiro para tecla.

12. P-Ln. C.I.C. 5. Posterior a 1816.

13. BAENA, Arte novamente inventada... f. 6v.

14. COELHO, Flores de Música f.4f.

15. Posteriormente conhecido como José Maurício Nunes Garcia Júnior. Único, entre os cinco filhos, reconhecido pelo Padre Nunes Garcia, em processo datado de 1828, ocasião em que teve o nome alterado. Notável personagem brasileiro do século XIX, primeiro médico negro do Brasil, em 1831, eleito membro da Academia Nacional de Medicina, em 1836. Foi substituído da Seção Cirúrgica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e professor honorário da Academia de Belas Artes, correspondente da Academia Real de Ciências de Lisboa, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, músico e pintor.

16. A respeito da problemática das tópicas musicais ver o *The Oxford Handbook of Topic Theory* editado por Danuta Mirka.

17. Respectivamente na *marche funèbre sur la mort du Compte da Barca* e na *Marcha e Paso Doble* em fá maior.

18. No *Allgemeine Musikalische Zeitung* de 7 de junho de 1820, um correspondente anônimo informa que Neukomm e José Maurício estão fazendo esforços para montarem a *Criação* no Rio de Janeiro.

19. Embora seja frequente a associação desta lição com a abertura do II *Barbieri di Siviglia* de 1816. No entanto, parece muito mais provável que o Padre Nunes Garcia tenha citado a versão do *Aureliano in Palmira*, já que esta ópera foi encenada no Rio de Janeiro em 1820, apenas um ano antes da composição das lições do método. O II *Barbieri di Siviglia* foi estreado no Rio de Janeiro, em 21 de julho de 1821, no Teatro de São João (KUHLL, p.5), também seria possível que a citação se refira à esta abertura, no entanto, parece mais crível, pela data, que tenha sido a abertura do *Aureliano in Palmira* a referência do Padre Nunes Garcia.

20. Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro. Segunda-feira 15 de março de 1820.

21. Composta em 1795, em Viena, dedicada a Joseph Haydn.

22. Composta em 1784, em Viena, dedicada a Theresia Von Trattner.

23. Embora os improvisos de Schubert tenham sido compostos em data posterior ao método, em 1827. Apenas destaco algumas semelhanças da escrita pianística da época. Talvez explicável pelo *Zeitgeist* musical das primeiras décadas do século XIX.

24. Neukomm compôs uma *Marcia Turca* no seu período carioca, em 1819, o *Allegro Alla Turca*, terceiro movimento da sua *Sonate pour le Piano-forte avec accompagnement de violon*. Coincidentemente, na mesma tonalidade, sol menor, escolhida por Nunes Garcia para essa seção.

25. Simão Portugal instalou-se no Brasil em 1811, tornou-se um solicitado professor de piano na corte tropical, é possível que o Padre José Maurício tenha tido acesso à obra referida.

26. Devo esta informação à Alexandre Dias, a quem agradeço penhoradamente.

27. Apresenta semelhanças com algumas passagens mauricianas, como, por exemplo, os solos de soprano da *Novena da Conceição de Nossa Senhora* CPM 64.

28. O primeiro registro a editora de Pierre Laforge data de 1839 "Pedro Laforge - Rua da Cadeia, 89 - estamperia (16/01/1839) No "Livro de registros de oficinas de litografia e de gravura (de 1831 a 1891), como se verifica pela data de impressão das duas modinhas, Pierre Laforge já exercia o ofício de editor de música antes do registro oficial.

29. Reverendo Senhor Padre Mestre.

30. Estas siglas seguem as normas do RISM A/II

LUIS CARLOS FRIDMAN

Cientista social

A MÚSICA

QUE MERECE SER OUVIDA

No livro “Verdade Tropical”, Caetano Veloso faz uma observação sobre a hipotética popularização da música de vanguarda soar assimilável ao ouvido de todos. Ao valorizar o papel das vanguardas pela resistência estética ao “fácil”, desconfia da crítica rendida ao “número de cópias vendidas ou à intensidade e duração dos aplausos nas salas de espetáculo”. Ao mesmo tempo, Caetano sempre se mostrou contrário à “divisão nítida dos músicos em eruditos e populares” por retirar dos músicos populares “o direito (e a obrigação) de responder por questões culturais sérias”. Isso se evidenciou em uma carreira e uma obra destinadas ao público de massas.

Caetano relembra o entusiasmo de Paul McCartney com a obra de Karlheinz Stockhausen e as experiências atonais que ele e John Lennon introduziram nos discos dos Beatles (VELOSO, 1997: 238, 239). John e Yoko Ono também arriscaram na mesma direção no disco *Unfinished Music No. 1: Two Virgins*, após a dissolução do quarteto de Liverpool. Além deles, muitos outros músicos compartilharam a ideia de que a suposta simplicidade da canção popular pode envolver dimensões estéticas que ultrapassam os objetivos comerciais de adaptação ao gosto superficial e à “muzak”. O termo foi usado por Lennon na canção “How do you sleep?” (do disco *Imagine*) para caracterizar a produção de Paul McCartney, o parceiro de décadas, no período mais agudo do conflito entre eles após a separação dos Beatles. Refere-se pejorativamente a um estilo suave de





arranjos instrumentais para servir de fundo musical em centros comerciais, lojas de departamentos, sistemas telefônicos, barcos, aeroportos e salas de espera de atendimento médico ou dentário. O sentido sintético de “muzak” é “música de elevador” e evidentemente Paul McCartney não merecia a estocada verbal.

A vanguarda tem lugar insubstituível na reflexão e no processo de criação de Caetano Veloso que desaguam, em suas palavras, na produção de “canções banais para competir no mercado”. Se não tomarmos a afirmação como exemplo de falsa modéstia, proferida por um de seus mais exímios artesãos, temos um importante ponto de reflexão sobre a música popular e sua importância no quadro mais amplo da cultura. O uso da qualificação “banal” por Caetano tem por referência as obras de vanguarda de Pierre Boulez, Luciano Berio, Edgar Varèse e John Cage. O compositor e poeta também menciona a influência dos poetas concretistas, o cinema de Jean Luc Godard, Heidegger escrevendo sobre Nietzsche e as interpretações de Deleuze sobre a obra de Proust.

Theodor Adorno, filósofo e sociólogo alemão associado à Escola de Frankfurt e autor de muitos trabalhos sobre música, questionou o valor estético da música popular. Sua crítica destacou positivamente a “música séria”, em contraste com a “música ligeira”, comercial, que chega a ganhar o epíteto de “vulgar”. Adorno teve uma formação musical sólida: estudou composição com os mestres da Escola de Viena, entre eles Alban Berg, e na juventude arriscou peças para piano e quarteto de cordas, além de entusiasta das realizações atonais da vanguarda erudita europeia surgida nas primeiras décadas do século XX. Seu questionamento da música popular abrangia a estruturação melódica, harmônica e rítmica das canções visando um gosto mais elevado e consciente, em vez da reprodução do “mesmo”, atribuído às fórmulas consagradas no mercado fonográfico.

Segundo Adorno, a dinâmica comercial determinava a standardização das composições e impunha padrões musicais que implicavam uma “regressão da audição” e um estranhamento diante do “novo”, caracterizado como um “estado infantil” de perda da liberdade de escolha diante de um horizonte que podia ser muito mais amplo. Nos escritórios das empresas que comandavam e produziam a música de entretenimento, selecionava-se a sonoridade adaptada aos padrões “familiares”, aqueles que o público comprador já estava

acostumado. Nesse contexto, os limites do conhecimento da música se viam restritos ao idêntico e ao repetitivo, e a música popular era marcada pela “degradação musical” por padrões adotados com propósitos meramente comerciais. Os encantos artísticos e a elevação estética se encontravam em outro lugar, tanto nas grandes obras da música clássica como na música dodecafônica de Arnold Schoenberg.

Anotada a importância das vanguardas nas concepções estéticas de Caetano Veloso e Theodor Adorno, vale examinar a música que merece ser ouvida, sob a inspiração dos problemas levantados pelos autores. Estará a música popular destinada ao limbo da “vulgarização” e da “degradação” diante das possibilidades projetadas de um ouvir elevado? As canções “banais” nos afastam de alcançar um desfrute de potencialidades barradas pela lógica do comércio? Ou ainda, o rigor de Adorno mostra a relutância do filósofo em reconhecer a riqueza e a autenticidade das canções populares? Essa ordem de perguntas será discutida nos estudos de Adorno sobre os hits, analisados a partir da diferenciação entre a “música séria” e a “música ligeira”.

SOCIOLOGIA DA MÚSICA E OS HITS

Para delimitar o campo de reflexão da sociologia da música, o texto “Sociologia da Arte e da Música”, de Adorno e Max Horkheimer, remonta aos esboços de Max Weber nos apêndices de “Economia e sociedade”, que relacionam o processo de racionalização no Ocidente com o sistema de notação das escalas musicais, o contraponto, a harmonia e o surgimento de instrumentos como o órgão, o piano e o violino. As novas condições históricas permitiram a ampliação da “aceitação humana do material sonoro” (ADORNO e HORKHEIMER, 1973:113) e o desenvolvimento das grandes composições da música clássica. Em “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, Weber destaca que o ouvido musical era até mais desenvolvido em outros povos, anotando que a “conjugação de uma pluralidade de instrumentos e a vocalização de partes da polifonia existiram em outras civilizações” (WEBER, 1996:2). Mas somente no Ocidente foi possível surgirem as sonatas, sinfonias, óperas e os instrumentos básicos que lhes serviram de meios de expressão.

As observações de Weber serviram como referência para as tarefas intelectuais de delimitação de uma sociologia da música:

Portanto, não só Weber introduziu o desenvolvimento estético imanente nesse domínio artístico numa correlação inteligível com o desenvolvimento social, como também – sem que houvesse nele um propósito polêmico, nesse aspecto – despiu de todo e qualquer fundamento científico as concepções irracionais da música, que ainda hoje estão difundidas, de um modo geral, segundo as quais a música é algo que, de certa maneira, tomba do céu e, portanto, está bem armada contra as tentativas de introduzir nela a reflexão racional e crítica” (ADORNO e HORKHEIMER, 1973:113, 114).

Na modernidade, os meios técnicos são condição indispensável para o desenvolvimento da linguagem musical, e o estudo requer a delimitação de agentes, do mercado e dos fatores culturais. O gênio, o talento e a inspiração devem ser apreciados no conjunto das condições de produção musical em dada época e lugar.





Define-se então o campo de pesquisa:

Trata-se de investigações que se referem tanto à produção musical, propriamente dita, isto é, aos problemas de composição ou aos de execução e reprodução musical, como aos problemas da vida musical organizada, dos mecanismos de controle a que a música está sujeita e, por último, aos problemas de recepção da música (ADORNO e HORKHEIMERA, 1973:114).

A vida musical organizada e os mecanismos de controle apontam para a “gigantesca organização da indústria cultural ao serviço de evidentes interesses de lucro” (Adorno e Horkheimer, 1973:117). Na produção e difusão da música de entretenimento, “milhões de indivíduos não dispõem, praticamente, de qualquer alternativa para ouvir outra música” (ADORNO e HORKHEIMER, 1973:117). Os problemas de recepção foram observados na popularidade do jazz na América, notadamente na época áurea das big bands e seus hits,

que condensavam a “imposição externa, comercial” de pilares musicais resultando em uma “audição facilitada” (Adorno, 1986:117):

A principal diferença entre um hit e uma canção séria, ou, conforme o belo paradoxo da linguagem de tais autores, uma canção standard, estaria no fato de que a melodia e a letra de um hit teriam de ficar limitadas a um esquema inflexivelmente estrito, ao passo que canções sérias permitiriam ao compositor uma configuração livre e autônoma (ADORNO 2017: 92).

Não se deve atribuir a Theodor Adorno relutância no reconhecimento da variedade das linguagens musicais. Em sua bagagem estavam bem assentados o conhecimento profundo das grandes obras da música clássica, a expertise sobre as formas e efeitos das composições em suas respectivas linguagens situadas historicamente e os padrões estéticos de cada época. Destacou, por exemplo, o empréstimo de “melodias profanas” nas “Variações Goldberg” de Bach ou na *Flauta Mágica* de Mozart (ADORNO, 2017:86). No jazz, ele ouviu Gershwin, Benny Goodman, Artie Shaw, Charlie Parker e tantos outros, sem deixar de reconhecer o enorme talento dos jazzistas. No entanto, seu juízo severo não arrefeceu: o jazz era música regressiva, apropriada pela máquina de produzir sucessos. Para os amantes da boa música popular tais opiniões causam espanto, em virtude das passagens memoráveis que estão incorporadas à nossa maneira de apreciá-la e da importância que ganhou na cultura contemporânea.

A detalhada análise dos hits relaciona as características intrínsecas da linguagem musical com as técnicas de promoção, cuja repetição visa transformar uma canção em sucesso de público. Trata-se da “continuação do processo inerente à composição e ao arranjo do material musical” e “almeja quebrar a resistência ao musicalmente sempre-igual ou idêntico, fechando, por assim dizer, as vias de fuga ao sempre-igual” (ADORNO, 1986:125). Os hábitos de audição são impingidos através da standardização das canções, assim contaminadas pela lógica dos negócios do mercado fonográfico. A standardização denota estruturas musicais empobrecidas e consolidam traços regressivos nas maneiras de pensar e de sentir. Implica automatismos definidos segundo um arcabouço “externo”, o dos negócios, e definem uma criação destituída de autenticidade.

Um hit deve ter um traço que o distinga dos demais,

mantendo o que Adorno chama de “convencionalidade e trivialidade de todos os demais” (ADORNO, 1986:126), em uma originalidade viciada onde o que distingue também reforça a uniformidade requerida pelos padrões da indústria. Diante dessa ordem de problemas, como se lê em “Introdução à sociologia da música”, o trabalho da crítica deve oferecer “uma relação qualificada e cognoscitiva com a música em substituição ao consumo ideológico” (ADORNO, 2017:136). A crítica de Adorno valoriza o esforço cognitivo estimulado pelas estruturas da “música séria” em uma ampliação da consciência do lugar da arte na sociedade. Os elos entre os produtos culturais e a consciência individual foram apreciados sob a ótica do engajamento crítico ou do seu oposto, o conformismo. Em comentário das ideias de Adorno, Thompson ressalta que os aspectos formais da arte podem se opor às tendências de passividade social (THOMPSON, 2010:39).

Pela onipresença da indústria cultural, Adorno atribui à “música ligeira” os sentidos de “manipulação” e “distração vazia”. Para ele, a estandardização estabelece um “cenário rudimentar” para a audição que reduz o deleite musical a uma “experiência familiar”, isto é, quando “nada de fundamentalmente novo será introduzido” (ADORNO, 1986:117). A estandardização se compõe de estímulos que provocam a atenção, os “momentos”. As bases de uma audição “confortável” são nutridas do:

[...] material que recaia dentro da categoria daquilo que o ouvinte sem conhecimentos musicais chamaria de música “natural”: isto é, a soma total de todas as convenções e fórmulas materiais na música, às quais ele está acostumado e que ele encara como a linguagem simples e intrínseca à própria música, não importa quão tardio possa ser o desenvolvimento que produzia essa linguagem natural (ADORNO, 1986:122).

A observação é brilhante e condiz com boa parte da recepção às quinquilharias produzidas pela indústria cultural e que seduzem amplas parcelas do público comprador. No entanto, tal percepção se estende a tudo que se produz na música popular, o que reforça um juízo estético de caráter elitista ao estabelecer uma hierarquia entre “superior” e “vulgar” na arte musical.

A argumentação de Adorno também se vale de comparações que valorizam as qualidades específicas dos compositores clássicos. Na *Quinta Sinfonia* de Beethoven, por exemplo, Adorno destaca que

o minuetto estilizado, inserido no ambiente mais complexo de toda a composição, está a serviço de uma expressividade que ultrapassa suas possibilidades estéticas usuais. As formas simples, na “boa música séria”, estão encadeadas com o todo da composição alcançando efeitos que as sobrepõem. Isso é resultado de uma obra “organizada”, isto é, pensada segundo os mais altos padrões da linguagem musical, como aqueles que o gênio de Beethoven foi capaz de oferecer. A música séria estabelece soluções encadeadas com um alto grau de ourivesaria musical e compõem um todo que transporta o ouvinte para uma experiência enriquecedora em um terreno não familiar. É uma linguagem que escapa às limitações das exigências comerciais como a dos hits. O argumento abrange produções mais elaboradas de compositores



de sucessos comerciais e de jazz, que podem copiar Debussy ou Ravel e alcançar uma riqueza harmônica e complexidade melódica superiores àquelas dos clássicos. No entanto, a estandardização põe tudo a perder, isto é, a riqueza musical é barateada na audição pela acomodação ao já conhecido:

A composição escuta pelo ouvinte. Esse é o modo de a música popular despojar o ouvinte de sua espontaneidade e promover reflexos condicionados. Ela não somente dispensa o esforço do ouvinte para seguir o fluxo musical concreto como lhe dá, de fato, modelos sob os quais qualquer coisa concreta pode ser subsumida. A construção esquemática dita o modo como ele deve ouvir, enquanto torna, ao mesmo tempo, qualquer esforço no escutar desnecessário (ADORNO, 1986:121).

Adorno define como “pseudoindividuação”, o

“envolvimento da produção cultural de massa com a auréola da livre escolha ou do mercado aberto, na base da própria estandardização”, que mantém os ouvintes “enquadrados”, “fazendo-os esquecer que o que eles escutam já é sempre escutado por eles” (ADORNO, 1986:122). Até mesmo o improvisado no jazz, ironizado como “artesanato pioneiro”, reitera tal condição subjacente. Segundo Adorno, o improvisado no jazz é uma “estereotipia” baseada em funções harmônicas limitadas, e, portanto, distante da invenção espontânea. A alegada estereotipia foi apontada nas bandas de Benny Goodman e de Guy Lombardo, com seus ritmos e sucessões melódicas dançáveis que faziam um estrondoso sucesso.

Na canção popular, Adorno associa o deleite do ouvinte a uma transferência, no sentido psicanalítico, de algo que já lhe constitui anteriormente, isto é, as convenções e fórmulas às quais já está acostumado, como comentado acima. Nesse sentido, o reconhecimento é uma autocongratulação. Além disso, a “identificação” e a “subsunção” dessa experiência de audição supõe a ilusão de “tomar a canção para si”, ou ainda, “o controle sobre a música, consiste na capacidade de evocá-la presumidamente à vontade, a qualquer momento, encurtá-la e tratá-la conforme os caprichos do acaso” (ADORNO, 1986:134). Por essa ótica, o gosto popular parece macular a celebração da boa música pois esse autocentrimento dispensa as possibilidades superiores da arte musical. Por derivação, cantarolar se iguala ao “prazer de dominar a melodia [que] assume a forma de ser livre para abusar dela” (ADORNO, 1986:134).

Adorno valoriza a música erudita de vanguarda surgida nas primeiras décadas do século XX, que ultrapassou as convenções e as estruturas tonais. Mas haverá um dia em que toda audição será de tal maneira informada que os encantos proporcionados pelas “formas menores” de expressão musical não mais farão parte das preferências dos diversos públicos? Caracterizar a música popular com uma vulgarização da “música elevada” abstrai coisas demais, dentre elas as fontes e práticas artísticas que compõem a expressividade cotidiana da gente comum.

Mas há mais: Adorno sustenta que a música popular atende à distração e à descontração mentais, referidas ao dispêndio da força de trabalho por parte das grandes massas. A estafa, os temores quanto à garantia do



emprego, salários exíguos e demais padecimentos geram a necessidade de relaxamento e escape da monotonia (Adorno, 1986:136). Entreter passa a ser a palavra de ordem dos promotores de diversão, interpretada sociologicamente como uma exigência de lazer para repor a capacidade de trabalho dos usuários da “música ligeira”. A indústria trata de renovar permanentemente o estoque de produtos musicais destinados a esse fim, o que é empiricamente constatável. No entanto, a crítica de Adorno contém uma sumarização do desenvolvimento da linguagem nos diversos gêneros da música popular e, com isso, perde de vista elementos culturais e simbólicos preciosos.

O LADO B DA CRÍTICA

A orquestra de Guy Lombardo incendiava os salões com uma música adocicada, capaz de divertir e garantir vendas milionárias, mas isso não era tudo. Para o historiador Eric Hobsbawm, um amante do jazz, a banda de Count Basie “era uma combinação maravilhosa de criação de solo e alegria coletiva” e que se devia “mais ao sentimento de igualdade, de fraternidade, e acima de tudo de liberdade para criar, controlado apenas pelo sentimento coletivo do que parecia ‘certo’” (HOBSBAWM, 2016:434). Nas diversas formações comandadas por Duke Ellington ao longo de décadas é possível ouvir as mais envolventes e vibrantes fontes da música americana, com a marca decisiva do blues e as influências melódicas e harmônicas de Claude Debussy e outros compositores clássicos:

Quem nunca ouviu Ellington tocar em um baile ou, melhor, em uma sala de jantar cheia de pessoas sofisticadas da noite, onde o verdadeiro aplauso consistia no absoluto silêncio das conversas nas mesas, não pode saber como era a maior banda da história do jazz, tocando à vontade em seu ambiente (HOBSBAWM, 2016:448, 449).

A estereotipia não é a marca distintiva no trabalho dos gigantes do jazz. É precipitado supor que os solos de Thelonious Monk ou a desenvoltura de Charles Mingus no contrabaixo correspondessem à gaiola dourada do improviso, tal como definido por Adorno. Encontra-se todo tipo de diluição na infinidade de gravações que a indústria impinge ao mercado, mas a generalização de Adorno cancela a riqueza originária do blues, fonte definitiva e primordial da ampliação da cultura musical americana.

A crítica do jazz dirigiu-se em grande parte às big bands que faziam girar os corpos nos salões e,

consequência comercial, ao “prestígio com que os discos são valorizados, na base da fama do diretor de orquestra” (Adorno, 1980:118). Os tempos áureos das big bands aconteceram entre meados da década de 1930 e meados da de 1940. Mas já em 1946-1947, Benny Goodman, Woody Herman, Artie Shaw, Tommy Dorsey, Les Brown, Harry James, Jack Teagarden e Benny Carter desfizeram suas bandas (Hobsbawm, 2016:475) e logo a seguir vieram os grupos reduzidos que tocavam a música intimista do cool jazz, onde reinou Miles Davis. O jazz não é necessariamente, nem predominantemente, uma música de orquestra, apesar de alguns de seus mais memoráveis feitos terem sido executados por formações como a de Duke Ellington. A criação jazzística é frequentemente simultânea à execução. Adorno claramente privilegiava a escrita previamente concebida, em ideia musical devidamente articulada no todo da composição, em detrimento do improviso.

O compositor erudito de vanguarda Luciano Berio, de filiação comunista e admirador de Adorno, contesta tais argumentos por considerá-los análogos à distinção elitista entre trabalho manual e trabalho intelectual. Para Berio, não é possível estabelecer uma hierarquia de consistência artística entre compositores clássicos e eruditos com os compositores populares. Como comenta Fredric Jameson, destacado crítico americano, também de inclinação marxista, a hierarquia é dissolvida quando se trata do impacto das obras:

Nós suspendemos tão completamente nossas vidas reais e preocupações práticas imediatas, tanto quando assistimos ao “Poderoso Chefão”, quando como lemos “The Wings of the Dove” ou ouvimos uma sonata de Beethoven (JAMESON, 1994:3).

Como então avaliar a superioridade de Brahms e Stravinsky sobre John Lennon, Brian Wilson ou Cole Porter? O Prêmio Nobel de Literatura conferido a Bob Dylan teria resultado de grande equívoco de avaliação? O baladista canadense Leonard Cohen (recentemente falecido), um poeta que não fica muito atrás de Dylan, foi agraciado em 2011 com o prêmio Príncipe das Astúrias para as Letras, que teve entre seus laureados anteriores Günter Grass e Arthur Miller (SIMMONS, 2016:459). Os amantes da poesia cantada das obras de Dylan e Cohen, embalada em trilhas sonoras que ganharam relevo por sua própria inventividade, estariam protegidos da “vulgarização” gerada pela indústria cultural se os eminentes bardos não tivessem tomado o caminho da

música popular? Uma classificação baseada na distinção entre “elevado” e “superior” na arte musical não fornece respostas satisfatórias a essa ordem de questões, a não ser que se adote um ponto fixo, um padrão eterno, um domínio intemporal de juízo estético absoluto (JAMESON, 1994:6).

Jameson faz uma importante observação sobre a indústria cultural, que incide sobre o tratamento de Adorno destinado à música popular:

Trata-se da concepção da cultura de massa como mera manipulação, pura lavagem cerebral e distração vazia, efetuada pelas corporações multinacionais, que obviamente controlam atualmente cada característica de sua produção e distribuição. Se este fosse o caso, então parece claro que o estudo da cultura de massa deveria ser, na melhor das hipóteses, assimilado à anatomia das técnicas de marketing ideológico e subordinado à análise dos textos e materiais de publicidade (JAMESON, 1994:13).

Apesar do amplo domínio de Adorno sobre as técnicas e linguagens de composição, há algo que escapa da ascendência da indústria cultural. Seus juízos estéticos subestimaram as gramáticas da música popular, que inauguraram possibilidades até então não experimentadas e educaram sucessivamente gerações de ouvintes em novas direções. Na vastidão das soluções artificiais e da produção rasteira destinada à grande vendagem, variados campos de criação na música popular mudaram padrões estabelecidos e influíram sobre os ouvidos para além do automatismo infantil da recepção. Há, portanto, uma dimensão dessa arte que não resta aprisionada na ordem de relações em que tudo vira mercadoria. A dinâmica da indústria cultural não dilui inescapavelmente a bagagem musical baseada em práticas estéticas derivadas da experiência cotidiana que ocorrem nas margens desse processo (Witkin 2000:166). Tais práticas não são controladas de antemão, nem os tentáculos do mercado já as capturam antes que elas possam estabelecer seus nichos de formação do gosto. A rígida hierarquização conceitual entre “música séria” e “música ligeira” restringe a análise do material bruto que provém do mundo da vida, recaindo em uma apreciação marcada pela parcialidade.

Em exemplo mais próximo, José Miguel Wisnik aborda as fontes plurais que alimentaram a música popular brasileira em sua conquista de um lugar definitivo na cultura, além de adicionar elementos à reflexão sobre o país:

Dizer que a música popular brasileira é forte e bela é mais verdade do que novidade, mas pouco ajuda, dentro ou fora do Brasil, a entender aquilo que a distingue. Aparentemente, um dos seus traços mais notáveis é a permeabilidade que nela se estabeleceu a partir da Bossa Nova entre a chamada cultura alta e as produções populares, formando um campo de cruzamentos muito dificilmente inteligível à luz da distinção usual entre música e entretenimento e música informativa e criativa. Na canção popular brasileira das últimas três décadas encontram-se bases portuguesas e africanas com elementos do jazz e da música de concerto, do rock, da música pop internacional, da vanguarda experimental, travando por vezes um diálogo intenso com a cultura literária, plástica, cinematográfica e teatral. Uma tal mistura da proveniência artística e técnica, de níveis de informação, poderia facilmente dar lugar ao ecletismo ou à pura confusão. Poderia ser confundida, ainda, com a tendência ao pastiche ou à generalização do caráter mercadológico de toda matéria sonora, que sobreveio às liberações da década de 1960. No entanto, é possível sustentar que vieram se forjando dentro dessa tradição critérios que a tornaram capaz de trabalhar com a simultaneidade e a diferença de um modo inerente à enunciação da poesia cantada, com delicado e obstinado rigor, mesmo sob o efeito consideravelmente homogeneizador ou pulverizador das pressões do mercado. Está implícito ou explícito em certas linhas da canção um modo de sinalizar a cultura do país, que, além de ser uma forma de expressão vem a ser também, como veremos, um modo de pensar – ou, se quisermos, uma forma das formas da riflessione brasiliana (WISNIK, 2016: 25, 26).

Essa interpenetração de variadas linguagens foge completamente à descrição do campo musical sujeito a padrões externos e minado pela standardização, obstáculo à aparição do novo. A música popular brasileira se tornou um terreno receptivo à experimentação, à circulação de tendências diversas e à inovação cultural. O diálogo intenso com outras culturas estéticas permitiu férteis elaborações por parte de compositores e poetas, o que contradiz a “vulgarização” da música popular pelos ditames do mercado. “Simultaneidade”, “diferença” e “rigor” não fazem parte da receita homogeneizadora de soluções adaptáveis ao gosto “rebaixado” ou à “regressão” que estranha o que não é “familiar”.

Descontada alguma atribuição de elitismo envolvida na sua concepção de intelectual, as palavras de Yoko Ono (uma artista de vanguarda), em “A última entrevista do casal John Lennon e Yoko Ono” (2012), reforçam a possibilidade de trabalhos densos e criativos por meio da “simplicidade” da música popular:

A música pop constitui uma forma muito poderosa de comunicação. Muita gente acredita que você compõe uma canção pop porque é bem comercial e dá dinheiro. Isso não é tudo. A música pop é a forma do povo. Em geral, os intelectuais fracassam quando tentam se comunicar com o povo. É como tentar se comunicar em alemão ou francês arcaicos no Japão. Se você vai ao Japão, fale japonês. Esqueça todo o lixo intelectual, todo aquele ritual, e vá direto à emoção verdadeira – à simples e boa emoção humana – tentando expressá-la com uma espécie de linguagem singela, que alcance as pessoas. Nada de tolices. Se quiser me comunicar com as pessoas, devo usar a linguagem delas. As canções pop são essa linguagem. E são uma forma muito poderosa de comunicação (SCHEFF, 2012:62).

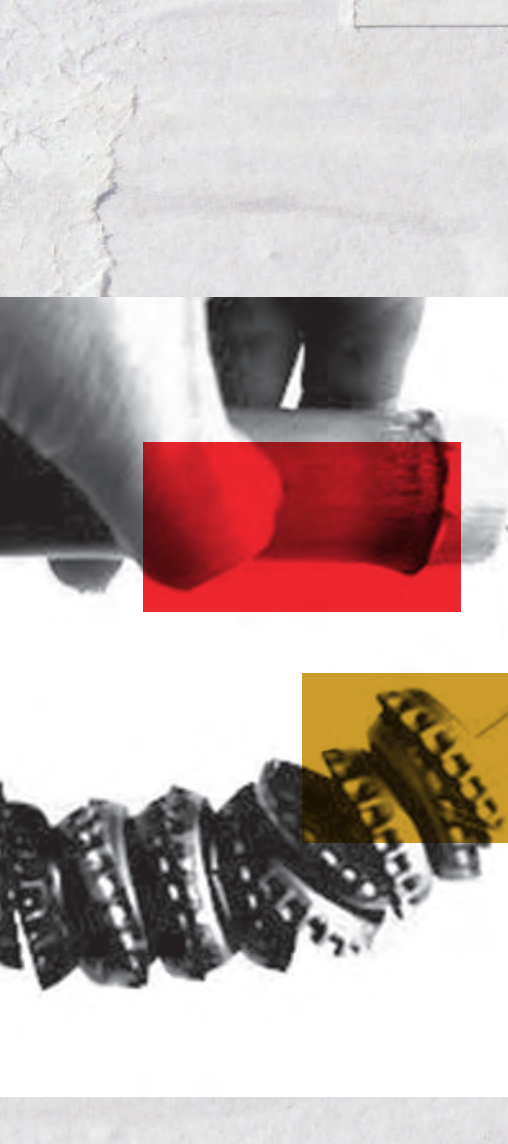
A interpenetração entre a cultura de elite e a cultura de massa, ou entre “música séria” e “música ligeira”, transborda da demarcação conceitual de Adorno. Isso não significa uma despedida ou renúncia da abordagem crítica. Ao contrário, solicita e desafia a interpretação para o que é inovador no interior do abundante e ininterrupto material despejado no público pela indústria cultural. A ótica que cristaliza a oposição entre “música séria” e “música ligeira” não se atém ao universo simbólico presente nas formas e nos conteúdos de canções que atingem uma quantidade imensa de pessoas, para além das prescrições mercadológicas da indústria cultural. A sumária qualificação de uma arte diluída não ajuda no esclarecimento do que aí se encontra esteticamente envolvido. Jameson critica tal concepção ao postular um “método de leitura” para a “cultura de audiência de massa” (JAMESON, 1994:1):

Precisamos, assim, de um método capaz de fazer justiça simultaneamente às funções ideológicas e às utópicas ou transcendentais da cultura de massa. É o mínimo necessário, como pode testemunhar a supressão de algum desses termos: já comentamos a esterilidade do antigo tipo de análise sociológica, o qual, ignorando os componentes utópicos da cultura de massa, culmina na denúncia vazia da função manipulatória e do estado degradado daquela (JAMESON, 1994:21).

É o que faz o sociólogo inglês Colin Campbell, professor emérito em Sociologia da Universidade de York, em “‘All You Need Is Love’ – From Romance to Romanticism: The Beatles, Romantic Love and Cultural Change” (2006). Nesse texto, Campbell interpreta as mudanças no emprego do termo “amor” na obra dos Beatles, contextualizando historicamente o amor romântico para associá-lo de maneira específica ao romantismo no ambiente da revolução cultural dos anos 1960. Sentidos gerais do romantismo – sentimento e paixão acima da razão e da lógica, poder da imaginação e importância da experiência emocional intensa – são vinculados ao espírito de época e à contestação expressa na rejeição das hierarquias, nas formas de autoridade e nos valores e atitudes estabelecidas pelas gerações anteriores.

Nas canções iniciais da banda, o amor está associado às súplicas ao ser amado (*Love Me Do, Please Please*





Me), declarações de devoção (*From Me To You, All My Loving*), gratidão pelo amor recebido (*Than You Girl, I'll Cry Instead*), alegria por ser amado (*I Should Have Known Better, I'm Happy Just to Dance with You*). A seguir surgiram as canções sobre decepções amorosas (*I'm Down, I'm a Loser*), traições (*Tell Me Why, What You're Doing*) ou ainda raiva e ciúme (*You Can't Do That, Run for Your Life*) (Campbell, 2006:117). Mas entre 1966 e 1970, o tema do amor nas canções dos Beatles sofre uma guinada importante ao ultrapassar os prazeres e dilemas da parceria sentimental e se aproximar de uma filosofia de vida, no caso, inserida nas expectativas e esperanças de uma mudança na vida de todos. Trata-se do "poder do amor", não mais restrito à vida privada ou, se quisermos, ao seu poder transformador que, quiçá, evoca uma sociedade alternativa, com suas feições utópicas. É o caso de *The Word* (*Say the word and you'll be free/ Say the word and be like me/ Say the word I'm*

thinking of/ Have you heard the word is love?), *All You Need is Love* (*There's nothing you can do that can't be done/ Nothing you can sing that can't be sung/ Nothing you can say but you can learn how to play the game/ It's easy.../ All you need is love/ All you need is love/ All you need is love, love/ Love is all you need*) e outras. Na interpretação de Campbell:

This is what gives love its revolutionary potencial, for in transforming an individual's experience of the world it transforms life itself. It follows that if enough people can undergo this "transformation" then the whole world could indeed come to resemble a utopia (CAMPBELL, 2006:121).¹

No quadro mais amplo das contestações no período, havia afinidades entre o amor e "seu potencial revolucionário", a interpelação do poder pelos jovens militantes e a revolução musical. As formas de compor e de escrever na esfera da música popular passaram por transformações que mudaram o rumo do que até então havia sido realizado, e suas melhores criações estiveram no topo das paradas de sucesso. Junto com a mudança semântica, os Beatles, orientados pelo produtor George Martin, desenvolveram uma textura musical revolucionária que se inicia no disco *Revolver*, explode em *Sgt. Pepper's Lonely Hearts Club Band* e prossegue até seus trabalhos finais. Os hits foram incorporados às motivações e à memória daquela geração e das que se seguiram.

Theodor Adorno morreu em 1969 e, a não ser uma brevíssima referência a Elvis "The Pelvis" Presley, em "Introdução à sociologia da música", a enorme transformação sonora do período é ignorada. No rock, foi um tempo da revolução da guitarra realizada por Jimi Hendrix, o furor das interpretações de Janis Joplin, a voz de Otis Redding, o resgate do blues no rock dos Rolling Stones, o impacto das trilhas do Led Zeppelin, a ópera "Tommy" do The Who, a poesia de Dylan, e todos os demais que não constam dessa lista exígua e insuficiente para abarcar a galeria de artistas talentosos que propiciaram novas fronteiras e direções à música popular. Nesse caudal de criatividade, nada se pareceu com a repetição do "mesmo". Tudo isso se deu no terreno da indústria cultural, o que realça a recomendação de Jameson da necessidade de um método de leitura dos componentes ideológicos ou utópicos das obras da cultura de massa.

Em conferência no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro em 26 de outubro de 1993, Caetano Veloso afirmou que “o artista Jorge Ben Jor é o homem que habita o país utópico trans-histórico que temos o dever de construir e que vive em nós” (Veloso *apud* Wisnik, 2016:140). Os elementos musicais e poéticos da obra de Jorge Ben Jor evocam mais que o típico balanço carioca, a descontração, o violão e o amor de uma nega chamada Tereza. Ou ainda, literariamente, um encadeamento ritmado de palavras capazes de descrever um gol do Flamengo ou as façanhas em campo de Fio Maravilha, o que, por si só, não é pouco. São imagens de situações acionadas criativamente pelo cantor e compositor, cujos encantos encontram uma expressão maior na música. Em suas canções, Caetano cita Tim Maia (o “sindicato”, nos apelos de Jorge Ben Jor), Djavan, João Gilberto e outros mais como representantes e artífices de sentimentos de um Brasil “que vive em nós” e ultrapassam as nossas mazelas cristalizadas em perversas hierarquias sociais. Esses músicos mobilizam valores, emoções e maneiras de ser que transportam os ouvintes para um país mais hospitaleiro, um “desejo de Brasil”, sem renunciar à crítica mais ácida (especialmente em Caetano Veloso). Não parece aceitável que essa bagagem cultural que também nos constitui seja relegada a um patamar inferior de expressão.

Aprendemos com Adorno que a indústria cultural produz fórmulas superficiais para capturar a atenção e o deleite de contingentes cada vez mais amplos de ouvintes e compradores. Mas entre a produção ininterrupta de canções destinadas a esse fim e aquelas que ampliam a linguagem musical, a distância é considerável. No diagnóstico que valoriza unilateralmente a “música séria” são perdidas as inovações obscurecidas por juízos estéticos absolutos. Para discernir a música que merece ser ouvida, no volume imenso de produtos à disposição no mercado, precisamos de elaborações que não destinem à música popular apenas o lugar da diluição e da vulgaridade, indícios do rebaixamento embutido na música meramente comercial. Os hits podem revelar sobre nossas vidas mais que cognições obtusas e regressões da audição. ●

O autor é professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFF
lcfridman@globo.com

NOTA DE RODAPÉ

1. É isso que dá ao amor seu potencial revolucionário, pois ao transformar a experiência de mundo de um indivíduo, ele transforma a própria vida. Segue-se que, se um número suficiente de pessoas puder passar por essa «transformação», então o mundo inteiro poderia realmente se tornar uma utopia.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Theodor W. “O fetichismo na música e a regressão da audição”, em **Benjamin/Adorno/Horkheimer/Habermas (Coleção Os Pensadores)**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

ADORNO, Theodor W. “Sobre música popular”, em: **Adorno, Gabriel Cohn (org.)**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

ADORNO, Theodor W. **Introdução à sociologia da música**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. “Sociologia da arte e da música”, em **Temas básicos da Sociologia**. São Paulo: Cultrix, 1973.

ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. “A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas”, em **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

CAMPBELL, Colin. “‘All You Need Is Love’ – From Romance to Romanticism: The Beatles, Romantic Love and Cultural Change”, em **Etnofoor**, vol. 19, n.1, pp.111-123. Amsterdam: Vrije Universiteit, 2006.

HOBBSBAWM, Eric. **Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

JAMESON, Fredric. “Reificação e utopia na cultura de massa”, em **Crítica Marxista**, v. 1, pp. 1-25. São Carlos: 1994.

LENNON, John & ONO, Yoko. **A última entrevista do casal John Lennon e Yoko Ono – conduzida por David Sheff**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

SIMMONS, Sylvie. **I’m your man – A vida de Leonard Cohen**. Rio de Janeiro: Best Seller, 2016.

THOMPSON, Michael J. “Th. W. Adorno defended against his critics and admirers: a defense of the critique of jazz”, em **International Review of Aesthetics and Sociology of Music**, v.41, pp. 37-49. 2010.

VELOSO, Caetano. **Verdade tropical**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1996.

WISNIK, Guilherme. “Arestas insuspeitadas”, em **Música – Coleção Ensaios Brasileiros Contemporâneos**, Marcos Lacerda (org.). Rio de Janeiro: Funarte, 2016.

WISNIK, José Miguel. “A gaia ciência: literatura e música popular no Brasil, em **Música – Coleção Ensaios Brasileiros Contemporâneos**, Marcos Lacerda (org.). Rio de Janeiro: Funarte, 2016.

WITKIN, Robert W. “Why did Adorno ‘hate’ jazz?” **Sociological Theory**, v. 18, n.1, pp. 145-170. 2000.

A gente



junto.

A gente se conecta com os gaúchos todos os dias, não importa onde eles estejam. Na TV, no rádio, no digital ou no jornal, a gente leva informação, diversão, companhia, emoção.

O Grupo RBS vive presente no dia a dia, conectando pessoas e contribuindo para uma vida melhor por meio da informação e do entretenimento. Tem sempre uma ou mais marcas do Grupo RBS lado a lado com você. E você lado a lado conosco.



GAUCHA

GZH

ZH

DIÁRIO
GAÚCHO



92



FARROUPILHA



Pioneiro

Grupo **RBS**





SOBRE TECNOLOGIAS E HUMANOS NO MUNDO DIGITAL

AVANT LA DÉMOCRATIE!

FERNANDO FILGUEIRAS

Cientista social

Vivemos a concretude de um grande experimento humano que ultrapassa qualquer limite ético. A digitalização do mundo está associada à presença de diferentes ferramentas. Estas ferramentas são tecnologias disponíveis, essenciais para a conexão e dataficação dos indivíduos, submetendo a sociedade a um processo radical de mudança. Em muitos aspectos, uma concepção marxista (quase ingênua) do mundo digital pode ajudar a entender os desafios do presente. Afinal, quem controla a infraestrutura de informação e comunicação controla a comunicação global, o mercado e o comércio, incide em assuntos de política interna e produz novos padrões de desigualdade. O mundo digital ainda não tem acesso indiscriminado e produz novos padrões de exclusão, os quais ficaram muito visíveis nesse contexto de pandemia. As ferramentas digitais estão mudando a humanidade. Estas ferramentas incidem na ação humana, transformando opiniões, interesses e perspectivas.

**TECNOLOGIAS
DIGITAIS
MUDAM NOSSA
CAPACIDADE DE
JULGAMENTO,
DECISÃO E
SENTIMENTOS**



De repente, de um mundo utópico que resplandecia em diferentes formas de mobilização online, passamos para uma espécie de distopia, outrora vivenciada com o medo de diferentes formas autocráticas e totalitárias. O mundo digital contemporâneo parece ter passado para os piores pesadelos da hipnopedia, do pertencimento de cada um a todos, da fuga da realidade pela soma, do vazio existencial dos cidadãos, descritos de forma dramática por Aldous Huxley em “Admirável Mundo Novo”. Tecnologias digitais mudam nossa capacidade de julgamento, decisão e sentimentos. Incidem diretamente na sociabilidade e na (in)capacidade de ação coletiva. As ferramentas digitais incidem na capacidade de ação humana, e algoritmos crescentemente assumem um lugar institucional. Eles definem quem tem e quem não tem direitos, quem é ou não é cidadão, as zonas vermelhas que segregam o espaço urbano e promovem exclusão, definem as mensagens que serão ou não serão vistas. Não é pouco imaginar que essa distopia incentiva uma crítica que sustenta a regulação de tudo e de todos no mundo digital, explodindo a vigilância que assola a passagem da sociedade industrial para a sociedade da informação e reforça o poder das plataformas digitais.

Nesse mundo digital emergente, ferramentas como a inteligência artificial induzem a um novo tipo de conhecimento. A inteligência artificial não é uma tecnologia simples, mas um conjunto de técnicas que simulam a inteligência humana para apoiar decisões autônomas tomadas por sistemas. Não existe uma definição precisa de inteligência artificial e não se trata apenas da automação

de ações repetitivas. A inteligência artificial depende da capacidade de aprendizado de máquina e usa técnicas como aprendizado profundo, sistemas baseados em regras, processamento de linguagem natural, redes neurais e reconhecimento de fala para tomar decisões. Os sistemas de IA usam dados massivos para calcular, prever e tomar decisões autônomas. Por exemplo, as tecnologias de IA são aplicadas aos sistemas de reconhecimento facial para prever o comportamento individual. As possibilidades de aplicação da IA nas políticas públicas são variadas e tendem a uma crescente autonomia da máquina administrativa, que decide benefícios e direitos, além de punições e restrições.

Outra ferramenta importante é a Internet das Coisas (IoT), que é a fusão da internet com o mundo físico. Significa o uso de dispositivos conectados que coletam e compartilham dados e informações sobre vários aspectos da vida para uso em políticas públicas e negócios. Ela é sobre uma rede de pontos identificáveis ou “coisas” que capturam e compartilham dados. A Internet assume que as pessoas criam dados, enquanto a IoT assume que as coisas criam dados. A arquitetura da IoT deve ser completa e padronizada para coletar dados que podem ser usados em diferentes aplicativos. Aplica-se à conexão industrial, serviços financeiros, cidades inteligentes, energia inteligente, carros conectados, agricultura inteligente, saúde conectada, entre outros. A IoT aproveita a produção e o uso de dados usados pelos governos para formular e implementar políticas públicas, mais simples, como controle de fluxo de tráfego, e questões mais complexas, como produção agrícola e rastreamento de produtos.



Nenhum conceito do mundo digital talvez reproduza uma metáfora tão perfeita quanto o conceito de plataformização. A metáfora incide na ideia de que uma plataforma digital assemelha-se a uma plataforma de petróleo. Se na plataforma de petróleo são explorados e produzidos os meios essenciais para a existência da sociedade industrial, na plataforma digital são explorados os meios para que as tecnologias produzam a sociedade da informação. As plataformas são baseadas em modelos de mídia social, para promover a interação entre duas ou mais partes distintas. Elas têm um aspecto computacional, que produz interfaces inovadoras de interação; um aspecto político, como um espaço de fala; figurativo, em que a oportunidade é uma promessa abstrata como prática; e, por fim, um aspecto arquitetônico, no qual o design é importante para a construção de interações. As plataformas fornecem um novo modo de comunicação e exploração da vida cotidiana. As plataformas representam o progresso natural das TICs para resolver problemas coletivos, onde os cidadãos têm as habilidades necessárias para resolver problemas locais e nacionais, onde os governos fornecem informações e serviços exigidos pelos cidadãos e onde os cidadãos podem ser capacitados a desencadear inovações que melhorarão a governança.

Por trás de todas estas ferramentas existem algoritmos, que são procedimentos codificados para transformar dados de entrada em uma saída desejada, com base em cálculos específicos. Eles exploram, organizam e calculam soluções passo a passo, delimitadas por procedimentos codificados. A sua sintaxe incorpora uma estrutura de comando para permitir que isso aconteça. As soluções propostas pelos algoritmos dependem da sintaxe especificada em uma estrutura lógica na qual, a partir da entrada de dados, os resultados são estabelecidos. Dessa maneira, ele toma uma decisão a partir de uma

estrutura lógica que usa cálculos estatísticos e predição a partir dos dados coletados de pessoas.¹

O postulado dos algoritmos é que serão capazes de aprender e se adaptar para tomar decisões sem a necessidade de entrada ou controle humano. Eles adotam camadas de *machine learning* que os tornam independentes dos inputs humanos. A máquina executa uma primeira vez os comandos dos algoritmos, armazena os dados e aprende para mudar seu sistema de decisão. Vivemos um novo regime político, em que os algoritmos decidem pelos cidadãos e incidem na sua vida de maneira institucional. O regime da algocracia se impõe como futuro para a democracia.²

Todas essas tecnologias formam um conjunto complexo que conecta e compartilha informações. A digitalização do mundo possibilita uma verdadeira transformação da sociedade, criando recursos compartilhados, mas sujeitos à superexploração que exaure a confiança e a própria sociedade cada vez mais dataficada. A digitalização do mundo coincide com um mundo de *fake news*, desinformação, má informação e pós-verdade nas comunicações, precarização do trabalho em função da automação exponencial e da economia compartilhada, do fim da privacidade, de governos tecnocráticos que inauguram o regime da algocracia. Parece-nos que o mundo digital está sujeito a uma tragédia dos comuns.

A tragédia do mundo digital é o corolário teórico de um processo de exploração indevida de dados como recursos que têm uma natureza compartilhada.³ A utopia do ciberespaço é que, como um lugar de conexão e compartilhamento, ele é um espaço de plena liberdade. Mas o avanço das tecnologias digitais acena para um mundo distópico. Essa distopia que hoje nos cerca decorre da crescente precarização do mundo do trabalho, do aprofundamento das desigualdades e



O AVANÇO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS ACENA PARA UM MUNDO DISTÓPICO

de novas barreiras definidas pelas tecnologias digitais. O controle da infraestrutura da internet coloca o desafio sobre quem se apropria do mundo digital para criar um novo mundo humano. E significa também o desafio sobre quem se apropria do recurso que coloca esse mundo digital em operação: os dados que são transformados em informação e depois em conhecimento, que são compartilhados na virtualidade de uma realidade que se impõe.

A promessa de neutralidade e imparcialidade que algoritmos executam não se cumprem. Sistemas computacionais produzem vieses em diversas questões como raça, gênero, classes ou nacionalidade.⁴ E algoritmos estão produzindo novas formas de desigualdade como a *technological readlining*, segregando populações mais vulneráveis e que vivem em condições precárias. A privacidade deixou de ser um valor estruturante e está sob o jugo de grandes corporações que controlam a infraestrutura da internet. Algoritmos são caixas-pretas protegidas por segredo industrial, mas que impactam diretamente as sociedades, mesmo fora de suas fronteiras geográficas.⁵



**ALGORITMOS DECIDEM
SOBRE BENEFÍCIOS,
CRIANDO UMA MASSA
DE PESSOAS SEM
DIREITOS PELO FATO DE
ELAS NÃO MANEJAREM
AS TECNOLOGIAS
DIGITAIS**



O mundo digital, hoje, está sujeito a um processo de exploração e crescente concentração de poder em torno das grandes plataformas.⁶ Algoritmos e modelos de negócios compartilhados são predatórios com relação à economia, produzindo, ao contrário do que inicialmente se supunha, uma nova concentração da propriedade em poucas corporações. Note que o conceito de propriedade também se transformou. Não se trata do capital clássico do modelo marxista, nem do modelo de terras. Trata-se de um modelo em que os dados e o conhecimento se tornam essenciais para o modelo de negócios e estruturam de forma opaca um novo capitalismo de vigilância.⁷ Google, Facebook e Amazon concentram o maior volume de dados gerados cotidianamente no ciberespaço. Não se trata da economia industrial e da concentração dos meios de produção. Trata-se de uma economia compartilhada em que o conhecimento se torna o motor do crescimento e que está armazenado em poucas corporações. Vivemos em um mundo de oligopólios de conhecimento e de dados.

Iniciativas de quebrar esses oligopólios já surgem e são bem-vindas. Mas ainda cercada de muitas incertezas e instabilidade. A turbulência política, econômica e social na qual vivemos há quase uma década interessa a essas plataformas. A incerteza e a instabilidade as alimentam. A migração de trabalhadores da indústria e do setor de serviços para a economia compartilhada fortalece as plataformas. A distopia é que a tecnologia digital aprofunda os mecanismos de controle sobre os indivíduos. O motorista que dirige para a Uber é monitorado 24 horas por dia com seu trabalho precário e sem direitos. O Airbnb mudou toda a lógica do mercado

imobiliário. Internet das coisas potencializa o monitoramento constante do fluxo dos indivíduos. Cidades inteligentes são aquelas que aprofundam o controle sobre os indivíduos, direcionando suas ações por incentivos e constrangimentos. Cidades inteligentes são gigantescos experimentos sociais, sem transparência, sem accountability, sem que os indivíduos assim tenham garantido o seu direito humano de saber.

Modificamos as estruturas do welfare state sem que ninguém perceba. Algoritmos decidem sobre benefícios e direitos dos indivíduos, criando uma massa de pessoas sem direitos pelo simples fato de elas não manejarem as tecnologias digitais.⁸ Todo o avanço das tecnologias digitais no Brasil parece esquecer que apenas 38% da população está online.⁹ Além disso, existem massas de analfabetos digitais, os quais são automaticamente excluídos de qualquer tipo de serviço digital.¹⁰

O motivador para essa digitalização do mundo é o contexto de austeridade fiscal que se impõe em crises econômicas. A crise de 2008 fez acelerar o processo de digitalização em países como Estados Unidos e no Reino Unido. Enquanto as economias industriais minguavam e o dinheiro sumia, as plataformas cresciam vertiginosamente. Para ajustes fiscais e austeridade, governos foram se transformando em plataformas, retirando qualquer tipo de interação humana em serviços públicos.

O Brasil entra de forma um pouco tardia nesse processo. A crise só se tornou para valer em 2014. Desde então parece que não temos mais sossego e um mínimo de estabilidade. Mas em paralelo, o processo de digitalização avança a passos largos, tanto nos governos quanto nas empresas, sem

que percebamos claramente como isso acontece. Marcos normativos foram revistos ou recriados, sem alarde ou problema. A economia do compartilhamento só fez avançar no Brasil, com um mercado gigantesco para as plataformas digitais explorarem. A tragédia dos comuns está nessa possibilidade da exploração indevida e devastadora do mundo digital, numa comunicação enviesada e na lógica da pós-verdade, em uma turbulência política, econômica e social permanente. A possibilidade de colapso é uma espécie de potência e alimenta esse mundo digital distópico.

Criar soluções para governar o mundo digital se torna um horizonte necessário. A

resposta para a tragédia do mundo digital é constituir maior colaboração global e fortalecer mecanismos de governança como processos de participação, transparência e accountability. Este é um desafio para o qual ainda não há uma resposta concreta sobre como controlar o poder das grandes plataformas. O que sabemos é que tudo isso depende do aprofundamento dos valores da democracia, dos direitos humanos, da equidade e da justiça.¹¹ Não devemos esquecer que estas mesmas tecnologias digitais foram criadas por humanos. Cabe a estes humanos, agora, usar sua criatividade para governar o mundo digital de forma inclusiva, democrática e justa, o que suscita uma questão importante. Levamos cerca de



200 anos para criar os regimes democráticos, proporcionando a existência de instituições que buscam uma sociedade mais inclusiva, a criação de políticas públicas designadas para o bem-estar humano, o controle do poder e a participação. Por que não criarmos um regime democrático para o mundo digital?

A tarefa de criar um regime democrático para o mundo digital parte do desafio de desenharmos instituições que sejam efetivas, inclusivas e que possibilitem superar os dilemas de ação coletiva. Não se trata de pensarmos uma democracia digital. Já é fato que as tecnologias digitais podem mediar procedimentos democráticos como consultas públicas, transparência de informações, mobilizações online etc. A democracia digital já existe e tem muitas facetas. O problema agora é de outra ordem e trata de desenhar um mundo digital possível, com instituições sólidas e capazes de governar esse mundo complexo e disruptivo. É uma tarefa civilizacional que emula a criação dos regimes políticos democráticos. Trata-se de pensar um regime democrático para o mundo digital que possibilite o livre fluxo da informação, ao mesmo tempo que proteja a privacidade. Um mundo que esteja assentado em uma carta de direitos digitais e que possibilitem ampla inclusão da sociedade.

Esta tarefa civilizacional não representa um novo sonho utópico. Barlow imaginou o ciberespaço sem governos, sem fronteiras e anárquico. Não viveu para ver uma realidade conduzida pelo absurdo e pela complacência com a ignorância. Uma dose de realismo será necessária para cumprir o objetivo de criar um regime democrático para o mundo digital. O mais importante é constituir ação coletiva e colocar os termos de um mundo digital possível, sem os arroubos de uma inocente inovação disruptiva. O problema é antes de tudo político e significa transformar radicalmente as relações de poder em um

mundo supostamente virtual, que ignora paradoxalmente toda a natureza humana que cerca essa virtualidade. O mundo digital é concreto, humano e não é determinado pelas tecnologias. As tecnologias são simples ferramentas. O necessário é pensar os humanos nesse mundo complexo, concreto e em formação. ●

O autor é professor da FGV
fernandofilgueiras@hotmail.com

NOTAS DE RODAPÉ

1. Domingos, P. (2015). *The Master Algorithm*. How the Quest for Ultimate Machine Learning Will Remake Our World. New York: Basic Books.
2. Danaher, J. (2016). The Treach of Algocracy: Reality, Resistance and Accommodation. *Philosophy & Technology*, 29(3), 245-268, DOI: <https://doi.org/10.1007/s13347-015-0211-1>
3. Almeida, V., Filgueiras, F. Gaetani, F. (2020). Digital Governance and the Tragedy of the Commons. *IEEE Internet Computing*, 24 (5), 41-46. DOI: <https://doi.org/10.1109/MIC.2020.2979639>
4. Eubanks, V. (2018). *Automating Inequality*. How High-Tech Tools Profile, Police, and Punish the Poor. New York: St. Martin's Press.
5. Caplan, R., Boyd, D. (2016). Who Controls the Public Sphere in an Era of Algorithms? Mediation, Automation, Power. *Data & Society*. https://datasociety.net/pubs/ap/MediationAutomationPower_2016.pdf
6. Rahman, K.S. (2017). Monopoly Men. *Boston Review*. <http://bostonreview.net/class-inequality/k-sabeel-rahman-monopoly-men>
7. Zuboff, S. (2019). *The Age of Surveillance Capitalism*. The Fight of Human Future at the New Frontier of Power. New York: Public Affairs.
8. Pilkington, E. (2019). Digital Dystopia. How Algorithms Punish the Poores. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/technology/2019/oct/14/automating-poverty-algorithms-punish-poor>
9. OCDE (2019). *Shaping the Digital Transformation in Latin America*. Paris: OCDE.
10. Dunleavy, P. Margetts, H. (2013). The Second Wave of Digital-Era Governance: a Quasi-Paradigm for Government on the Web. *Philosophical Transactions of the Royal Society*, 371 (1987), 1-17. DOI: <https://doi.org/10.1098/rsta.2012.0382>
11. Donahoe, E., Metzger, M.M. (2019). Artificial Intelligence and Human Rights. *Journal of Democracy*, 30 (2), 115-126, DOI: <https://doi.org/10.1353/jod.2019.0029>

(1) O título é referência óbvia a Foucault.
Mas é também, como qualquer título, um diantamento
do conteúdo: é um poema, ora bolas, sobre palavras e
sobre coisas a que se referem as palavras.

AS PALAVRAS E AS COISAS

JOSÉ VICENTE SANTOS
DE MENDONÇA

Advogado

a palavra bruto

é bruta

a palavra suave

é suave

prefiro a palavra
menoscabo

ao menosprezo

pois que isso:
o menoscabo
menoscaba

(2) "A palavra bruto é bruto/a palavra suave é suave" é uma frase do professor Antônio Francisco Dória, meu professor na Escola de Comunicação da UFRJ. Com isso ele queria, se bem me recordo, refutar Ferdinand Saussure, linguista que não percebia relação de conteúdo entre significante e significado. Porque, justamente, a palavra "bruto" tem um "brt" que trava a língua - embrutece -, ao passo que a palavra "suave", com seu "su" caindo harmoniosamente num "vo", é doce.

(3) "Prefiro a palavra menoscabo ao menosprezo". A palavra "menoscabo" tem sabor arcaizante. Um jurista rola-boata usaria uma palavra dessas numa petição zangada. Ou seja: tal como nos versos anteriores, há relação entre significante e significado. E mais: aqui, o significado é um significado "para fora", operacional. Menoscabo é uma palavra-armã; ela não só tem um som, digamos, menoscabante, mas serve para ofender. Toma essa, Saussure.

mas qual a natureza

de linotipia

esmegma

expectorações

e ainda:

será lícito permutar classes

como em:

o conde vronski mazurcava casadas

(4) "Mas qual a natureza de linotipia/esmegma/expectorações". Essa talvez seja a parte mais críptica do poema. Amigo meu, poeta publicado, leu o trecho e pediu explicações. E a explicação começa, - como muita coisa nessa vida -, em Platão e num sonho. É que Platão tinha a tal teoria das ideias. (Me acompanhe) A palavra "pedra" corresponderia, num mundo das ideias, a ideia de "pedra", da qual a "pedra" terrena seria, por assim dizer, cópia imperfeita. (Ok, isso tu lembra da aula de introdução à filosofia.) Pois sim: em certo momento, começou-se a questionar qual seria a ideia de coisas cuja manifestação fosse diáfana, escorregadia. Por exemplo: a qual ideia corresponderia a "lama"? Pois foi a isso a que pretendi me referir. Se às ideias-palavras correspondem coisas-significados, a quais significantes ideias correspondem significados transfugos como "esmegma" (que não deixa de ser uma "lama") ou "expectorações"?

Então, quando eu me pergunto "qual a natureza de", estou me perguntando a qual ideia platônica - uma vez superada a clivagem significante-significado - referem-se tais palavras. Mas o interessante vem agora: eu ~~SONHEI~~ com essa dúvida. Sim: na quarta-feira agora, despertei de sonhos intranquilos envolvendo uma dúvida relativa ao mundo platônico das ideias. Não sei se isso já aconteceu contigo.

(5) "seria lícito permutar classes/como em: o conde vronski mazurcava casadas"
Essa é mole: estou transformando um substantivo (a "mazurca", dancinha all the rage na época do Solstoi e, que, inclusive figura com destaque em Anna Kariênina, de onde vem nosso conde) num verbo.

Mas o uso de "mazurcar", nesse contexto, também apela a certo sentido rodrigueano. Além de o conde dançar a mazurca com mulheres casadas (espero que, a essa altura do campeonato, isso não seja nenhum sonhei), ele lhes faz algo que soa vagamente - pornográfico? sexual? Mudar classes pode trazer, em certos contextos sociais, sentidos novos.

A prática da língua é, também e principalmente, uma pragmática da linguagem.

as palavras têm cor?



(6) "as palavras têm cor? a palavra
ânsia? É plausível supor-lhe o azul-claro
dos velhos hospitais?" Eu acho que a palavra
ânsia tem cor azul clara, tipo a dos azulejos
daqueles hospitais d'antanho (Santa Casa etc.).

a palavra ânsia-

é plausível
supor-lhe o
azul-claro dos velhos
hospitais?

Hoje em dia, hospital privado tenta
parecer hotel, coloca madeira nas
paredes, quadros nas paredes.

Mas a ansiedade hospitalar não é nada disso.

Ela é azul clara, como nos hospitais d'antanho.

(Na primeira versão do poema eu usava "hospitais

d'antanho", numa referência à Ballade des

dames du temps jadis, de Villon. Mas ninguém

ia perceber mesmo, então optei por

"velhos" hospitais).

e afinal:

há algo em seu
tamanho que lhes
prenuncie a alma



(7) "há algo em seu tamanho que lhes prenuncie
a alma? como em fim/poderia o fim/ser o
encerramento bruto-abrupto de um prenúncio?"

O tamanho das palavras pode ter algo a
ver com o seu significado?

A palavra "fim", por curtiinha, prenuncia
términos? Ela encerra, com secura brupta-abrupta
(novamente, Saussure), um início mais

analítico-extenso, - um "prenúncio"?

E há um trocadilho: como "em fim"
também pode ser lido "como enfim".

Até porque o poema já está se encerrando,
e vem aí a CHAVE DE OURO.

como em fim

poderia o fim

ser o encerramento

bruto-abrupto de um
prenúncio?

– há algo no silêncio e
na cor das palavras,

há definitivamente
algo em seu conteúdo

não diria mágico, diria
vário

- diria bruto, diria
suave, diria ânsia

diria que encerram
coisas

arcanas

← (S) “há algo no silêncio e na cor das
palavras/há definitivamente algo
em seu conteúdo/não diria mágico,
diria vário/ diria bruto, diria suave, diria
ânsia/diria que encerram coisas/arcanas”
Uma recapitulação do percurso.

O tamanho curto (o silêncio) das palavras
diz algo? Elas têm cor? E seu conteúdo?

Há algo nas palavras que não é mágico,
como diria o clichê; mas que é polissêmico,
que é polissignificativo, que é plúrimo, que
convida à hiperleitura; que é mavioso;
que é foda.

E, basicamente, foi isso o que
eu quis dizer :)

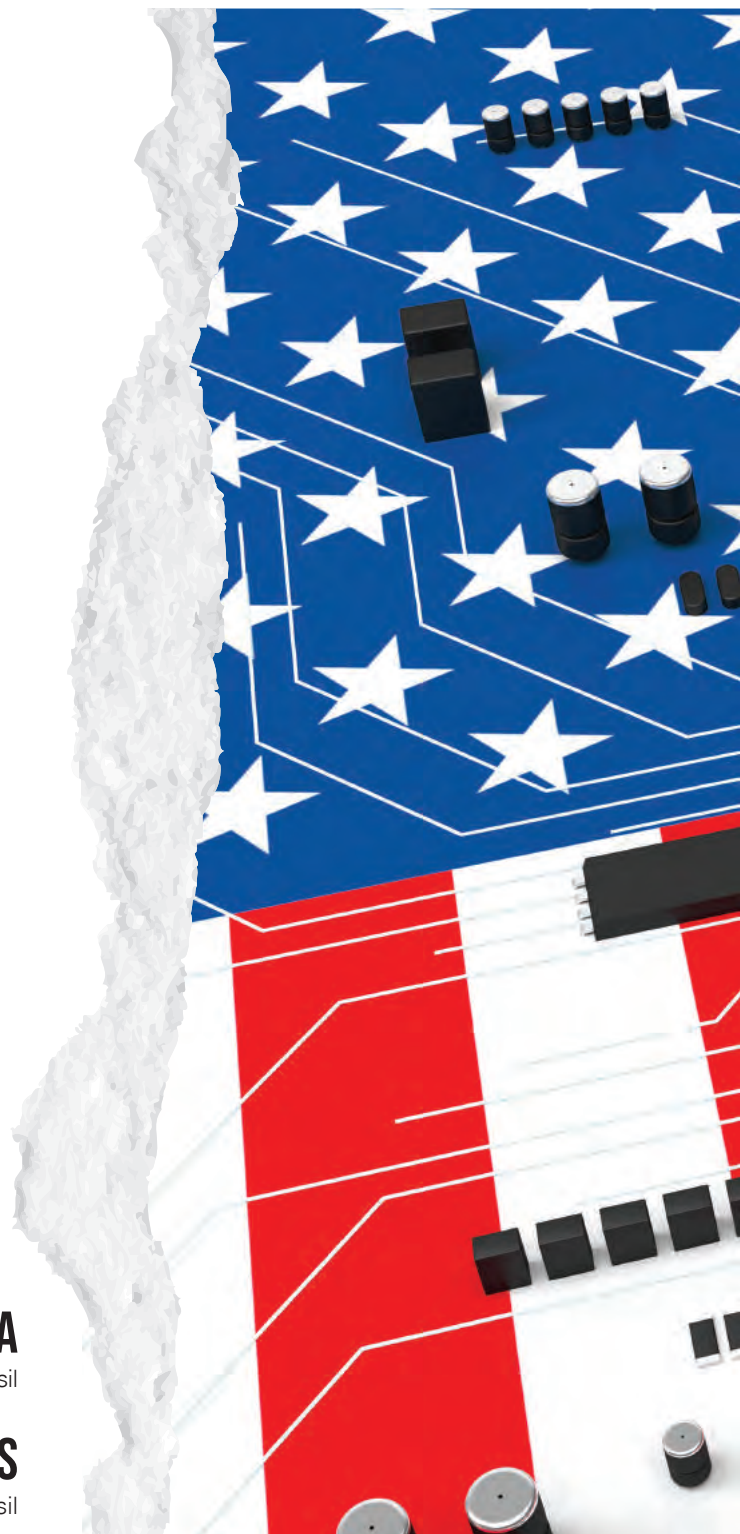
O autor é procurador do Estado do Rio de Janeiro
e professor universitário
jose.vicente@terra.com.br

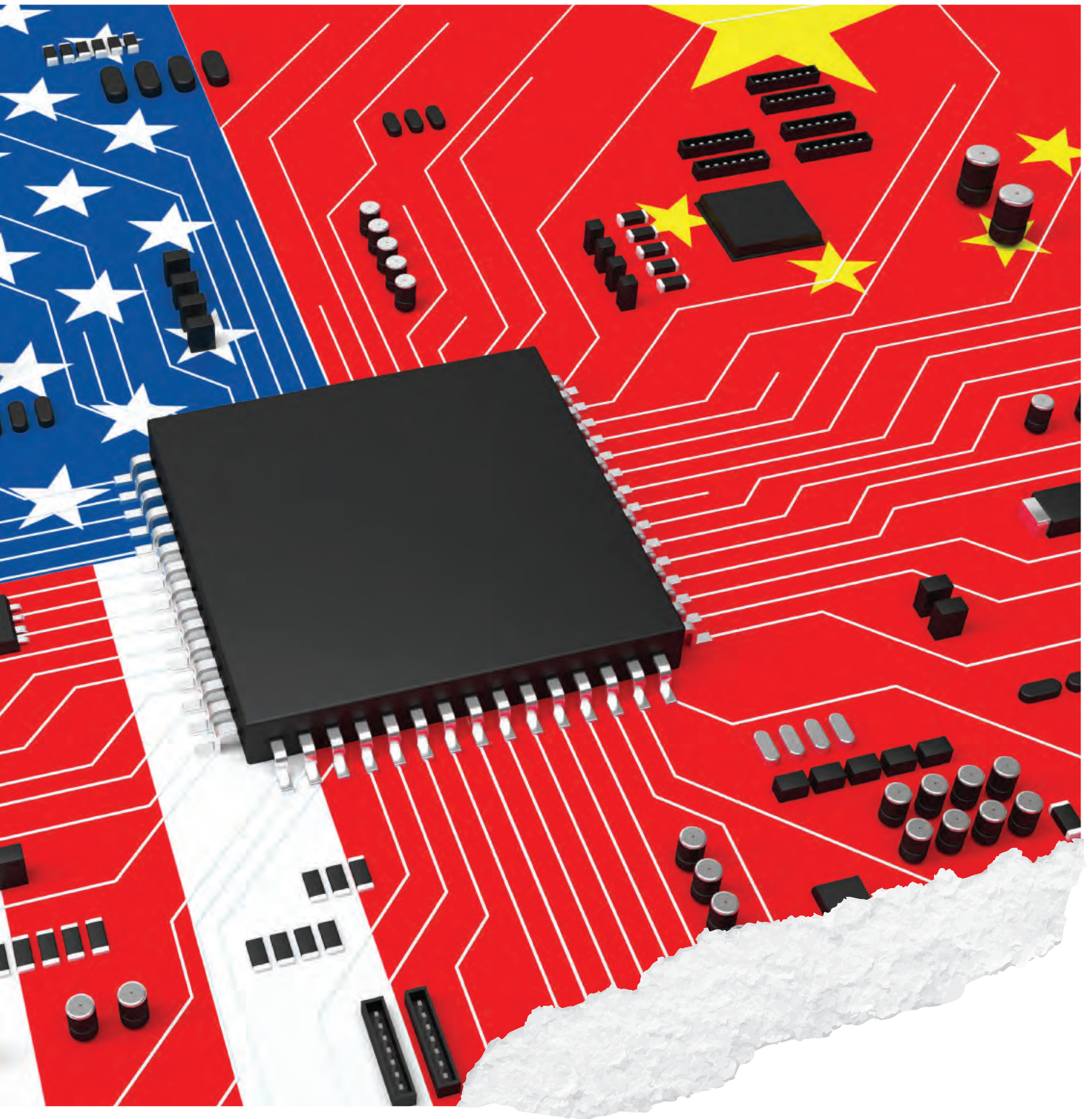
A DISPUTA ENTRE
CHINA E EUA
PELA LIDERANÇA DA
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

**O MAIOR
ESPETÁCULO
DA TERRA**

CARLOS AUGUSTO DE LIMA
Oficial Superior da Marinha do Brasil

LEONARDO BRAGA MARTINS
Oficial Superior da Marinha do Brasil





A

Guerra Fria foi um confronto ideológico, político, econômico e militar entre países capitalistas – liderados pelos EUA – e socialistas – comandados pela ex-URSS entre 1947 e 1989. Nas palavras de Kissinger (2012, p. 102): “o conflito entre Moscou e Washington foi a essência estratégica da Guerra Fria”, o que veio a estabelecer uma ordem bipolar no mundo, em uma dinâmica de competição e antagonismo mortal (SCHLESINGER, 1967). Enquanto o Muro de Berlim,¹ as alianças militares (OTAN e Pacto de Varsóvia) e o modelo de organização econômica foram símbolos dessa rivalidade, a corrida pela liderança tecnológica nos setores espacial e nuclear servia como um fiel visível da balança, indicador simbólico e prático do sucesso na disputa de poder.

Diante da rivalidade corrente entre os EUA e China, é intuitivo conceber analogias e recuperar desdobramentos do paradigma estratégico daquela época, em especial da corrida espacial, na busca por um mínimo de esclarecimento e orientação. Esse artigo explora a pertinência dessa abordagem para compreensão da disputa sino-americana pela liderança no desenvolvimento da Inteligência Artificial (IA). Interessa saber, em particular, de que modo essa disputa afeta os riscos de grandes desastres relacionados à difusão de aplicações inseguras da IA.

Conforme discutiremos, a abordagem é oportuna, mas há distinções importantes. Ao que tudo leva a crer, a concepção de que existe uma corrida pela IA, similar à corrida armamentista/espacial do século XX, está ajudando a construir uma corrida “de fato”, a partir do estímulo à rivalidade entre chineses e norte-americanos, a despeito da profunda capilaridade entre os ecossistemas produtivos e técnico-científicos dos dois países – entrelaçamento que não existia entre EUA e a então URSS.

A CORRIDA ESPACIAL

A corrida espacial foi simbolicamente iniciada em 1º de outubro de 1957, quando os soviéticos lançaram ao espaço o Sputnik 1, primeiro satélite artificial a orbitar em torno da Terra. Horowitz (2018) posiciona a corrida espacial no



contexto da Guerra Fria e a define da seguinte maneira:

A corrida espacial foi um desafio bilateral entre os EUA e a URSS desenhado para colocar uma pessoa na Lua, o que incluía tanto o desenvolvimento de foguetes quanto o de tecnologias para manter o homem vivo no espaço, pousar na Lua e retornar em segurança. [...] de maneira geral, a corrida para a Lua foi administrada por dois Governos de acordo com objetivos nacionais [...] (HOROWITZ, 2018, p. 51, tradução nossa).

Os melhores resultados em atividades científicas espaciais conferiam ao vencedor o status de líder na Guerra Fria. Isso porque a inovação tecnológica causa grande efeito sobre as relações internacionais e a balança de poder, de forma imprevisível, em especial nos casos de uma tecnologia nova ou aperfeiçoada (JACKSON; SØRENSEN, 2013). Homer Edwar Newell (1915-1983), coordenador do



Projeto Vanguard,² do Laboratório de Pesquisa da Marinha dos EUA, e participe do programa de planejamento e desenvolvimento da NASA (1962-1968), esclareceu do que se tratava a corrida espacial e sua influência sobre a estabilidade da ordem internacional:

Liderança era a palavra-chave. Ser competitivo não era suficiente. Em uma época em que a tecnologia era vital para a defesa nacional, essencial para resolver problemas de alimentação, transporte, saúde e importante para a economia nacional, a liderança tecnológica era um recurso nacional inestimável, que não poderia ser abandonado sem luta. Era a liderança tecnológica que geraria uma balança comercial favorável para os Estados Unidos e proporcionaria força nas negociações internacionais (NEWELL, 2010, p. 87-88, tradução nossa).

A despeito da competição e rivalidade patente, esse

período divide pesquisadores. Alguns acreditam que a época afastou as grandes potências de acordar políticas comuns, pois buscavam vantagens relativas em uma acirrada disputa, acreditando que a estabilidade internacional futura dependia do sucesso de sua própria concepção de ordem mundial (SCHLESINGER, 1967). Outros defendem que houve cooperação durante esse período, pois, por exemplo, os EUA e a ex-URSS desenharam acordos na busca da paz nuclear e, ao fazerem isso, demonstraram um reconhecimento de interesses compartilhados e de um mínimo de sociabilidade (HOFFMANN, 1977 apud JACKSON; SØRENSEN, 2013). Em meio às tensões da Guerra Fria e da corrida armamentista, a corrida espacial teria sido “um ponto de equilíbrio, um símbolo de coexistência pacífica e de progresso humano” (SHREVE, 2003).

Um elemento importante para essa cooperação teriam sido as decisões dos líderes da época. É interessante observar que, num primeiro momento, era presidente dos EUA o General Dwight Eisenhower (1890-1969). Mesmo sendo um presidente originário da carreira militar, tendo ocupado posições de destaque no comando das forças aliadas durante a II Guerra Mundial, ele colocou a ciência espacial sob uma liderança civil, com a criação da NASA (National Aeronautics and Space Administration), em 1958.³

O caminho de uso pacífico de novas tecnologias não se fez somente a partir de decisões de lideranças políticas e criação de novas instituições. A negociação por consenso foi outro meio de definir acordos e normas internacionais para o desenvolvimento seguro da área espacial. No caso específico da exploração espacial, a ONU estabeleceu um Comitê de Uso Pacífico do Espaço Sideral (Committee on the Peaceful Uses of Outer Space).

Eilene Galloway (1906-2009), a “grande dama do espaço”,⁴ apresenta o consenso como um mecanismo de tomada de decisões que serviu à criação da lei espacial internacional, logrando um acordo geral sem o voto, mas não necessariamente por unanimidade (GALLOWAY, 1979, p. 4), mesmo em meio ao contexto de novidade da época:

O espaço sideral foi adicionado a terra, mar e ar como

um quarto ambiente do mundo. A ciência espacial e a tecnologia que trouxeram esse desenvolvimento são inerentemente forças dinâmicas internacionais aplicáveis a uma grande variedade de atividades. Sistemas globais de comunicações espaciais e meteorologia, progressos na navegação e mapeamento, monitoramento da poluição do ar, terra e mar para melhorar a qualidade do ambiente total da Terra, esses são apenas alguns dos usos pacíficos que podem beneficiar toda a humanidade. Ao mesmo tempo, havia a percepção desde cedo de que o espaço sideral pudesse se tornar uma arena para a guerra e o medo dessa possibilidade produziu uma motivação forte e universal para prevenir que o espaço sideral seja usado para conflito armado (GALLOWAY, 1979, p. 7-8, tradução nossa).

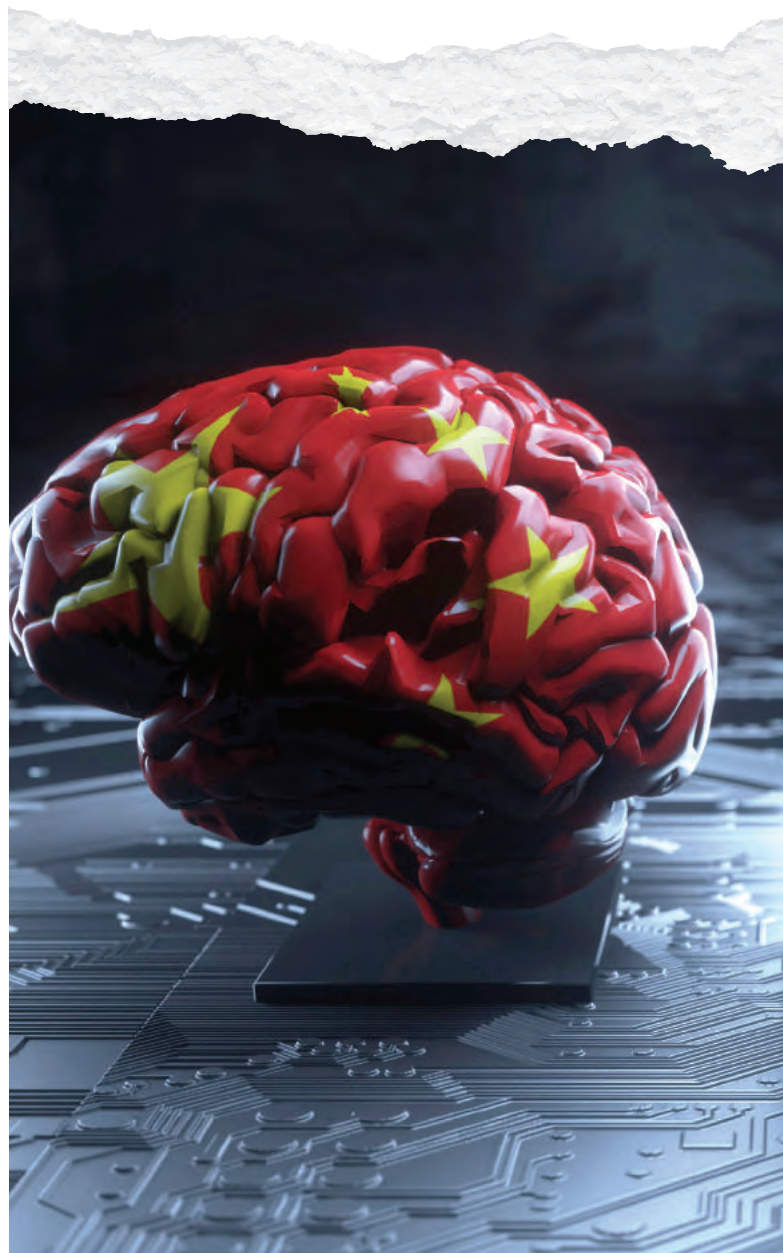
O

surgimento de uma nova linguagem e termos técnicos que emergiam e eram popularizados com o auxílio das notícias divulgadas pela mídia (satélite artificial, nave espacial e veículo lançador de satélite) (NEWELL, 2010) não

impediu o desenho de um marco regulatório ou o progresso da ciência e tecnologia espaciais e de suas aplicações para usos benéficos, particularmente comunicações e meteorologia (GALLOWAY, 1979, p. 10). Em vez de as duas potências espaciais, EUA e ex-URSS, buscarem o monopólio destrutivo das atividades espaciais, um pacto de interesse comum foi alcançado por consenso e cooperação internacional, quando quatro tratados espaciais entraram em vigor entre 1967 e 1976, ou seja, em menos de 10 anos.

É relevante destacar a simultaneidade dos acontecimentos nas áreas nuclear e espacial, mesmo em um cenário polarizado, para revelar o esforço político e institucional em questão. Durante a entrada em vigor dos principais tratados da área espacial, também foi assinado, por exemplo, o tratado de não proliferação de armas nucleares (1968), que entraria em vigor 1970.

A despeito dos entrelaçamentos com a corrida espacial,





considerando as possibilidades de uso civil e militar das novas tecnologias, a questão nuclear percorreu um caminho próprio, orientada pelas mudanças decorrentes do fim da (curta) hegemonia nuclear norte-americana (1949), da Crise dos Mísseis de Cuba (1961) e do desenvolvimento dos submarinos lançadores de mísseis balísticos. Outrossim, nem sempre os limites entre as duas “raias” de disputa estão claras, sendo necessário excursionar pela contenda atômica para recolher elementos complementares para essa análise.

A ASCENSÃO DA CHINA

Desde a Revolução Chinesa de 1949, cujo líder foi Mao Zedong (1893-1976), que instaurou a República Popular da China (RPC), passando por Deng Xiaoping (1904-1997) no final da década de 1970, a China tem sido uma força emergente, com a implementação de um modelo particular de socialismo de mercado, caracterizado pela interação entre propósitos de mercado capitalistas e a preservação da ordem política administrada pelo PCC (Partido Comunista da China) de maneira centralizada. E mais que isso, os líderes chineses percebem o seu país não simplesmente como um emergente, mas como uma potência regional recuperando a preeminência perdida, considerada natural e apropriada (KISSINGER, 2012; FRIEDBERG, 2018).

Desde então, a China explodiu a sua primeira bomba atômica em 1964,⁵ colocou o primeiro chinês no espaço em 2003 e se converteu em uma potência econômica, bem de acordo com a proposta ocidental de poder – força militar, desenvolvimento econômico, inovação e progresso científico – colocando o país no posto de segundo maior gasto militar do planeta, segunda maior economia mundial e crescente influência internacional entre países de diversos modelos políticos e econômicos.

Nesse contexto de ascensão chinesa, em que o país se tornou apto a contestar o protagonismo norte-americano, acadêmicos e jornalistas passaram a evocar analogias à Guerra Fria ao analisarem as disputas no desenvolvimento de aplicações da inteligência artificial (IA). Tornou-se comum recorrer à citação do presidente da Rússia, Vladimir Putin (1952-), de setembro de 2017, como um atestado da importância estratégica do novo campo: “A IA é o futuro, não apenas para a Rússia, mas para toda a humanidade. [...] Quem se tornar líder nessa área, se tornará o dono do mundo”.⁶

Por ser considerada facilitadora do progresso econômi-

co, a liderança em IA provavelmente será mesmo crítica para o macroequilíbrio de poder e a concorrência internacional entre os países (SCHARRE; HOROWITZ, 2018). Se a China conquistar uma vantagem decisiva, poderá usar os avanços em IA para minar o poder econômico ou militar dos EUA, afirmam Scharre e Horowitz (2018), em meio a um crescente debate sobre a capacidade de os EUA liderarem mais essa disputa tecnológica.

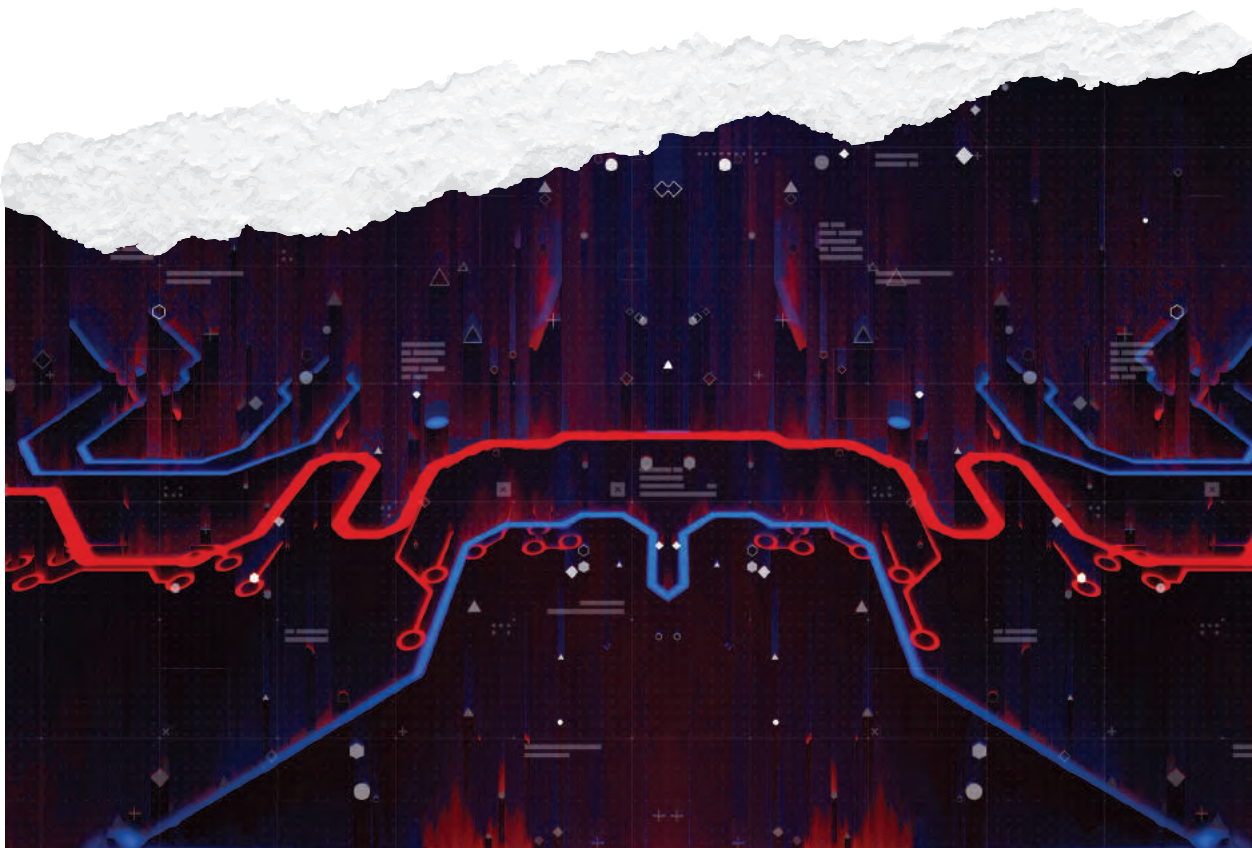
Por sua vez, o Eurasia Group considera a relação entre EUA e China como a mais importante relação bilateral para a arquitetura do sistema internacional e o segundo fator de risco no mundo. O grupo cita os desentendimentos comerciais e a disputa por liderança tecnológica como causas da instabilidade e da perda de confiança entre os dois países (EURASIA GROUP POLITICS FIRST, 2019). No que diz respeito à guerra tecnológica, são citados, por exemplo, dois campos de conflito: IA/automação e tecnologia 5G. Esta última dentro do contexto de guerra cibernética e da proteção das infraestruturas estratégicas de cada país. E é justamente a possibilidade de escalada de conflitos no

ciberespaço a terceira posição dentre os 10 maiores riscos de 2019 no mundo, de acordo com o Eurasia Group.

Se na Guerra Fria o muro de Berlim simbolizava a rivalidade entre EUA e ex-URSS, na atualidade, a guerra comercial e tecnológica entre EUA e China é o espelho das suas divergências, de suas “visões incompatíveis de futuro da Ásia e do mundo” (FRIEDBERG, 2018, p. 9).

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

No dia 31 de agosto de 1955, quatro cientistas propuseram o Dartmouth Summer Research Project on Artificial Intelligence: John McCarthy, Marvin Minsky, Claude Shannon e Nathaniel Rochester. O evento foi conduzido no verão de 1956 no Dartmouth College, em Hanover, New Hampshire, EUA. Esse evento é considerado o nascimento da IA como campo de conhecimento e de pesquisa (BOSTROM, 2018). Todavia, seu principal arquiteto não tinha a pretensão de produzir o frenesi ou hype que marcaria a expressão “Inteligência Artificial”. John McCarthy (1927-2011), considerado o pai do campo, expressa desde a década de 80 sua insatisfação com a



forma como o Dartmouth Summer Research Project fora historiado. Ao fazer a resenha de “The Question of Artificial Intelligence: Philosophical and Sociological Perspectives”, livro de 1987, McCarthy faz críticas severas aos autores e à perspectiva por eles construída de que o projeto tinha, em sua essência, o objetivo de formular uma abordagem alternativa para o estudo do comportamento e por conseguinte da mente humana:

A proposta para a conferência de Dartmouth, como me lembro de tê-la escrito, não contém nenhuma crítica à maneira de ninguém de estudar o comportamento humano porque não a considere relevante. Conforme sugerido pelo termo “inteligência artificial”, não estávamos considerando o comportamento humano, exceto como uma pista para possíveis formas eficazes de realizar tarefas. (McCARTHY, 1988, p. 6, tradução nossa).

De modo coerente com a proposição da IA como ramo da ciência da computação e não como uma revolução das ciências cognitivas, (McCARTHY, 1988) a hipótese para a discussão intersubjetiva era: todo aspecto do aprendizado ou qualquer outra característica da inteligência pode, em princípio, ser tão precisamente descrito que uma máquina pode ser produzida para simulá-lo. Esse estudo acompanha a definição de IA proposta por Richard Bellman, em seu livro “An Introduction to Artificial Intelligence: can computers think?”, de 1978: a IA é um grupo de tecnologias disruptivas que automatizam atividades associadas ao pensamento humano, incluindo a tomada de decisões, a solução de problema e o aprendizado (HE, 2017).

A partir daquele simbólico evento singular, os sistemas baseados em IA se difundiram pela sociedade da tecnologia da informação e comunicação (TIC) e pelo ciberespaço, estando dispersa por diversos setores: industrial, comercial, saúde, entretenimento e segurança. O destaque é “a ferramenta de busca do Google, provavelmente, o maior sistema de IA já criado” (BOSTROM, 2018). Além disso, Harari (2016) e Bostrom (2018) citam o exemplo do reconhecimento facial, uma função que os programas de computadores executam com muito mais eficácia e rapidez do que os humanos e que tem se aperfeiçoado suficientemente a ponto de serem utilizados na automatização do controle de fronteiras na Europa e na Austrália.

M

ais recentemente, é possível notar a proliferação de dispositivos conectados em rede e o avanço da “Internet das Coisas” (Internet of Things – IoT). Hoje, mais de cinco bilhões de consumidores interagem com dados todos os dias. Até 2025, serão 6 bilhões de pessoas ou 75% da população mundial. Muitas dessas interações ocorrem hoje e ocorrerão no futuro sob a mediação de bilhões de dispositivos IoT conectados ao redor do planeta (REINSEL; GANTZ; RYDNING, 2018). Por sua vez, ao final de 2018, 22 bilhões de dispositivos estavam conectados à internet, com a expectativa de adição de mais 17 bilhões até o final de 2025, alcançando um total de 50 bilhões até 2030 (MERCER, 2019).

A Pandemia de Covid-19 acelerou o processo de transformação digital das empresas diante da necessidade de respeitar as medidas sanitárias, reduzir custos para enfrentar a grave crise econômica e obter resultados rápidos, à medida em que a permanência prolongada em modelos mais antigos erodia de forma implacável a capacidade de sobrevivência de muitos negócios (GOASDUFF, 2020). À exceção das implementações fracassadas, não há motivo para imaginar que o trabalho à distância, os serviços de computação em nuvem, streaming, teleconferência e ensino à distância regridam para níveis pré-pandemia – o que torna as discussões sobre a segurança das TIC (tecnologia da informação e comunicação) ainda mais relevantes para a agenda de 2021.

Mas por que analisar China e EUA em uma aparente corrida pela liderança da IA? Porque oito empresas dos EUA e China detêm, sozinhas, dois terços do valor total do mercado digital no mundo: Microsoft, Apple, Amazon, Alphabet/Google, Facebook, Tencent/WeChat, Alibaba e Baidu. Em conjunto, elas controlam um mercado que, em 2017, foi estimado em US\$ 7,1 trilhões; com relação ao gasto global em IoT (Internet das Coisas), EUA e China são responsáveis por 50% do consumo desses produtos e serviços (BBC, 2019).⁷

Apesar da maior percepção de disputa de poder entre

China e EUA, ainda há uma reduzida visibilidade da tecnologia da IA como ameaça e de sua importante relação com as decisões dos dois países. Os supostos perigos⁸ da IA encontram amplas evidências na produção intelectual mundial. Desde 2016, por exemplo, a instituição Global Challenges Foundation (GCF)⁹ apresenta a IA como um risco emergente que, mesmo que pareça improvável hoje, se tornará significativamente mais provável nas próximas décadas, com maior potencial de impacto e probabilidade de ocorrência, juntamente com a mudança climática, pandemias e armas de destruição em massa (biológica, nuclear e química) (GCF, 2018).

Max Tegmark (1967-), um cosmólogo sueco, defende que, apesar de termos que dedicar atenção à biotecnologia, armas nucleares e mudança climática, é preciso também tornar as pesquisas sobre a segurança da IA um dos temas principais da sociedade atual (TEGMARK, 2017). O escritor israelense Yuval Noah Harari (1976-) alerta para o perigoso potencial da IA, uma vez que seja deixada por conta da mão cega e invisível do mercado: “é perigoso confiar nosso futuro às forças do mercado porque elas fazem o que é bom para o mercado e não o que é bom para o gênero humano ou para o mundo” (HARARI, 2016), inclusive podendo criar “formas inéditas de guerra”.

A DISPUTA

No dia 8 de julho de 2017, a China lançou um programa de incentivo à IA, de acordo com as diretrizes emanadas pelo Partido Comunista Chinês (PCC): Nova Geração de Planejamento de Desenvolvimento da Inteligência Artificial. O plano declara como objetivos, no primeiro parágrafo: explorar a oportunidade estratégica e ser pioneiro para construir uma vantagem competitiva (first-move advantage) no desenvolvimento da IA,¹⁰ ou seja, “deixar de ser replicadora e assumir a liderança nessa tecnologia de ponta” (FRIEDBERG, 2018, p. 42).

A análise do plano chinês demonstra que, apesar dos interesses estratégicos internacionais, há uma percepção de que a IA poderá contribuir também para a governança social do país e para a segurança de sua sociedade a nível doméstico. Por ser uma tecnologia de amplo espectro, a IA permitiria ao país atingir diversos de seus objetivos, não somente os econômicos e militares.

A corrida armamentista da IA é um tema recorrente

entre think tanks e empreendedores, mesmo na China. No seu Livro Branco publicado sobre a segurança da IA, em setembro de 2018, e direcionado ao governo chinês, a China Academy of Information and Communications Technology (CAICT), um think tank influente subordinado ao Ministério da Indústria e Tecnologia da Informação da China, defendeu o fortalecimento de padrões éticos para o desenvolvimento de sistemas algorítmicos de IA, bem como propôs evitar uma corrida armamentista de IA entre os países (ALLEN, 2019).

A

IA pode ser mais um fator a perturbar o balanço de poder ou prejudicar arranjos de governança global anteriormente estáveis (MASS, 2019). Prova do potencial dessa tendência é a mais recente Estratégia de Segurança Nacional dos EUA, que insiste na liderança em pesquisa, tecnologia, invenção e inovação como pilares da prosperidade americana. Assim como Newell (2010) defendeu que a liderança tecnológica era vital para a defesa e a economia nacional e que não poderia ser abandonada sem luta, os EUA continuam alimentando essa mentalidade competitiva:

Para manter nossa vantagem competitiva, os EUA priorizarão tecnologias emergentes críticas para o crescimento econômico e segurança, como ciência de dados, criptografia, tecnologias autônomas e inteligência artificial. De carros autônomos a armas autônomas, o campo da inteligência artificial, em particular, está progredindo rapidamente. [...] Vamos incentivar cientistas do governo, da academia e o setor privado para alcançar avanços em todo o espectro de descobertas, desde melhorias incrementais a inovações capazes de mudar o jogo (NSS, 2017, p. 20, tradução nossa).



À medida que países percebem na IA uma maneira de alcançar uma vantagem competitiva sobre seus concorrentes, por acreditar que há grandes vantagens em ser os primeiros (first-move advantage), passa a existir a possibilidade deles deixarem de lado as preocupações de segurança (SCHARRE; HOROWITZ, 2018) e os riscos de desastres associados a essa tecnologia, aumentando o potencial de acidentes com a IA, tanto no setor comercial quanto no ambiente militar.

Uma eventual corrida armamentista no campo da IA, entre China e EUA, a exemplo do que ocorreu durante a Guerra Fria, é possível e explicável. Kenneth Payne discorre sobre as contundentes similaridades entre a IA e o aspecto nuclear da corrida armamentista:

Primeiro, as armas nucleares e a IA são desenvolvimentos altamente científicos, exigindo conhecimentos multidisciplinares. Em segundo lugar, a “revolução” está concentrada em poucos Estados e a pesquisa envolve um certo grau de sigilo que, juntamente com os aspectos técnicos inerentes, restringe o debate público. Em terceiro lugar, existem preocupações éticas e legais

válidas sobre proporcionalidade, discriminação e controle de armas no emprego das tecnologias. Em quarto lugar, ambas as tecnologias têm o potencial de transformar rapidamente a estratégia, as instituições encarregadas de aplicá-la e a sociedade de maneira mais ampla. Por fim, ambas têm consequências potencialmente apocalípticas e despertam um intenso debate filosófico (PAYNE, 2018, p. 15, tradução nossa).

Uma diferença importante entre o desenvolvimento da IA e a corrida espacial, no entanto, sugere que a concorrência na arena da IA pode ser ainda mais intensa (SCHARRE; HOROWITZ, 2018), por ser multipolar e multissetorial. A corrida armamentista e espacial foi, fundamentalmente, uma competição bipolar estatal. Estados Unidos e ex-URSS eram os países mais poderosos do mundo, e os únicos países capazes de serem líderes mundiais em tecnologia espacial. Na equação dos dias de hoje, empresas privadas são os principais atores da IA (Google e Facebook, nos EUA; Baidu e Alibaba, na China). Assim Payne descreve as diferenças da atualidade:

Com a IA, ao contrário das armas nucleares, não há uma tentativa secreta, coordenada e em larga escala para atingir um objetivo particular, mas sim um programa de pesquisa mais díspar e eclético. Estados estão cada vez mais interessados na dimensão de segurança da IA, mas grande parte da pesquisa é conduzida por entidades, ou do setor privado ou em parceria com universidades, e em campos menos claramente relacionados ao uso militar. Os pesquisadores são, frequentemente, interessados em promover suas últimas conquistas ou sujeitá-las a publicação por revisão por pares, a fim de atrair financiamento, demonstrar o valor de mercado de suas descobertas ou promover sua marca (PAYNE, 2018, p. 16, tradução nossa).

Além disso, a disputa pela liderança da IA pode inaugurar uma nova arena de conflito caso a IA venha a contribuir para o sistema de armas disponíveis para a guerra. O sistema internacional baseado em regras não evoluiu para lidar com esse desafio e é provável que sofra para responder efetivamente. O problema seria não ter um mecanismo para avaliar o valor das novas tecnologias e os riscos que podem advir com o seu emprego e difusão nos equipamentos e sistemas, bem como a velocidade de incorporação de tecnologias disruptivas no Poder Militar.

Principalmente para a China, a percepção é de que sua influência internacional e sua posição econômica ainda carecem de liderança tecnológica, a qual poderia ser conquistada com a inteligência artificial (IA). O país, então, assume essa disputa não como uma simples competição, mas como uma contenda vital para efetuar a transição do núcleo de poder mundial do Ocidente para o Oriente e consolidar seu lugar entendido como natural de superpotência no centro do mundo.

O panorama chinês é claro: ser líder mundial (first-move advantage) no campo da IA até 2030 é um objetivo nacional. Evidências apontam que, na China, há poucas fronteiras entre as companhias comerciais, os laboratórios de pesquisa das universidades, os militares e o governo central; por isso, o PCC determina as prioridades do desenvolvimento da IA, estabelece os critérios de acesso a dados pessoais e acessa as tecnologias que, em princípio, teriam sido desenvolvidas para uso civil. Não é possível ignorar que

a demanda interna chinesa igualmente move o interesse das lideranças políticas por soluções que facilitem a ação estatal dentro do país, um gigante com mais de 1,4 bilhão de habitantes. Há, portanto, uma notável convergência em torno da visão de futuro chinesa, enquanto a Estratégia de Segurança Nacional dos EUA, por sua vez, afirma o desejo norte-americano de liderar mais esse processo na história, estimulando cientistas do governo, academia e setor privado, mas com menor interferência estatal.

Essa combinação de fatores, somada a crescente hostilidade comercial e desconfiança mútua, agravadas pela falta de transparência chinesa no enfrentamento da pandemia de Covid-19, pode fazer com que a corrida concebida ganhe contornos de disputa concreta, à medida em que o discurso de securitização vai ferindo as conexões entre os ecossistemas de inovação chineses e norte-americanos, como tem sido possível observar sem grande esforço. O aprofundamento dessa tendência pode enfim promover um desenvolvimento sem salvaguardas ou consenso sobre os rumos seguros que a nova tecnologia deve seguir, ameaçando a segurança humana com novos riscos de desastres, e limitando a capacidade que a tecnologia possui de promover o bem-estar social.

No entanto, a IA não diz respeito somente aos Estados. A implementação de medidas práticas tem desafiado políticos, empreendedores e cientistas. Tal como discute Morlei (2019), a consciência das questões de risco está crescendo a um ritmo rápido, enquanto a habilidade da comunidade da IA de tomar ação para mitigar os riscos associados está ainda em idade infantil.

Dentro do sistema ONU, o Escritório das Nações Unidas para a Redução de Riscos de Desastres (UNRRD) reconheceu a exposição das infraestruturas estratégicas e dos sistemas industriais dos países aos riscos cibernéticos potencializados pela IA, seja por causas acidentais, falhas tecnológicas ou ataques intencionais; como consequência, podem ser afetados sistemas de geração e de distribuição de energia, bancos, comunicações e transporte, impactando diretamente o modo de vida das pessoas e a segurança humana (UNDRR, 2019).

UM CAMINHO?

No contexto corrente de incertezas associadas à mudança climática, à concentração de renda sem precedentes e à pandemia de Covid-19, uma aparente disputa bipolar entre dois Estados e uma competição estratégica por liderança em uma tecnologia incipiente e disruptiva parece mesmo repetir o roteiro do século XX na década de 70. Hoje, a trama envolve a República Popular da China (RPC), os Estados Unidos da América (EUA) e a inteligência artificial. Mas qual seria o fórum adequado para construir um caminho livre de riscos existenciais?

P

elos motivos discutidos até aqui, todo esforço para se obter consenso e desenhar salvaguardas, mesmo em uma época de rivalidades intensas, é tão necessário e oportuno quanto na Guerra

Fria. A questão aqui é saber se iniciativas análogas serão capazes de construir consenso e cooperação em um ecossistema tão mais diverso e amplo de atores, reunidos para lidar com tecnologias cuja velocidade de desenvolvimento e difusão são bem maiores do que foram as tecnologias espaciais e nucleares.

Se a ciência espacial fez uso de foguetes, satélites e sondas espaciais,¹¹ a IA vai fazer uso de grandes quantidades de dados, algoritmos e computadores, o que estende os objetos de regulação (e, portanto, de disputa) a uma ampla cadeia de produção, distribuição e consumo de produtos e serviços tangíveis e intangíveis, como dispositivos de IoT, computação em nuvem, smartphones, redes 5G e computação quântica. Desenvolver um modelo de regulação global para tudo isso é um desafio colossal que talvez, paradoxalmente, seja impossível de enfrentar sem apoio de aplicações de IA.

Se a Guerra Fria viu iniciativas específicas de construção de salvaguardas para o uso do espaço e da energia nuclear, no século XXI a prevenção e mitigação de desastres em

espectro tão amplo encontra-se presentemente sobre o guarda-chuva das iniciativas da chamada “redução de riscos de desastres” (RRD). Tendo percorrido um longo caminho desde a década de 90, esta abordagem encontra no Protocolo de Sendai para Redução de Riscos de Desastre o seu marco de referência contemporâneo, sob a coordenação do sistema ONU. Produto das discussões da Conferência de Sendai, o protocolo cobre o período de 2015 a 2030, buscando uma “redução substancial nos riscos de desastres e nas perdas de vidas humanas, meios de subsistência e saúde, bem como de ativos econômicos, físicos, sociais, culturais e ambientais de pessoas, empresas, comunidades e países” (UNDRR, 2015, p. 12). Esse marco se aplica:

[...] aos riscos de pequena e grande escalas, frequentes e infrequentes, súbitos e lentos, de causa natural ou humana, bem como aos riscos e perigos ambientais, tecnológicos e biológicos. Ele tem como objetivo orientar a gestão do risco de desastres para vários perigos [...] (UNDRR, 2015, p. 11, tradução nossa).

A quinta edição do relatório Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction (Relatório de Avaliação Global sobre Redução de Risco de Desastres),¹² emitido pela United Nations Office for Disaster Risk Reduction (UNDRR), e “primeiro documento de verificação da implementação do Protocolo de Sendai” (UNDRR, 2019, p. iii), sinaliza, mesmo que delicadamente, os desafios dessa tecnologia. De maneira inédita nos documentos da UNDRR, a inteligência artificial é citada. E seus riscos são assim descritos:

Quando se trata de segurança cibernética, a inteligência artificial é uma faca de dois gumes. Ela pode ser muito benéfica para aumentar a segurança dos dispositivos, sistemas e aplicativos, mas também pode empoderar aqueles que procuram atacar sistemas e redes e assim se tornar uma ferramenta avançada no arsenal de ataques cibernéticos. O Protocolo de Sendai leva em consideração a necessidade de lidar com os riscos decorrentes de inovações tecnológicas e suas aplicações. [...] Além disso, a (falta de) robustez da inteligência artificial frente a uma ação maliciosa torna-se um problema, colocando o mais imediato perigo para a segurança dos sistemas ciberfísicos, em que a inteligência artificial será cada vez mais empregada (UNDRR, 2019, p. 60, tradução nossa).

Adicionalmente, o Relatório de Avaliação Global também defende que os riscos podem ser não lineares, pois a “surpresa é o novo normal”, e “a mudança não linear é uma realidade e está ameaçando todos os três pilares (social, ambiental e econômico) do desenvolvimento sustentável” (UNDRR, 2019, p. iv). Fóruns especializados, supostamente vocacionados para lidar com esses riscos, talvez apontem diretrizes em 2021, ocasião em que se espera a conclusão da presente rodada de trabalhos do UN Group of Governmental Experts (GEE) on Advancing Responsible State Behaviour in Cyberspace in The Context of International Security, atualmente sob a coordenação do Brasil (GIP Digital Watch, 2020).

De um jeito ou de outro se faz necessário discutir um marco regulatório e salvaguardas (medidas técnicas para garantir que um ator da própria instalação onde está em desenvolvimento a tecnologia, ou o Estado detentor da tecnologia, não faça mau uso do seu conhecimento sobre a tecnologia em questão) para o desenvolvimento da IA. Higinbotham (1983) avalia que os objetivos de salvaguardas são estabelecidos em resposta às ameaças

percebidas e são, de alguma maneira, influenciados por quais medidas são possíveis de serem desenvolvidas e implementadas para conter aquelas ameaças. Se a “corrida pela IA” entre China e EUA, concreta ou concebida, for capaz de aguçar percepções, talvez um estranho caminho de polarização possa enfim estabelecer firmemente a prudência e a precaução como princípios da ação estatal. Assim poderemos evitar que a “explosão” de inteligência artificial no século XXI resulte numa enorme cratera de estupidez. ●

Carlos Augusto de Lima é aluno do Programa de Pós-Graduação em Defesa e Segurança Civil da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Mestre em Ciências Navales y Marítimas pela Academia de Guerra Naval do Chile. caraugdeli@gmail.com

Leonardo Braga Martins é professor do Programa de Pós-Graduação em Defesa e Segurança Civil da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Conselheiro da Associação Brasileira de Redução de Riscos de Desastre (ABRRD) bragamartins@gmail.com

NOTAS DE RODAPÉ

1. O Muro de Berlim foi construído em 1961 pelo governo socialista da República Democrática Alemã (ou Alemanha Oriental), com o objetivo de impedir o fluxo de refugiados da parte socialista de Berlim para a parte capitalista da República Federal da Alemanha (ou Alemanha Ocidental). Sua queda ocorreu em 1989.

2. O Projeto Vanguard foi o primeiro programa de satélite artificial dos EUA. A tarefa era desenhar, construir, lançar, colocar em órbita terrestre e acompanhar um satélite artificial executando um experimento científico. O satélite Vanguard I foi lançado e colocado em órbita, com sucesso, no dia 17 de março de 1958. Disponível em: <<https://www.nrl.navy.mil/accomplishments/rockets/vanguard-project>>. Acesso em: 13 set. 2019.

3. O período da presidência de Eisenhower foi de janeiro de 1953 a dezembro de 1961. Seu vice-presidente foi Richard Nixon (1913-1994), outro que mais tarde continuaria a “pacificação” da atividade científica espacial ao exercer o cargo de presidente dos EUA no período de janeiro de 1969 a agosto de 1974.

4. Disponível em: <https://www.nasa.gov/topics/history/features/galloway_obit.html>. Acesso em: 02 out. 2019.

5. No dia 16 de outubro de 1964, a China detonou sua primeira bomba atômica, se tornando o quinto país a possuir o artefato nuclear, após EUA, ex-URSS, França e Reino Unido.

6. Disponível em: <<https://www.theverge.com/2017/9/4/16251226/russia-ai-putin-rule-the-world>>. Acesso em: 18 mai. 2019.

7. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-49981458>>. Acesso em: 25 out. 2019.

8. De acordo com o protocolo anterior ao de Sendai, o Marco de Hyogo (2005-2015), perigo é definido como um evento físico, fenômeno ou atividade humana potencialmente prejudicial que pode causar a perda de vidas humanas ou ferimentos, danos à propriedade, ruptura social e econômica ou degradação ambiental. Os perigos incluem condições latentes que podem representar ameaças futuras e podem ter diferentes origens: naturais (geológicas, hidrometeorológicas e biológicas) ou induzidas por processos humanos (degradação ambiental e perigos tecnológicos) (UNDRR, 2015).

9. A Global Challenges Foundation, fundada em 2012 em Estocolmo, Suécia, iniciou a emissão de seus relatórios anuais no ano de 2016, tendo apresentado três relatórios até o momento. O relatório mais recente conta com a contribuição de relevantes instituições que tem estudado a questão das ameaças de riscos e desastres associados à inteligência artificial: Future of Life Institute; Machine Intelligence Research Institute; e Future of Humanity Institute, para citar três. O objetivo é encorajar debates e propostas para reduzir efetivamente riscos catastróficos, preferencialmente eliminá-los.

10. Disponível em: <<https://flia.org/wp-content/uploads/2017/07/A-New-Generation-of-Artificial-Intelligence-Development-Plan-1.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2019. O documento está traduzido para o idioma inglês.

11. Sondas espaciais são naves não tripuladas lançadas ao espaço para coletar informações de planetas, satélites, asteroides e cometas. Elas transportam instrumentos para fazer medições e enviar imagens para a Terra. Disponível em: <<http://www.invivo.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1155&sid=9>>. Acesso em: 13 set. 2019.

12. O *Global Assessment Report* é uma publicação bial do *United Nations Office for Disaster Risk Reduction* (UNDRR). Disponível em: <<https://gar.unisdr.org/>>. Acesso em: 11 out. 2019.

BIBLIOGRAFIA

- ALLEN, Gregory C. **Understanding China's AI Strategy**: Clues to Chinese Strategic Thinking on Artificial Intelligence and National Security. *Center for a New American Security*. February, 2019. Disponível em: < <https://www.cnas.org/publications/reports/understanding-chinas-ai-strategy>>. Acesso em: 23 jul. 2019.
- BOSTROM, Nick. **Superinteligência**: Caminhos, Perigos e Estratégias para um Novo Mundo. Tradução: Aurélio Antônio Monteiro, Clemente Gentil Penna, Fabiana Geremias Monteiro e Patrícia Ramos Geremias. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2018. Título Original: *Superintelligence: Paths, Dangers and Strategies*.
- EURASIA GROUP POLITICS FIRST. Top risks for 2019. Jan. 2019. **Eurasia Live**. Disponível em: <<https://www.eurasiagroup.net/issues/top-risks-for-2019>>. Acesso em: 25 jul. 2019.
- FRIEDBERG, Aaron L. Competing with China. **Survival**. Vol. 60, n. 3, pp. 7-64. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/00396338.2018.1470755>>. Acesso em: 20 set. 2019.
- GALLOWAY, Eilene. Consensus Decision Making by the United Nations Committee on the Peaceful Uses of Outer Space. **Journal of Space Law**. Vol 7, n. 1. Mississippi: Lamar Society of International Law of the University of Mississippi School of Law, 1979.
- GENEVA INTERNET PLATFORM. UN GGE and OEWG. GIP Digital Watch, 2020. Disponível em < <https://dig.watch/processes/un-gge>>. Acesso em 2 dez. 2020.
- GLOBAL CHALLENGES FOUNDATION (GCF). **Global Catastrophic Risks Annual Report**. Stockholm, Sweden. 2016. Disponível em: <<https://globalchallenges.org/en/our-work/annual-report>>. Acesso em: 5 out. 2019.
- _____. **Global Catastrophic Risks Annual Report**. Stockholm, Sweden. 2017. Disponível em: <<https://globalchallenges.org/en/our-work/annual-report>>. Acesso em: 5 out. 2019.
- GOASDUFF, Laurence. **COVID-19 Accelerates Digital Strategy Initiatives**. Gartner, 2020. Disponível em < <https://www.gartner.com/smarterwithgartner/covid-19-accelerates-digital-strategy-initiatives/>>. Acesso em 4 dez. 2020.
- GOERTZEL, Ben. **Superintelligence**: Fears, Promises and Potentials – Reflections on Bostrom's *Superintelligence*, Yudkowsky's *From AI to Zombies*, and Weaver and Veitas's *Open-Ended Intelligence*. *Journal of Evolution and Technology*. Vol. 25, n. 2, December, 2015, pp. 55-87. Disponível em: < <https://jetpress.org/v25.2/goertzel.htm>>. Acesso em: 14 out. 2019.
- HARARI, Yuval Noah. **HOMO DEUS: Uma Breve História do Amanhã**. Tradução: Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. Título Original: *HOMO DEUS: A Brief History of Tomorrow*.
- HE, Yujia. **How China Is Preparing for an AI-Powered Future**. *Wilson Briefs*, June, 2017. Disponível em: <https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/how_china_is_preparing_for_ai_powered_future.pdf>. Acesso em: 18 set. 2019.
- HIGINBOTHAM, W. A. **Understanding National and International Safeguards**: An Evolutionary Process. Upton, NY: Brookhaven National Laboratory, 1983. Disponível em: <<https://digital.library.unt.edu/ark:/67531/metadc1074125/>>. Acesso em: 11 ago. 2019.
- HOFFMANN, Stanley. **An American Social Science**: International Relations. *Daedalus*. V. 106, n.3, p. 41-61. 1977.
- HOROWITZ, Michael C. Artificial Intelligence, International Competition, and the Balance of Power. **Texas National Security Review**. Vol 1, issue 3, May, 2018. pp. 36-57. Disponível em: <<https://repositories.lib.utexas.edu/handle/2152/65638>>. Acesso em: 10 mai. 2019.
- JACKSON, Robert; SØRENSEN, Georg. **Introdução às Relações Internacionais**: teorias e abordagens. Tradução: Bárbara Duarte. Revisão Técnica: Arthur Ituassu. 2 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- KISSINGER, Henry. **Sobre a China** (recurso eletrônico). Tradução: Cássio de Arantes Leite. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. Título Original: *On China*. Formato: ePub.
- MAAS, Matthijs M. How viable is international arms control for military artificial intelligence? Three lessons from nuclear weapons. **Contemporary Security Policy**. Vol 40, n. 3, pp. 285-311, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/0135223260.2019.1576464>>. Acesso em: 19 set. 2019.
- MCCARTHY, John. [Review of] Bloomfield, Brian, ed. "The Question of Artificial Intelligence", 1988. Disponível em: < <http://jmc.stanford.edu/artificial-intelligence/reviews/bloomfield.pdf>>. Acesso em 04 dez. 2020.
- MERCER, David. Global Connected and IoT Device Forecast Update. **Strategy Analytics**. May, 2019. Disponível em: <<https://www.strategyanalytics.com/access-services/devices/connected-home/consumer-electronics/reports/report-detail/global-connected-and-iot-device-forecast-update>>. Acesso em: 26 out. 2019.
- MORLEY, Jessica et al. **From what to how. An overview of AI ethics tools, methods and research to translate principles into practices**. arXiv preprint arXiv:1905.06876, 2019.
- NATIONAL SECURITY STRATEGY (NSS). United States of America. The White House: Washington, DC, 2017.
- NEWELL, Homer E. **Beyond the atmosphere**: early years of space science. New York: Dover Publications, 2010.
- PAYNE, Kenneth. Artificial Intelligence: A Revolution in Strategic Affairs? **Survival**. Vol. 60, n. 5, pp. 7-32. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/00396338.2018.1518374>>. Acesso em: 21 set. 2019.
- REINSEL, David; GANTZ, John; RYDNING, John. Data Age 2025: The Digitization of the World From Edge to Core. **International Data Corporation**. November, 2018. Disponível em: <<https://www.seagate.com/files/www-content/our-story/trends/files/idc-seagate-dataage-whitepaper.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2019.
- SCHARRE; Paul; HOROWITZ, Michael C. Strategic Competition in an Era of Artificial Intelligence. **Center for a New American Security**. July, 2018. Disponível em: <<https://www.cnas.org/publications/reports/strategic-competition-in-an-era-of-artificial-intelligence>>. Acesso em 13 set. 2019.
- _____. What Every Policy Maker Needs to Know. **Center for a New American Security**. June, 2018. Disponível em: <<https://www.cnas.org/publications/reports/artificial-intelligence-what-every-policy-maker-needs-to-know>>. Acesso em 13 set. 2019.
- SCHLESINGER, Arthur. Origins of the Cold War. **Foreign Affairs**, vol. 46, no 1, 1967, pp. 22-52. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20039280>>. Acesso em: 12 mai.
- SHREVE, Bradley G. The US, The USSR, and Space Exploration, 1957-1963. **International Journal on World Peace**, vol 20, n° 2, 2003, pp. 67-83. Disponível em: < <https://www.jstor.org/stable/20753399>>. Acesso em: 02 jun. 2020.
- TEGMARK, Max. **Life 3.0**: Being Human in the Age of Artificial Intelligence. New York: Alfred A. Knopf, 2017. Formato: ebook.
- UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION (UNDRR). Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction. Geneva, Switzerland. 2019. Disponível em: <<https://gar.unisdr.org/>>. Acesso em: 11 out. 2019.
- _____. **Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015-2030**. Geneva, Switzerland. 2015. Disponível em: < <https://www.unisdr.org/we/inform/publications/43291>>. Acesso em: 10 out. 2019.

TRÊS ELEIÇÕES SEM FINANCIAMENTO EMPRESARIAL



NOVO MODELO, NOVOS PROBLEMAS

Guilherme France

Jurista e internacionalista

Michael Freitas Mohallem

Jurista

Em 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o que ficaria conhecido como um dos mais importantes julgamentos de sua história recente: a partir de então, partidos e candidatos estariam impedidos de arrecadar recursos para financiamento de campanhas eleitorais de empresas. Apenas pessoas físicas e recursos públicos poderiam ser destinados ao processo eleitoral em qualquer parte do país. A decisão contou com amplo apoio social e deixou grande expectativa sobre seus efeitos na qualidade da democracia brasileira. Até aquele momento, o sistema de financiamento eleitoral brasileiro era altamente concentrado nos recursos originados de pessoas jurídicas.

O entendimento predominante no julgamento do STF dava conta de que “a doação por pessoas jurídicas a campanhas eleitorais, antes de refletir eventuais preferências políticas, denota um agir estratégico destes grandes doadores, no afã de estreitar suas relações com o poder público, em pactos, muitas vezes, desprovidos de espírito republicano”.¹ Havia desconfiança sobre quais seriam as reais motivações de generosos doadores. Essa percepção era agravada com a constatação de que o sistema político havia normalizado a prática ilegal do “caixa dois”.

Porém, ainda que as doações empresariais fossem de fato investimentos velados em ampliação de acesso e influência política futura, cumpriam o papel de ampliar as possibilidades eleitorais ao irrigar partidos políticos. As preocupações se voltaram a saber quais outras fontes legais poderiam substituir a lacuna que se abria no financiamento eleitoral e também se essa proibição seria responsável pelo aumento do financiamento subterrâneo.²



A decisão, portanto, criava um desafio para o universo da política: ao retirar a maior parte dos recursos destinados às campanhas eleitorais, seria necessário reconstruir o sistema de financiamento eleitoral. O sistema era híbrido e previa a presença de recursos privados de pessoas físicas e de pessoas jurídicas e recursos públicos, até então apenas do fundo partidário. Com a proibição da participação de empresas, restava saber para qual direção seguiria a legislação eleitoral: a) criação de teto de gastos para reduzir brutalmente os valores investidos em campanhas eleitorais, b) incentivo para que pessoas físicas pudessem doar, inclusive por meio de plataformas de *crowdfunding* (ou vaquinhas online); e c) ampliação do volume de recursos públicos. Sempre houve muitos setores da sociedade que criticam o uso de recursos públicos em campanhas eleitorais, seja por entender que esse deveria ser um espaço eminentemente privado, seja por acreditar que recursos públicos deveriam ser destinados às muitas políticas públicas deficientes no Brasil. A despeito da crítica, a principal solução encontrada pelos parlamentares foi a de ampliar as fontes de recursos públicos para campanhas eleitorais.

A TRANSFORMAÇÃO DO MODELO BRASILEIRO DE FINANCIAMENTO ELEITORAL

Mesmo antes de que fosse concluído o julgamento da ação sobre financiamento de campanhas no STF, congressistas reconheciam pelo direcionamento dos votos



O NOVO MODELO NÃO FOI CAPAZ DE SOLUCIONAR O PROBLEMA DO FINANCIAMENTO DESIGUAL DE CANDIDATAS MULHERES



já apresentados pelos ministros da Corte que o resultado provável seria de fato o fim da participação de empresas. Já no orçamento de 2015, antes mesmo da decisão da Corte, que sairia no segundo semestre daquele ano, o Fundo Partidário passou a prever um valor aproximadamente três vezes superior ao ano anterior: de R\$ 289 milhões passou a prever R\$ 867 milhões.³

O Fundo Partidário tem utilização que extrapola os gastos de campanhas eleitorais. A sua função principal é a de manter o funcionamento da estrutura e atividades partidárias de forma que nem sempre os partidos conseguem reservar somas significativas para os ciclos eleitorais. Portanto, o aumento do orçamento reservado ao Fundo Partidário não foi suficiente, na visão dos parlamentares e partidos, para dar conta das necessidades em campanhas eleitorais. A solução encontrada foi a de criar um novo fundo público, dessa vez destinado especificamente para gastos em períodos eleitorais.

Dessa forma, em 2017, foi criado o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), que distribuiria recursos a cada dois anos, tendo destinado pouco mais de R\$ 2 bilhões aos partidos já nas eleições de 2018, conforme regras específicas de distribuição, constantes na Lei nº 13.487, de 2017. Com a instituição do fundo – e sua manutenção nas eleições de 2020 – consolida-se a transformação do sistema de financiamento eleitoral. Um sistema majoritariamente privado, com alta concentração em empresas, transformou-se, em apenas 3 anos, em um sistema majoritariamente público. Nesse intervalo de poucos anos, a participação de recursos públicos foi elevada de pouco menos de R\$ 300 milhões para pouco mais de R\$ 3 bilhões, quando somados os dois fundos públicos.

NOVO MODELO, NOVOS PROBLEMAS

O financiamento eleitoral público costuma ser lembrado pelo efeito de neutralização relativa da influência de interesses econômicos empresariais, pela abertura à maior igualdade entre candidatos com maior ou menor capacidade de arrecadação privada com empresas e, claro, pela possibilidade de maior controle público sobre a distribuição e gastos. O novo modelo brasileiro, porém, parece ter trazido consigo sérios problemas que merecem atenção e, possivelmente, reformas por parte do legislador.

Destacamos 4 dos principais problemas:

1. Excessiva concentração de poder nas direções partidárias

Os recursos públicos distribuídos aos partidos são gerenciados, naturalmente, pelo respectivo presidente ou tesoureiros, com decisões eventualmente compartilhadas para órgãos colegiados de governança partidária. A experiência ao longo das três eleições em que prevaleceu o novo modelo mostrou que a concentração de poder nos órgãos gestores dos partidos podem ter efeito concentrador na distribuição de recursos.

Levantamento feito pela *Folha de S. Paulo* em relação aos candidatos nas eleições de 2020 indicou que “a bilionária verba pública de campanha continuou canalizada para pouquíssimos concorrentes: 80% do valor declarado até a reta final da campanha estava nas mãos de apenas 2% dos quase 560 mil candidatos”.⁴ A distribuição assimétrica de recursos pode levar em conta estratégias eleitorais, o favorecimento compreensível de candidaturas mais viáveis, mas suscita a possibilidade de que candidatos menos alinhados às visões das lideranças partidárias de momento possam ser prejudicados. Ao longo de anos, essa concentração pode gerar enfraquecimento da dinâmica democrática interna dos partidos e o sufocamento de visões dissonantes, especialmente considerando o déficit democrático nos próprios processos eleitorais internos dos partidos.

2. Descumprimento das cotas de gênero e raça

O novo modelo de financiamento eleitoral majoritariamente público não foi capaz de solucionar o problema do financiamento desigual de candidatas mulheres. Além da previsão legal de que pelo menos 30% das candidaturas de cada partido sejam ocupadas por mulheres, decisões do Tribunal Superior Eleitoral e do STF em 2018 passaram a exigir que partidos destinassem percentual de recursos públicos equivalente ao percentual de mulheres candidatas, nunca inferior a 30%.

Em 2020, outra regra – essa, fruto de decisão do STF – passou a prever que candidaturas de pessoas negras recebessem percentual de recurso igual ao percentual de candidaturas. Ambas as regras foram descumpridas por parte dos partidos políticos em 2020, e a regra relativa ao

gênero já vinha sendo descumprida reiteradamente em processos eleitorais anteriores.⁵

3. Desproporção entre recursos e representatividade

No contexto de vigência do modelo anterior, em que havia predominância de financiamento empresarial, partidos menores, mesmo sem representação eleita para a Câmara dos Deputados, continuavam a receber pequena parcela do fundo eleitoral, mas em geral tinham dificuldades de obter recursos significativos no universo privado. Com o aumento dos valores do fundo eleitoral e a criação do generoso FEFC, os pequenos partidos, muitos dos quais legendas conhecidas como “de aluguel”, passaram a receber nominalmente muito mais recursos públicos.

Embora seja uma distorção, espera-se que o problema seja em parte solucionado gradativamente com a implementação da “cláusula de desempenho” até 2030. O fundo eleitoral sujeita-se às regras de desempenho eleitoral, mas o FEFC não, de modo que partidos nanicos e sem representação ainda receberão verbas do fundo especial, a não ser que essa regra seja revista nos próximos anos.

4. Desestímulo para busca de captação privada

A disponibilidade excessiva de recursos públicos tem efeito de acomodação dos partidos em relação à sua reputação e captação com pessoas físicas. As doações individuais são oportunidades de “aprofundamento do elo cívico entre candidatos e indivíduos mediante doação. Ainda que pequena, [...] doações de pessoas físicas devem ser vistas como legítimas manifestações da opinião política e, portanto, bem-vindas”.⁶

A previsibilidade de captação volumosa de recursos públicos elimina parte da motivação de rigor na seletividade de integrantes e particularmente daqueles que disputarão eleições pela legenda. Há, no médio prazo, um efeito deletério nos partidos que, além do voto popular, não tem também o momento de captação privada de recursos como este de suas qualidades.

DOAÇÕES PRIVADAS: MENOS VOLUME E MENOS TRANSPARÊNCIA

A proibição de doações eleitorais por pessoas jurídicas não eliminou o papel das doações eleitorais privadas, mas as restringiu às pessoas físicas. Isso significou uma redução

substancial do peso das doações privadas no financiamento das campanhas, mas não eliminou os riscos de conflitos de interesse no financiamento eleitoral e a possibilidade de captura dos processos políticos decisórios por interesses privados.

A legislação eleitoral mantém apenas uma limitação proporcional para as doações de pessoas físicas: elas podem doar até 10% do seu rendimento bruto no ano anterior. Uma brecha que possibilitava o autofinanciamento eleitoral (doações dos próprios candidatos para suas campanhas) sem limites vigorou nas eleições de 2016 e 2018, mas foi fechada para as eleições 2020. Agora, mesmo os candidatos podem doar apenas 10% de seus rendimentos para suas campanhas.

Há, ainda, outra limitação implícita. Como as candidaturas não podem gastar mais que o total previsto para a disputa de cada cargo, conforme definido pelo Tribunal Superior Eleitoral, presume-se também um teto para as arrecadações totais de cada candidato.

Nesse cenário, o total de recursos privados investidos nas eleições de 2020 chegou a R\$ 1,2 bilhões, menos da metade do total de recursos públicos utilizados para financiar as campanhas eleitorais. Desse montante, R\$ 830 milhões foram doações realizadas por pessoas físicas, e

R\$ 370 milhões doações feitas pelos próprios candidatos para suas campanhas.⁷

Na prática, a limitação proporcional ao rendimento significa que determinados indivíduos poderão contribuir de forma decisiva e possivelmente majoritária para o financiamento de determinadas campanhas. Isso é especialmente verdadeiro em pequenos municípios e disputas para cargos legislativos, onde o teto de gastos para as campanhas é relativamente baixo e uma contribuição substancial pode ser suficiente para desequilibrar uma disputa e tornar o vencedor um eterno devedor daquele doador.

Ao longo das últimas três eleições, notou-se que pessoas físicas – especialmente empresários, sócios e diretores de grandes empresas – se tornaram também o veículo para a realização de grandes doações que, anteriormente, seriam realizadas pelas pessoas jurídicas a que se vinculam. Em se tratando de indivíduos com alto rendimento, a limitação imposta pela lei tem impacto reduzido sobre o alcance de suas doações. Em 2020, por exemplo, os maiores doadores contribuíram com mais de R\$ 3 milhões cada, distribuídos entre diversas candidaturas.

Um pressuposto das doações eleitorais realizadas por empresas é que, mais do que doações, se tratavam de investimentos. Para além do debate sobre a legitimidade

PESSOAS FÍSICAS SE TORNARAM TAMBÉM O VEÍCULO PARA A REALIZAÇÃO DE GRANDES DOAÇÕES

dessas doações, que foi travado e decidido pelo STF, sempre foi razoável esperar uma atuação dos candidatos, caso eleitos, em benefício direto de empresas que contribuíram para sua campanha ou dos setores econômicos em que estas atuam. As doações empresariais permitiam, ao menos, um certo nível de transparência – com relação às doações lícitas – sobre os interesses representados pelas doações. A chamada “bancada da bala” podia ser rastreada pela identificação dos candidatos que recebiam doações de empresas do setor armamentista, por exemplo. Esse tipo de rastreamento facilitava o trabalho de acompanhamento, da sociedade e da imprensa, sobre a atuação de parlamentares e governantes em relação a medidas que poderiam beneficiar seus doadores.

O cenário atual, no entanto, é mais nebuloso. Identificar quando um grande doador tem laços concretos com determinada empresa ou setor econômico depende de uma investigação sobre quadros societários, beneficiários finais e vínculos empregatícios, cruzando estes dados com as bases de doadores do TSE.

Um exemplo desse tipo de exercício foi a pesquisa a qual mostrou que Bruno Covas (PSDB), prefeito de São Paulo, se beneficiou de doações, totalizando quase R\$ 1 milhão, realizadas por indivíduos relacionados (sócios, proprietários) a empresas do setor imobiliário, as quais têm interesse direto nas decisões a cargo da prefeitura, inclusive a revisão do Plano Diretor da cidade.⁸ De forma semelhante, uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas, sobre as eleições municipais de 2016 no Rio de Janeiro, mostrou que a maioria das grandes doações privadas foram realizadas por pessoas com vínculos a empresas do setor imobiliário e de construção civil na cidade.⁹

A dimensão que o financiamento público assumiu nas eleições de 2018 e 2020 ainda limita a necessidade de que candidatos busquem grandes doadores, de forma geral. Entre os prefeitos eleitos em cidades com mais de 200 mil habitantes, apenas metade teve mais de 10% de sua campanha financiada por empresários. Ainda assim, alguns casos chamam atenção. Sebastião Melo (MDB), eleito em Porto Alegre, teve 75% das doações privadas que recebeu com origem em empresários do setor imobiliário. Luiz Fernando Machado (PSDB), eleito em Jundiaí, recebeu 99% do total arrecadado de empresários.¹⁰

A preocupação que emerge é, portanto, sobre o exercício de forças de influência no processo político em relação às quais se sabe pouco ou nada. O sacrifício da transparência em relação aos interesses representados pelas doações privadas representa um grave risco de aumento de conflitos de interesse e tráfico de influência em um cenário de aparente legalidade, no qual uns poucos grandes doadores privados ainda prevalecem sobre os pequenos doadores. Essa situação poderá se agravar caso o financiamento público seja reduzido e aumente a pressão para que candidatos busquem grandes doadores individuais.

De fato, um modelo ideal de financiamento político parcial ou totalmente privado depende da pulverização das doações entre um grande número de eleitores. Nesse caso, o candidato não depende de alguns poucos eleitores ou de algumas empresas para financiar sua candidatura e, assim, pode exercer seu mandato, ao menos em tese, com maior independência, se eleito. Sinaliza também um maior envolvimento político dos eleitores com o processo político-eleitoral. Afinal, para além de selecionar seus candidatos, os eleitores estão demonstrando um comprometimento adicional ao investir parte de seus recursos em uma candidatura ou em um partido que os representa. Esse nível de



UM MODELO IDEAL

AINDA SE ENCONTRA DISTANTE DA REALIDADE NO BRASIL

compromisso, imagina-se, não se esgota com a eleição, levando a um maior acompanhamento por parte dos cidadãos em relação aos representantes eleitos e a uma maior participação social nos processos decisórios.

Acontece, todavia, que esse modelo ideal ainda se encontra distante da realidade no Brasil.

Apesar dos esforços recentes para simplificar o processo de doação eleitoral, especialmente por meio das chamadas “vaquinhas eleitorais” ou *crowdfunding*, ainda são relativamente poucos os brasileiros que contribuem financeiramente com candidaturas e partidos políticos. Estes esforços – consumados na Lei nº 13.488, de 2017 –, vale dizer, já representavam uma (outra) resposta do Congresso Nacional à decisão do STF de restringir as fontes privadas de financiamento político.

O modelo de financiamento coletivo não demonstrou sinais de ter recebido maior adesão nas eleições de 2020, quando comparado às eleições de 2018. De acordo com números parciais, caiu o total arrecadado – R\$ 10,3 milhões contra R\$ 19,2 milhões – apesar de um número maior de candidatos nas eleições municipais. O financiamento coletivo não foi fonte significativa de recursos para nenhum dos prefeitos eleitos nas capitais brasileiras e, com algumas exceções, como a campanha de Guilherme Boulos (PSOL) em São Paulo, não foi utilizado tampouco como instrumento de engajamento político.¹¹

Razões para esse baixo envolvimento podem ser encontradas tanto entre eleitores quanto entre candidatos. De



TORNOU-SE COMUM A PRÁTICA DE SE REGISTRAR CANDIDATURAS LARANJAS, PRINCIPALMENTE DE MULHERES

um lado, eleitores sofrem com uma descrença generalizada no sistema político-representativo brasileiro, e a baixa adesão a campanhas de financiamento político é só mais uma das evidências disso. Há, ainda, um baixo nível de identificação de eleitores com os partidos políticos, excessivamente numerosos e com pouca identidade ideológica.

Por outro lado, candidatos seguem dependentes dos recursos públicos e há pouco incentivo para que busquem fontes alternativas – e lícitas – de doações. Apesar de um crescimento na adesão ao modelo de financiamento coletivo, apenas 0,6% dos candidatos em 2020 fizeram uso dessa ferramenta. Isso representa pouco mais de 3 mil candidatos às Câmaras de Vereadores e às Prefeituras no país.¹²

NOVAS (E ANTIGAS) IRREGULARIDADES, MAS MENOS INVESTIGAÇÕES E PUNIÇÕES

Além das formas lícitas, pública e privada, de financiamento eleitoral, é inevitável levar em consideração como recursos ilícitos seguem irrigando campanhas políticas por todo o país. A proibição de doações empresariais não associada a uma efetiva redução dos custos das campanhas eleitorais, especialmente pela manutenção do sistema político-eleitoral, criou um vácuo que foi apenas parcialmente preenchido pelas novas fontes de financiamento públicas e privadas. Há poucas dúvidas que recursos não registrados, com frequência de origem ilícita, ainda desempenham um papel importante no financiamento de campanhas.

Investigações desencadeadas pela Operação Lava

Jato e outras investigações demonstraram que uma das principais destinações dos recursos desviados por agentes públicos e privados eram as campanhas eleitorais, seja via doações oficiais, seja via “caixa dois”. Foi identificada até uma nova modalidade: o chamado “caixa três”, quando são apresentadas, à Justiça Eleitoral, informações indicando doações repassadas por empresas ou pessoas interpostas, disfarçando a real origem dos recursos. Ainda que a modalidade de doações oficiais tenha sido interrompida, as duas outras formas ilícitas de doação não deixaram de ser praticadas.¹³

Mesmo os recursos públicos, que têm origem lícita, estão sujeitos ao cometimento de irregularidades antes de chegarem aos seus destinos. Como se mencionou, tornou-se comum a prática de se registrar candidaturas laranjas, principalmente de mulheres, para quem deve ser destinado ao menos 30% dos recursos distribuídos aos partidos e aos candidatos.¹⁴ Essas candidaturas recebem, formalmente, os recursos que, no entanto, são utilizados em benefício de outros candidatos. Aquilo que deveria constituir política afirmativa em prol da igualdade de gênero acaba sendo subvertida para beneficiar uns poucos homens, usualmente caciques com controle sobre a máquina partidária.

Às novas manifestações de irregularidades no financiamento eleitoral se somam as antigas. Surpreendeu poucas pessoas a descoberta recente de que parte dos recursos originados na “rachadinha” organizada pelo então deputado estadual Flávio Bolsonaro e seu chefe de gabinete Fabrício Queiroz foram utilizados para custear gastos de campanha.

Trata-se de prática comum em casas legislativas e órgãos públicos por todo o Brasil, seja pelo desvio de parte dos salários de funcionários para custear as campanhas, seja pela contratação de funcionários fantasmas, seja pelo desvio de função de servidores públicos para trabalhar nas campanhas. Com frequência, ocorre uma combinação dessas “modalidades”.

Um avanço na capacidade de cruzamento de bancos de dados e análise de grandes quantidades de informações contrasta com a estrutura e com as regras processuais para investigar e punir irregularidades identificadas. Esta é uma lacuna que se ampliou em tempos recentes, pelas razões que serão detalhadas abaixo, gerando o seguinte quadro: aumentam os indícios de irregularidades, enquanto as demonstrações de punições efetivas para candidatos e partidos políticos são cada vez mais raras. É a receita perfeita para aumentar ainda mais a descrença e a desconfiança dos eleitores em relação ao sistema eleitoral brasileiro.

Um exemplo dessa capacidade de cruzamento de bancos de dados é o levantamento recente do TSE que demonstrou a presença de indícios de irregularidades em doações que somavam mais de R\$ 588 milhões nas eleições de 2020. Esses indícios se manifestam pela presença, no quadro societário de fornecedores de campanhas, de pessoas físicas beneficiárias do Bolsa Família e do auxílio emergencial; pela presença, nesses mesmos quadros, de pessoas filiadas a partidos políticos; e por doadores inscritos em programas sociais do governo ou sem emprego formal, o que são indicativos de falta de capacidade financeira para realizar doações eleitorais.¹⁵

Na direta contramão da evidência sobre os impressionantes níveis de irregularidades no financiamento eleitoral, têm se seguido diversos retrocessos no combate ao financiamento ilícito de campanhas, inclusive “caixa dois”. Estes retrocessos têm origem tanto no Poder Judiciário quanto no Congresso Nacional e na Presidência da República.

Em março de 2019, o Supremo Tribunal Federal decidiu que seria competência da Justiça Eleitoral processar e julgar os crimes comuns, como corrupção e peculato, que apresentassem conexão com crimes eleitorais, incluindo “caixa dois”. À parte da divergência doutrinária sobre as regras processuais de conexão, o que merece destaque são as justificativas pragmáticas, apresentadas à época do

juízo, para a manutenção da competência da Justiça Federal para estes casos e os impactos dessa decisão.

De um lado, apontou-se que a Justiça Eleitoral tem estrutura material e humana limitada, capaz apenas de lidar com crimes mais simples, de menor potencial ofensivo. De fato, a Justiça Eleitoral não conta sequer com quadro próprio de juizes. Em complementação, notou-se que os crimes comuns usualmente associados a crimes eleitorais – corrupção ativa e passiva, peculato, lavagem de dinheiro etc. – são complexos, demandando uma estrutura correspondente e, de preferência, especializada.¹⁶ Fracassaram esforços subsequentes para fortalecer a estrutura da Justiça Eleitoral, incluindo uma tentativa de se permitir que juizes federais assumissem varas eleitorais, tradicionalmente ocupadas por juizes estaduais.

Sobre os impactos dessa decisão, um levantamento recente mostrou que, entre os mais de 75 casos que foram remetidos para varas eleitorais, nenhum deles havia resultado em uma condenação. Entre os procedimentos que têm, na sua maioria, origem na Operação Lava Jato, foram identificados apenas três denúncias aceitas e 10 arquivamentos.¹⁷ A lentidão no processamento desses casos – resultado tanto das limitações materiais e humanas quanto das outras atribuições da Justiça Eleitoral, notadamente a organização das próprias eleições – soma-se às regras de prescrição e ao generoso sistema recursal brasileiro, criando um cenário perfeito para impunidade. É inegável que a progressiva redução da probabilidade de punição por crimes eleitorais serve de incentivo para a manutenção e quiçá a expansão das práticas de financiamento ilícito de campanhas.

Há que se lembrar que, apesar de reiteradas reivindicações por parte da sociedade civil organizada, o Congresso Nacional ainda não criminalizou propriamente o chamado “caixa dois”. Chances não faltaram: a tipificação do “caixa dois” estava entre as propostas tanto do conjunto de “10 Medidas contra a Corrupção” quanto do pacote Anticrime, apresentado pelo então Ministro da Justiça, Sérgio Moro. Em ambos os casos, a proposta acabou não aprovada pelo Congresso. Isso significa que as práticas relacionadas à coleta de recursos não declarados para gastos em campanha são passíveis de punição apenas como falsidade ideológica eleitoral, crime previsto no Código Eleitoral de 1965.

Na ausência de reformas legislativas positivas, a mais recente minirreforma eleitoral, realizada por meio da Lei nº 13.877 de 2019, concretizou uma série de novas regras que prejudicaram os esforços para tornar o processo de financiamento político mais íntegro e transparente.¹⁸

Introduziu, por exemplo, uma válvula de escape para evitar que gastos com serviços de advocacia e contabilidade fossem considerados para efeitos do teto. Na prática, esse movimento aumentou o total que pode ser gasto por campanhas ao mesmo tempo em que reduziu a transparência das contas eleitorais. A Lei nº 13.877 determinou ainda que eventuais pagamentos realizados diretamente por pessoas físicas, por esses serviços, não seriam considerados doação de bens e serviços estimáveis em dinheiro e, portanto, não estariam sujeitos ao limite de 10% do rendimento bruto. Considerando a dificuldade de se estimar os custos desse tipo de serviço intelectual, essa brecha gera riscos de desvios

Além disso, a referida lei excluiu a possibilidade de que as contas bancárias de partidos políticos estivessem sujeitas aos controles adicionais que as regras de combate à lavagem de dinheiro impõem para pessoas politicamente expostas (PEPs). Estes controles são essenciais para garantir que contas e operações financeiras sujeitas a riscos adicionais, derivados da posição de poder ocupada pelos seus controladores ou beneficiários, sejam submetidas a mecanismos de monitoramento correspondentes.

Outras restrições foram impostas à Justiça Eleitoral, como descreveram diversas organizações da sociedade civil que pediram, sem sucesso, que o presidente Bolsonaro vetasse diversos dispositivos da Lei nº 13.877: “O primeiro impede a Justiça Eleitoral de solicitar aos partidos documentos públicos ou emitidos por entidade bancária; o segundo a obriga a notificar a instância superior para aplicar penalidade a diretório municipal ou estadual; e o terceiro lhe transfere a responsabilidade pela gestão dos dados de filiados, como se o Poder Judiciário devesse funcionar como instância auxiliar dos partidos políticos.”¹⁹

A reforma de 2019 não representa ponto fora da curva na evolução da legislação eleitoral brasileira. Pelo contrário, é apenas mais uma na longa série de alterações legais e

minirreformas que aumentaram a opacidade das contas dos partidos políticos, limitaram os instrumentos de investigação e apuração de irregularidades e abrandaram possíveis (e cada vez mais improváveis) punições aplicáveis a partidos e candidatos.

CONCLUSÃO

A proibição de doações empresariais para campanhas eleitorais representou uma transformação decisiva no sistema político-eleitoral brasileiro. Obrigou partidos políticos e congressistas a encontrarem alternativas públicas e privadas para financiar suas campanhas. Se, de um lado, a ampliação dos recursos públicos destinados a partidos e candidatos gerou novas questões e dilemas sobre a distribuição interna e uso destes recursos, de outro, esforços de ampliar a captação por meio de pequenos doadores ainda não geraram os resultados esperados. O papel de grandes doadores individuais também renovou a relevância de antigas questões sobre transparência e conflitos de interesse.

Se havia uma expectativa de que a decisão do STF, na esteira das investigações da Lava Jato, fosse resolver o problema da corrupção eleitoral no Brasil, os últimos três ciclos eleitorais serviram para demonstrar que o desafio é muito mais profundo. As novas formas de financiamento já se demonstraram vulneráveis a uma ampla gama de fraudes e desvios. As antigas formas de financiamento ilícito – o “caixa dois” – se demonstraram, por sua vez, resilientes e adaptáveis às novas circunstâncias. Como pano de fundo, ficam duas questões-chave em relação às quais o Brasil tem regredido nos últimos anos: (i) a capacidade de fiscalização e punição da Justiça Eleitoral; e (ii) a transparência e a integridade dos partidos políticos. Sem reformas amplas nessas duas searas, qualquer modelo de financiamento eleitoral permanecerá vulnerável à corrupção. ●

Guilherme France é advogado e consultor em transparência, integridade e anticorrupção
guilhermefrance@hotmail.com

Michael Freitas Mohallem é pesquisador do Centro de Justiça e Sociedade (CJUS) da FGV Direito Rio e do Programa de Transparência Pública da FGV
michael.mohallem@fgv.br

NOTAS DE RODAPÉ

1. STF, ADI nº 4.650/DF, Rel. Min. Luiz Fux, Tribunal Pleno, julg. 17/09/2015, DJe 24/02/2016, p. 4.
2. É a teoria do “efeito hidráulico” do financiamento eleitoral, segundo a qual “dinheiro é como água, não adianta tampar, porque de alguma maneira ele encontrará os caminhos”. O Estado de São Paulo. **O paradoxo do financiamento de campanhas no Brasil**. São Paulo, 6 out. 2015. Disponível em <<https://politica.estadao.com.br/blogs/legis-ativo/o-paradoxo-do-financiamento-de-campanhas-no-brasil/>>. Acesso em 10 dez. 2020.
3. AGÊNCIA BRASIL. **Orçamento triplica Fundo Partidário em 2015**. Brasília, 18 mar. 2015. Disponível em <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-03/fundo-partidario-tem-verba-triplicada-em-2015-conforme-orcamento-geral-da>>. Acesso em 10 dez. 2020.
4. FOLHA DE S. PAULO. **Verba pública de campanha se concentra na mão de apenas 2% dos candidatos**. São Paulo, 14 nov. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/11/verba-publica-de-campanha-se-concentra-na-mao-de-apenas-2-dos-candidatos.shtml>>. Acesso em 10 dez. 2020.
5. FOLHA DE S. PAULO. **Partidos descumprem regra de repasse de verba eleitoral para negros e mulheres**. São Paulo, 1 nov. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/11/partidos-descumprem-regra-de-repasse-de-verba-de-campanha-para-negros-e-mulheres.shtml>>. Acesso em 10 dez. 2020.
6. MOHALLEM, Michael Freitas; COSTA, Gustavo Salles da. Crowdfunding e o futuro do financiamento eleitoral no Brasil. **Estudos Eleitorais**, Brasília, DF, v. 10, n. 2, p. 153-175, maio/ago. 2015
7. FOLHA DE S. PAULO. **Dinheiro privado nas eleições supera R\$ 1 bilhão, puxado por senador e fundadores da Localiza e Cosan**. São Paulo, 23 nov. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/11/dinheiro-privado-nas-eleicoes-supera-r-1-bilhao-puxado-por-senador-e-fundadores-de-localiza-e-cosan.shtml>>. Acesso em 8 dez. 2020.
8. FOLHA DE S. PAULO. **Mercado imobiliário patrocina Covas às vésperas de SP rever regras do setor**. São Paulo, 8 nov. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/11/mercado-imobiliario-patrocina-covas-as-vesperas-de-sp-rever-regras-do-setor.shtml>>. Acesso em 9 dez. 2020.
9. FGV DAPP. **As doações de campanha aos candidatos a prefeito do Rio sob nova legislação eleitoral**. Disponível em: <<http://dapp.fgv.br/as-doacoes-de-campanha-aos-candidatos-prefeito-do-rio-sob-nova-legislacao-eleitoral/>>. Acesso em 8 dez. 2020.
10. O GLOBO. **Metade dos prefeitos eleitos teve doações de empresários**. Rio de Janeiro, 4 dez. 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2020/metade-dos-prefeitos-eleitos-teve-doacao-de-empresarios-24780116>>. Acesso em 10 dez. 2020.
11. O ESTADO DE S. PAULO. **‘Vaquinha eleitoral’ não decola e cai quase que pela metade em 2020**. São Paulo, 19 nov. 2020. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,vaquinha-eleitoral-nao-decola-e-cai-quase-pela-metade-nas-eleicoes-de-2020,70003517747>>. Acesso em 9 dez. 2020.
12. PODER 360. **Vaquinha virtual dispara 1.151% nas eleições, mas nº de adeptos ainda é baixo**. São Paulo, 28 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/eleicoes/vaquinha-virtual-dispara-1-151-nas-eleicoes-mas-no-de-adeptos-ainda-e-baixo/>>. Acesso em 8 dez. 2020.
13. FOLHA DE S. PAULO. **Candidatos pediram caixa 2 na eleição de 2016, diz delator da Odebrecht**. São Paulo, 18 abr. 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/04/1876516-candidatos-pediram-caixa-2-na-eleicao-de-2016-diz-delator-da-odebrecht.shtml>>. Acesso em 8 dez. 2020; UOL. **Suspeitas de irregularidades atingem 41,8% dos doadores nas eleições 2016**. Brasília, 19 dez. 2016. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2016/noticias/2016/12/19/suspeitas-de-irregularidade-atingem-418-dos-doadores-nas-eleicoes-2016.htm>>. Acesso em 8 dez. 2020.
14. UOL. **Potenciais “laranjas” receberam R\$ 62 milhões nas eleições de 2018**. Brasília, 9 mar. 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/03/09/potenciais-laranjas-receberam-r-62-milhoes-nas-eleicoes-de-2018.htm>>. Acesso em 11 dez. 2020.
15. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Indícios de irregularidades em doações nas Eleições 2020 já somam mais de R\$ 588 milhões**. Brasília, 24 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Novembro/indicios-de-irregularidades-em-doacoes-nas-eleicoes-2020-ja-somam-mais-de-r-588-milhoes>>. Acesso em 11 dez. 2020.
16. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Raquel Dodge defende competência da Justiça Federal para julgar crimes comuns conexos com eleitorais**. Brasília, 25 fev. 2019. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/raquel-dodge-defende-competencia-da-justica-federal-para-julgar-crimes-comuns-conexos-com-eleitorais>>. Acesso em 10 dez. 2020.
17. O ESTADO DE S. PAULO. **Lava Jato perde celeridade na esfera eleitoral**. São Paulo, 3 ago. 2020. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,lava-jato-perde-celeridade-na-esfera-eleitoral,70003384818>>. Acesso em 10 dez. 2020.
18. TRANSPARÊNCIA BRASIL. **O saldo da transparência na reforma partidário-eleitoral**. Disponível em: <<https://www.transparencia.org.br/blog/o-saldo-da-transparencia-na-reforma-partidario-eleitoral/>>. Acesso em 8 dez. 2020.
19. TRANSPARÊNCIA PARTIDÁRIA ET. AL. **Por vetos ao PL da Improbidade Partidária organizações enviam carta aberta ao presidente da República**. Brasília, 25 set. 2019. Disponível em: <<https://www.transparencia.org.br/blog/cartaabertavetospl/>>. Acesso em 11 dez. 2020.

ONTEM COMO NÃO HOJE

“ Derrotar os Estados Unidos é uma glória néscia para qualquer nação. Deus queira que haja prudência na nossa imprensa, clarividência entre os nossos homens públicos.

Há muita coisa que nos irrita, melindra e aborrece por parte dos Estados Unidos, mas devemos compreender que a nossa única política externa é conquistar-lhes a amizade. Não há nenhum país ao qual seja mais perigoso dar alfinetadas, mesmo as de imprensa.

”

Trecho de Joaquim Nabuco - Diários

TÁ COM REEMBOLSO 100% DIGITAL

TÁ COM TUDO

Cliente SulAmérica Saúde pode pedir reembolso¹ pelo App para qualquer procedimento e sem limite de valor e ainda tem diversas facilidades:

- Os melhores médicos e hospitais por geolocalização
- Orientação Médica Telefônica
- Médico na Tela

BAIXE AGORA!
Disponível nas lojas:



Peça SulAmérica
para o seu corretor.

SAIBA MAIS EM SULAMERICATACOMTUDO.COM.BR

SulAmérica
Saúde

ANS - Nº 006246

ANS - Nº 416428

Este anúncio contém informações resumidas que poderão sofrer alteração sem aviso prévio. Os benefícios aqui descritos poderão ser descontinuados, a exclusivo critério da SulAmérica. Para mais informações e para consultar as regras do serviço acesse <https://saude.sulamericaseguros.com.br/reembolsosaude/home.htm> ou consulte o seu corretor. O produto SulAmérica Saúde obedece à legislação que regulamenta os seguros e às condições contratuais, que devem ser lidas previamente à sua contratação. O serviço de Reembolso Digital abrangerá apenas recibos, notas fiscais e notas fiscais eletrônicas (NF-e). O segurado poderá ter que enviar o arquivo original, caso seja solicitado pela SulAmérica no prazo de até 5 anos, conforme legislação em vigor. Razão Social: Sul América Companhia de Seguro Saúde CNPJ: 01.685.053/0013-90 e Sul América Serviços de Saúde S.A. e CNPJ: 02.866.602/0001-51. SAC: 0800-722-0504 e Ouvidoria: 0800 725 3374, horário atendimento 08:30h às 17:30h (tenha em mãos o protocolo de atendimento).



JANTARES EXCLUSIVOS.

O PRIME CONECTA VOCÊ.



15%

de desconto
em restaurantes
selecionados.



Conheça os
participantes

